



Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Os processos de referência e suas
funções discursivas

- o universo literário dos contos -

Alena Ciulla e Silva

Fortaleza

2008

Os processos de referência e suas funções discursivas

- o universo literário dos contos -

Alena Ciulla e Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Lingüística. Área de concentração: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

Orientadora:

Profª. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Orientador do estágio no exterior:

Prof. Dr. Denis Apothéloz

Université Nancy 2, Nancy, França

Fortaleza

2008

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta tese é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

Alena Ciulla e Silva

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Mônica Magalhães Cavalcante
(Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Francisco Alves Filho
Universidade Federal do Piauí

Prof.^a Dr.^a Antonia Dilamar Araújo
Universidade de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Maria Margarete Fernandes de Sousa
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Fernanda Maria Abreu Coutinho
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Ingedore Grunfeld Villaça Koch
(suplente externo)
Universidade Estadual de Campinas

Prof.^a Dr.^a Maria Elias Soares
(suplente interno)
Universidade Federal do Ceará

Tese aprovada em: 24/04/2008

Agradecimentos

Nos tempos de tese, tive momentos de muita solidão. Mas também tive momentos em que pessoas me guarneceram com as devidas doses de auxílio, carinho e compreensão de que eu precisei, através de palavras, gestos, conselhos ou, simplesmente, através de uma lembrança ou uma canção. São elas:

Hedwig Ciulla Francisco Pinto Ciulla Felipe Vieira Silva Rodrigo
Ciulla e Silva Gufi Fábio Ciulla Mary Amazarray Ciulla Mônica
Magalhães Cavalcante Denis Apothéloz Cássio Ciulla Medi
Scheuermann Páris Duque Debora Zelmanovicz Ciulla Ingedore
Koch Paula Amazarray Ciulla Patrícia Oliveira Anne Scheuermann
Pérsio Amazarray Ciulla Cabíria Ciulla Márcio Ciulla Ana Paula
Uberti Francisca Fátima Gurgel Bernardete Biasi-Rodrigues Janine
Zembruski Rosa Volkweis Graziela Alegretti Vânia e Creto Vidal
Priscila Francisca Rousselot Abelardo Ciulla Vicência Jaguaribe
Rogério Ciulla Elisabeth Catunda Anderson e Lívia Ciulla
Nakamura Rodrigo e Poliana Lopes Lineu Santos Tatiana Vieira
Silva Maria Helenice Costa Thais Silva Sangiovanni Allan e Niza
Lima Themis Silva Cheinquer Caroline Pernot Cyril e Katia
Bourdon Adriano Alessandra e Daniel Eichhorn
Esmeralda Scheuermann Mariza Brito Antonio Carlos e Vera
Regina Vieira Silva Marzio e Maria LoGiudice

Agradeço também à FUNCAP, pelos três meses de bolsa, à CAPES, por proporcionar aquilo que foi a realização de um dos meus maiores sonhos – o estágio de doutorado na França -, e ao ATILF, por me acolher na Universidade de Nancy.

Ao professor Denis Apothéloz, pela chance de participar de suas aulas, de discutir pessoalmente “assuntos anafóricos” e por ter inspirado meu trabalho por todos esses anos. E especialmente pelo privilégio de tê-lo conhecido e tê-lo descoberto como a pessoa que é.

Aos meus professores, que me inspiraram muitos questionamentos, Márcia Teixeira Nogueira e Nelson Barros da Costa.

À professora e amiga de todas as horas, Bernardete Biasi-Rodrigues, que me acompanhou, com carinho de mãe, desde os primeiros passos da minha vida acadêmica.

Mais do que agradecer, dedico esta pesquisa à Mônica Magalhães Cavalcante.

A maior parte dos trabalhos sobre processos referenciais tenta relacionar formas fixas de manifestação a determinadas funções e/ou dedica-se ao estudo de fenômenos específicos, como somente as (re)categorizações ou encapsulamentos ou apenas o papel de determinados itens lexicais numa expressão. Assim, muitas explicações e funções importantes não são reconhecidas ou são pouco aprofundadas. Nosso objetivo, nesta pesquisa, foi o de estabelecer critérios que permitissem uma visão ampliada dos processos referenciais que não apenas revelasse funções, mas também levasse em conta a mutabilidade característica do processo de construção referencial e, portanto, suportasse constantes acréscimos e ajustes, conforme a observação das diversas situações de uso. Primeiramente, então, partimos do princípio de que anáfora, dêixis e introdução referencial são funções variáveis e não mutuamente excludentes que são estabelecidas nas situações discursivas. A seguir, com base em pesquisas, como as de Apothéloz (1995a), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), Authier-Revuz (2001), Cavalcante (2006), Koch (2004) e Maingueneau (2007), apresentamos uma lista de funções, resenhando as já sugeridas e adicionando outras, compondo um quadro geral e suscetível a ampliações, em que funções e subespecificações de funções desempenhadas por vários processos referenciais podem ser contempladas. As principais funções identificadas foram as de 1) organização de partes do texto, 2) metadiscursividade, 3) introdução de informações novas, 4) promoção de uma busca/ativação da memória, 5) promoção de efeitos estético-estilísticos e 6) marcação da heterogeneidade discursiva. Uma das principais conclusões a que chegamos é a de que normalmente há sobreposição de funções, ou seja, os processos referenciais desempenham vários papéis simultaneamente. Além disso, algumas relações entre processos e funções foram delineadas, tais como: os processos referenciais anafóricos estão frequentemente ligados à a) introdução de informações novas ao promover a reformulação de objetos já mencionados e, muitas vezes, ao introduzir objetos novos e b) organização das partes do texto, muitas vezes associada à explicitação de um viés argumentativo, especialmente quando se trata de um rótulo metadiscursivo; os processos dêiticos cumprem frequentemente as funções de a) instrução para a localização de um referente, muitas vezes ativando uma busca na memória e b) estabelecimento de uma marca de heterogeneidade discursiva, em muitos casos, estreitando as relações de colaboração entre os falantes; e uma introdução de referentes pode, ao mesmo tempo, forjar a ativação de conhecimentos compartilhados. Como exemplário dessas funções, tomamos trechos de trinta contos brasileiros, complementando a investigação teórica com uma ilustração mais prática e revelando algumas subespecificações.

(392 palavras)

ABSTRACT

Most works concerning referential processes try to bind formal aspects to their functions. Others are interested in specific phenomena, such as (re)categorization or encapsulation or the role of specific lexical items. Due to that, many explanations and functions fail to be revealed. Our goal is to set criteria, providing a broader notion of the referential processes, which could reveal new functions as well as allow the consideration of the mutable features of the referential construction. As a consequence, it could bear frequent adjustments and amendments, according to the observation of diverse situations. In this research, anaphora, deixis and introduction of referents are considered as variable functions and non excludent proceedings, which are completed during the discourse activities. Based on studies, such as Apothéloz (1995a), Apothéloz and Reichler-Béguelin (1999), Authier-Revuz (2001), Cavalcante (2006), Koch (2004) and Maingueneau (2007), a review about functions performed by referential processes is presented, as well as many others are included. The result is a flexible list of general functions, which can be added by other general functions and are open to new specifications. The suggested functions are 1) organization of parts of text, 2) metadiscourse activities, 3) introduction of new information, 4) triggering of a memory search, 5) promotion of aesthetic/stylistic effects, and 6) establishment of a mark of discourse heterogeneity. The main conclusions include the fact that functions occur mostly overlapped, i.e., referential processes play multiple roles simultaneously. Some other relations between processes and functions were outlined, such as: anaphoric referential process are often related to a) introduction of new information, operating a transformation of an already referred object or introducing a new one and b) organization of topics, most of time associated to explicit a point of view, specially when represented by a metadiscourse label; deictic process often develop the functions of a) instruction for the recovering of a referent, many times activating a memory search and b) establishment of a mark of discourse heterogeneity, most of time strenghtening the collaboration relationship between speakers; the introduction of referents can at the same time forge the activation of shared knowledge. A set of thirty Brazilian short stories provides the investigation with practical examples and reveals some specific functions.

(363 words)

Resumo	i
Abstract	ii
Índice	iii
Introdução	5
1 A referência	11
1.1 A relação das palavras com o mundo.....	11
1.2 Os falantes, as palavras e o mundo	12
2 Aspectos cognitivos da referência	19
2.1 A representação revisitada: o ponto de vista do enacionismo	19
2.2 A dimensão discursiva	20
2.3 Categorização.....	23
2.3.1 <i>Cognição e filosofia</i>	23
2.3.2 <i>Processos referenciais e categorização</i>	28
3 Os processos referenciais	44
3.1 A fluidez dos eventos referenciais	44
3.2 A anáfora.....	45
3.3 A dêixis	55
3.4 A introdução referencial.....	67
3.5 Proposta de descrição dos processos referenciais	72
4 Funções discursivas dos processos referenciais	79
4.1 Estudos sobre os encapsuladores e sintagmas nominais	79
4.2 Estudos sobre a recategorização	103
4.3 Estudos sobre o discurso literário	108
4.3.1 <i>O fazer literário</i>	108
4.3.2 <i>A cena enunciativa</i>	114
4.4 Estudos sobre o papel dos demonstrativos	121
4.5 Estudos sobre a heterogeneidade discursiva	132
4.5.1 <i>Heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada</i>	133
4.5.2 <i>As não-coincidências do dizer e as suas marcas</i>	134
4.5.3 <i>O discurso reportado</i>	142
4.5.4 <i>A intertextualidade e os processos referenciais</i>	154
4.6 Conjunto de funções sugeridas	157
5 Uma exemplificação no universo literário dos contos	160
5.1 O conto no entrecruzamento de gêneros	160
5.2 Exemplificação das funções.....	163
Conclusões	191
Referências bibliográficas	196

Muitos estudos que tratam de processos referenciais ficam limitados a uma relação em que as palavras devem corresponder a objetos no mundo real, sendo negligenciados, assim, muitos aspectos lingüísticos sobre as operações realizadas pelos falantes ao referir o mundo. Além disso, sabemos que a “realidade” é percebida de maneira desigual pelos diferentes falantes, pois cada um tem sua forma peculiar de ver o mundo, por causa das suas características individuais e também por causa do ambiente em que vive, da época, da cultura, etc. – isto é, de tudo aquilo que faz com que os indivíduos tenham opiniões e pontos de vista tão diversos uns dos outros. Ainda temos que considerar o fato de que não somente o mundo muda a cada instante, como também muda o que pensamos sobre o mundo. Sendo assim, seria até ingênuo imaginar que os objetos do mundo são simplesmente espelhados pela fala.

Uma das heranças dessa visão lógica de verificação da verdade, em que as palavras devem corresponder a uma verdade no mundo, é a valorização da função identificadora da referência, quando sabemos que, muitas vezes, não é essa – ou não é apenas essa – a função dos processos referenciais. Diversos exemplos comprovam que os falantes fazem referência para sinalizar uma modificação de uma idéia ou de um objeto e, constantemente, para criar novas idéias e objetos. Assim, o processo de referência não pode ser visto apenas como um procedimento de acesso a informações. Além disso, a própria expressão “acesso a informações” também deixa transparecer a idéia de que as coisas sobre as quais falamos têm uma disposição definida, como os produtos em uma prateleira de supermercado, e que, ao referir, apenas selecionamos alguns deles.

Essa é uma outra questão não considerada pelas abordagens realistas da referência: o papel da interação dos falantes na construção do sentido. Assim como para as pesquisas de abordagem sócio-cognitiva, conforme Mondada e Dubois ([1995]2003), por exemplo, para o nosso trabalho, a interação é uma atividade fundamental no processo referencial, pois acreditamos que o sentido se completa na negociação que é realizada pelos falantes durante o ato de comunicação. Contudo, outros elementos estão em jogo. Em Varela, Thompson e Rosch (1991), por exemplo, encontramos um bom subsídio para os aspectos cognitivos que percebemos no processo de referência, quando os autores mostram como os

falantes interagem com os objetos do mundo. Em muitos autores, aliás, encontramos indícios de que a referência é um processo que emerge de uma fusão de fatores, embora normalmente só se enfoque apenas um deles.

Portanto, nessa discussão, não podemos nos dar ao luxo de simplesmente optar por uma preferência filosófica ou por uma corrente teórica, embora isso pareça, a princípio, mais coerente. A questão é que o nosso compromisso é o de buscar uma explicação para os fenômenos da referenciação que observamos e, no entanto, não encontramos uma teoria única ou um modelo que dê conta dessa explicação. Ainda assim, é preciso inscrever nosso estudo na teoria. Optamos por um ponto de equilíbrio, em que um modelo pode completar o outro, fabricando, assim, uma unidade teórica e fornecendo um quadro mais amplo, que sirva de abrigo para a complexidade exigida pelos processos referenciais, ou, pelo menos, que não contrarie os fenômenos que observamos.

Também não podemos precisar uma escala de importância dos fatores (cognitivos, interacionais e sociais) na construção da referência; no âmbito da Linguística, limitamos a descrever regularidades da língua e, no nosso caso específico, descrevemos funções discursivas de processos referenciais, da maneira que explicamos a seguir.

Metodologia e estrutura da tese

Este trabalho apresenta natureza essencialmente teórica e, por isso, optamos por não separar a fundamentação de nossa proposta. Um primeiro ponto de partida desta pesquisa é justamente a hipótese de que uma reformulação da abordagem discursiva da referência pudesse levar a um quadro amplificado de funções dos processos referenciais, já que estudos anteriores relacionam formas de manifestação fixas e/ou dedicam-se a fenômenos específicos, deixando escapar uma série de aspectos importantes dos processos referenciais.

No Capítulo 1, defendemos uma concepção de referência que não leva em conta a verificação da existência de coisas no mundo, mas, sim, o modo como, através da língua, referimo-nos às coisas. Consideramos, assim, que o processo de referência depende de uma série de atividades cognitivas, interacionais e sociais por parte do falante. Além disso, ressaltamos a importância do entorno discursivo, pois outras marcas lingüísticas e situacionais, que não apenas as chamadas *expressões referenciais*, podem contribuir de maneira específica para o processo de categorização e, de maneira mais geral, para o processo de referenciação.

No Capítulo 2, discutimos a categorização, esclarecendo nosso posicionamento também sobre os aspectos cognitivos da referenciação, que, de maneira indissociável do texto, constituem a dimensão discursiva – lugar onde, para nós, dão-se as relações de significado e referência.

A reformulação do conceito de referência, levando-se em conta todos esses aspectos, acarreta também uma série de considerações sobre questões que dizem respeito ao comportamento das expressões no discurso, revelando não apenas funções que não haviam sido observados em trabalhos anteriores, mas evidenciando também que anáfora, dêixis e introdução referencial não podem ser tratadas meramente como “expressões lingüísticas” no sentido estrito.

Em Ciulla (2002), na tentativa de investigar com maior profundidade os dêiticos discursivos, e localizar dentro do quadro geral dos processos referenciais essas expressões que flutuam na literatura, entre a dêixis e a anáfora, percorremos uma extensa trajetória em busca de trabalhos que pudéssemos tomar como base para sustentar definições mais sólidas para os fenômenos da dêixis e da anáfora. Assim, revisitamos autores de estudos fundamentais sobre a dêixis, como Bühler (1982), Fillmore (1977) e Lahud (1979), e ainda muitos outros, que trouxeram importantes contribuições também para as noções de referência de um modo geral e de anáfora, particularmente, como Apothéloz (1995a), Cavalcante (2000), Koch e Marcuschi (1988) e Lyons (1977).

Partindo de uma perspectiva cognitivo-interacional da referenciação – semelhante à de que nos valem nesta pesquisa, conforme Mondada e Dubois ([1995]2003), sugerimos uma classificação de processos referenciais de acordo com suas funções de retomada e remissão. Ao colocar sob o mesmo grupo todas as expressões que dependem de alguma pista cotextual para a sua interpretação, distinguimos os anafóricos dos dêiticos, pois estes não recuperariam nem retomariam nenhum elemento do cotexto, mas remeteriam a objetos da situação extralingüística. Porém, algumas expressões, entre elas os dêiticos discursivos, não se encaixam nessa organização, pois, ao mesmo tempo em que remetem a informações dentro do cotexto, contêm um elemento dêítico. Por isso, estabelecemos uma zona de interseção que abrigaria todos esses elementos híbridos, isto é, que compartilhariam características da dêixis e da anáfora.

A indefinição da classificação, como a que apresentamos em Ciulla (2002), é recorrente na maior parte dos trabalhos que, de algum modo, tentam vincular a forma da expressão à sua função referencial, seguindo a tradição. Além disso, a própria distinção

nítida entre os planos cotextual/contextual nos parece, agora, duvidosa. Essa questão nos conduziu à hipótese de que anáfora, dêixis e introdução referencial, de modo geral, ocorrem muito freqüentemente de maneira sobreposta, cumprindo múltiplas funções discursivas simultaneamente.

No Capítulo 3, após uma reflexão sobre trabalhos anteriores, redimensionamos os procedimentos anafóricos, dêíticos e de introdução referencial, considerando a fluidez e a complexidade de seus papéis e apresentando-os como processos referenciais. Abandonamos o critério da forma – isto é, pleiteamos que, em princípio, não existem palavras específicas que cumprem uma função anafórica, dêítica ou de introdução referencial. Optamos por uma classificação de funções referenciais não exclusivas, levando em consideração o fato de que processos dêíticos e anafóricos podem ocorrer simultaneamente e que nem mesmo a fronteira entre anáfora e introdução referencial é sempre bem definida, pois depende, entre outros aspectos, da unidade textual que é construída pelos falantes.

Como os processos referenciais completam-se apenas durante o uso, em situações concretas, levantamos a hipótese de que uma maneira de definir os processos referenciais pode ser alcançada através da análise de suas funções discursivas. Alguns estudos, antes deste, como o de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), por exemplo, foram dedicados a funções discursivas que as expressões referenciais, especialmente as que apresentam um demonstrativo, podem desempenhar; no entanto, tais autores utilizam-se de poucos exemplos e não temos notícia de estudos em um *corpus* extenso para averiguar esses efeitos discursivos.

Outros trabalhos, como o de Apothéloz (1995a), Cardoso (2003), Conte ([1996] 2003), Francis ([1994] 2003), Jaguaribe (2005), Koch (2004), Matos (2005) e Tavares (2004) apontam para aspectos das expressões referenciais que comportam avaliações ou para a maneira pela qual a forma das expressões pode contribuir para os propósitos do enunciador, mas, muitas vezes, se atêm a fenômenos específicos, como o do encapsulamento, ou o da recategorização anafórica, e o fato é que, até hoje, nenhum estudo mais geral das funções discursivas foi realizado. Um dos objetivos principais de nossa pesquisa foi investigar mais profundamente essas funções indicadas em estudos anteriores e sugerir outras que os dados de nosso exemplário revelaram, para que, no conjunto, pudéssemos sugerir um quadro amplo e suscetível a ajustes e acréscimos - é o que fazemos a partir do Capítulo 4.

No Capítulo 5, apresentamos um sumário, com exemplos de cada uma das funções, considerando os tipos de processos referenciais encontrados e seu comportamento no discurso, o que inclui múltiplas funções, usos e efeitos. Embora as funções que sugerimos não se aplique apenas ao discurso literário, para o nosso exemplário, servimo-nos de uma amostragem de trinta contos literários, em língua portuguesa, de autores brasileiros, escritos a partir do século XX. Nosso intuito, com essa exemplificação, é o de ilustrar o quadro de funções sugerido, tornando a proposta mais clara.

Alguns contos foram extraídos do *corpus* organizado pelo grupo de estudos *Protexto*¹, outros foram por nós coletados e passarão a fazer parte do *corpus* deste grupo. A escolha do conjunto de contos que compõe o exemplário teve como critério a recenticidade dos textos para que refletisse o uso mais atual da língua portuguesa brasileira.

Os contos que compõem o nosso exemplário e os respectivos autores e datas da primeira publicação são:

- (1) Aqueles dois (Caio Fernando Abreu), 1982.
- (2) Presépio (Carlos Drummond de Andrade), 1951.
- (3) O peru de Natal (Mário de Andrade), 1942.
- (4) Days of wine and roses (Silviano Santiago), 1996.
- (5) Obscenidades de uma dona-de-casa (Ignácio de Loyola Brandão), 1983.
- (6) O peregrino (Moreira Campos), 1987.
- (7) As vozes do morto (Moreira Campos), 1963.
- (8) Dizem que os cães vêem coisas (Moreira Campos), 1987.
- (9) O burguês e o crime (Carlos Heitor Cony), 1978.
- (10) Vadico (Edilberto Coutinho), 1980.
- (11) Passeio noturno - parte I (Rubem Fonseca), 1975.
- (12) Betsy (Rubem Fonseca), 1997.
- (13) Gestalt (Hilda Hist), 1977.
- (14) As cores (Orígenes Lessa), 1960.
- (15) Felicidade Clandestina (Clarice Lispector), 1971.
- (16) Fuga (Clarice Lispector), 1989.
- (17) Linha férrea (Tércia Montenegro), 2001.
- (18) DT (Tércia Montenegro), 2005.
- (19) Aí pelas três da tarde (Raduan Nassar), 1972.
- (20) I love my husband (Nélida Piñon), 1980.
- (21) Sem enfeite nenhum (Adélia Prado), 1979.
- (22) Tangerine girl (Raquel de Queiroz), 1948.
- (23) O elo partido (Otto Lara Resende), 1975.
- (24) O santo que não acreditava em Deus (João Ubaldo Ribeiro), 1981.
- (25) A balada do falso messias (Moacyr Scliar), 1975.
- (26) O menino (Lygia Fagundes Telles), 1970.

¹ Grupo de pesquisa da Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, do qual participamos. O grupo atua na linha de pesquisa de Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização e é coordenado pela professora Mônica Magalhães Cavalcante.

-
- (27) *Ismênia, moça donzela* (Dalton Trevisan), 1964.
 - (28) *As mãos de meu filho* (Érico Veríssimo), 1942.
 - (29) *Conto de verão no. 2: Bandeira Branca* (Luis Fernando Veríssimo), 1999.
 - (30) *Fazendo a barba* (Luiz Vilela), 1973.

Através da observação dos exemplos, tanto dos fornecidos pelos autores dos modelos, quanto dos que compuseram nosso exemplário, repensamos as classificações, no sentido de agrupar os processos de referência em um quadro mais amplo – o que foi possível pela nossa sugestão de avaliá-los de acordo com as suas funções discursivas.

Os processos referenciais observados nos contos foram classificados de acordo com suas diversas funções anafóricas e/ou dêiticas, ao mesmo tempo em que foram observadas as categorizações envolvidas. Além disso, avaliamos de que modo, todos esses processos, em conjunto, contribuem para a negociação de sentido que é realizada no texto. Sugerimos, assim, algumas funções discursivas gerais que podem conter subespecificações.

Procuramos escolher, para cada função, uma situação que a representasse de maneira mais prototípica; contudo, os processos referenciais observados foram sempre múltiplos, de modo que, numa mesma situação, há exemplos de mais de uma função. Não nos ocupamos, nesta pesquisa, com uma análise de frequência; nosso objetivo é o de mostrar algumas possibilidades de uso e de combinação entre os processos referenciais e funções que resultam disso.

Observamos que a composição do exemplário foi realizada de maneira dinâmica, isto é, os exemplos tanto serviram de base para a elaboração de hipóteses e da própria classificação de funções, ao longo da tese, quanto foram utilizadas para ilustrar a proposta de classificação.

1.1 A relação das palavras com o mundo

A questão da relação entre a linguagem e o mundo já vem, desde muito, intrigando filósofos e estudiosos da linguagem. De acordo com Marcuschi (2004), o problema principal reside no fato de que a própria expressão *referir o mundo* talvez precise ser mais bem delineada. O mundo pode até ser considerado parcialmente como o resultado das atividades cognitivas do homem, mas, para este autor, a língua não é um simples e eficiente instrumento *a priori* para representar um mundo que, por sua vez, nem está completamente pronto e discretizado. Conforme Marcuschi (2004, p.263), “o problema da significação não é resolver se às palavras corresponde algo no mundo externo e sim o que fazemos do ponto de vista semântico quando usamos as palavras para dizer algo”. E o problema da referenciação, para nós, é o que e como fazemos, do ponto de vista semântico-pragmático e social, quando nos referimos a algo.

Não estamos dizendo, portanto, que não existe uma relação entre as palavras e as coisas do mundo, mas que a relação entre linguagem e mundo, ou seja, a referência, vai muito além disso. Se não nos restringimos a essa visão cartográfica de linguagem, vários conceitos de abordagens que a tomam como pressuposta precisam ser por nós repensados e ajustados.

Em Araújo (2004), a autora resgata o percurso *do signo ao discurso* (que é exatamente o título do livro) traçado por filósofos e lingüistas. A autora mostra, uma a uma, as teorias que tentaram explicar a referência, suas contribuições, bem como os pontos que as fizeram fracassar – e daí conclui pela necessidade de um afastamento dos conceitos mais objetivistas, ligados ao signo, para chegar a uma dimensão discursiva, onde podemos encontrar uma explicação mais condizente com o que observamos, ao analisar fatos relativos à linguagem humana, como a referenciação:

Livres da noção de que a linguagem apenas traduz os pensamentos, sabemos que sem a linguagem não há pensamento. Livres de uma suposta mente interna, pessoal e

intransferível, temos a linguagem pública, compartilhada, o comportamento exteriorizado. Livres das amarras da lógica, temos os diversos usos lingüísticos. Livres de uma competência geradora das e somente daquelas frases consideradas como fruto da língua, portanto, gramaticais, abre-se o campo das múltiplas e variadas formas lingüísticas, adequadas ao uso, à interpretação, aos modelos aplicáveis à situação. (ARAÚJO, 2004, p.199)

A autora refere-se, nesta citação, à evolução do pensamento filosófico em relação à linguagem, que foi, aos poucos, soltando as amarras e dirigindo-se à virada promovida pelo pragmatismo, que mostrou o valor do fator ilocucionário, isto é, da fala em situação.

É intrigante observar que, em primeiro lugar, muito do que foi dito nos primórdios das investigações sobre a referência, especialmente o conceito de representação vinculado à idéia de que os objetos estariam pré-definidos (na mente dos falantes ou no mundo), continua valendo até hoje, para muitas teorias que se comprometem a fornecer uma análise pragmática. E, além disso, como Araújo (2004) mesmo percebe,

... falta algo importante à visão do pragmatismo, falta mostrar que atos de fala e modelos de interpretação contextuais são perpassados pela função discursiva. A dimensão discursiva muda a perspectiva pela qual se vê habitualmente a linguagem, como sendo produção de significação que permite a comunicação. (ARAÚJO, 2004, p.199)

Pensamos que o que causa a mudança de perspectiva, proporcionada pelo foco na dimensão discursiva, é o fato de que, nesse caso, fica evidente que o objeto (ou referente) é transformado pela ação dos falantes ao referi-lo. Por isso, a grande virada, em nossa opinião, a que causou a maior ruptura depois do pragmatismo, foi a que desvinculou a existência dos objetos do mundo das formas lingüísticas.

1.2 Os falantes, as palavras e o mundo

Em Mondada e Dubois ([1995] 2003), as práticas lingüísticas

(...) não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo. (MONDADA e DUBOIS, [1995] 2003, p.273)

Nesta abordagem, a referência é um processo de negociação realizado pelos falantes no momento da interação, à medida que o discurso se desenvolve. Aqui, não

interessa saber se a representação do mundo é adequada, nem se se trata, simplesmente, da questão da interpretação pelo contexto; interessa, antes, discutir a maneira como se dão as atividades cognitivas e interativas que os falantes praticam ao se referirem ao mundo através da sua fala.

A concepção de referência adotada por Apothéloz (2001) é semelhante; para este autor, a referência é um processo que leva em consideração fundamentalmente dois mecanismos:

- a atenção, porque a referência requer processos cognitivos que dizem respeito à orientação da atenção;

- a interação, porque a referência não pode ser concebida sem as técnicas de interação, técnicas que mobilizam em especial os meios lingüísticos, gestuais e puramente conversacionais e que permitem modificar a orientação da atenção do interlocutor de modo a realizar uma *conjunção de atenção*, ou, simplesmente, a ilusão desta conjunção.

Enquanto processo, a referência remete, portanto, de acordo com o autor, a um conjunto de meios que permitem coordenar interativamente dois sistemas de atenção: um orientado para um lugar de atenção (um objeto), o outro orientado para o interlocutor, em um processo de harmonização na harmonização do outro.

Embora Apothéloz (2001) não mencione especificamente este aspecto, julgamos oportuno acrescentar aqui que os mecanismos de interação são, em parte, condicionados pelas regras sociais estabelecidas entre os falantes. Koch (2004) afirma que é preciso compreender a linguagem – e, portanto, a referenciação - não apenas como ação conjunta, mas como ação social, no sentido de que os falantes não são completamente livres para produzir o seu discurso, pois são orientados pelas relações sociais que estabelecem, em certa medida, como as coisas são ditas e como se deve interpretar o que é dito. E acrescentamos: ao mesmo tempo em que influenciam na construção de referentes, tais relações também estão sujeitas a mudanças, provocadas pela própria interação entre os falantes.

Para Apothéloz (2001), os referentes, produtos do processo de referência, são ficções semióticas, por serem instâncias referencialmente subdeterminadas e efêmeras e não *realia* pré-existentes à interação. Seguindo Grize (1996), o autor prefere a designação

objetos de discurso, e não mais *referentes*, para salientar o aspecto instável e suscetível de construção da referência destes elementos².

Também em Bakhtin (1977) encontramos uma noção de enunciação que corrobora nosso ponto de vista, enfatizando principalmente a palavra como uma via de mão dupla e como produto da interação entre os falantes:

Na verdade, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados (...) toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém como pelo fato de que se dirige *a* alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. (BAKHTIN, 1977, p.123)

Para Bakhtin (1977), o que determina a estrutura da enunciação é a situação social, tanto a imediata, que compreende as relações de participação dos enunciadores numa situação específica, quanto a mais ampla, que diz respeito às condições de vida da comunidade em que se inserem os falantes. E a palavra, como signo, é considerada numa relação dialética: ao mesmo tempo em que reflete, também refrata o significado.

Embora Bakhtin enfatize os aspectos mais ideológicos da enunciação e nem utilize o termo *referência*, sua visão sobre a relação entre linguagem e mundo coincide com a que defendemos, na medida em que postula a significação também como dependente de uma enunciação numa situação concreta. Para esse autor, a significação não pertence à palavra em si, mas à palavra enquanto ligação entre os interlocutores - do que podemos inferir que adquire sentido somente no processo de interação.

Partimos, então, do princípio de que o sentido das coisas não está completamente pré-definido antes de fazerem parte de um enunciado. Os objetos do mundo, ao serem referidos pelo falante, passam pelo filtro de percepção desse indivíduo, que, como cada um dos outros falantes da língua, tem uma experiência particular de vida e carrega sua própria bagagem de conhecimento, moldada pelas imposições culturais e ideológicas de sua sociedade e de sua época. Mas além disso, este falante não está sozinho; o seu interlocutor também tem um papel fundamental, contribuindo com a sua experiência e interferência no processo. Tanto isso é importante que é somente na interação que podemos considerar que

² A propósito, lembramos que, às vezes, as distinções terminológicas indicam abordagens diferentes, como a que acabamos de mencionar. Também Mondada e Dubois (2003) preferem o termo *referenciação*, que acrescenta a noção de que se trata de um processo, trazendo a vantagem de enfatizar a oposição ao conceito clássico de referência, cuja preocupação básica é a de fazer corresponderem as palavras às coisas. Em nosso trabalho, embora adotemos os conceitos de *objeto de discurso* e *referenciação*, não fazemos distinção terminológica entre *referente* e *objeto de discurso*, nem entre *referência* e *referenciação*, alternando entre os termos.

haja significação. Nas palavras de Bakhtin (1977, p.146-7) “A significação não está na palavra nem na alma do locutor, tampouco está na alma do interlocutor. A significação é o efeito da interação entre o locutor e o ouvinte”.

Se, de um lado, não há uma estabilidade *a priori* no mundo, nem na mente dos falantes, por outro, a língua também não é um inventário imutável de palavras prontas para serem usadas. Como bem observou Marcuschi (2004, p.268), “a linguagem não tem uma semântica imanente, mas ela é um sistema de símbolos indeterminados em vários níveis (sintático, semântico, morfológico e pragmático)”. Durante a interação, as categorias discursivas e cognitivas também evoluem e se modificam; as escolhas lexicais são adaptadas e reconstruídas de acordo com o que está sendo negociado e com as intenções dos interlocutores.

Assim, nesse campo movediço, que é a referenciação, em que todos os fatores envolvidos são dinâmicos, os efeitos de objetividade e realidade que criam a ilusão de estabilidade não são dados, mas são frutos dos processos de negociação entre os falantes e podem ser modificados a cada nova interação.

Em Apothéloz (2001), o autor demonstra como outros elementos – principalmente a atenção e a interação - podem permitir uma interpretação referencial e defende o ponto de vista de que essa manipulação significativa dispensa, inclusive, o uso de expressões referenciais. O autor exemplifica situações em que os objetos não seriam designados por meios lingüísticos diretos, configurando-se como um episódio referencial em que nenhuma expressão referencial seria usada, como no trecho a seguir:

- (1) (a) **Contexte:** H et F (pour “homme” et “femme”) rédigent un texte argumentatif sur la nécessité ou la non-nécessité de donner aux écoliers des devoirs à la maison. Ils sont en train de composer l’introduction de leur texte. Cette introduction débute, en guise de *captatio*, par le titre imaginaire d’un article de presse faisant état de la tentative de suicide d’un écolier surchargé de devoirs. Ce titre est: “Essai de suicide d’un enfant heureusement pas réussi: trop de devoirs à la maison?” Il vient juste d’être inscrit, et les deux rédacteurs s’apprêtent à le commenter. (Dans cet exemple ainsi que dans les suivants, les séquences interprétables comme autonimiques sont signalées en caractères gras.)

578	F	ça
579	H	ce titre-là pourrait bien être’
580	F	euh: sur /(<u>Paris</u>)/
581	H	/pourrait/ bien faire 0 pourrait bien
582	F	euh: m: s= apparaître’
583	H	apparaître sur /la première page/
584	F	/sur les/ sur sur à la une de la: presse française’

585 H ouais /donc euh/
 586 F /quèq= chose/ comme ça 00
 587 H ECRIT **ce titre-/là'** +/

(Corpus “Meité-Paulo”. Univ. Lyon-2, Bouchard & de Gaulmyn. P1)

(b) **Contexto:** H e M (para “homem” e “mulher”) estão redigindo a introdução de um texto argumentativo sobre a necessidade ou não de exigir tarefas de casa aos alunos. Esta introdução começa pelo título imaginário de um artigo jornalístico que noticia uma tentativa de suicídio de um aluno sobrecarregado de tarefas: “Tentativa de suicido de uma criança felizmente não é bem sucedida: deveres de casa demais?” Ele acaba de ser escrito e os redatores o comentam. (Neste exemplo, bem como nos seguintes, as seqüências interpretáveis como autonímicas estão assinaladas em negrito).

578 M isso
 579 H **esse título aqui podia ser'**
 580 M hum: **sobre /(Paris)/**
 581 H **/podia/ servir 0 podia mesmo**
 582 M hum: m: s= **ser publicado'**
 583 H **publicado na /primeira página /**
 584 M **/nas / nas nas na da: imprensa francesa'**
 585 H sim /então hum /
 586 M /alguma coisa / como isso 00
 587 H ESCRITO esse título -/ai' +/ ³

Apothéloz observa que os dois protagonistas, no final da seqüência, chegam a um acordo sobre a formulação de um rascunho e que este acordo é manifestado, de um lado, por considerações explicitamente metadiscursivas (585-586) e, de outro, pela própria atividade de H, que começa a escrever (587). O autor também ressalta o papel interativo da construção da referência, como a seqüência de reformulações, entre H (579) “esse título aqui podia ser” (581) “podia servir podia mesmo” e M (582) “ser publicado”, forma que preenche a posição vazia deixada por H.

Entendemos que certamente a seqüencialidade conversacional, bem como as técnicas de interação, contribuem enormemente para a construção da referência, podendo, em muitas situações desempenharem um papel até mesmo mais importante do que o que é dito explicitamente através da fala. Também é preciso levar em conta que, no caso de duas pessoas estarem lado a lado, trabalhando conjuntamente na redação de um texto, como é o caso do exemplo (1), a necessidade de explicitar tudo através da fala é menor. Ainda assim, seria um exagero desmerecer a contribuição do que é dito, mesmo que a expressão apenas sugira uma pista sobre os objetos que estão sendo construídos. Por exemplo, no trecho

³ A tradução de todos os exemplos e citações que coletamos das obras no original são de nossa responsabilidade.

acima, a expressão dêitica “isso” (578) provavelmente foi dita acompanhada de algum movimento gestual, mas que seria bem mais difícil de interpretar na falta da expressão referencial; no fato de M ter completado a frase reticente de H, no trecho comentado, também não se pode desprezar que as informações dadas por H em “esse título aqui podia ser” são importantes para que se pense em “ser publicado”, já que “título” remete à obra – ou artigo, ou trabalho - que eventualmente podem ser publicados.

O que é importante guardar do estudo de Apothéloz (2001), para nós, é a idéia de que a referência não se restringe às expressões referenciais em si, pois outros elementos podem colaborar para a construção dos objetos de discurso, fornecendo pistas, às vezes cruciais. Assim, seus exemplos mostram por que é importante considerar a referência, essencialmente, como um processo cognitivo e social, de atenção e interação, e não apenas como uma mera operação lingüística, no sentido restrito da materialidade da língua, ou simplesmente como um procedimento pragmático.

Pensamos que, na verdade, os elementos lingüísticos estão imersos, assim como todos os outros elementos da situação extralingüística, no que poderíamos chamar de *entorno discursivo*. Por isso, a referência é um processo em que não se pode separar completamente o que é lingüístico do que não é. O que podemos é inferir, a partir do texto, quais objetos estão sendo referidos, de que maneira, por quem, com quais intenções, etc. num cálculo que pode ser ajustado, conforme nos empenhamos na compreensão e de acordo com as outras pistas que nos vão sendo fornecidas à medida em que o discurso se desenvolve. O fato de que as inferências que são autorizadas pelos elementos materiais do texto são essenciais para completar-lhes o sentido é uma evidência de que essas inferências fazem parte do próprio processo lingüístico.

Porém, em alguns estudos, como este de Apothéloz (2001) e outros, como o de Mondada (1999) e (2004), há um enfoque demasiadamente enfático nas técnicas de interação e negociação entre os falantes, ao ponto de, às vezes, esses autores atribuírem todo o processo de construção referencial a esses aspectos, como sinalizamos acima, ao analisar o exemplo (1).

Mondada (2004) distingue uma visão representacional de uma visão praxeológica do discurso. Na visão representacional, pressupõe-se a autonomia do saber e a linguagem como um meio transparente de codificação do pensamento sobre objetos pré-existentes e imutáveis; já a concepção praxeológica permite elaborar uma visão de que o saber se

constitui na própria atividade discursiva, modificando-se e ajustando-se localmente, de maneira dinâmica.

Colocando, assim, essa questão como uma dicotomia, a tendência de Mondada (2004) é a de negar todo e qualquer tipo de representação. Essa é uma posição difícil de sustentar, pois, em última conseqüência, implica na anulação do próprio discurso. A questão é que o representacionismo ao qual se opõe a autora diz respeito a uma negação de um mundo exterior e independente, pronto para ser representado pela razão, de maneira direta e única. Contudo, a nosso ver, negar o discurso como uma cópia do mundo não necessariamente implica em considerar que absolutamente tudo se dá localmente, no discurso.

De acordo com Varela, Thompson e Rosch (1991), a principal atividade do cérebro não é representar o mundo externo, mas usar processos que se automodificam continuamente. Assim, afirmam os autores que

uma mudança importante e pervasiva está começando a tomar lugar nas ciências cognitivas (...) essa mudança requer que nos afastemos da idéia de um mundo independente e extrínseco para nos aproximarmos da idéia de um mundo inseparável da estrutura desses processos de automodificação. (VARELA, THOMPSON e ROSCH, 1991, p.139)

Para nós, então, o importante não é negar o eventual conteúdo da estrutura dos processos cognitivos – nem descrevê-lo, já que a análise lingüística não nos permite -, mas levar em conta a sua característica de automodificação constante.

A ciência da cognição, entretanto, não é homogênea; ao longo do tempo, correntes diversas se desenvolveram em caminhos muitas vezes opostos. Por isso, se mencionamos a cognição como um fator importante para a compreensão da referenciação, também é preciso redefini-la, à luz da abordagem que vimos descrevendo até aqui. No próximo capítulo, esclarecemos qual o nosso ponto de vista e a que estamos nos referindo, quando mencionamos aspectos cognitivos, que, para nós, são indissociáveis do processo de referência. Tratamos especialmente da representação, para completar a noção que defendemos de *entorno discursivo*, e da categorização, procedimento essencial aos processos referenciais.

2.1 A representação revisitada: o ponto de vista do enacionismo

Para o enacionismo, a cognição “depende de estar em um mundo que é inseparável de nossos corpos, de nossa língua, de nossa história social – em resumo, de nossa corporificação” (VARELA, THOMPSON e ROSCH, 1991, p.149). A *corporificação*, para os autores, está diretamente relacionada à cognição, pois diz respeito às nossas capacidades sensório-motoras, que nos permitem captar o mundo. Para essa abordagem, a percepção dos objetos não se limita a uma “apreensão do real”, mas o próprio ato de perceber o mundo contribui para a sua construção. A cognição é uma via de duas mãos (assim como o signo, para BAKHTIN, 1977): os objetos do mundo servem como ponto de partida e ao mesmo tempo são moldados, pois o mundo e o falante estão em uma relação de recíproca especificação e seleção. Dessa maneira, os objetos do mundo deixam de ser independentes de quem a eles se refere, pois são o resultado da experiência dos falantes.

Ao revisar o conceito de representação, sob a ótica do enacionismo, Varela, Thompson e Rosch (1991) indicam um caminho que não leva nem à “ilha segura” do mundo pré-definido dos realistas, nem ao niilismo dos idealistas, que negam toda noção de representação.

Varela, Thompson e Rosch (1991) explicam que o conceito de representação, como uma das características da cognição, pode partir de uma hipótese de existência de um sistema que age com base em representações internas. Essa é considerada uma visão “forte” da representação, pois pressupõe um mundo pré-existente. Uma outra visão, mais fraca, isto é, sem compromissos epistemológicos ou ontológicos, pode ser a de que representação é simplesmente uma interpretação de alguma coisa. De acordo com os autores, não falamos o mundo, falamos sobre o mundo, interpretando-o, o que pode ser considerado como uma forma de representação.

Mas *interpretar*, aqui, não é no sentido da hermenêutica, o de fazer aflorar o sentido, como se houvesse um único, já pré-estabelecido. O conhecimento sobre as coisas

e, conseqüentemente, a referência que a elas fazemos, é resultante de uma interpretação que emerge da nossa capacidade de compreensão. Essa capacidade tem raízes na estrutura biológica que é comum a todo ser humano, porém é vivenciada e experimentada pelos falantes dentro de um domínio de sua ação conjunta, bem como de sua história cultural – o que significa que as idéias sobre as coisas não estão completamente prontas e definidas em nossas mentes, antes de nos referirmos a elas numa situação discursiva.

Dessa maneira, embora consideremos que nada está definido *a priori*, não descartamos a possibilidade de um certo nível de representação, sem o qual, para nós, o discurso seria inviável. Ainda que não possa se afastar do mundo, já que nele está imerso, o homem parece ter uma capacidade de agir como observador, simulando um afastamento que permite que ele represente o mundo. Porém, essa representação não é vista, em nosso trabalho, no sentido de espelhar um mundo pré-existente, mas no sentido de que os objetos vão sendo moldados, de acordo com a percepção dos falantes e de acordo com a negociação que é realizada enquanto se comunicam. Essa percepção, por sua vez, também não tem base em representações mentais pré-estabelecidas, mas é constantemente reconstruída.

Acreditamos, então, que seja possível pensar numa representação de práticas simbólicas, produzidas por falantes individuais, mas, como diz Araújo (2004), de maneira pública e negociada, de modo que tudo pode ser corrigido e modificado constantemente.

2.2 A dimensão discursiva

Encontramos em Varela, Thompson e Rosch (1991) um apoio do ponto de vista da ciência cognitiva também no que diz respeito à noção de *entorno discursivo*, como explicaremos a seguir.

Para esses autores, a referência aos objetos do mundo é vista como uma fusão entre o que dizemos da coisa e a própria coisa dita, ou, nas palavras de Cavalcante e Costa (2006, p.15), “há uma dependência mútua, um ‘acoplamento’ entre o sujeito cognoscitivo e o objeto cognoscível”. Essa idéia pode ser perfeitamente conjugada à noção de que não somente os elementos “puramente” lingüísticos estão envolvidos no processo de referência, mas também o mundo e os próprios falantes, com suas atividades de apontamento e percepções das coisas do mundo, conforme nosso pressuposto no que diz respeito ao *entorno discursivo*.

Cabe acrescentar aqui uma breve reflexão sobre *texto* e *discurso*, que reforça nosso posicionamento sobre a impossibilidade de isolar fatos puramente lingüísticos em uma análise de processos referenciais.

Numa visão mais estreita, como a de Cornish (2007, p.3), “*texto* é o traço de pelo menos um ato de enunciação realizado tanto em termos de traço verbal ou lingüístico quanto não-verbal – que pode ser gestual, sensório-perceptual ou prosódico”. Valendo-se da noção de *pistas contextualizadas*, de Gumperz (1992), Cornish (2007) concebe o texto como seqüências conectadas de sinais e signos que apontam para possíveis maneiras de construir o discurso dentro de um contexto particular, em termos cognitivos. O discurso, por sua vez, seria:

(...) o produto hierarquicamente estruturado, mentalmente representado de uma seqüência de atos enunciativos proposicionais, ilocucionários e indexicais os quais os participantes desempenham enquanto a comunicação se desdobra. (CORNISH, 2007, p.3)

Para este autor, o texto é essencialmente linear, enquanto que o discurso é hierarquizado, mas, infactível, pois decorre da construção provisória de uma interpretação situada. Assim, para Cornish (2007), o sentido não está completamente *dentro* do texto, mas precisa ser construído pelos falantes através do texto em conjunção com um contexto adequado, incluindo o conhecimento de mundo, o gênero do texto em questão e as convenções sociais que regulam o evento lingüístico relevante. O problema é que, vistos desse modo, *texto* e *discurso* parecem linhas em paralelo, quando, para nós, são linhas entrecruzadas.

Retomando o percurso trilhado pela Lingüística, mais especialmente a Lingüística Textual, no sentido de definir *texto*, Cavalcante (no prelo) aponta para os riscos que se corre se tentarmos separar radicalmente *texto* e *discurso*, considerando o texto como uma representação abstrata do que se poderia chamar *textualidade* determinada por fatores de coesão e coerência, como a que postularam, por exemplo, Halliday e Hasan (1976). De acordo com Cavalcante (no prelo), a natureza semântico-estrutural do estudo desses autores enfatiza a dicotomia coesão/coerência (externa/interna), quando, na verdade, a própria coesão deve ser considerada como um tipo de coerência, já que esta diz respeito à unidade de porções de sentido de um texto. *Grosso modo*, a coesão seria responsável pelas conexões lingüísticas no nível mais superficial do texto, enquanto que a coerência seria constituída pelos fatores mais pragmáticos. A questão aqui é que, na dimensão discursiva,

as conexões lingüísticas aparentemente superficiais, como os mecanismos coesivos referenciais (conforme KOCH, 1989), dependem também – e essencialmente - de fatores não apenas pragmáticos, mas cognitivos e interacionais.

Para Koch (2004):

A produção de linguagem constitui *atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução – e dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal. (KOCH, 2004, p.33)

Ressaltamos, das palavras da autora, a importância do aspecto interativo e da mobilização de conhecimentos para a construção de um texto; para esta autora, a superfície textual é como a ponta de um iceberg, que ocultaria, na parte submersa, grande parte do significado. Numa análise discursiva da referenciação, consideramos que os elementos do texto e do discurso são, portanto, interligados e coabitam o mesmo plano, compondo a própria dimensão discursiva.

Araújo (2004) enfatiza os aspectos mais ideológicos da interação entre os falantes, mas indica que há vários fatores concomitantes:

Para a dimensão discursiva contam aquele que fala, a quem fala, discute-se o papel do sujeito dos enunciados, ocupa-se com o modo como o falar é objeto de certo tipo de interesse, regulado por circunstâncias, quais sejam, os fatores culturais, sociais, éticos, políticos. (ARAÚJO, 2004, p.199)

Na verdade, para a dimensão discursiva que estamos delineando aqui, os falantes, os objetos, os interesses e as circunstâncias histórico-sociais não apenas contam, mas devem ser vistos em conjunto, ao lado da situação imediata em que os falantes estão envolvidos no momento da interação; e o texto, portanto, deve ser visto como emergente da dimensão discursiva. A definição que se aproxima dessa noção é a que encontramos em Cavalcante (no prelo), para quem o texto é algo que se abstrai da relação entre texto, leitor e autor, dentro de um contexto sociocultural específico; dentro dessa perspectiva, o texto não é simplesmente uma superfície material que conduz ao discurso, mas é visto como indissociável dele e é definido pelo uso.

Concluimos, a partir do capítulo anterior, que, ao referir, não procuramos uma verdade sobre coisas que estariam no mundo, prontas para serem reveladas e acessadas; por outro lado, também não podemos explicar a referência somente pela negociação que se

dá no discurso – senão, teríamos que inventar toda a linguagem a cada interação. Neste capítulo, recorreremos ao enacionismo para postular que o significado possibilitado pelo processo referencial também não está somente na cabeça dos falantes: construímos nosso discurso à medida em que falamos e interagimos com o outro. A própria subjetividade está à mercê de modificações. Ao mesmo tempo, é preciso admitir que dispomos de memória e de outros mecanismos e capacidades cognitivas que nos permitem fazer inferências e agir, inclusive lingüisticamente, ao referir o mundo. Além disso, reiteramos a noção de que o sentido se completa na interação entre os falantes, em processos particulares de negociação, porém, os falantes são sujeitos ideológicos, isto é, pertencem a uma determinada época, a uma determinada classe social, etc. Ao mesmo tempo, estão imersos no mundo também sob o aspecto físico, a partir do qual usam seus sentidos e percebem os objetos e as coisas. Por isso, a construção dos objetos do discurso, isto é, a referência, é resultado da fusão que emerge da ação dos falantes entre si e sobre os objetos do mundo, constituindo, assim, a dimensão discursiva – sem a qual, a nosso ver, não é possível pensar a referenciação.

Mencionamos, aqui, que os falantes “percebem” o mundo e, ao fazê-lo, também distinguem, classificam e designam as coisas à sua volta; esse procedimento cognitivo é chamado de *categorização*. Para que possamos estabelecer nossos pressupostos também quanto a esse assunto essencial à referenciação, dedicamos-lhe o próximo item.

2.3 Categorização

2.3.1 Cognição e filosofia

De acordo com Bruner (1974), perceber é categorizar, conceitualizar é categorizar, aprender é formar categorias, tomar decisões é categorizar. Como essas atividades também estão diretamente envolvidas no processo de referência, referir também implica categorizar.

Bruner (1974), no entanto, parte do princípio de que as informações de entrada, ou seja, as informações sobre o que percebemos no mundo, são organizadas em termos de categorias pré-existentes – o que contraria frontalmente nossa abordagem neste trabalho. A

categorização é, na verdade, um processo que evidencia ainda mais o caráter de construção discursiva da referência, como demonstraremos no decorrer deste trabalho.

Para Lakoff (1987), a organização do mundo através da razão e do pensamento tem uma base física, material, corporal; o autor afirma que nossas experiências materiais e a maneira como usamos a imaginação são centrais na forma de construir categorias e dar sentido às experiências. Para ele, o pensamento é encarnado, imaginativo, tem propriedades gestálticas e uma estrutura ecológica. A razão, diz Lakoff (1987), só é possível através do corpo – e, nesse sentido, aproxima-se do enacionismo. E, ainda sob o ponto de vista do autor: sem a capacidade de categorizar, não podemos funcionar quer no mundo físico, quer no mundo social ou intelectual; a compreensão de como categorizamos é central para a compreensão de como pensamos, de como funcionamos e do que nos faz seres humanos.

Reforçando a opinião de que as categorias não são arbitrárias, como pensavam os psicólogos behavioristas, Rosch (1978) apresenta sua Teoria Prototípica. A autora cita o seguinte trecho de Jorge Luis Borges, que trata de uma taxonomia do reino animal, atribuída a uma enciclopédia chinesa:

Nestas páginas remotas está escrito que os animais são divididos (a) nos que pertencem ao Imperador, (b) nos embalsamados, (c) nos que são treinados, (d) nos porcos lactantes, (e) nas sereias, (f) nos fabulosos, (g) nos cães de rua, (h) naqueles que estão incluídos nesta classificação, (i) nos que tremem como se fossem loucos, (j) em enumeráveis, (k) naqueles desenhados com um fino pincel de camelo, (l) em outros, (m) naqueles que acabaram de quebrar um vaso de flores, (n) naqueles que parecem moscas à distância. (Jorge Luis Borges, 1966 – citado por ROSCH, 1978, p.27)

Rosch (1978) observa que alguns sistemas de classificação podem aparecer na imaginação dos poetas, sem necessariamente corresponder a classes de objetos que existem na prática ou que tenham sido organizados pelo homem em algum contexto cultural. Para Rosch (1978), a categorização acima é possível porque a categorização humana não deve ser considerada como um produto arbitrário de um acidente histórico ou do capricho do ser humano, mas sim como o resultado de princípios psicológicos de categorização.

Para cada conceito, segundo a autora, existem representantes mais ou menos típicos, sendo que alguns membros podem representar melhor uma categoria do que outros, pois nem todos os membros possuem o mesmo *status*. Por isso, podemos dizer que nem

todos os elementos pertencentes a uma categoria compartilham exatamente as mesmas características, sendo que estas podem ou não ser mais comuns ou mais facilmente associadas aos membros de uma categoria em geral. Assim sendo, os melhores exemplos de elementos de uma classe, definidos como aqueles que contêm aspectos que melhor refletem a estrutura da categoria como um todo, são chamados de *protótipos* ou *elementos prototípicos*. Então, em uma categoria existem *elementos prototípicos*, isto é, exemplares mais representativos e distintivos, os quais são mais facilmente reconhecidos, uma vez que possuem mais características compartilhadas por outros membros da mesma categoria, e menos características de membros de outras categorias; e *elementos periféricos*, isto é, membros de uma categoria que compartilham poucas características com os outros elementos de sua categoria.

Nesta teoria, Rosch (1978) propõe o conceito de *hierarquias conceituais*, utilizadas na representação das inclusões de classe entre as categorias. A hierarquia se compõe de três níveis: o *nível superordenado*, o *nível básico* e o *subordinado*. Como exemplo dessa hierarquia podemos citar *animal*, como categoria do nível superordenado, *cão*, para o nível básico e *labrador*, para o nível subordinado. Estes conceitos implicam não uma visão de exatidão acerca dos elementos, mas sim uma interpretação em termos de graus de prototipicidade. Para a autora, embora a lógica trate as categorias como possuindo membros que ou pertencem completamente ou não pertencem de todo a uma categoria, as línguas naturais possuem, elas mesmas, mecanismos lingüísticos para a codificação e tratamento de gradientes entre os membros de uma categoria.

Ao postular a flexibilidade entre as categorias, visto que os protótipos não são considerados como fronteiras estanques entre um e outro representante da categoria em que se enquadram, Rosch introduz a lógica *fuzzy* na Psicologia e na teoria da Cognição.

Um outro conceito interessante em Rosch (1978) é o da *estereotipia*, compreendida como um fenômeno de *economia cognitiva*, segundo o qual as representações de conhecimento no sujeito se organizam, permitindo que uma grande quantidade de informação possa ser processada com o mínimo de esforço cognitivo. Conforme a autora, há processos evolutivos que resultam na transformação de protótipos em estereótipos. Os nomes que denotam categorias ditas básicas (como *cão* e *gato*) são responsáveis pela estabilização dos protótipos em diferentes processos comunicativos, pois conceitualizam uma entidade em um nível de representação intermediário, nem superordenado (categorias expressas por hiperônimos, como *animal*), nem subordinado (hipônimos, como *labrador* e

persa). Já em um segundo momento, através da comunicação lingüística, de acordo com a autora, o protótipo poderia ser compartilhado entre uma grande quantidade de indivíduos, por meio da sua nomeação, o que o tornaria um objeto socialmente distribuído e estabilizado num determinado grupo de sujeitos. O protótipo compartilhado evoluiria para uma representação coletiva, então, que a autora chama de *estereótipo*. Porém, acreditamos que tanto na prototipia quanto na estereotipia o processo é coletivo, no sentido de que nos dois processos está envolvida a negociação entre os falantes que permite uma certa estabilização (sujeita constantemente a renegociações) dos significados. Isso porque um protótipo não é construído exatamente por ter características inerentes ou naturais, mas também é fruto da ação dos falantes que, em conjunto, em determinado contexto histórico, social e cultural, percebem e estabilizam um certo significado. Isso explica, por exemplo, por que categorizamos *tomate* como *legume* e não como *fruta*: a questão é que utilizamos esse vegetal mais frequentemente como salada, pelo menos no Brasil, nos tempos atuais, ainda que, sob o aspecto estritamente biológico, *tomate* compartilhe das características do grupo das frutas.

O que nos parece mais saliente na diferença entre a prototipia e a estereotipia não é o processo em si, mas a motivação, pois, frequentemente, o estereótipo manifesta um preconceito social e/ou uma qualidade pejorativa. Um exemplo de como a estereotipia pode estar envolvida na categorização em alguns textos é a seguinte:

- (2) – Você viu o caso do pinscher que matou o pitbull?
 - Como assim?
 - O pitbull morreu engasgado. (piada veiculada pela internet)

Neste exemplo, a relação não é entre as hierarquias de classes superordenada/nível básico, mas entre subordinada/subordinada, cujas características estereotípicas estão em jogo. O pitbull identifica-se em alto grau dentro de uma categoria que poderíamos chamar de “cães perigosos”, enquanto que o pinscher enquadra-se como pertencendo, em alto grau, a uma classe de “cães inofensivos”, principalmente em um confronto entre as duas raças. A aposta da piada está justamente na categorização do pitbull como o estereótipo do “cão perigoso” e do pinscher como o estereótipo do “cão inofensivo”. Inicialmente, o interlocutor se surpreende, pois sua expectativa é quebrada; depois, o esquema de agressividade de cães que ele tinha em mente é confirmado e, embora a graça da piada esteja no modo como o pitbull morre, ainda assim, o ponto explorado é a inversão de

características entre as raças de cães, isto é, o modo como, de um modo geral, categorizamos pinschers e pitbulls, com base em estereótipos.

A teoria de Rosch (1978), apesar de haver representado um progresso na compreensão de alguns fenômenos da categorização, deixa sem respostas, de acordo com Cuenca e Hilferty (1999), questões importantes, tais como a possibilidade de haver mais de um protótipo em cada categoria e a quantidade de características em comum com outros membros de uma categoria que um protótipo deve ter – se é que seria possível quantificá-las. Além disso, de acordo com Hampton (1981), parece que a noção de protótipos não se aplica tão bem a conceitos mais abstratos, como *dor e felicidade*, nem a processos mentais, como *comparação e inferência* e nem mesmo a certas entidades concretas, como as formas geométricas. Outro ponto importante que ressaltamos é que o modelo de protótipo é limitado pelo conhecimento que o indivíduo tem sobre as relações entre as categorias.

Em resposta a essas limitações relativas à teoria dos protótipos, podemos mencionar, por exemplo, o conceito de *semelhança de família*, conforme Wittgenstein (1975). Em suas *Investigações filosóficas*, Wittgenstein defende a idéia de que o significado de uma palavra não é um objeto específico que lhe corresponde, mas o aglomerado de usos afins (familiaridades) que ela tem na linguagem. E afasta a idéia de que os elementos tenham *algo em comum*, pois, para ele, isso remete à noção de representações mentais fixas, em que um traço sobre determinada coisa é registrado e os falantes nada mais fariam do que comparar o objeto em questão com aquele registro interno. Um dos exemplos citados pelo autor é o da comparação entre os jogos: assim como podemos encontrar semelhanças, podemos encontrar muitas diferenças entre os jogos de tabuleiro; estes têm semelhanças – mas também diferenças – em relação aos jogos de carta. E esses jogos, se comparados aos jogos de bola, muitas coisas em comum se conservam, mas muitas se perdem. Podemos estabelecer uma comparação entre jogos de esforço mental, paciência e os de esforço físico e assim por diante. E o resultado dessa consideração, diz Wittgenstein (1975), é uma rede complexa de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente.

Nas palavras do autor:

Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que com a expressão “semelhanças de família”; pois assim se envolvem e se cruzam as diferentes semelhanças que existem entre os membros de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, o andar, o temperamento, etc.,

etc. – E digo: os “jogos” formam uma família.
(WITTGENSTEIN, 1975, p.112)

Numa família, dois irmãos podem se parecer e apenas um deles se parecer com a mãe, por exemplo; isso é possível porque as características que fazem um dos irmãos se parecer com a mãe não são as mesmas que ele compartilha com o irmão; assim, nos jogos (e em outras categorias), dependendo do tipo de aspecto que escolhemos ressaltar, podemos fazer múltiplas associações.

Por isso, se aliarmos a noção de semelhança de família à teoria dos protótipos, poderemos dizer, então, que as relações entre os membros de uma categoria nem sempre se dão entre os objetos em questão e o protótipo. Pode ocorrer que um elemento se integre a uma categoria porque compartilha uma semelhança com algum elemento dessa categoria que não é necessariamente o protótipo. Portanto, nem todos os membros de uma categoria precisam ter algum atributo comum entre si e nem mesmo algum atributo em comum com o protótipo, pois as possibilidades associativas são múltiplas.

Também a partir da noção de *semelhança de família* e considerando que são os falantes, em sua atividade interativa e social, os responsáveis pelas categorizações, afastamo-nos da idéia de *protótipo-objeto* (elemento concreto que seja prototípico) e aproximamo-nos de uma noção de *protótipo-entidade cognitiva*, isto é, uma construção resultante de operações cognitivas, que produziria um *efeito de prototipicidade*, devido ao caráter instável, múltiplo e flexível das categorias construídas pelos seres humanos.

Assim, quando falamos em categorias estabilizadas por protótipos, é preciso lembrar pelo menos duas questões centrais: uma é a multiplicidade e a imprevisibilidade de combinações que podem compor uma categoria, bem como sua possível mutação; a outra é que as operações cognitivas, como a prototipia, não podem ser vistas de maneira independente da ação coletiva dos falantes.

2.3.2 Processos referenciais e categorização

Alguns autores fazem distinção entre *categorizar* e *recategorizar*, como Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) e Koch e Marcuschi (1998). Optamos, em Ciulla (2002), por considerá-los também como processos distintos, tendo em conta que, enquanto na categorização um elemento seria introduzido no discurso, na recategorização um elemento já referido seria reformulado, sendo o seu significado alterado de algum modo.

Considerávamos uma diferença entre os dois processos, portanto, no que tange à remissão: na recategorização um elemento seria retomado e na categorização não haveria retomada. Contudo, essa distinção pode se revelar problemática. Atentemos para o exemplo, a partir da leitura de um conto de Moreira Campos:

- (3) O ferro em brasa, que **a própria mulher do filho** trouxe da trempe de tijolos na cozinha. O gemido, contorções do corpo. A pele de fumo voltou a cobrir a ferida. Morreu três horas depois. Longe os vizinhos. Légua e meia o mais próximo. Belarmino teve de ir até lá (o cachorro enrolava-se no chão sob a tipóia do morto). Trouxe outros seres em molambos e grunhidos. E a marcha fúnebre – tipóia oscilante presa à estaca de sabiá – se fez em direção ao distante arruado, onde havia a capela e o telheiro abatido do mercado. No mais, a solidão da noite e dos seres. **A viúva-menina**, sem lágrimas. Duro mundo, carente de umidades. Muitas lições de renúncia. Tão trabalhados todos como a escarpa fendida e crestada pelo tempo, por onde subiam bodes e cabras. (Moreira Campos, *O peregrino*)

Quando, pela primeira vez, há uma referência à personagem feminina, ela aparece como “mulher do filho”, e seria o caso de uma categorização, pela introdução de um elemento ainda não mencionado no texto. Quando é retomada, a mesma personagem é referida como “viúva-menina”, o que lhe acrescenta a informação de ser muito jovem, pela escolha de “menina”, e enfatiza sua condição de mulher sem marido, pela escolha da expressão “viúva”. A expressão “mulher do filho” seria, portanto, recategorizada como “viúva-menina”. Além disso, a expressão “viúva-menina” é uma expressão anafórica, pois retoma “mulher do filho”, que, por sua vez, de acordo com a classificação por nós adotada em Ciulla (2002), seria uma introdução referencial, por não haver nenhuma menção anterior ao referente ao qual remete essa expressão. Num primeiro momento, as relações de categorização, no exemplo (3), poderiam assim ser explicadas. Porém, a observação mais minuciosa nos fez perceber um problema em distinguir entre categorização e recategorização.

Observando novamente a expressão “a própria mulher do filho”, embora se trate de uma introdução referencial, não é possível afirmar que, para construir esse referente, ele não tenha sofrido um reajuste, um remodelamento, isto é, uma recategorização. Isso porque não existe um modelo *a priori* de “a própria mulher do filho”, mas apenas algumas pistas lexicais e a aposta de que, com base em sua experiência e conhecimento particulares, o leitor poderá recriar este personagem. E, nesse processo de recriação, os conceitos são

reacomodados, pois há muitas coisas que variam a cada interação, devido aos vários fatores da dimensão discursiva, conforme a definimos anteriormente, neste capítulo.

Podemos dizer, então, que a recategorização depende do conhecimento prévio do interlocutor e pode ser instalada independentemente de menção no texto. Nas palavras de Cavalcante (2005, p.132) “A ‘recategorização’ é, por definição, uma alteração nas associações entre representações categoriais parcialmente previsíveis, portanto, em nossa visão pública de mundo”. Isto significa que a remissão não é uma condição obrigatória para a recategorização, que pode ocorrer independentemente dela, conforme exemplificamos em (3). Portanto, considerando que pode haver recategorização, seja através de uma expressão de introdução referencial, seja através de uma expressão de continuidade referencial, a associação *obrigatória* que vínhamos fazendo desde Ciulla (2002) entre categorização/introdução referencial em oposição a recategorização/anáfora não é mais válida.

O ponto mais importante a ser notado é que a recategorização não é um fenômeno que se restringe a um ou outro processo referencial. A questão é que *categorizar* implica sempre numa nova categorização, se pensamos do ponto de vista de que a referência é um processo em constante mutação. Em outras palavras, *categorizar* é sempre *recategorizar*, o que torna redundante e esvazia, em parte, o sentido desse último termo⁴.

Tal afirmação pode ser sustentada com base em abordagens como a de Johnson (1987), que defende a noção de que os seres humanos possuem estruturas cognitivas muito gerais, que têm origem em nossas experiências corpóreas. Através de um estudo detalhado com vários exemplos, o autor explica sua hipótese de que formamos esquemas que emergem de nossas experiências sensorio-motoras. Tais esquemas seriam projetados através do poder imaginativo dos seres humanos, não sendo considerados arbitrários, mas alcançados por procedimentos metafóricos e metonímicos que, acrescentamos aqui, também não são apenas processados e reprocessados internamente, mas são renegociados coletivamente pelos falantes. Isso explica, por exemplo, mudanças de significados de palavras relacionadas a esquemas mais básicos e concretos para significados mais abstratos, como o do verbo “ver” que pode ser estendido para “entender”.

Também Lakoff (1988) afirma que as estruturas conceituais que compõem o significado (e, portanto, estão também na base do processo de categorização) têm origem

⁴ Há situações, contudo, em que queremos enfatizar as categorizações sucessivas em uma seqüência do discurso em especial, casos em que empregaremos, eventualmente, a expressão *recategorização*.

em duas fontes: a natureza estruturada da experiência corpórea e social e a nossa capacidade inata de projetar de maneira imaginativa alguns aspectos da nossa corporificação e interação e formar estruturas abstratas. Para este autor, “o pensamento racional é a aplicação de processos cognitivos muito gerais – focalização, *scanning*, superimposição, reversão de figura-fundo, etc. – a essas estruturas” (LAKOFF, 1988, p.89).

Com base em estudos como os que citamos, de Johnson (1987) e Lakoff (1988), defendemos a hipótese de que, sendo as estruturas conceituais que guardamos das coisas tão gerais e sujeitas a modificações, mesmo quando nos deparamos pela primeira vez com um objeto, é preciso um procedimento de formulação para categorizá-lo. Do mesmo modo, aliás, acontece com uma recategorização anafórica, isto é, associamos características dos objetos que percebemos no mundo ao conhecimento de que dispomos, seja ele fornecido pela situação mais imediata (no caso das anáforas, por um elemento referido no próprio texto), seja pela nossa memória e pela experiência de outras percepções e interações, ou melhor, pelo conjunto de tudo isso. Em suma, se dissemos que *recategorizar* é alterar categorias parcialmente previsíveis, e as categorias são sempre mais ou menos previsíveis, então podemos dizer que *categorizar* implica sempre numa recategorização.

As interpretações a respeito dos processos de categorização, a exemplo do que fizemos acima, a partir do exemplo (3), confirmam as noções de instabilidade dos objetos e do mundo e de objetos evolutivos de Apothéoz e Reichler-Béguelin (1995), já que os objetos podem ser redefinidos a cada nova interação entre os falantes. Por isso, estão em jogo, também no processo de categorização, aspectos cognitivos, como a experiência pessoal, a capacidade de inferência, a bagagem de leitura e o conhecimento enciclopédico do indivíduo.

A partir das observações que fizemos, confirmamos também que a categorização é um fenômeno intimamente ligado à referenciação: todo ato de referir implica, também, categorizar, pois ao escolher uma expressão, entre todas as opções que julgar adequadas, incluindo-se aí as invenções, adaptações e transformações, o falante privilegia alguns aspectos e algumas *semelhanças de família* em detrimento de outros, de acordo com as discriminações (ou abstrações ou generalizações, etc.) que a palavra escolhida pode comportar naquela situação de uso. Frisamos que essa seleção não é limitada por um número definido de opções, já que o falante pode até mesmo criar expressões e inventar

categorias de acordo com seus propósitos; na verdade, ela é limitada apenas pela habilidade, memória e conhecimento do próprio falante e de seu interlocutor.

Os exemplos apontam também para o fato de que o fenômeno da categorização não pode ficar restrito às operações meramente lexicais, pois, muitas vezes, especialmente no texto literário, apóia-se muito mais na capacidade de inferência do interlocutor, no seu conhecimento de mundo e no conhecimento compartilhado entre os falantes do que propriamente nas palavras do texto. Isso instiga muitas questões, como as de quais implicações têm os diferentes tipos de categorização para o discurso.

Jaguaribe (2005), em uma análise de um poema de Manuel Bandeira, demonstra como a categorização de uma introdução referencial – e que também não remete, a princípio, a nenhuma outra obra em especial, como é o caso de (4) – pode ser realizada através de várias reformulações. Com o auxílio desse exemplo, mostramos também como as categorizações dependem simultaneamente do léxico e das operações cognitivas, num processo indissociável.

(4) A DAMA BRANCA

A Dama Branca que eu encontrei,
Faz tantos anos,
Na minha vida sem lei nem rei,
Sorriu-me em todos os desenganos.

Era sorriso de compaixão?
Era sorriso de zombaria?
Não era mofa nem dó. Senão,
Só nas tristezas me sorriria.

E a Dama Branca sorriu também
A cada júbilo interior.
Sorria como querendo bem.
E todavia não era amor.

Era desejo? – Credo! De tísicos?
Por histeria... quem sabe lá?...
A Dama tinha caprichos físicos:
Era uma estranha vulgívaga.

Ela era o gênio da corrupção.

Tábua de vícios adúlteros.
Tivera amantes: uma porção.
Até mulheres. Até meninos.

Ao pobre amante que lhe queria,
Se lhe furtava sarcástica.
Com uns perjura, com outros fria,
Com outros má.

- A Dama Branca que eu encontrei,
Há tantos anos,
Na minha vida sem lei nem rei,
Sorriu-me em todos os desenganos.

Essa constância de anos a fio,
Sutil, captara-me. E imaginai!
Por uma noite de muito frio
A Dama Branca levou meu pai.

(Manuel Bandeira, *A dama branca* – citado por JAGUARIBE, 2007, p.11-2)

A princípio, lendo-se somente a expressão “dama branca” podemos interpretá-la – e provavelmente a maior parte dos leitores o faria - como uma mulher, especialmente num poema, em que *mulher* é um tema freqüente. No entanto, no último verso, mais especialmente por causa da expressão “levou meu pai”, percebemos que a “dama branca” é a morte. No entanto, essa passagem, de uma à outra, faz com que a construção do objeto *morte* seja feita sob um determinado ponto de vista, enfatizando certos sentimentos de dor e tortura que o autor do poema quis atribuir à morte. Sobre a expressão “A dama branca”, do título, Jaguaribe (2005) salienta que:

(...) essa introdução referencial já se faz por meio de uma recategorização. Tendo em vista que o processo de categorização tem um forte componente cultural, não nos parece coerente desconsiderar que o objeto-do-mundo “morte” já se encontra devidamente categorizado em nossa sociedade; o que fez o poeta foi enfocá-lo em uma nova perspectiva, como convém à palavra poética. (JAGUARIBE, 2005, p.12)

Muitos outros aspectos sobre os processos referenciais desse poema foram explorados pela autora, como, por exemplo, os recursos utilizados – em especial as categorizações - para que o leitor possa construir a imagem da morte como o de uma

prostituta (“Era uma estranha vulgívaga./Ela era o gênio da corrupção./Tábua de vícios adúlteros./Tivera amantes: uma porção./Até mulheres. Até meninos.”) que finge amar (“Sorria como querendo bem./E todavia não era amor.”), causando a dor que uma mulher assim poderia provocar em um homem que dela se enamorasse (“Ao pobre amante que lhe queria,/Se lhe furtava sarcástica./Com uns perjura, com outros fria,/Com outros má.”).

A própria escolha do título, numa referência óbvia a uma figura feminina, já se presta a que, na construção do referente, essa associação entre *mulher* e *morte* seja feita – e é aqui que se evidencia, também, que as relações entre léxico e cognição são embricadas. Na verdade, a explicação para essa relação é a de que a definição das palavras, tal qual ela aparece no dicionário, por exemplo, é apenas parte daquilo que um falante utiliza para atribuir-lhe um significado. Sem a participação dos falantes e suas atividades cognitivas, o léxico é apenas uma lista de palavras desconectadas.

Parece que, no discurso literário e especialmente nos poemas, o escritor aposta, com mais frequência do que no texto não-literário, nessa característica das expressões e na capacidade do leitor em inferir significados e construir referentes, num maior investimento na função estética. Não é nosso interesse investigar as relações entre a frequência de funções e os gêneros ou outros tipos de categorias de texto; contudo, no Capítulo 4, indicamos a questão da estética como uma das funções possíveis, desempenhadas pelos processos referenciais.

Voltamos ao exemplo:

(3) O ferro em brasa, que **a própria mulher do filho** trouxe da trempe de tijolos na cozinha. O gemido, contorções do corpo. A pele de fumo voltou a cobrir a ferida. Morreu três horas depois. Longe os vizinhos. Légua e meia o mais próximo. Belarmino teve de ir até lá (o cachorro enrolava-se no chão sob a tipóia do morto). Trouxe outros seres em molambos e grunhidos. E a marcha fúnebre – tipóia oscilante presa à estaca de sabiá – se fez em direção ao distante arruado, onde havia a capela e o telheiro abatido do mercado. No mais, a solidão da noite e dos seres. **A viúva-menina**, sem lágrimas. Duro mundo, carente de umidades. Muitas lições de renúncia. Tão trabalhados todos como a escarpa fendida e crestada pelo tempo, por onde subiam bodes e cabras. (Moreira Campos, *O peregrino*)

Nesse caso, o ponto de vista que é construído é o do sogro, Belarmino: é ele quem, a princípio, vê a mulher como a mulher de seu filho; mas, a partir do momento em que o filho morre, começa a vê-la como uma mulher disponível. Essa progressão nos sentimentos

de Belarmino pode ser percebida, pelo leitor, através das expressões que são sucessivamente categorizadas, conforme explicamos nos parágrafos anteriores.

Além disso, a carga dêitica do verbo “trouxe” faz com que o leitor seja inserido na cena da narrativa, posicionando-se junto a Belarmino, contribuindo, assim, para a categorização e para a construção da referência. Essa análise mostra como as expressões referenciais, em conjunto e, muitas vezes combinadas com outras pistas, deixadas inclusive por expressões não-referenciais, ajustam o foco do leitor e entrelaçam-se, completando o sentido do texto. Se os dêiticos, muitas vezes, são responsáveis pelo deslocamento do foco de um locutor para outro, como fica evidente em (3), as categorizações, ora realizadas por introduções referenciais, ora por anáforas recategorizadoras que modificam, sucessivamente, ao longo do texto, um mesmo referente, têm o papel de fazer conhecer o estado cognitivo dos locutores que se alternam.

Há ainda, algumas situações que não foram contempladas por nenhuma das explicações apresentadas:

- (5) A mulher está esperando o trem, na plataforma da estação ferroviária, superapertada, com vontade de urinar. Pra variar, o trem está atrasado, e se ela perde esse não consegue chegar a tempo no serviço. Mas o trem não vem, e a vontade de fazer xixi aumenta. Ela olha pro relógio, será que dá tempo? Mas e se o trem chegar justo na hora que ela for mijar? Ela se contorce daqui e dali, até que não agüenta mais e vai ao banheiro. Quando ela volta, o seu trem havia chegado e já havia partido. Inconformada, ela senta no chão da plataforma e começa a chorar. Ao vê-la assim, o mineirinho aproxima-se de mansinho, e diz a ela, solidário:
- Ô, Dona! Pur que esta choradera?
- É que eu fui mijar e o **trem** partiu! – explica a mulher.
E o mineirinho:
- Uai, mas a senhora já num nasceu com o **trem** partido?”(piada - citado por LIMA, 2003, p.122)
- (6) Só não crio juízo, porque não sei o que **eles** comem. (piada - internet)

Em (5), o personagem categoriza “trem” como *órgão genital feminino* e não como *locomotiva*, como era de se esperar em um contexto como o do exemplo, em que a cena é situada numa estação ferroviária e a “problemática” da personagem principal foi não conseguir chegar a tempo de pegar o trem para o trabalho. A graça da piada está justamente no inusitado da categorização, que é compreendida a partir do verbo “nasceu com o **trem** partido” e com auxílio da pista de que o personagem é mineiro, pois

associamos, estereotipicamente, a figura de um caipira a um mineiro que usa expressões como “uai” e “trem”. Além disso, o fato de a moça da história ter mencionado que foi ao banheiro urinar também colaboram para a compreensão da categorização feita pelo mineiro.

Lima (2003) propõe um esquema de construção da metáfora nesse tipo de ocorrência em seu estudo sobre a (re)categorização. Quanto a nós, queremos chamar a atenção para o fato de que as operações cognitivas que são exigidas no processo de categorização fazem parte do próprio sentido do texto e, muitas vezes, são manipuladas propositalmente, com o intuito, por exemplo, de causar riso.

Em (6), observamos o mesmo efeito de piada, que, como em (5), é causado por uma possibilidade de categorização. Embora a expressão “criar juízo” seja bem conhecida, significando “começar a ter responsabilidade”, é provavelmente a combinação dos verbos “criar” e “comer” que permite categorizar “juízo” como um bicho; “criar” porque é um verbo normalmente associado à idéia de criar animais e “comer” porque alimentar o animal é uma das principais tarefas que identifica o seu “criador”. Notamos que a expressão “eles” funciona, em conjunto com os verbos, como disparador do processo de categorização de “juízo”, pois, na verdade, é a sua categorização como *bichos* que permite a remissão a “juízo” e a sua simultânea categorização como *bicho*. Nesse exemplo, então, são outras pistas, não dadas exatamente por expressões referenciais, mas pelos verbos e seus usos junto a certas expressões, que permitem que a recategorização seja realizada.

Tais observações antecipam algumas das funções que dimensionamos neste trabalho, especialmente a partir do Capítulo 4, como a que identificamos acima, de provocar um efeito humorístico e que classificamos, neste trabalho, como uma função sobretudo estética.

Segundo Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), podem ocorrer três situações de (re)categorização:

a) quando a transformação do objeto de discurso ocorre no momento da designação:

(7) Ele reconhece ter rodado bêbado(...) O tribunal de correção infligiu ontem uma pena de reclusão a **este recidivista**. (citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p.247)

b) quando a expressão referencial despreza predicções que tenham modificado o objeto anteriormente:

- (8) (Depois de uma informação sobre a hospitalização de Madre Teresa) O prêmio Nobel da paz deverá voltar para a casa **dela** neste fim-de-semana. (citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUÉLIN, 1995, p.254)

c) quando a expressão referencial homologa as transformações que o objeto vinha sofrendo.

- (9) Uma japonesa pode escolher o melhor dos 353 lugares de um Jumbo, ao encontrar-se sozinha a bordo de um Boeing 747, anunciou a British Airways. Não podendo transferi-la para um outro vôo, a companhia se viu obrigada a manter o vôo para **esta única passageira**. (citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUÉLIN, 1995, p.254)

Em primeiro lugar, notamos que essa classificação parte do princípio de que se pode atribuir força quase que exclusiva a uma única expressão no que diz respeito à categorização, o que fica evidente nos tipos *a)* e *b)*. Em (8), a discrepância morfossintática entre “ela” e “o prêmio Nobel da Paz”, embora não dificulte a interpretação de que a pessoa premiada era do sexo feminino, certamente está em relação também com um objeto referido nesse mesmo texto por “Madre Teresa”, ou, no mínimo, aposta no conhecimento do leitor de que, naquele momento, a pessoa premiada pelo Nobel da Paz era Madre Teresa. Em (7), o exemplo não está completo, por isso não podemos afirmar que haja ou não alguma pista que fizesse prever a recategorização “este recidivista”; ou seja, talvez a informação sobre a repetição da ação tenha mesmo sido introduzida pela expressão, mas, ainda assim, para compreender em que o indivíduo reincidiu, por exemplo, é preciso buscar informações dispersas no texto.

A sugestão de Cavalcante (2000) é a de que as situações possíveis sejam condensadas em duas: uma, quando a própria expressão opera a transformação, outra quando a expressão já vinha sendo processada. Abaixo, exemplificamos essa modificação proposta por Cavalcante (2000), que, para nós, evidencia a perpetuação de um dos principais problemas da proposta original, que, como dissemos acima, é a importância praticamente exclusiva de um item lexical ou de uma expressão na recategorização.

O primeiro bloco agrupa os casos em que:

- 1) a própria expressão referencial opera a transformação (item *a* acima).

- (10) Houve um tempo, nos primeiros anos do PT, que a facção mais radical do movimento era chamada de xiita, referência ao grupo fundamentalista iraniano do aiatolá Khomeini, o mais impaciente e rebelde. "A gente não queria tudo, agora e já. E dava para entender: estávamos saindo de uma ditadura, existia uma espécie de febre de realizar, na prática, todas as

teorias. Foi um erro". Quem faz **essa confissão de culpa** é Luiza Erundina de Sousa..." (citado por CAVALCANTE, 2000, p.151)

No exemplo (10), a expressão em negrito, que é uma expressão anafórica encapsuladora com dêixis, estabelece uma interpretação sobre a declaração de Luiza Erundina. Sobre esse exemplo, dissemos, em Ciulla (2002) que não havia, anteriormente, no texto, nenhuma menção explícita para que se pensasse nessa declaração como uma "confissão de culpa": o enunciador mostra o seu ponto de vista a respeito das palavras de Erundina através da expressão encapsuladora que refere um trecho anterior e, ao mesmo tempo, realiza uma categorização. No entanto, reanalisando, aqui, esse exemplo, parecemos que as próprias palavras de Erundina (entre aspas, no exemplo) dão pistas de que se trata de uma desculpa, o que não permite dizer que não houvesse absolutamente nada que preparasse o leitor para a categorização como uma "confissão de culpa"; ou seja, não é apenas a própria expressão referencial que opera a transformação nesse caso. Encontramos em Francis ([1994] 2003), então, uma situação em que um referente é categorizado de modo mais "imprevisível" e, portanto, poderia ilustrar melhor o caso:

- (11) (a) Anthony Burgess thinks hero worship is peculiar to the British. He explains it by our obsession with the past and our preference for believing in the supremacy of people over ideas. 'In contrast to Plutarch's Lives, which contain no real people, it is healthy on the part of the British to think that history is made by people going to the toilet or having indigestion.

'While this is **an old-fashioned diagnosis**, in line with Carlyle's maxim that history is the essence of innumerable biographies, there is cogency in the notion that we, unlike Europeans, and especially the French, do not approve of seeing abstruse values exalted over individual achievement. (citado por FRANCIS, [1994] 2003, p.197)

(b) Anthony Burgess pensa que o culto a heróis é uma característica peculiar dos britânicos. Ele explica isso através da nossa obsessão pelo passado e pela nossa preferência por acreditar na supremacia de pessoas sobre idéias. 'Em contraste com Plutarch's Lives, que não contém pessoas reais, seria saudável, da parte dos britânicos, pensar que a história é feita por pessoas que vão ao banheiro e sofrem de indigestão'.

Enquanto este é **um diagnóstico fora de moda**, de acordo com a máxima de Carlyle de que a história é a essência de inúmeras biografias, não há como refutar a noção de que nós, diferentemente dos europeus e, especialmente, dos franceses, não aprovamos ver valores obscuros sendo exaltados em detrimento de conquistas individuais.

Não parece haver, no trecho anterior a "um diagnóstico fora de moda", no exemplo (11), algo que contribua para prevermos essa categorização (como algo fora de moda)

sobre o que diz Anthony Burgess. Porém, ressaltamos que, mesmo assim, a categorização depende do trecho a que se refere, em que há a explicitação do ponto de vista de Anthony Burgess, até para que o contraste de opiniões seja estabelecido. Assim, o grau de previsibilidade do tom em que a categorização é realizada pode ser diferente, em diferentes contextos, mas não significa que o entorno discursivo não tenha um papel no processo. Isto é, mesmo que haja uma maior localização da informação necessária para a realização da categorização, acreditamos que esse processo não acontece de maneira completamente isolada, mas depende de todo o entorno.

O outro bloco proposto por Cavalcante (2000) reúne as situações em que:

2) a categorização já vinha sendo processada e a expressão referencial apenas a confirma (itens *b* e *c* da classificação de APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1995).

Exemplo:

- (12) Mas a réplica do defensor de David Bruck foi brilhante. Primeiro, ele tratou de comprovar que Susan Smith era ainda mais desequilibrada do que se imagina. O assassinato dos filhos não seria fruto do desejo de permanecer com o namorado e sim o resultado da busca desesperada por um pai. Em defesa de sua cliente, Bruck trouxe o testemunho de um dos maiores especialistas em insanidade do país e não viu problemas em revelar que ela manteve relacionamentos amorosos com o padrasto e com o pai de um namorado. **Essa "falta de uma referência paterna"** seria a causa da paranóia de perder o namorado. (citado por CAVALCANTE, 2000, p.153)

Observe-se que, no exemplo acima, através das menções de "busca desesperada por um pai" e "manteve relacionamentos amorosos com o padrasto e com o pai de um namorado", o autor já fornece alguns elementos do qual se vale a expressão anafórica "essa falta de referência paterna".

No exemplo (12), o anafórico opera o que Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) chamam de *homologação de atributos explicitamente predicados*, que os autores incluem no tipo *c*), exemplo (9). Nessa estratégia, o sujeito enunciador se vale de uma espécie de rede de relações semânticas entre as expressões que vão se encadeando e culminam na expressão dêitica, que as homologa. Para os autores, somente esse tipo não encerra sozinho um poder de argumentação, já que herda de pistas e indicações anteriores aos matizes que o enunciador pretende dar ao seu ponto de vista. Consideramos, no entanto, que no outro tipo, como o exemplificado em (11), o poder de argumentação também não é encerrado pela expressão, mas se encontra na própria estratégia de categorização, que não se resume à expressão em questão.

Para Cavalcante (2000), enquanto nas transformações realizadas pela expressão referencial há o acréscimo de novos atributos para o discurso, nas homologações as expressões referenciais são mais reiteradoras. Assim, enquanto no primeiro caso a designação freqüentemente expressa um ponto de vista do enunciador ou indica como a proposição deve ser interpretada, no segundo, ela tem um papel mais reiterador, apenas reafirmando o que já vinha sendo dito. Pensamos que essa conclusão pode ser tomada, contudo, reiteramos que não podemos desprezar o aspecto de que nos dois casos as informações anteriores devem ser levadas em conta para a interpretação das categorizações que são feitas, isto é, o fato de haver um grau maior de alteração promovido por uma expressão referencial não significa que todo o valor da categorização realizada seja concentrado somente nessa expressão.

Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) subdividem, ainda, o grupo das recategorizações que transformam o objeto no momento da designação em *explicitas*, *implicitas* e *por modificações da extensão do objeto*. Observamos que há uma disjunção de critérios no que diz respeito aos subtipos: enquanto que para os dois primeiros o critério é a suposta explicitude das categorizações, para o último, é o modo pelo qual o anafórico recuperaria o objeto em questão.

Tavares (2003), além de criticar a falta de homogeneidade dos critérios de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), defende uma tipologia a partir dos critérios explicitude/implicitude da categorização, classificando as expressões categorizadoras como *cognitivas* e *lexicais*. O principal mérito de seu trabalho, a nosso ver, foi a inclusão de anáforas que não efetuam retomada entre as expressões que operam recategorizações – o que, para nós, já representava um indicativo de que é preciso desvincular o processo de categorização dos eventos anafóricos. Um dos exemplos da autora é:

- (13) Este é o material que chegou aqui, do Banco Real. Desculpe por ter sido aberto **um envelope**, por engano, pelos meninos. Aqui tudo está bem. Recomendações à família. (*Corpus* do Prottexto – citado por TAVARES, 2003, p.137)

Classificando “um envelope” como uma anáfora indireta, Tavares (2003) indica que, embora sem retomada, houve um processo de categorização, com o que concordamos. Porém, para a autora, nesse caso, o processo de categorização é *somente cognitivo*; o problema de separar categorizações cognitivas e lexicais, para nós, é o de que os aspectos cognitivos fazem parte da própria operação de referência, o que significa dizer que não

existe uma categorização meramente “lexical” ou “apenas cognitiva”. Pode acontecer de, em algumas situações, certas categorizações se manifestarem mais explicitamente através de uma palavra em especial, mas todas envolvem um processamento cognitivo, mesmo nas repetições. Por outro lado, para que haja categorização é preciso que ela seja, de algum modo, sinalizada. A questão, nesses casos, é que é preciso seguir indicações, dadas por outras expressões do texto e/ou pelo conhecimento compartilhado a que nos remete o entorno discursivo, que nos permitem interpretar as categorizações que são realizadas. Assim, as pistas nos são dadas de vários modos, e algumas são mais óbvias (o que também depende de cada falante, da situação, etc.), mas nem por isso são “não-cognitivas”; em nossa opinião, todo processo lingüístico tem uma relação de interdependência com a cognição.

Contudo, o problema essencial dos estudos com base na classificação de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) é que muitas das observações e dos exemplos ficam limitados a um certo item lexical, como se a recategorização fosse eventualmente um fenômeno bem localizado e delimitado geograficamente, conforme a explicação dada por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) para os exemplos (7) e (8). Apenas no tipo exemplificado por (9) admitem os autores que o objeto já sofrera alterações anteriormente. Porém, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) e todos os autores que os repetiram, como Cavalcante (2000), Ciulla (2002) e Tavares (2003), não perceberam que nem sempre é possível estabelecer com precisão o momento da categorização. Um exemplo bem evidente disso é o que observamos no exemplo (6), em que, para completar o processo de categorização em “Só não crio juízo porque não sei o que eles comem”, é preciso terminar de ler a frase, depois voltar ao começo, para, num movimento circular de inferências, chegar-se novamente a “eles” e entendê-los como *animais*. Isso porque a pista inicial já estava disponível, desde “crio juízo”; porém, o verbo “comem”, do final, é que desencadeia o processo de categorização, mas não podemos atribuí-lo inteiramente (ou exclusivamente) nem à expressão anafórica em si, nem ao referente indicado por “juízo”, que é recategorizado, e nem aos verbos “crio” e “comem”. Além desse caso, as próprias situações dadas como exemplo das tipologias fundamentadas em Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) que citamos, muitas vezes, apresentam pistas anteriores ao item a que são atribuídas as categorizações, mas são desprezadas pela análise, como o que indicamos sobre o exemplo (10). E, como já dissemos, não existe um modelo completo *a priori* de nenhuma categoria.

Por isso, ao invés de focalizar o momento em que ocorrem as categorizações e recategorizações, parece-nos importante averiguar que estratégias e expressões estão envolvidas no processo. Observamos algumas delas no que diz respeito à *base de dados* em que são feitas certas categorizações, como a que mostramos no exemplo a seguir:

(14) (a) (Il est question d'un couple qui vient de danser)

Dans les bras mous de cet homme qui n'avait pas la force de la faire tourner, elle avait eu la sensation de subir l'étreinte d'un poulpe sorti de l'eau, et elle en avait rêvé deux nuits de suite, se réveillant en nage. "Puis-je espérer vous revoir?" lui avait demandé **le poulpe**. (A. Tabucchi, *Piazza d'Italia*, 80 - *corpus* de Denis Apothéloz)

(b) (Trata-se de um casal que acaba de dançar)

Nos braços moles deste homem que não tinha força para fazê-la rodopiar, ela tinha tido a sensação de ter sido abraçada por um polvo que saiu da água e ela tinha sonhado duas noites seguidas com isso, acordando-se banhada. "Devo esperar revê-la?" havia lhe perguntado **o polvo**.

Aqui, a categorização do homem como "polvo" confirma a descrição da sensação da personagem, que teria sido a de "ser abraçada por um polvo". O que chama a atenção, no entanto, é que a categorização é feita sob a voz do narrador, promovendo uma fusão dos pontos de vista entre narrador e personagem (no Capítulo 4, apresentamos mais detalhes sobre esse tipo de heterogeneidade discursiva).

Através dos exemplos que apresentamos ao longo deste capítulo, pode-se perceber que é pouco frutífera uma análise dos diferentes casos de categorização em termos do momento em que ela ocorre, ainda que pudéssemos apreciar esse aspecto com precisão. Nossa sugestão é a de que a categorização seja avaliada sob o ponto de vista da função que desempenha, juntamente aos processos referenciais

Resumindo o conteúdo desta seção, dissemos que, em primeiro lugar, a categorização é um processo cognitivo que se relaciona de maneira estreita com a referenciação, pois é através dele que decidimos e formulamos as categorias para as quais apontam nossas designações. Nesse processo cognitivo, as categorias não são estanques e mesmo a prototipia é fruto de negociações coletivas, sujeita a constantes modificações. Imprevisíveis e mutantes, as categorias podem, no entanto, ter papéis muito definidos, cuja verificação é possível, considerando-se o seu processo de construção no discurso. A questão central, a nosso ver, é que os processos referenciais e as categorizações que são promovidas na malha discursiva imbricam-se, de modo que não podemos interpretar completamente um sem ver o outro. Além disso, a observação de que a categorização não é

um fenômeno essencialmente lexical e nem puramente cognitivo reforça a hipótese de que os fenômenos lingüísticos e, portanto, também os fenômenos referenciais, dependem de uma interpretação em que texto e discurso estão indissociavelmente imbricados e em que todos os fatores da dimensão discursiva são levados em conta (o que não impede que o nosso foco seja direcionado a um ou outro aspecto, no caso, em nossa pesquisa, o aspecto funcional dos processos referenciais).

E, ainda que o processo de categorização em si não se distinga por estar associado a introduções referenciais ou anáforas, pode ter diferentes funções e efeitos, dependendo dos diferentes processos referenciais e da situação nos quais é realizado.

No capítulo seguinte, coerentemente aos princípios que vimos delineando sobre como funcionam os fenômenos referenciais no discurso, definimos o que consideramos como processos anafóricos, dêiticos e de introdução referencial nesta pesquisa.

3.1 A fluidez dos eventos referenciais

Segundo Apothéloz (1995b, p.169), “não há tipologia satisfatória dos fatos anafóricos”. Para Koch e Marcuschi (1998, s/p), “A retomada anafórica é a estratégia de progressão discursiva mais estudada e conhecida, mas não de todo compreendida e provavelmente mal-compreendida”.

A dificuldade enfatizada por estes autores, é devida, em parte, à tentativa de entender as expressões referenciais como elementos de contornos bem definidos e pré-estabelecidos. Porém, conforme explicamos no capítulo anterior, se a referenciação é um processo que depende de uma série de atividades cognitivas e sociais que se estabelecem no momento da interação, naturalmente as expressões referenciais também precisam de uma definição que comporte essa fluidez.

Uma das características que emprestam mobilidade, não somente às anáforas, mas a todas as expressões referenciais de um modo geral, é o fato de que parece não haver vínculo entre a forma e o tipo de expressão.

Ariel (2001) salienta que não se pode estabelecer uma relação fixa entre as formas de expressão referencial e os estados mentais dos falantes nem entre as formas e os lugares de onde provêm as informações, pelo fato de que nem podemos estabelecer todos os tipos de armazenamento de informações de que o cérebro humano é capaz, nem parece haver uma especialização de palavras para designações específicas.

Para efeitos didáticos, dedicamos um item para cada um dos tradicionalmente considerados tipos de expressão, quais sejam, a anáfora, a dêixis e a introdução referencial. Ponderando sobre os critérios utilizados em estudos anteriores, pensamos que muitas das reflexões podem ser úteis para a construção da abordagem que pretendemos nesta pesquisa e que será completada ao final deste capítulo, principalmente no que diz respeito à sobreposição das funções referenciais.

3.2 A anáfora

Para definir a anáfora, em Ciulla (2002), partimos do conceito tradicional, relacionado ao valor etimológico da palavra, que foi traduzida do grego *anapherein* e quer dizer “repetir”, “lembrar” ou “trazer de volta”. Nossa principal crítica foi dirigida à noção em que a referência anafórica estaria restrita a essa tradução, ou seja, a um processo de substituição. Essa abordagem era um entrave, não apenas à definição de várias expressões que não se encaixavam nesta situação, como ao próprio desenvolvimento do conceito de referência. Se restringíssemos a referência à associação de unidades lexicais a segmentos da realidade, como sugeriu Milner (1982), em relações de identidade, inclusão e interseção, estaríamos ignorando a complexidade do processo enunciativo. Entre outros, o processo enunciativo envolve o conhecimento compartilhado e a negociação entre os falantes, o que não pode ser explicado meramente por relações matemáticas.

Em várias pesquisas, o processo de substituição a que se limitaria a referência era mostrado como um pronome referindo-se ao seu antecedente. Em Lyons (1977), encontramos uma reformulação dessa questão – e um avanço para os estudos de referência –, quando este autor sugere que, na verdade, o pronome se refere ao que o antecedente se refere, isto é, o significante e o referente apontam para um terceiro elemento, que é o objeto referido. Em outro estudo, Lyons (1982) dá outro passo importante, ao afirmar que o referente é uma representação que existe no “universo do discurso” criado pelo texto, e ao sustentar que é o enunciador – e não a expressão referencial – que faz a referência.

Embora não fosse o intuito de Lyons, essas ampliações e modificações permitem, por exemplo, explicar outros processos, como os de categorizações em que a expressão anafórica não está gramaticalmente de acordo com a expressão antecedente. Vejamos o exemplo:

- (15) [O guarda traz a refeição.]
Primeiro prisioneiro: – Que é isso?
Guarda: - Um consomê à moda do chefe...
[Os homens começam a comer...]
Segundo prisioneiro: - **Ela** não é 'tomável'.
(adaptação do exemplo citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p.255)

“Ela” tem como fonte “um consomê à moda do chefe”, mas não se trata de uma simples substituição. O primeiro indício é o de que o pronome feminino destoa, já que o

anterior é um nome masculino; provavelmente “ela” faz uma alusão à “sopa”, já que o verbo escolhido foi “tomável”. A desqualificação do prato, que havia sido apresentado como “consomê”, é o que Apothélos e Reichler-Béguelin (1995) consideraram como um caso de recategorização do referente.

Nesse exemplo, ficam claros alguns outros problemas da abordagem clássica que foram apontados. Em primeiro lugar, o pronome “ela” não está simplesmente recuperando um antecedente, que seria “consomê”. Entende-se facilmente que o prisioneiro não usou a expressão “ela” para *trazer de volta* a primeira expressão, mas, ao contrário, para se contrapor a ela e, ao mesmo tempo, redefinir o objeto em questão. Assim, preferimos dizer que os elementos anafóricos têm *fontes* no texto, mas não necessariamente *antecedentes correferenciais*. Além disso, referir-se a um prato como “sopa” (uma expressão que pode ser candidata para completar o sentido de “ela”, o pronome que foi utilizado) nem sempre é pejorativo, mas nesse caso é – o que prova que um elemento não pode fazer referência de maneira independente do contexto. E, finalmente, em (15), a referência de “ela” é revelada pela sutileza das informações, que não são dadas somente pelo sentido lexical ou gramatical das palavras em questão, mas que são inferidas a partir do conhecimento compartilhado entre os falantes e da negociação que é realizada em uma situação de comunicação. Isto é, nesse caso, é preciso entender que “consomê à moda do chefe” é uma expressão que designa um prato sofisticado e que a expressão que lhe é correferencial “ela”, pode remeter a “sopa”, a “gororoba” ou a qualquer outra noção de comida ordinária e ruim – o próprio esvaziamento de sentido de um pronome, que tem somente significado gramatical, propicia essa categorização. Sob esse ponto de vista é que consideramos que a interpretação de uma expressão não só é dependente do contexto e do cotexto, mas também tem implicações a partir do conhecimento que é compartilhado pelo enunciador e seu interlocutor.

Outro conceito que refutamos – e que está intimamente ligado à noção tradicional de anáfora - é o de que pronomes são elementos vazios que tiram o significado do sintagma nominal (SN) ao qual se referem. Primeiramente, porque, como já dissemos, os pronomes têm um significado, embora ele se restrinja ao nível gramatical (o significado de *ela*, por exemplo, é o de “terceira pessoa, feminina, do singular”). Porém, paradoxalmente, é justamente essa característica que lhes confere certas possibilidades de significação, como a que mencionamos acima; diferentemente dos nomes e dos verbos, por exemplo, cuja flexibilidade de significação tem menores amplitudes.

Além disso, conforme já mencionamos, consideramos que há significados, sejam eles gramaticais ou lexicais, mais ou menos estáveis, relacionados a todas as palavras de uma língua – e não apenas aos pronomes -, mas que ou servem apenas de ponto de partida ou fornecem algumas das pistas para que o interlocutor identifique a referência. Então, em termos de referenciação, o sentido lexical de uma palavra é apenas um dos elementos a serem considerados e não é suficiente para a construção do sentido. De acordo com a nossa perspectiva sobre referenciação, todas as palavras são espécies de *núcleos comuns* cujos significados vão sendo modulados à proporção que o discurso se desenvolve. Isso pode ser verificado no seguinte exemplo:

- (16) Há ocasiões em que **ela** age por atacado. Leva um ministro e, menos de 48 horas depois, o líder do governo na Câmara. Leva ainda no mesmo período, para ficar nas pessoas que aparecem nos jornais e na TV, um cantor de dor-de-cotovelo, um escritor mexicano, a mulher de um beatle. Que arrastão! **Ela**, a Inominável, a Indesejada das gentes, mostra nessas ocasiões um fôlego de corredor de maratona. É o momento em que nos lembra que não relaxou na sua vigilância, a nós que tantas vezes pretendemos negá-la, e na vida de cada dia temos como fim último nos distrair de sua existência. Nessas horas em que age por atacado, **ela** chega com a exuberância de uma virtuose de seu ofício, a fúria de um touro ao entrar na arena, a fome de gols de um centroavante dopado. Feita sua obra, deixa-nos embasbacados como diante de um acrobata do impossível que, depois de um salto sobre o abismo, nos dissesse: “Viram do que sou capaz?” (citado por MARCUSCHI, 1999, p.15)

Como assinala Marcuschi, ninguém tem dúvida de que "ela" seja a morte. E, no entanto, não há qualquer menção de um nome a que "ela" se refira. Preenchemos o significado de "ela" através das várias pistas de que dispomos no próprio texto, as quais permitem uma intertextualidade, como no trecho "Leva um ministro e, menos de 48 horas depois, o líder do governo na Câmara. Leva ainda no mesmo período, para ficar nas pessoas que aparecem nos jornais e na TV, um cantor de dor-de-cotovelo, um escritor mexicano, a mulher de um beatle (...) **Ela**, a Inominável, a Indesejada das gentes". Isto é, além de utilizar o verbo “levar”, que é comumente associado à morte, o autor do texto indica que em notícias amplamente divulgadas sobre pessoas famosas – embora não explicitamente que se trata de sua morte – o leitor pode encontrar uma ponte para a identificação do referente a que “ela” remete. Apelando, ainda, para o conhecimento do leitor, o autor do texto refere-se explicitamente ao poema de Manuel Bandeira (“Quando a indesejada das gentes chegar...”), que também trata da morte.

Elegemos como traço primordial de um anafórico, em Ciulla (2002) a sua característica de não necessariamente recuperar um antecedente, mas depender sempre de pistas fornecidas pelo cotexto, que lhe sirvam de fonte. Isto significa dizer que os casos de anáfora não se limitam aos de retomada, isto é, aos casos de anáfora correferencial; as anáforas podem também fazer uma remissão a um elemento-fonte que aparece no texto, para, a partir dele, instituir um novo referente ao discurso.

Com base nessa característica é que é feita a tradicional distinção entre os dois grupos de anáfora, em *diretas* e *indiretas*. Enquanto que as anáforas diretas retomariam um elemento já mencionado, as anáforas indiretas não retomariam elementos, mas remeteriam a alguma fonte fornecida pelo cotexto, introduzindo novos referentes no discurso. E, nesse ponto, coincidiriam com as introduções referenciais – um grupo à parte, em princípio, justamente por promover a inauguração de um novo referente para o discurso. Deter-nos-emos, neste item, nos diferentes tipos de anáfora, deixando a discussão sobre o entrecruzamento entre anáfora indireta e introdução referencial para o item 3.4, sobre os processos de introdução referencial, mas, desde já, adiantamos que para os dois casos se evidencia um mesmo problema, que é o de se considerar uma distinção nítida entre cotexto (contexto lingüístico) e contexto situacional (situação extralingüística). Ora, mesmo se o que é considerado como fonte para a anáfora indireta é algo que nem sempre se encontra obviamente explícito no texto, “ter uma fonte no texto” significa que, de algum modo, seja pela memória compartilhada ou por algum elemento da situação, é possível inferir a referência, a partir do que está no texto – e, desse modo, é reforçada a idéia de que o que é lingüístico é também “situacional”, ou seja, a atividade lingüística não acontece de modo exterior ou em paralelo à situação, mas é uma atividade que é desempenhada na situação: ao falar e interpretar o que o outro diz, os falantes estão, ao mesmo tempo, percebendo um ao outro e as coisas à sua volta e agem de acordo com essa percepção, levando-se em conta, é claro, o seu estado de atenção, sua intenção, sua habilidade, seu conhecimento e sua memória. Um texto sempre depende de quem o lê ou ouve e de coisas que podem ser inferidas a partir dele. Por isso, como já dissemos neste trabalho, consideramos que *texto* e *discurso* se relacionam de maneira interdependente e imbricada, então não podemos desvincular o contexto lingüístico da situação, pois isso seria retroceder em direção ao “puramente” lingüístico, o que já refutamos ao propor uma análise na dimensão discursiva.

Ilustramos, a seguir os subtipos de anáfora tradicionalmente considerados, incluindo um grupo que se identifica parcialmente com o das diretas e com o das indiretas, que é o das anáforas encapsuladoras⁵, mostrando por que essa divisão em subtipos não se sustenta.

- Anáfora direta

- (17) Quis sentar-se num banco do jardim, porque na verdade não sentia a chuva e não se importava com o frio. Só mesmo um pouco de medo, porque ainda não resolvera o caminho a tomar. **O banco** seria um ponto de repouso. (Clarice Lispector, *Fuga*)

“O banco”, no exemplo (17), seria um caso de anáfora direta, porque retoma “num banco do jardim”. Além disso, neste caso, as duas expressões são correferenciais, isto é, referem-se ao mesmo objeto e ainda há uma repetição do item lexical *banco*.

- Anáfora indireta

- (18) O mar revolvia-se forte e, quando **as ondas** quebravam junto às pedras, a espuma salgada salpicava-a toda. (Clarice Lispector, *Fuga*)

Em (18), a expressão “as ondas” remete a “mar”, pela relação metonímica que pode ser estabelecida entre esses dois elementos. Assim, a expressão “as ondas” seria considerada anafórica indireta, pois remete a uma fonte conhecida, sem retomá-la, e inauguraria um objeto novo de discurso. Observamos que, na verdade, esse objeto é parcialmente novo, já que podemos associar-lhe uma fonte no contexto.

Porém, também pode haver casos como o seguinte:

- (19) Aos 97 anos, Eugênio Gudín disse o seguinte: “Já quase alcancei os 100 anos de idade e estou indo embora. Mas vou com muita pena dos meus patrícios. Enquanto os homens não melhorarem, o Brasil não vai melhorar. Essa baderna que estamos vendo aí é fruto exclusivo da incapacidade **dos nossos homens.**” (editorial, *corpus* do Protexito - citado por CIULLA, 2002, p.26)

Aqui, percebe-se uma relação entre “dos nossos homens”, “os homens” e “os meus patrícios”. Contudo, diferentemente de (17), a expressão anafórica “dos nossos homens” não é uma repetição.

Em primeiro lugar, parece-nos que essa diferença entre a expressão anafórica direta repetir ou não o item lexical de sua fonte relaciona-se mais com o fato de que podemos perceber uma mudança mais óbvia da categoria do objeto, a partir da própria designação

⁵ Ver, também, a noção de rotulação de Francis ([1994] 2003).

promovida pelo anafórico, no caso da não-repetição – isso se fizermos uma análise local, verificando apenas as expressões em relação anafórica. Se observarmos novamente o exemplo (17) e atentarmos para a leitura como um todo, veremos que o “banco de jardim” mencionado primeiramente passa a ser “um ponto de repouso” para a personagem em conflito. Ou seja, mesmo quando um item lexical é repetido, pode haver transformação, que é o que acontece na maior parte das vezes, pois, normalmente, o entorno discursivo é trabalhado no sentido de fazer evoluir os objetos, modificando-os. Destacamos, com essas observações, a questão de que mesmo nas anáforas correferenciais, de um modo geral, há transformações do objeto e, por isso, dizer que elas recuperam *diretamente* o objeto nem sempre nos parece adequado.

Em (19), antes da categorização promovida por “dos nossos homens”, pode-se perceber uma transformação, já que “enquanto **os homens** não melhorarem” remete à idéia de que é preciso que as pessoas melhorem como seres humanos, estabelecendo-se aí o aspecto que é enfatizado. Assim, ao mesmo tempo em que o objeto referido por “os nossos homens” é um recorte do conjunto maior referido por “os homens”, também estabelece uma relação anafórica com “os meus patrícios”.

E o fato de não introduzir exatamente um conjunto novo, mas um elemento já parcialmente delimitado é justamente o que acontece nos casos das anáforas indiretas, como podemos verificar em (18) e também no exemplo a seguir:

(20) Não compre **a xícara** amarela. **O cabo** está quebrado. (citado por MARCUSCHI, 1999, p.7)

Em (20), a relação entre “xícara” e “cabo” não representa exatamente um conjunto, como “homens” e “nossos homens”, mas uma agregação, já que os elementos que a compõem são distintos. Contudo, eles têm em comum o fato de permitir que, a partir de um objeto-fonte, outros objetos, que mantêm algum tipo de relação com este objeto-fonte, passem a ser referidos. Esses exemplos parecem ser também o caso que Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) classificam como recategorizações por “fragmentação do objeto”. Vejamos um dos exemplos dos autores:

(21) No metrô parisiense, há algum tempo, um anúncio publicitário. Vê-se **um casal** abraçado. **Ele a** tem em seus braços, deitada. (citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p.260)

De acordo com os autores, o objeto inicial “um casal” é utilizado para individualizar dois objetos de discurso, que podemos inferir como sendo um homem e uma mulher através dos pronomes “ele” e “a”, respectivamente.

Essas situações em que há um elemento que de alguma maneira é fragmentado, permitindo a referência a outros elementos, identificam-se com casos normalmente classificados como anáfora *indireta* ou *associativa*. Isso porque esses outros elementos são objetos particulares e novos, ainda que possam ser mais ou menos previsíveis por terem uma âncora numa referência mais geral, que permite que outras referências sejam feitas. Por causa dessas características, tais referências configuram-se como *amálgamas cognitivas*, de acordo com as palavras de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995).

No entanto, nos casos das anáforas diretas, mostramos que o processo não é muito diferente. Como vimos em (17) e em (19), embora os objetos referidos pelas expressões anafóricas possam ser os mesmos referidos pelos termos que lhes servem de fonte, nota-se uma transformação dos referentes ou uma delimitação que fragmenta o conjunto – o que se explica facilmente quando lembramos que a anáfora é um dos mecanismos de progressão textual (KOCH e MARCUSCHI, 1998). Então, as anáforas diretas também podem ser configuradas como amálgamas cognitivas, pois propiciam, assim como as anáforas indiretas, que os referentes sejam modulados e novas referências sejam feitas.

Outro aspecto dos eventos anafóricos é que pode haver mais de uma âncora pontual no contexto. Essa ambigüidade no que diz respeito a qual (is) referente (s) remete, por haver mais de um candidato pode, na verdade, ser um fenômeno em que um objeto é categorizado diversas vezes ao longo do texto, não designando sempre o mesmo referente ou sendo utilizado para categorizar mais de um referente ao mesmo tempo, como em:

- (22) (...) “É como **uma linha férrea desativada**” – o médico lhe mostrava o raio X, levantando a chapa contra a luz. Lá estava **a coluna vertebral**, na estrada completa, com todos os seus ossinhos aparentemente em perfeito estado. Mas agora não servia para mais nada, os membros paralisados (...) Agora observa outra vez a chapa contra a luz. **Uma linha férrea**, sim. Sem ligações nervosas, sem circuitos, o trenzinho parado não se sabe em que canto do corpo, enferrujando. (...) **O trem das onze** chega logo. Sente um arrepio: a luz do poste iluminou o rosto do homem, o mesmo que descia na estação, anos atrás. Não podia imaginar que um dia estaria deitado **na linha do trem**, com o menininho lhe ajeitando os membros (...) Afasta-se. Pensa em voltar rápido para casa; a cadeira de rodas leve, ágil. Mas não resiste a um impulso: o de ver os vagões correndo, correndo, atravessando a **linha férrea** e correndo, correndo. (Tércia Montenegro, *Linha Férrea*)

No exemplo acima, a última menção de “linha férrea” pode tanto se referir à coluna do velho, numa alusão macabra aos vagões atropelando o velho, como simplesmente pode remeter ao trem percorrendo os trilhos. Embora a primeira opção empreste ao conto uma dose maior de horror, o que combina melhor com o modo como se desenvolve a narrativa. De qualquer maneira, não podemos descartar nem uma, nem outra interpretação.

O exemplo (22) é mais uma evidência de que a subdivisão em anáforas diretas e indiretas não se sustenta, já que evidencia que, nos dois casos, o comportamento pode ser o de *amalgama cognitivo*, isto é, as anáforas, tanto as chamadas diretas como as indiretas, podem ser núcleos, a partir dos quais diversas referências podem ser feitas, em procedimentos de recuperação, de reformulação ou de homologação de novos referentes.

As anáforas que operam categorizações sucessivas são um recurso freqüente para reapresentar um referente, que vai sendo reformulado ao longo do texto. Nos textos literários, é comum esse tipo de expressão ser empregada para apresentar um referente sob diversas perspectivas, nem sempre congruentes, ou seja, nem sempre sob o ponto de vista do narrador ou de um mesmo personagem, conforme sugerimos em nossa lista de sugestões de funções, a partir do Capítulo 4.

Acrescentamos, então, o aspecto de que as sucessivas categorizações de um mesmo objeto, em um texto, podem ser realizadas não apenas por anáforas correferenciais, mas também pelas não-correferenciais, quando, de algum modo, indicam uma transformação do objeto a que se referem – o que as faz duplicar seu papel, introduzindo um referente, ao mesmo tempo em que modificam outro já mencionado.

Há outros casos em que a simplificação promovida por uma classificação de processos em diretos e indiretos não permite explicar de maneira satisfatória as relações anafóricas que são estabelecidas, como nos exemplos a seguir:

- (23) (a) The man who gave his paycheck to his wife was wiser than the one who gave it to his mistress. (citado por KARTUNNEN, 1969, p.110)
(b) O homem que deu seu salário a sua esposa foi mais sábio do que o que o deu a sua amante.
- (24) (a) Je vais mettre ma voiture dans le garage. Toi, tu peux la laisser devant la maison. (*corpus* Denis Apothéloz)
(b) Vou colocar meu carro na garagem. Quanto a ti, tu podes deixá-lo na frente da casa.

Em relação ao exemplo de número (23), em Ciulla (2002), dissemos que o anafórico "o" aproveita a forma e o significado do antecedente para realizar outra referenciação. Ao substituir o elemento lexical "salário" por "o", é como se o falante recategorizasse o referente, atribuindo-lhe um caráter mais genérico. E, coerentemente com o princípio de que "a progressão referencial se dá com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida no discurso" (KOCH e MARCUSCHI, 1998, s/p) e de que as palavras não funcionam como etiquetas de objetos já estabelecidos *a priori* no mundo, não podemos separar uma palavra e seu significado do objeto que designam, visto que essa é uma operação que se realiza no discurso. Afirmamos, assim, que o elo estabelecido entre "salário" e "o", em (23), é uma espécie de recurso de economia utilizado pelo falante (daí, provavelmente, a designação *pronoun of laziness*, conforme GEACH, 1962, ou, numa tradução para o português, *pronome por comodidade*). Ou seja, o falante aproveita uma entidade já introduzida no discurso como um referencial discursivo para realizar outras referências, pois, ao ser mencionado, "salário" passa a ser uma realidade discursiva e suas várias instâncias possíveis podem ser referidas em diferentes contextos. O mesmo acontece em (24), em que o pronome "o" remete a "meu carro", quando, obviamente, não se trata, no mundo real, do mesmo carro: é que do ponto de vista lingüístico, não precisamos fazer corresponder biunivocamente os objetos às palavras através da fala, mas apenas fornecer indicações aos nossos interlocutores para que eles possam construir e identificar os referentes "certos"⁶.

O outro tipo que vimos considerando é:

- Anáfora encapsuladora

(25) Agora que decidira ir embora tudo renascia. Se não estivesse tão confusa, gostaria infinitamente do que pensara ao cabo de duas horas: "Bem, as coisas ainda existem". Sim, simplesmente extraordinária **a descoberta**. Há doze anos era casada e três horas de liberdade restituíam-na quase inteira a si mesma: - primeira coisa a fazer era ver se as coisas ainda existiam. (Clarice Lispector, *Fuga*)

Em (25), deparamo-nos com um caso de anáfora encapsuladora, em que a expressão "descoberta" se refere a um trecho anterior: "as coisas ainda existem". Ao mesmo tempo

⁶ Lembramos que o referente, mesmo quando corresponde ao que o falante tinha intenção de referir – motivo pelo qual utilizamos o termo "certo", nem existe completamente *a priori* na cabeça do falante, nem é exatamente o mesmo para o interlocutor, já que sofre modificações a cada interação, conforme explicamos nos capítulos iniciais deste trabalho.

em que resume o trecho todo, a expressão encapsuladora introduz um objeto (parcialmente) novo, que é nomeado como “descoberta”.

Conforme Cavalcante (2003), esse subtipo de anáfora é “meio direta, meio indireta”: direta, porque a expressão anafórica referir-se-ia diretamente a informações já mencionadas, que seriam resumidas pela expressão, e indireta, porque, ao modo das anáforas indiretas, tomaria como base algo já mencionado no texto e inauguraria um novo objeto para o discurso. Em nossa opinião, em (25), a expressão “a descoberta” opera algo semelhante à correferência em relação a “as coisas ainda existem”, é como se um objeto que vinha sendo *desenhado* fosse, então, melhor delimitado; porém, ao mesmo tempo, um ponto novo a ser explorado é inaugurado a partir do encapsulador, pela categorização realizada pela expressão “descoberta”, que aparece como tal pela primeira vez, desautorizando-nos a falar de correferência. E não concordamos com o fato de que a operação de resumo de informações seja *direta*: é preciso todo um trabalho de processamento dessas informações. Para nós, a interpretação da anáfora sempre é “*indireta*”, no sentido de que sempre depende de algum processamento cognitivo. No caso das encapsuladoras, esse processamento inclui encapsular porções do texto.

Preferimos, então, eliminar a subclassificação em anáfora direta e indireta e qualquer outra que remeta a atividades que dissociem léxico e cognição. Isto é, todo processo anafórico implica inferência e outros processos cognitivos que, de diversos modos, permitem aos falantes modificar, transformar e acrescentar objetos no discurso a partir dos objetos que já foram referidos. O que podemos pensar é que existem diferentes graus de inferência, além de diversos tipos de fontes, de onde podemos partir para construir e moldar os objetos. Nas situações de anáfora que identificamos, até aqui, as fontes estavam disponíveis localmente no texto, distinguindo-se pela exigência de diferentes graus de inferência e conhecimento dos interlocutores, mas sem apelar (ou apelando pouco) para a memória compartilhada; em algumas dessas situações, os objetos sofrem uma transformação, em outras, um novo objeto é categorizado. Esse processo pode incluir, entre outros procedimentos, um encapsulamento de informações. Por isso, quanto ao subtipo *anáfora encapsuladora*, embora consideremos a operação resumitiva que é produzida nesses casos, ela é tida do mesmo modo que todos os outros mecanismos que pudermos identificar com o intuito de revelar funções discursivas, não constituindo, portanto, um caso à parte *a priori*. E, pelo fato de que as anáforas podem se entrecruzar com a dêixis e, em alguns casos, e de que envolvem a introdução de referentes, preferimos discutir todos

os tipos de processo referencial primeiramente, para depois apresentarmos uma proposta de descrição.

3.3 A dêixis

Para chegarmos a uma definição da dêixis, também seguimos uma longa trajetória de revisão crítica, que começou com Bühler ([1934]1982) e a sua noção fundamental de *origo*, que está na base do conceito do fenômeno da dêixis. Segundo este autor, que foi o primeiro a definir a dêixis, as expressões dêíticas referem-se a um campo dêítico da linguagem, cuja *origo*, ou ponto zero, é fixada pela pessoa que está falando, pelo local da enunciação e pelo tempo da enunciação. Para Bühler, o significado das palavras dêíticas depende de pistas situacionais e não requer uma representação convencional, ou seja, as palavras dêíticas são vazios simbólicos e precisam apenas de uma identificação que permita reconhecer o objeto.

Lahud (1979) discorda disso e dá um passo essencial para a caracterização da dêixis, ao apropriar-se da noção de símbolo-índice vinda da filosofia (mais exatamente, de Peirce). Lahud afirma que o referente é realmente indeterminado, como o queria Bühler, mas o dêítico ao qual está vinculado indica uma relação bem determinada entre o objeto e as circunstâncias discursivas. Sob esta perspectiva, os dêíticos são, então, índices, na medida em que se referem a objetos de maneira dinâmica, isto é, remetem ao objeto e, simultaneamente, à situação discursiva. Contudo, constituem-se também como símbolos, pois assumem um significado convencional, estabilizado, codificado na língua sob a forma de pronomes ou demonstrativos e, além disso, possuem registro em dicionário.

Benveniste (1988) salientou o aspecto dialogal e subjetivo da situação comunicativa, isto é, ao instituir-se como *eu*, o sujeito pressupõe, obrigatoriamente, um *tu*. A partir disso, podemos dizer que, se somente os interlocutores, representados pelos pronomes pessoais *eu* e *tu* podem tomar da palavra, somente estes indivíduos pertencem à dimensão subjetiva da língua e podem fazer parte da categoria de pessoa. Em oposição, temos o pronome *ele*, que pertence, assim, à categoria de não-pessoa.

Seguindo Lyons (1982), tomamos como um pressuposto uma noção ampliada de subjetividade para *intersubjetividade*, o que condiz com a nossa crença no fato de que não é exatamente o falante o centro da enunciação, mas a sua relação com o discurso e o contexto de produção.

Para caracterizar a dêixis, elegemos, em Ciulla (2002), dois traços gerais: 1) os dêíticos são indicadores de ostensão, isto é, indicam os limites do objeto referido no tempo e no espaço, tomando como base o posicionamento do falante no momento do ato comunicativo; 2) e também apresentam uma condição de subjetividade, que é manifestada pelo vínculo entre os participantes do discurso e a situação enunciativa. O traço de ostensão, normalmente, é mais fácil de ser identificado, por estar relacionado à própria significação gramatical de elementos, como os pronomes pessoais e demonstrativos, que remetem diretamente às pessoas do discurso. A condição de subjetividade, no entanto, é que torna a dêixis um fenômeno ainda mais complexo, porque, como veremos ao longo dos exemplos, nem sempre uma expressão que contém um elemento dêítico pode ser considerada uma expressão puramente dêítica e, muitas vezes, uma expressão pode ter um uso dêítico, sem conter um elemento dêítico em si.

Fiquemos, primeiramente, com os casos mais evidentes. Segundo a classificação tradicional, as coordenadas de pessoa, tempo e lugar definem, respectivamente, as dêixis pessoal, temporal e espacial, conforme podemos observar no exemplo (26):

(26) Estimado Antônio.

Saudações.

Esta carta será a última que **minha mão** te escreve. **Ontem** choveu teve desculpa, hoje uma bonita noite, esperei até às nove horas, você não veio e sei que sou desprezada.

Ou por que a velha não saiu da sala? Ela pode ficar lá na cozinha. Não se faça de rogado, Antônio. Que horror; depois de combinado você se arrepender; venha sim?

A que há de ser tua,

Ismênia.

P.S. Peço um dinheirinho pelo menino, estou apurada para pagar uma conta e a pessoa esperando **aqui**.” (Dalton Trevisan, *Ismênia, moça donzela*)

Em (26), somente se soubermos quem é o enunciador e em que momento e lugar ele está situado é que identificamos “minha mão”, “ontem” e “aqui”. Nesse caso em especial, por se tratar de um personagem, precisamos localizar essas coordenadas dentro da narrativa.

Fillmore (1982) acrescentou, aos três tipos clássicos, a dêixis discursiva, considerando o contexto do discurso, e a dêixis social, levando em conta os

relacionamentos sociais por parte dos participantes, que podem ser identificados pelos níveis de linguagem utilizados.

A dêixis social, tal qual foi primeiramente descrita por Fillmore (1971) diz respeito a expressões que refletem a situação social na qual o ato de fala se realiza. Numa tentativa de delimitar melhor o fenômeno, Levinson (1983) relaciona a dêixis social aos elementos que são gramaticalizados pelo uso e que codificam as identidades sociais dos falantes e as relações sociais entre eles (ou entre os falantes e as entidades referidas). Muito frequentemente, são associados à dêixis social os casos de títulos honoríficos, como *Vossa Majestade*, *Vossa Senhoria*, etc., mas devemos lembrar que há outras formas de expressar a diferença de *status* social entre os falantes, como as relações de parentesco ou as que se estabelecem em diferentes tribos, clãs e clubes.

Assim como a dêixis pessoal, a dêixis social institui o *eu* e o *tu* da interação. De acordo com Cavalcante (2000), a dêixis social está, então, vinculada à dêixis pessoal numa relação de dependência. No entanto, a exemplo da autora, desde Ciulla (2000), vimos desprezando alguns aspectos peculiares da dêixis social que merecem observações. Uma das situações é a que pode ser interpretada em:

(27) (a) Elle posa d'abord le corbillon de fraises sur un coin du banc et, rapprochant une chaise de la table pour Tiburius, elle l'invite à s'asseoir, cependant qu'elle racontait à son père comment elle avait rencontré **ce monsieur** dans le bois noir et comment il était venu avec elle. (A. Stifter, *Le Chemin forestier - corpus* de Denis Apothéloz)

(b) Ela colocou, primeiramente, o cesto de morangos sobre um canto do banco e, afastando uma cadeira da mesa para Tiburius, ela o convidou para sentar, enquanto contava a seu pai como ela havia encontrado **este senhor** no bosque negro e como ele tinha vindo com ela.

Muitas vezes, quando conversamos com alguém na presença de outra pessoa e queremos mencioná-la na conversa, evitamos usar o pronome de terceira pessoa “ele” ou “ela”, preferindo dizer “este senhor”, “esta senhora”; isso porque utilizar o pronome de terceira pessoa é excluir esse indivíduo da conversa – a terceira pessoa é a *não-pessoa*, como definiu Benveniste (1988) e seria uma maneira indelicada de lhe fazer referência. É assim que podemos interpretar “este senhor” em (27): a princípio, a moça dirige a palavra a seu pai, ao falar do homem que encontrou na floresta, mas, por polidez, refere-se a *Tiburius*, empregando um demonstrativo de primeira pessoa (“este”), evitando distanciá-lo da conversação (o fato de que há uma ruptura da narração, provocada pelo dêitico, será

discutido mais adiante, no item sobre a heteogeneidade discursiva); além disso, “senhor” é uma forma de tratamento que indica respeito. Portanto, conforme salienta Levinson (1983), a dêixis social pode ter uma importância nos significados construídos no discurso, dependendo do uso.

Uma outra observação do autor, com a qual concordamos, é a de que o valor social do dêitico pode variar de uma língua para outra, pois muitas vezes o código de relacionamento social varia conforme a cultura. Em francês, por exemplo, não é costume dirigir-se ao professor, chamando-lhe “professor”, como em português, no Brasil, mas chamando-lhe “senhor” (*monsieur*); conforme Levinson (1983), em algumas línguas indígenas dos Estados Unidos, há uma maneira diferente de dirigir-se a um interlocutor, se este for do sexo feminino ou masculino e também conforme o sexo do falante; e em japonês há uma forma específica de primeira pessoa reservada ao imperador. Essa característica torna mais evidente que as diferentes categorizações promovidas pelas designações através da dêixis social podem trazer importantes informações ao discurso, incluindo eventuais *deslocamentos*: se algum falante da língua indígena que mencionamos usa uma forma do feminino para referir-se a um interlocutor masculino, por exemplo, isso pode ser tomado como uma ironia, e assim por diante.

Em Ciulla (2002), seguindo a sugestão de Apothéloz (1995a), incluímos ainda um outro tipo de dêixis à nossa classificação, que se refere ao espaço da memória comum dos interlocutores, como o que podemos observar em expressões do tipo “aquele tempo em que costumávamos pescar juntos”, “essas roupas que se vestem em festas para reviver os anos 70”, etc.

Inicialmente, preferimos separar as expressões que remetem à situação extralingüística das que remetem a algo já referido no próprio texto. Tanto os casos de dêixis extralingüística, ou seja, de dêixis de pessoa, de lugar, de tempo e da memória quanto os que remetem para dentro do próprio texto, isto é, os casos de dêixis discursiva, já vêm sendo registrados na literatura, por autores como Apothéloz (1995a), Fillmore (1977), Levinson (1983) e Lyons (1977). No entanto, tais autores, além de não utilizarem critérios homogêneos em suas definições de anáfora e dêixis, também não identificam vários subtipos, especialmente no que tange à dêixis discursiva. Cavalcante (2000) reconhece quatro subtipos de dêixis discursiva, levando em conta o espaço de remissão. O problema é que, como nos dêiticos discursivos são compartilhadas características da dêixis e da anáfora, esse grupo destoa dos outros, perpetuando uma incoerência na classificação.

Descrevemos, a seguir, os quatro subtipos para mostrar em que sentido tal tipologia contribui para o esclarecimento de certos aspectos do fenômeno referencial, mas, ao mesmo tempo, ainda evidenciam uma lacuna a ser preenchida por novos estudos.

Chamamos, em Ciulla (2002)⁷, de *dêiticos discursivos situacionais* aos que recuperam entidades já introduzidas no cotexto e, ao mesmo tempo, mantêm um elo com o espaço extralingüístico. Exemplo:

- (28) **Este trabalho** compreende parte da análise realizada na minha dissertação de mestrado, em fase final de elaboração (a ser defendida em dezembro deste ano. (artigo científico, *corpus* do Prottexto - citado por CIULLA, 2002, p.38)

Os *dêiticos discursivos físico-textuais* seriam os que localizam porções do discurso de acordo com uma perspectiva horizontal ou vertical que se conceba do espaço físico do texto, conforme o exemplo:

- (29) Assim como o substantivo, um outro recurso (...) que permite determinar o procedimento avaliativo da anáfora demonstrativa é o emprego de adjetivos, como revela **o exemplo a seguir**: (artigo científico, *corpus* do Prottexto - citado por CIULLA, 2002, p.48)

Num terceiro subtipo estariam os *dêiticos discursivos da memória*, que simultaneamente encapsulariam informações presentes no cotexto e remeteriam a algum conhecimento contido na memória dos interlocutores. Exemplo:

- (30) Segundo ele, o simples fato de o povo brasileiro dizer o que pensa sobre a dívida externa e seus elevados e inexplicáveis encargos será suficiente para despertar a ira do sistema financeiro internacional, que passaria a cobrar juros ainda mais altos sobre a dívida brasileira. É **aquela posição subumana do condenado** que prefere omitir-se sobre a injustiça da pena que lhe foi imposta, por temor de que a simples discussão possa agravá-la ainda mais. (editorial, *corpus* do Prottexto - citado por CIULLA, 2002, p.48)

Por fim, o último grupo abrigaria os *dêiticos discursivos encapsuladores*, que têm a função de encapsular conteúdos sem dar indicações sobre a localização do referente, como é o que acontece no exemplo a seguir:

- (31) A cada palavra escrita, a cada frase feita, o autor revê minuciosamente se seu texto corresponde a sua intenção. É **dessa forma** que SL procede ao escrever, verificando e consertando as formas escritas que lhe parecem

⁷ A nomenclatura dos subtipos de dêiticos discursivos aqui apresentada é a que sugerimos em Ciulla (2002), após uma revisão crítica da classificação original da autora.

inadequadas, sobretudo, a ortografia. ((artigo científico, *corpus* do Prottexto - citado por CIULLA, 2002, p.49)

Note-se que um problema de nomenclatura se apresenta na classificação de subtipos de dêiticos discursivos, desde Cavalcante (2000), o qual não foi completamente solucionado em Ciulla (2002): todos os dêiticos discursivos são encapsuladores, embora esse último, designado como *dêitico discursivo encapsulador* não acumule funções que indicam também uma localização espacial do trecho encapsulado, como acontece com os outros subtipos.

O principal problema, no entanto, é que, como já dissemos, os dêiticos discursivos, pela sua característica de remeter a elementos dentro do próprio texto e promover encapsulamentos, aproximam-se das anáforas, e em especial das anáforas encapsuladoras, conforme observou Cavalcante (2003). Aqui, portanto, abre-se uma nova armadilha para a definição da dêixis, se insistirmos em considerá-la um grupo de expressões à parte da anáfora. A questão é que a dêixis e a anáfora parecem trilhar caminhos que não se interrompem, mas, pelo contrário, muitas vezes podem confluir, como pudemos observar nos exemplos (25) e de (28) a (31), em que dêiticos discursivos e anáforas encapsuladoras sobrepõem-se em termos de funções.

Há, ainda, outras situações em que uma mesma expressão desempenha, de uma só vez, funções típicas tanto de dêiticos quanto de anafóricos, como mostra o exemplo abaixo:

- (32) A gente acompanha a vida pública do País, e vem observando a queda do nível de nossos homens, a cada eleição. O movimento de 64 é responsável pela decadência política do Brasil, na medida em que cassou mandatos, baniou da vida pública e inibiu a formação de novas e vocacionadas lideranças. A subserviência e a bajulação assumiram o lugar da altivez e da decência, que eram apanágio de muitos dos cassados. A orfandade de líderes deixada por **aquele regime**, aliada à fome de poder dos que lhe faziam oposição, pregando bons costumes, liberdade e esperança de dias melhores, está causando muito mal ao País. (editorial, *corpus* do Prottexto - citado por CIULLA, 2002, p.72)

Dando a idéia de tempo distante, "aquele regime" remete o leitor ao passado. Empregando o demonstrativo "aquele", o autor aposta também na possibilidade de que o conhecimento do leitor sobre "o regime" vá além do que foi mencionado no texto e convida-o a ativar esse conhecimento. Simultaneamente, a expressão opera como uma anáfora, inferível a partir da referência anterior ao "movimento de 64". Nessa ocorrência, estabelece-se, portanto, uma dupla relação dêitica e uma anafórica.

O exemplo abaixo constitui mais uma prova desse hibridismo:

- (33) Felipe e Rodrigo gostam de futebol; **este** torce pelo Inter, enquanto **aquele** torce pelo Grêmio. (citado por CIULLA, 2002, p.73)

A oposição de distância que se estabelece entre os pronomes *este/aquele* faz com que interpretemos "este" como sendo "Rodrigo", que é o elemento mais próximo da última enunciação, e "aquele" como "Felipe", que é o elemento mais distante. Isto é, dependemos da relação das expressões referenciais com a situação enunciativa para interpretar corretamente o enunciado. Este traço confere, pois, o caráter dêitico às expressões em grifo.

Podemos afirmar que "este" e "aquele" apresentam um comportamento semelhante ao dos dêiticos físico-textuais, como *o x anterior*, *o x seguinte*, etc., uma vez que marcam posições precisas dentro do espaço físico do texto. Todavia, não se confundem com os dêiticos discursivos, pois não recuperam informações difusas. Comportam-se como anafóricos ao recuperar os elementos pontuais "Rodrigo" e "Felipe".

No que diz respeito às observações feitas sobre as diferenças entre dêixis e anáfora, lembramos que Lyons considera a dêixis mais básica do que a anáfora, pois segundo este autor, a anáfora pressupõe um referente já inserido no discurso, enquanto que a dêixis introduz entidades no universo do discurso. Sobre esse aspecto, também Ehlich (1982) postulou que os dêiticos alteram o foco, enquanto que os anafóricos mantêm o foco de atenção do ouvinte. Parece-nos que, de um modo geral, podemos dizer que manter o foco seja uma característica mais comum dos anafóricos, porém esta não deve ser uma afirmação categórica, já que há anafóricos que introduzem referentes e que, inclusive, inauguram um novo tópico, arrastando a atenção para outro ponto do discurso. Por isso, não consideramos a manutenção de foco como um critério decisivo para a distinção entre dêixis e anáfora.

Na verdade, o que distingue a função dêitica da função anafórica é o fato de que, para os dêiticos, há, de algum modo, o pressuposto do conhecimento da *origo*; porém, esse traço não elimina a possibilidade de que a referência seja feita a um elemento já conhecido, ou de alguma maneira já introduzido no discurso, como é o que acontece com todos os exemplos de dêiticos discursivos que citamos. Mais uma situação é a que podemos ver no exemplo a seguir:

- (34) À noite, vamos ao café; somos três ou quatro velhos camaradas; divertimo-nos tomando uma meia-taça, um trago e queimando nossas gargantas com cachaça! **Essa fumaça, esse cheiro de álcool**, o barulho das bolas de bilhar, o estampido das rolhas, as gargalhadas, tudo isso ativa meus sentidos e tenho a impressão de que me cresceram bigodes e de que eu poderia levantar a mesa de bilhar! (J. Vallès, *L'enfant* - citado por APOTHÉLOZ, 1995a, p.35)

Em (34), é denunciado o posicionamento de proximidade do enunciador, através das expressões dêíticas “essa fumaça, esse cheiro de álcool”, mas, ao mesmo tempo, tais expressões remetem a um lugar já mencionado no trecho “vamos ao **café**”, numa relação de anáfora. Isso nos permite dizer tanto que o narrador está posicionado na cena que é descrita quanto que essa cena se desenrola em um café, num processo simultaneamente dêítico e anafórico. Assim, dêixis e anáfora, ainda que sejam fenômenos diferentes, não necessariamente se excluem, como demonstramos em todos esses exemplos, especialmente de (28) a (34). A proposta que estamos delineando é a de uma classificação que permita que dêixis e anáfora sejam vistas como variáveis, nem excluindo a simultaneidade entre si, nem entre elas e outras funções.

Também se faz importante tecer alguns comentários sobre a diferença entre um elemento potencialmente dêítico e um uso dêítico, já que estamos considerando situações em que expressões que contêm um dêítico não necessariamente se caracterizam como expressões dêíticas.

Seguindo Fillmore (1971), Levinson (1983) descreve os tipos de uso dêítico, distinguindo, primeiramente, os usos gestual e simbólico. O tipo gestual só pode ser interpretado com referência a um monitoramento físico da situação enunciativa. Destacamos, aqui, que admitir que há um tipo de dêixis que depende de um “monitoramento da situação enunciativa” é dizer que esse é um processo referencial que deve ser analisado tendo em vista a *dimensão discursiva* e colabora com nosso pressuposto, conforme o item 2.2. Como exemplo, o autor cita situações em que o demonstrativo é acompanhado de um gesto indicativo:

- (35) Este **aqui** é genuíno, mas **aquele ali** é falso. (citado por LEVINSON, 1983, p.65)

Ainda mais sutil é o exemplo analisado por Lyons (1977), que foi um dos pioneiros a tentar distinguir a nebulosa entre a dêixis e a anáfora. Neste exemplo, o autor apresenta uma situação, para exemplificar um caso de uso dêítico gestual, em que uma menina se

aproxima da jaula de um leão e o chama, insinuando sua mão para além das grades, como se a fera fosse um dócil gatinho; o guarda do zoológico a adverte, então:

(36) Tenha cuidado, **ele** pode machucar você. (citado por LYONS, 1977, p.123)

Concordamos com o autor, que ressalta o aspecto de que a saliência no universo discursivo não é apenas uma questão de recentidade na menção prévia, aliás, ela nem precisa existir. Basta que haja algo no contexto de enunciação (a proximidade da jaula) que permita identificar a quem se refere *ele*, que, no caso, é um dêitico, pelo provável acompanhamento gestual. Porém, um caso parecido é discutido por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999):

(37) (Em uma cerimônia de casamento) – Eu me pergunto quem são **os noivos**?
(HAWKINS, 1984, p.651 - citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.365)

Em uma situação como a de (37), não há a suposição de um gesto, pois a própria situação de imersão na cena de um casamento pode ser suficiente para o entendimento de qual objeto é referido pela expressão “os noivos”. Para Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), trata-se de um tipo de anáfora (associativa), pois, de acordo com os autores, a fonte de informação para a constituição de uma anáfora não é estabelecida numa fronteira entre o que é lingüístico e o que não é e, assim, pode ser dada não apenas pelo que foi afirmado no texto precedente, mas também pelo contexto enunciativo imediato e pelo conhecimento de mundo. Contudo, pensamos que nas situações em que um objeto é mencionado pela primeira vez, como é o que acontece através da expressão “ele”, em (36), e “os noivos”, em (37), não podemos desprezar o fato de que há a menção de um referente que ainda não fora feita explicitamente, porque, por mais saliente que seja um objeto, como o referido por “os noivos” em um casamento, há muitos outros objetos que poderiam ser selecionados e categorizados de diferentes maneiras e, em (36) e (37), não houve menção anterior explícita de nenhuma fonte; a fonte é a própria situação em que a referência foi feita e, portanto, há uma aposta maior na capacidade de inferência do interlocutor. Essas observações sugerem uma análise em que os graus de explicitude sejam considerados na identificação de processos referenciais.

Por ora, voltemos aos exemplos dados por Levinson de usos dêiticos em contraste com os mesmos elementos em usos não-dêiticos.

Em (38), são apresentados casos de uso gestual, em que a identificação dos referentes depende do monitoramento perceptual físico da situação enunciativa por parte da audiência.

(38) **Você, você**, mas não **você**, estão despedidos.

Observamos que apenas através do olhar poderíamos identificar, em (38), quem está sendo despedido.

Um caso de uso simbólico seria o que podemos observar em (39):

(39) O que **você** disse?

No uso simbólico, conforme Levinson (1983), não é necessário que o interlocutor monitore passo a passo os sinais extralingüísticos, mas exige-se que conheça a localização no espaço e no tempo do sujeito enunciador. Assim, em (39), é preciso saber quem está falando e a quem esta pessoa está se dirigindo.

E, finalmente, o uso indeterminado de "você" em (40) faz a expressão arrefecer em termos de deiticidade:

(40) **Você** nunca sabe qual o sexo deles hoje em dia. (citado por LEVINSON, 1983, p.66)

Levinson atribuiu um uso não-dêitico a "você" nesse exemplo e, apesar de a expressão não fazer mesmo uma referência determinada a uma segunda pessoa, expressando uma idéia generalizadora de que "ninguém sabe", simultaneamente, nessa situação, "você" estende-se a qualquer pessoa, qualquer interlocutor que escute ou leia essa frase, participando efetivamente da interação. Nesse sentido, portanto, há uma relação de subjetividade e, por isso, também poderíamos considerar essa ocorrência de "você" como dêitica, ainda que de maneira diferente do uso dêitico do pronome "você" que é utilizado para a referência exclusiva a alguém, como acontece em (39); por isso, dizemos que a deiticidade, nesse uso, é enfraquecida.

O terceiro uso descrito por Levinson é o anafórico. Este uso mostra a possibilidade de que um elemento possa ter um emprego simultaneamente dêitico e anafórico, como no exemplo:

(41) Eu nasci em Londres e moro **lá** desde então. (citado por LEVINSON, 1983, p.67)

Ao mesmo tempo em que a expressão “lá” recupera “Londres”, também pressupõe a dimensão dêitica de espaço ao deixar implícita a posição do falante no momento da enunciação. É anafórico, portanto, porque retoma pontualmente um elemento do cotexto, e é dêitico porque pressupõe a posição do enunciador.

Segundo Fillmore (1977), o uso anafórico de um elemento dêitico é o que pode ser corretamente interpretado quando sabemos que a expressão corresponde a um outro objeto, estabelecendo com ele uma relação de correferencialidade. O advérbio *lá* refere-se a Londres, uma palavra já mencionada no discurso, com a qual é correferencial. Porém, a escolha da forma *lá* foi motivada pela pressuposição do local onde se encontra o enunciador, o que não nos permite negar o caráter dêitico da expressão. Completando a idéia, de acordo com Cavalcante (2000), o pronome circunstancial, em casos como em (41), realiza uma remissão dupla, já que se refere a uma região já mencionada no cotexto e, simultaneamente, aponta para um espaço físico da posição real dos interlocutores. Isso significa dizer que a expressão é anafórica e dêitica ao mesmo tempo.

Em um conto de Jorge Luis Borges, encontramos o seguinte uso dêitico:

- (42) Alguém opina que Bandeira nasceu **do outro lado do Cuareim**, no Rio Grande do Sul; isso, que deveria rebaixá-lo, obscuramente o enriquece de selvas populosas, de lamaçais, de inextricáveis e quase infinitas distâncias. (Jorge Luis Borges, *O morto*)

Além da informação não-dêitica sobre o local onde supostamente *Bandeira* teria nascido (“no Rio Grande do Sul”), subentende-se, nesse trecho que transcrevemos em (42), a informação da localização do narrador, “do outro lado do Cuareim”, ou seja, na Argentina. No conto, isso é muito importante, pois se quem conta a história é um argentino, há que se considerar toda uma relação de rixa entre brasileiros e argentinos, ainda que naquela região, de um lado e de outro da fronteira, habitassem os indivíduos conhecidos como *gaúchos*. A identificação do narrador também faz entender melhor, por exemplo, porque a origem de *Bandeira* é referida como: “isso, que deveria rebaixá-lo...”. O que destacamos, nesse exemplo, é que em processos dêíticos pode haver muitas implicações interpretativas, além da simples informação sobre as coordenadas da situação enunciativa; em (42), como dissemos, o processo dêitico interfere numa recategorização que revela uma importante condição do narrador e contribui de modo decisivo para a compreensão do conto.

Outra situação interessante é a que se apresenta no seguinte exemplo, que diz respeito ao enunciado de um indivíduo que encontra o amigo cuja esposa acabara de falecer:

(43) Eu fiquei terrivelmente transtornado quando ouvi a notícia: eu **a** vi semana passada. (citado por LYONS, 1977, p.271)

Para Lyons (1977), neste exemplo, *a* não é um dêitico, como poderiam advogar alguns autores, como Bühler, alegando que o pronome estaria apontando para a memória compartilhada entre falante e ouvinte. Valendo-se da noção de que a intersubjetividade pode ser tomada como intertextualidade (conhecimento compartilhado aplicado à interpretação do texto), Lyons termina por considerar *a*, no exemplo (43), como anafórico. Nesse caso, porém, há a menção de *a notícia*, que pode ser considerada como âncora para a interpretação do pronome *a*, isto é, através de *a notícia* e, mesmo antes, através de *terrivelmente transtornado*, pode-se inferir a informação de que se trata da morte da mulher. Assim, a referência seria mesmo anafórica, mas não pelos motivos mencionados por Lyons.

Poderíamos imaginar, contudo, uma situação em que o indivíduo que encontra o amigo recém-viúvo na rua, abraça-o, ou, de algum outro, modo demonstra consternação por gestos ou pela entonação da voz, e diz, simplesmente:

(44) Eu **a** vi semana passada.

Para nós, o pronome “a” tem um uso dêitico, semelhante aos exemplos (36) e (37), em que a situação saliente, nesse caso acompanhada de um sinal gestual, de consternação, por exemplo, acrescentaria ao pronome um certo grau de deiticidade. Em (44), no entanto, para saber exatamente para onde o gesto de consternação aponta é preciso de um conhecimento compartilhado, ou seja, é preciso saber da morte da esposa do amigo – e é preciso saber que esse é um fato saliente naquele momento, para aquela pessoa, o que serve de fonte para a construção da referência e implica, portanto, também num processo anafórico. No caso de (36), havia o ambiente do zoológico e a proximidade da jaula para auxiliar na construção do referente “leão” e, no caso de (37), a própria cerimônia do casamento propicia a interpretação do referente expresso por “os noivos”. Mas em (44), a cena não acontece no funeral ou em outro ambiente que favorecesse a interpretação sobre a morte de alguém; nesse caso, em que as pistas não são dadas completamente pela situação imediata, a interpretação do pronome “a” como uma referência à esposa falecida é possível

devido à memória compartilhada e à saliência do acontecimento naquele momento vivido pelos enunciadores.

Observamos, também, que o apontamento dêitico pode ser diferente para diferentes falantes: um participante da cena que não tivesse conhecimento do fato, papel que podemos atribuir a um acompanhante do amigo do recém-viúvo, por exemplo, poderia, no máximo, adivinhar que algo trágico aconteceu a uma pessoa do sexo feminino próxima à pessoa que estava sendo abraçada; já para o amigo, o apontamento dêitico é mais preciso, pois ele compartilha com o viúvo a informação sobre a morte da mulher. Identificamos, assim, indicativos de que os processos referenciais dependem essencialmente da situação que se estabelece discursivamente entre os falantes, não somente nova a cada interação, mas também dependente dos participantes e de seus diferentes recursos e maneiras de construir os referentes.

Resumindo, então, podemos dizer que todas as expressões referenciais que dependem de alguma fonte e têm um uso dêitico, incluindo os dêiticos discursivos, compartilham das características da dêixis e da anáfora; por outro lado, uma expressão com função dêitica também pode introduzir explicitamente um elemento ainda não mencionado e, por essa razão, pode ser considerada também como uma expressão de introdução referencial, como veremos mais adiante. Por isso, nesta pesquisa, consideramos como dêíticas aquelas expressões que apresentarem um **uso dêitico**, ou seja, quando houver, no processo referencial, uma pressuposição do posicionamento, no espaço ou no tempo, do enunciador. Além disso, o fato de a dêixis ocorrer simultaneamente à anáfora e à introdução referencial, faz-nos sugerir que os processos referenciais não sejam considerados em grupos à parte, mas numa classificação que permita a sobreposição.

3.4 A introdução referencial

A noção mais tradicional é a que podemos encontrar em trabalhos como o de Cavalcante (2004, p.2), para quem há introdução referencial “quando um objeto for considerado *novo* no cotexto e não tiver sido engatilhado por nenhuma entidade, atributo ou evento expresso no texto”. Contudo, em muitas situações, uma referência pode apresentar fontes no trecho anterior, ainda que a referência ao objeto seja mencionada explicitamente pela primeira vez. Vejamos o seguinte exemplo:

- (45) Chão rude, áspero, mais de pedregulhos. Um que outro bode ou cabra nas escarpas. O vento e os redemoinhos de folhas secas. Sobre os lajedos, ao meio-dia, modorravam os lagartos. **Os casebres** em distância de léguas. Seres em farrapos, as calças dos homens em tiras dos joelhos para baixo, olho da enxada ao ombro. As mulheres mal podendo apresentar-se: os restos de roupa remendados não cobriam bem as vergonhas. Esse o pudor com que elas se entremostravam, escondidas no umbral da porta para servir a caneca d'água, moringa na mão, olhos em terra. Nesse mundo **Belarmino** lavrava o roçado onde possível: o veio d'água, o poço barrento, que os músculos rijos aprofundavam no verão maior. (Moreira Campos, *O peregrino*)

Neste exemplo, a expressão “Belarmino” é mencionada pela primeira vez; embora haja referência a habitantes, como podemos inferir, por exemplo, a partir de “casebres”, “seres em farrapos” e “as calças dos homens”, isso não necessariamente implica um personagem em especial, mas apenas prepara um ambiente em que aparece “Belarmino”; assim, essa expressão é, a nosso ver, anafórica e, ao mesmo tempo, inaugura uma nova entidade para o discurso.

Sobre a expressão “os casebres”, podemos dizer que se configura de modo semelhante à referência que construímos a partir da expressão “Belarmino”, pois o cenário do vilarejo já havia sido instituído, mesmo que de maneira sutil: chão de pedregulhos e cabras podem compor uma paisagem inabitada, mas a expressão “lajedos” remete a um local povoado – que não só comporta casas, como normalmente é essa uma das suas características principais. Uma referência temporal, como “meio-dia”, também remete a um ambiente habitado por pessoas, cuja rotina de horários é habitualmente cumprida, contribuindo para a composição do cenário de vilarejo. No entanto, a expressão “os casebres” apresenta um referente inédito, o que não nos permite negar sua função de introdução referencial.

Uma entidade mencionada pela primeira vez no texto pode, então, ser considerada como parcialmente *dada* ou conhecida, por causa de sua saliência no universo do discurso, como acontece com “a”, em (44), com “Belarmino” e com “casebres”, em (45), considerando um universo do discurso em que é englobado tudo o que pode ser inferido a partir do texto.

Outro exemplo que traz à tona essa problemática é o seguinte, citado por Cavalcante e Costa (2006):

- (46) **Joãozinho**

A professora de matemática pergunta ao Joãozinho:

- Joãozinho, tem três passarinhos no galho de uma árvore. Você pega sua espingardinha e mata um. Quantos ficam no galho?

- Nenhum, professora - responde ele.

- Como, Joãozinho? Pense bem... Você tem 3 passarinhos, mata um. Quantos sobram?

- Nenhum, professora. Quando eu acertar o primeiro, os outros dois saem voando e não sobra nenhum no galho.

- Bem, Joãozinho, a resposta não foi correta, mas eu gosto muito do seu jeito de pensar.

Assim, diz o Joãozinho:

- Professora, eu também tenho uma perguntinha. Ali no banco do jardim estão sentadas três moças. Uma está comendo um sorvete, a outra está chupando um sorvete e a outra está mordendo um sorvete. Qual delas é casada?

A professora, muito constrangida e vermelha, pensa um pouco e responde:

- Bem, acho que é a que está chupando o sorvete.

E o Joãozinho:

- Errado, professora, é a que está com aliança no dedo, mas eu gosto muito da sua maneira de pensar... (piada veiculada pela internet – citado por CAVALCANTE e COSTA, 2006, p.13)

De acordo com as autoras:

... o referente “Joãozinho”, já expresso no título, assinala para o leitor que o que vai ser narrado é uma “piada de Joãozinho”, personagem que pertence a uma cena genérica bem prototípica (ver Charadeau e Maingueneau, 2002), muitas vezes transcorrida em ambiente de aula, e que sustenta um etos de menino inteligente, levado e safado, que tem sempre a resposta “na ponta da língua”. (...) Desse modo, quando a expressão definida “a professora de matemática” é introduzida no cotexto, o leitor não sente nenhum estranhamento de um referente “novo” estar sendo marcado pela definitude formal, como se já fora conhecido. (CAVALCANTE e COSTA, 2006, p.13)

Em casos de introdução referencial, como “a professora de matemática” do exemplo (46), recorremos à explicação de que o *frame* “piada de Joãozinho” é ativado, num processo dêitico de memória compartilhada. Através desse procedimento, é possível acessar algo que soa familiar, fazendo com que o referente seja *velho*, sob este aspecto, e *novo*, no sentido de que é um elemento inédito, que passa a figurar no texto e sobre o qual novas referências podem ser feitas. E, conforme o que dissemos no capítulo anterior, sobre o processo de categorização, os processos referenciais, incluindo as introduções referenciais, implicam um reajuste, isto é, normalmente há algum conhecimento de base sobre os objetos referidos que é reformulado e completado pela atividade dos falantes.

De acordo com Cavalcante (2004):

mesmo quando os referentes são iniciados no discurso, estão respaldados por um contrato tácito de co-participação do destinatário, que aceita responder em alguma medida à atividade que lhe é solicitada. Se se lê, por exemplo, no começo de uma reportagem: “Pesquisa derruba o mito de que os internautas são desmiolados, sedentários e misantropos”, o referente de “os internautas” aparece pela primeira vez no universo discursivo que está sendo criado, e não há sequer uma indicação do que o termo signifique, nem uma âncora anterior em que o referente se apóie. O que existe é a pressuposição pragmática de que o co-enunciador sabe do que se trata, e de que, mesmo que não saiba exatamente, alguns indícios contextuais posteriores o levarão a reconstruir o objeto discursivo, ainda que vagamente. (CAVALCANTE, 2004, p.1)

Para nós, o que pode acontecer em algumas situações, porém, é que esse conhecimento prévio é ou pode ser ativado de maneira mais/menos sutil ou de maneira mais/menos solicitada, conforme mostramos nos exemplos (45) e (46). E é também levando em conta essa gradação que pretendemos situar a introdução referencial em relação à anáfora, e não sempre como uma dicotomia.

Vimos que as anáforas podem ter uma fonte mais ou menos explícita, que pode ou não ser reconhecida pelo interlocutor, e que pode ou não ser essencial para que o referente seja construído; no caso de a fonte não ser reconhecida, trata-se de uma introdução referencial. Isso sugere, no mínimo, duas coisas: em primeiro lugar, que as introduções referenciais devem ser vistas não em termos absolutos, mas em termos relativos de graus de conhecimento sobre o que é dado e o que é novo; em segundo lugar que, nesse caso, um mesmo processo pode ser interpretado de maneiras diferentes por diferentes interlocutores, pois, para cada um, a quantidade e o tipo de informação pode variar também no que diz respeito ao aspecto velho/novo.

Uma das propostas que privilegia o aspecto velho/novo é a de Prince (1992), para quem há uma tendência estatística de que expressões definidas apresentem informações⁸ velhas. A autora ressalta que nem sempre acontece uma relação direta entre definitude formal e definitude discursiva. Em termos formais, a definitude/indefinitude está relacionada às marcas lingüísticas de definido e indefinido, como a presença de artigo definido e de demonstrativo, por exemplo. Em termos discursivos, a definitude diz respeito

⁸ Note-se que para Prince (1992, p.301), “informação (...) geralmente significa ‘entidades’/referentes”. No entanto, consideramos, desde Ciulla (2002), que é preciso diferenciar a noção de *informação* da noção de *referente*, já que informações dispersas não necessariamente constituem um referente, embora possam servir de base para a reformulação e construção de objetos.

ao *status informacional*, à veiculação de informação velha ou nova. Assim, conforme observamos em Ciulla (2002), os encapsuladores com dêitico, embora apresentem definitude formal e refiram-se a informações velhas (das porções de texto que são encapsuladas), também apresentam informações novas através de um novo elemento que é instituído; sendo assim, a definitude formal não pode ser diretamente associada à definitude discursiva – esta se dá no discurso; os níveis de familiaridade velho/novo não são pré-determinados por formas lingüísticas. Prince (1992) acrescentou algumas diferenciações importantes aos estudos anteriores, ao considerar que as informações podem ser velhas/novas sob a perspectiva do ouvinte ou velhas/novas sob a perspectiva do discurso. A autora distingue ainda uma terceira categoria, a de informações *inferíveis*. Esse terceiro tipo dependeria da suposição que o falante faz sobre a capacidade do ouvinte de inferir a existência de entidades. Consideramos que as *inferíveis* se descrevem, na verdade, parcialmente por uma perspectiva, e parcialmente por outra: são novas para o discurso, mas se baseiam em informações dadas, pressupostas.

No entanto, o critério velho/novo ou inferível de Prince (1992) não é suficiente para distinguir anáforas de introduções referenciais, além do que não concordamos com uma oposição entre velho/novo e inferível, já que, como dissemos, todas as informações de um texto tendem a ser processadas cognitivamente, incluindo-se aí a inferência e as suposições feitas pelos falantes sobre o conhecimento de seus interlocutores; também não compreendemos como dissociar a perspectiva dos falantes da situação discursiva, já que os falantes fazem parte da situação discursiva. Mas a noção de que as diferentes perspectivas dos falantes sobre o que é velho e novo pode ser utilizada para estabelecer uma escala de gradação. Assim, em (44), por exemplo, a referência à pessoa falecida é quase que completamente baseada na memória compartilhada entre os falantes naquela situação; já em (46), conhecer outras piadas de Joãzinho certamente contribui para construir o referente de “a professora de matemática”, no entanto, não é primordial para que possamos compreender essa referência; e, em (45), nenhuma referência anterior é essencial para que possamos construir o referente indicado pela expressão “Belarmino”, embora, é claro, elas façam parte do modo como compomos esse personagem e preparam, parcialmente, o surgimento de um personagem, pela descrição de uma determinada cena habitada por pessoas. Por isso, para as introduções referenciais, é mais adequado falar em perspectiva dos diferentes interlocutores quanto ao parâmetro *velho/novo* (e nas diferentes suposições dos locutores em relação a isso), em graus de explicitude das inferências necessárias e em

dependência maior ou menor da ativação da memória compartilhada. E como desses parâmetros também depende, em parte, o que aproxima ou afasta as introduções referenciais das anáforas, além do caráter pervasivo da dêixis, nossa proposta é a de analisar todos esses processos em conjunto.

3.5 Proposta de descrição dos processos referenciais

Neste capítulo, vimos que, mesmo em expressões a princípio perfeitamente enquadradas na definição tradicional de anáfora, em que um mesmo referente é recuperado por um item lexical repetido (igual ao de sua fonte), ou por um pronome, podemos perceber uma mudança do objeto referido, isto é, uma nova categorização – o que já é um indicativo de que o procedimento não é exatamente *direto* e envolve outras operações além da simples retomada.

Há muitas outras situações em que a noção de *expressão anafórica*, definida somente pelo critério de retomada, fica ainda mais comprometida, como em (15), (19) e em todos os casos considerados como anafóricos indiretos e encapsuladores. Nas situações em que uma anáfora remete a um elemento já conhecido e, ao mesmo tempo, introduz um elemento novo, como acontece com as anáforas indiretas e encapsuladoras, a expressão anafórica estaria acumulando características de dois grupos: o das anáforas e o das introduções referenciais.

Além disso, em todos os casos, a questão não é a de simplesmente localizar o referente, mas a de compreender o ponto de vista que é construído sobre aquele referente ou a partir daquele referente. Dessa maneira, a subdivisão em anáforas diretas e indiretas não nos parece adequada ou mesmo útil. Em primeiro lugar, porque permite uma falsa impressão, a de que, na anáfora direta, a operação seria mais “lingüística”, enquanto que na indireta, o procedimento seria mais “inferencial”; a questão é que não achamos possível separar tão nitidamente os fatos lingüísticos dos fatos cognitivos, entre os quais a inferência; pelo contrário, estamos justamente advogando uma posição que defende a referência como um processo em que há uma fusão de operações cognitivas, sociais e interativas realizadas pelos falantes.

O outro motivo é o fato de que a característica de introduzir referentes, que também diferenciaria as anáforas indiretas das diretas, é própria do outro grupo, o das introduções referenciais, como já dissemos.

O mesmo problema de entrecruzamento de funções acontece em relação aos outros tipos: referências a objetos, que, por serem mencionadas pela primeira vez no texto, podem ser julgadas apressadamente como totalmente novas, mas, muitas vezes podem remeter a fontes que são inferidas pela situação, pelo *frame* em que se insere o texto ou por qualquer outra pista que seja compartilhada pelo interlocutor. Esses procedimentos podem ser considerados dêiticos, em certo grau, pela indicação de que há uma parte da informação que deve ser recuperada em outro espaço. A dêixis, aliás, parece ser um fenômeno pervasivo, inserindo-se, em diferentes graus, em diversos processos referenciais, apresentando índices para a situação em que se encontram os enunciadores.

Vista dessa maneira, percebemos que a referência não está “nas expressões”, mas é construída através delas em conjunto com os outros fatores do entorno discursivo. Assim, consideramos que anáfora, dêixis e introdução referencial são, na verdade, parte dos processos referenciais, já que a sua determinação não depende exclusivamente das expressões em si, mas do uso dessas expressões e de como podemos interpretá-las, como numa espécie de jogo, em que, de um lado, está o enunciador que fornece pistas e indica um caminho e, de outro, o seu interlocutor, que reconhece traços e constrói a sua versão.

Retomando o que dissemos sobre as características essenciais no que se refere à anáfora, à dêixis e à introdução referencial, nesta pesquisa, consideramos que:

1) Anafórico é o processo de continuidade referencial, ou seja, é o processo em que há uma referência a um objeto que, ao mesmo tempo, ativa alguma fonte que já foi mencionada explicitamente no texto e/ou que se encontra armazenada na memória comum dos interlocutores; nesse processo, objetos podem ser transformados e/ou inseridos no discurso.

2) Dêítico é o processo em que se denuncia o posicionamento do enunciador no tempo ou no espaço ou em que há a indicação de algum espaço – normalmente a memória –, onde podemos encontrar informações que nos servirão de base para construir um referente; os casos em que a dêixis ocorre num processo anafórico, designamos, a partir daqui, de *anáfora com dêixis* (e, portanto, as expressões que denominamos *dêiticos discursivos* passam a ser consideradas, nesta pesquisa, como casos de *anáfora (encapsuladora) com dêixis*).

3) Introdução referencial é o caso em que um referente novo é apresentado para o discurso, sem a ativação de qualquer fonte (a não ser o conhecimento enciclopédico).

Exemplificamos, a seguir, quatro situações em que se percebe, especialmente, diferentes tipos de anáfora e de introdução referencial.

Situação 1 - Anáfora em que um objeto já referido explicitamente no contexto imediatamente anterior é retomado, sofrendo uma transformação:

- (47) Sabia estar só na casa que conhecia tão bem, em seus mínimos detalhes, **casa grande de vários quartos e salas** onde se movia livremente, as mãos olhando por ela, o passo calmo, firme e silencioso, **casa cheia de ecos de um mundo não seu**, mundo em que a imagem e a cor pareciam a nota mais viva das outras vidas de ilimitados horizontes. (Orígenes Lessa, *As cores*)

O referente *casa*, em (47), é instituído pela expressão “na casa que conhecia tão bem” e é retomado pela expressão “casa grande de vários quartos e salas” e, depois, por “casa cheia de ecos de um mundo não seu”; nesse caso, acrescentam ao objeto inicialmente referido não apenas uma descrição física, mas o modo como a personagem (que era cega) o percebia.

Situação 2 – Anáfora que tem uma âncora explícita no contexto imediatamente anterior e promove a inauguração de um novo objeto, simultaneamente:

- (48) Uma semana depois, a peça seria suspensa por falta de público, mas naquela terceira noite ele teve que se acotovelar **na entrada**, discutir com **os bilheteiros** e terminar sendo explorado por **um cambista** que lhe vendeu **duas péssimas poltronas** com ágio pesado e imerecido. (Carlos Heitor Cony, *O burguês e o crime*)

Em (48), “a peça” funciona como uma âncora a que podemos nos reportar quando nos deparamos com “na entrada”, por exemplo: inferimos facilmente que se trata da entrada do teatro ou do local onde a peça estava sendo exibida, com base no conhecimento de mundo que temos sobre o *frame* ativado por “a peça seria suspensa por falta de público”. O mesmo acontece com “os bilheteiros”, “um cambista” e “duas péssimas poltronas”, pois todos pertencem ao contexto (ou ao *frame*) de um espetáculo teatral. Por outro lado, a expressão “a peça” pode ser vista como um gatilho, a partir das quais várias referências são feitas, instituindo objetos parcialmente novos, como “na entrada”, “os bilheteiros”, etc.

Situação 3 - Anáfora que solicita e/ou supõe um conhecimento comum⁹ entre os falantes:

- (49) O impaciente francês (publicidade de um carro da Renault, apresentada em *oudoors* – citado por KOCH, 2004, p.151)

O apelo da publicidade, em (49), baseia-se na aposta de que o texto-fonte de *O paciente inglês*, título de um filme que estava sendo exibido na época, fosse recuperado. Aqui, identificar o carro como “o impaciente francês” dependia apenas de olhar para o *outdoor*, onde havia indicações de que se tratava de um modelo Renault; porém, para compreender a graça provocada pelo *détournement*¹⁰ é preciso se reportar ao título do filme. E, naturalmente, o modo de se referir ao carro, isto é, categorizá-lo dessa maneira é o que o valoriza (do ponto de vista publicitário).

Chamamos a atenção para o fato de que há uma diferença muito sutil entre a anáfora que ocorre na situação 2 e a da situação 3; pelos exemplos dados, observamos que, enquanto que na situação 2 há uma relação em que o anafórico solicita ou remete a um conhecimento genérico sobre o *frame* de um espetáculo teatral, que é parcialmente dado pelo contexto precedente, no caso 3, é a própria expressão “o impaciente francês” que pressupõe ou remete a um conhecimento específico, compartilhado e armazenado na memória, sem qualquer menção anterior. Além disso, no caso 3, a expressão força um procedimento dêitico que aponta para onde podemos encontrar as informações necessárias, que não estão disponíveis na situação mais imediata, mas pressupõem um apelo adicional à memória. No caso 2, não há um apelo maior à memória (embora, obviamente, conhecer o *frame* de um espetáculo teatral facilite a compreensão das relações anafóricas) e as inferências ficam mais restritas à relação que podemos estabelecer entre os objetos referidos explicitamente. Ressaltamos, no entanto, que, nos dois casos, as informações têm fontes no texto, exigindo formulações inferenciais, ainda que se diferenciem quanto ao grau de explicitude das fontes, em parte devido ao fato de que os conhecimentos solicitados apontam para diferentes locais. E, ainda que nos dois casos haja um

⁹ Lembramos que “supor ou solicitar um conhecimento da memória comum” diz respeito, aqui, a um conhecimento comum em especial, de uma situação determinada, já que, evidentemente, o próprio conhecimento da língua é um tipo de conhecimento compartilhado.

¹⁰ Conforme Grésillon e Maingueneau (1984), o “*détournement* consiste em produzir um enunciado que possui as marcas lingüísticas de uma enunciação proverbial, mas que não pretence ao estoque dos provérbios conhecidos”. Por sugestão de Koch (2004), consideramos casos como os do exemplo (49) também como um tipo de *détournement*.

procedimento referencial semelhante, outro aspecto que nos fez enfatizar a diferença entre o caso 2 e o caso 3 é o fato de que, no caso 2, há mais chance de o interlocutor construir a referência com pouco apoio em seu próprio conhecimento ou memória, enquanto que no caso 3, esse suporte é imprescindível.

Sobre o exemplo que apresentamos em (37), consideramos, então, que o processo referencial se aproxima mais do tipo que apresentamos na situação 3, pois com a expressão “os noivos” há uma remissão a um objeto que é mencionado pela primeira vez e, ainda que não haja exatamente uma aposta na memória compartilhada, há uma fonte implícita a partir da própria localização supostamente conhecida pelos interlocutores, já que todos presenciam uma cena de casamento. Como essa cena que serve de fonte não é mencionada explicitamente, como é o que acontece no tipo que apresentamos na situação 2, achamos que esse caso se alinha melhor com o que apresentamos na situação 3.

Além disso, lembramos que a noção de texto que consideramos é a de um construto que se configura de acordo com cada falante e sua própria bagagem, ainda que coletivamente, na interação; por isso, muitas vezes, uma fonte pode ser identificável ou não, dependendo do falante e, assim, pode haver interpretações diversas, por exemplo, entre o que é anáfora e introdução referencial.

Chamamos atenção também para o fato de que pode haver, ainda, uma subespecificação da situação 3, que é a situação em que o suposto conhecimento compartilhado não é necessário, mas acrescenta algo ou modifica a categorização. Um caso que se encaixa aqui é o do exemplo (46), em que conhecer as piadas de Joãozinho faz com que antecipemos parcialmente a graça da piada – embora esse conhecimento não seja essencial para o efeito de humor. Essa subespecificação fica no limiar entre a situação 3 e a situação 4, de introdução referencial, que descrevemos a seguir.

Situação 4 - Introdução referencial que não depende (ou depende pouco) da memória comum dos falantes:

- (50) Absorto, centrado no nó das trigonometrias, meditando múltiplos quadriláteros, centrado ele mesmo no quadrado do quarto, as superfícies de cal, os triângulos de acrílico, suspensos no espaço por uns fios finos os polígonos, Isaiiah o matemático, sobrolho peluginoso, inquietou-se quando descobriu **o porco**. (Hilda Hilst, *Gestalt*)

Em (50), muito pouco, ou nada, do que foi dito no texto precedente à expressão “o porco” remete ao referente por ela designado. Apenas o desconcerto adiantado por “inquietou-se” pode nos fazer prever a presença de algo estranho à cena, mas isso não é suficiente para dizer que “o porco” tenha qualquer fonte ou pressuponha qualquer conhecimento prévio, seja ele pertencente à situação enunciativa imediata ou à memória dos falantes (no caso, os leitores); basta saber o que é um *porco*. Parece, aliás, que essa introdução referencial inusitada e inesperada foi ali colocada justamente para romper o tom de “plano cartesiano” com que é descrito o ambiente do personagem *Isaiah*.

Assim, destacamos que o caso 1 tem um grau de explicitude maior no que diz respeito às fontes disponíveis para realizarmos o processo anafórico. O processo anafórico do caso 2 também apresenta fontes explícitas, embora em grau menor de explicitude do que as do caso 1 e, além disso, insere um objeto ainda não mencionado – ainda que não possa ser considerado exatamente novo - no discurso. No caso 3, que consideramos também como um tipo anafórico, o referente é mencionado pela primeira vez, mas também depende de fontes textuais para ser interpretado, ainda que elas sejam recuperadas implicitamente, a partir de elementos como a localização física ou o espaço da memória dos interlocutores, pressupondo um procedimento dêitico e, muitas vezes, dependendo de um conhecimento compartilhado que pode ir além da situação mais imediata de interação discursiva. E, por fim, o caso 4 introduz um referente e não solicita – ou não depende – da memória comum entre os interlocutores, mas apenas dos conhecimentos enciclopédicos dos interlocutores.

Como pudemos observar, os anafóricos, os dêiticos e as expressões de introdução referencial apresentam funções discursivas importantes, associando-se de maneira múltipla e em conjunto com outros fatores, como as categorizações. A imprevisibilidade dessas combinações, bem como a criatividade que é característica da cognição humana são alguns dos fatores que tornam inviável um prognóstico detalhado e fixo das formas de manifestação. E o pouco conhecimento que temos hoje sobre o que regula nossas atividades cognitivas também dificulta uma avaliação precisa sobre como se dão nossos processos de inferência ao referirmos o mundo através da fala. Porém, considerando uma análise da referência numa dimensão discursiva, a nosso ver, podemos definir usos de expressões referenciais. Vistas assim, em uso, não mutuamente excludentes, mas conforme as funções que desempenham, sugerimos considerar as expressões referenciais como parte de processos referenciais e não isoladamente.

Após reconsiderar os processos referenciais anafóricos, dêiticos e de introdução referencial, verificamos, a partir do capítulo seguinte, a principal hipótese desta pesquisa: a de que os processos referenciais podem ser definidos em termos de funções que desempenham no discurso.

FUNÇÕES DISCURSIVAS DOS PROCESSOS REFERENCIAIS

Vários estudos foram dedicados a funções que as expressões referenciais podem desempenhar. Alguns deles são: Apothéloz e Chanet ([1997] 2003), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), Cavalcante (2006), Conte ([1996] 2003), Francis ([1994] 2003), Jaguaribe (2005) e Koch (2004). Tais autores limitam-se a determinados tipos de expressão ou de processo referencial, como somente os sintagmas nominais ou as anáforas encapsuladoras, ou, ainda as recategorizações, enquanto que o nosso intuito é reunir funções relativas a todos os tipos de processos referenciais. Contudo, esses estudos conduziram boa parte da reflexão que nos levou a compor o quadro de sugestões de funções discursivas, que apresentamos no final deste capítulo; por isso, comentamos, a seguir, algumas dessas propostas, sumarizando aquilo que podemos alocar em uma análise mais ampla, sugerindo modificações que evitem uma classificação redundante de funções e acrescentando outras, considerando-se diversos processos referenciais.

Embora partamos da hipótese de que muitas das funções não são desempenhadas de forma exclusiva por um tipo de processo referencial ou por uma forma de manifestação em especial, agrupamos os estudos, numa primeira etapa (itens 4.1, 4.2 e 4.4), conforme as propostas originais dos autores, para efeito de clareza no que tange à nossa apresentação. No item 4.3, apontamos funções que se evidenciam no texto literário, especialmente pela cena enunciativa que lhe é peculiar. E, por fim, no item 4.5, tecemos considerações sobre a heterogeneidade discursiva, apontando os processos referenciais como marcadores de heterogeneidade, acrescentando, portanto, mais funções à lista.

4.1 Estudos sobre os encapsuladores e sintagmas nominais

A contribuição de Francis ([1994] 2003) diz respeito a um grupo de expressões que estão envolvidas em processos anafóricos encapsuladores, mais especificamente ao grupo de expressões encapsuladoras que se manifestam através de sintagmas nominais plenos e são batizados de *rótulos* pela autora.

A principal característica desse tipo de expressão – e aqui nos referimos a todo encapsulador anafórico e não apenas aos que se manifestam por sintagmas nominais plenos – é o fato de que resumem uma porção de texto anterior e inauguram um novo referente e, portanto, um novo tópico para o discurso. Conforme Francis ([1994] 2003), ao mesmo tempo em que o enunciador encapsula um trecho de informações, muitas vezes dispersas no discurso, organiza-o e, frequentemente, acrescenta-lhe uma avaliação; além disso, quando o encapsulador opera de maneira prospectiva, ajuda na previsão de informações. A partir dessas observações, Francis ([1994] 2003) identifica as funções de: *organização, predição e avaliação*.

Um dos exemplos da autora é:

(51) (a) *The New York Post*, which has been leading the tabloid pack, has added two salacious details to this bare outline. It reported that the alleged attack took place on a concrete staircase that runs from the Kennedy house to the beach. More sensationally, the *Post* claimed on Friday that Ted Kennedy, half naked, was romping round the estate with a second woman while the alleged attack was taking place. This allegation was at best dubious and at worst an outright fabrication. (citado por FRANCIS, [1994] 2003, p.193-4)

(b) O *New York Post*, que vem liderando o mercado dos tablóides, acrescentou **dois detalhes picantes** a esta história vazia. Foi noticiado por esse jornal que o alegado ataque aconteceu em uma escada que vai da casa dos Kennedy até a praia. De maneira ainda mais sensacionalista, o *Post* afirma que, na sexta-feira, Ted Kennedy, seminu, saltitava pela propriedade com uma segunda mulher, enquanto o alegado ataque ocorria. **Esta alegação** foi, na melhor das hipóteses, duvidosa e, na pior das hipóteses, uma mentira deslavada.

Para Francis ([1994] 2003), um rótulo como “esta alegação”, no exemplo acima, assinala uma mudança de fase da argumentação e serve diretamente para guiar o leitor/a audiência para um determinado viés argumentativo, cumprindo uma função de *avaliação*; no caso, sugere aos leitores que as histórias sobre o ocorrido na casa dos Kennedy não passavam de invencionices de um jornal sensacionalista.

Quanto ao rótulo “dois detalhes picantes”, por ser prospectivo, tem o significado de adição, adiantando ao leitor que outras informações serão acrescentadas. Além disso, a escolha do nome “detalhes”, segundo Francis ([1994] 2003), suspende a avaliação, que é realizada mais adiante (pela expressão “esta alegação”, por exemplo). A predição e a manutenção de informações em suspenso, em nosso trabalho, serão consideradas como especificações da função de organização.

Outra função específica de alguns encapsuladores, de acordo com Cavalcante (2006), é a da *organização enumerativa*, como no exemplo que segue:

(52) **História em suspenso**

Discussão sobre abertura dos arquivos sigilosos da ditadura militar no Ceará envolve Governo, responsáveis por arquivos, anistiados e pesquisadores. A expectativa é que critérios de acesso aos documentos secretos sejam definidos ainda esse semestre.

(...)

O assunto foi tema de seminários, no final do ano passado, e deverá produzir mais debate esse ano se **duas promessas** forem cumpridas. **A primeira delas** é (...). **A segunda** é (...). (Revista *Universidade Pública*, janeiro/fevereiro de 2006 – citado por CAVALCANTE, 2006, p.7).

Em nossa opinião, a função de *organização enumerativa* pode ser considerada não só uma subespecificação de uma função *organizadora* mais geral, como também, nesse caso, acumula a função *preditiva*, descrita por Francis ([1994] 2003), pois o encapsulador prospectivo “duas promessas” adianta ao leitor a enumeração. Ressaltando o aspecto múltiplo das funções apontadas, lembramos que não apenas os encapsuladores têm funções gerais em comum, relativas à sua própria definição, como também os seus papéis específicos podem aparecer simultaneamente.

Para Cavalcante (2006), alguns rótulos, ao mesmo tempo em que resumem porções do discurso, também sintetizam conteúdos através de generalizações que preparam a introdução de novos argumentos. Assim, a autora propõe também a função de *sumarização generalizadora*, conforme o exemplo:

(53) **Um portal para a informação**

Você já acessou o Portal da Capes? A pergunta, feita para essa matéria a vários estudantes de diversos cursos da UFC, encontrou como resposta quase sempre um não e uma expressão de total alheamento. E o sentimento também é compartilhado por vários professores da Instituição. O Portal, que reúne revistas e jornais acadêmicos de todo o mundo, com artigos científicos, foi lançado em 2002 pela Coodenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (...) Mesmo assim, para grande parte da comunidade acadêmica da UFC, o Portal é um ilustre desconhecido.

O desconhecimento se traduz no baixo número de acessos ao site (...).(Revista *Universidade Pública*, janeiro/fevereiro de 2006 – citado por CAVALCANTE, 2006, p.8)

Em (53), referindo-se a informações dispersas e anteriormente mencionadas, como “a resposta é não” (à pergunta sobre ter acessado o Portal), “uma expressão de total alheamento” e “o Portal é um ilustre desconhecido”, a expressão “o desconhecimento” as resume, ao mesmo tempo em que opera uma generalização.

O que questionamos é considerar um processo como o de generalização como função: parece-nos que a generalização é, na verdade, um mecanismo que pode ser utilizado para cumprir funções, como as de organizar e avaliar conteúdos.

A multifuncionalidade do processo de encapsulamento está relacionada à grande *movimentação* cognitiva exigida/provocada nessas situações, pois, como salienta Koch (2004),

A interpretação dessas anáforas obriga o receptor não só a pôr em ação a estratégia cognitiva de formação de complexos (MÜSSELER e RICKEIT, 1990), como ainda exige a capacidade de interpretação de informação adicional. (KOCH, 2004, p.71)

Francis ([1994] 2003) destaca também a função *metalingüística*, que seria a propriedade de alguns encapsuladores se referirem à própria linguagem. Francis ([1994] 2003) agrupou conjuntos de acordo com o tipo de nome nuclear do sintagma encapsulador, conforme a seguinte nomenclatura:

- nomes ilocucionários, como *acusação, decisão, protesto, sugestão*;
- nomes de atividades languageiras, como *consideração, detalhe, julgamento, raciocínio*;
- nomes de processo mental, como *análise, suspeita, teoria, crença*;
- nomes de texto, como *frase, sentença, pergunta, palavra*.

Porém, uma classificação como essa é muito duvidosa, basicamente, por dois motivos. Em primeiro lugar, muitos desses nomes se encaixam em mais de um grupo: *raciocínio*, por exemplo, pode funcionar muito bem também como *nome de processo mental*; o nome *análise* pode ser considerado como uma *atividade languageira* e assim por diante, com quase todos os nomes exemplificados por Francis ([1994] 2003). Em segundo lugar, como diz Cavalcante (2006), essa classificação é “muito mais lexical do que discursiva” e perde a relevância, dentro de uma abordagem que não considera escolhas lexicais apriorísticas. Ou seja, além de os critérios de divisão dos grupos serem confusos, a pré-identificação da correspondência entre os nomes e as coisas a que eles referem não condiz com uma análise discursiva da referência.

Consideramos, no entanto, que algumas formas do sistema podem condicionar parcialmente a escolha das expressões, não de maneira completamente pré-determinada, como sugere Francis ([1994] 2003), mas acreditamos que exercem influência e serão consideradas em nossa análise das funções, como veremos, a seguir, por exemplo, sobre a

questão dos valores axiológicos intrínsecos e sobre o papel dos demonstrativos; isso porque, na referência, embora o significado não seja atribuído exclusivamente às propriedades lexicais das expressões, este é um dos aspectos que é levado em conta. Sobre a metadiscursividade, termo sugerido por Cavalcante (2006) para designar de modo mais amplo a propriedade metalingüística descrita por Francis ([1994] 2003), um dos seus importantes papéis discursivos é a característica de possibilitar um olhar reflexivo sobre o que é dito, bem como as conseqüências intersubjetivas e argumentativas que decorrem de seu uso. Conforme Cavalcante (2006), todas as anáforas encapsuladoras também desempenham uma função *metadiscursiva*, já que revelam um olhar reflexivo para o próprio discurso.

Para descrever essa função, Cavalcante (2006) toma como base o trabalho de Carvalho (2005), fornecendo o seguinte exemplo:

(54) Quantos diamantes valem os mortos do Congo? (José Arbex Jr.)

(...) A mídia internacional adora explicar que as guerras na África são conseqüência de diferenças étnicas, particularmente entre os grupos hutus e tutsis, majoritários na região. Aparentemente, **a explicação** é exata. Basta lembrar a guerra entre os grupos hutus e tutsis de Ruanda e Burundi, que matou pelo menos 1 milhão de seres humanos, entre abril de 1994 e maio de 1997, além de deixar centenas de milhares em miseráveis campos de refugiados, expostos a todo tipo de peste e desnutrição. **Essa “explicação”** étnica é útil, confortável e racista. Útil porque esconde aqueles que lucram com a guerra (incluindo os que vendem armas em troca de diamantes, ouro e outras riquezas); confortável porque apaga as responsabilidades históricas dos países que colonizaram e dividiram a África, exploraram o comércio de escravos, promoveram gigantescos e monstruosos genocídios e construíram, enfim, a imensa miséria daquele continente; racista porque alimenta o estereótipo do negro como um ser “atrasado” e “fanático”, imerso em lutas étnicas e religiosas. (...). (*corpus* de Carvalho, 2005 - citado por CAVALCANTE, 2006, p.8-9)

Em (54), de acordo com Cavalcante (2006), a própria enunciação é tomada como um objeto de menção, assim “a explicação” refere-se ao trecho anterior e ativa um novo referente, resultando, assim, numa rotulação metaenunciativa.

Em nossa opinião, há ainda mais a dizer sobre o que acontece no exemplo (54): a função da rotulação promovida por “a explicação” é a de ativar um referente, atribuindo-lhe uma categorização que permite, mais adiante (especialmente a partir da retomada “essa ‘explicação’”, marcada por aspas), afirmar que, na verdade, “a explicação” é um modo de disfarçar ideais racistas e imperialistas por parte dos países colonizadores. O processo que

envolve a rotulação metaenunciativa em “a explicação”, além de *organizar* o texto, serve para marcar um ponto da argumentação que é iniciado; embora já houvesse uma dose de ironia em “a mídia internacional **adora explicar**”, o que nos faz prever, de certo modo, que *a explicação* fosse ser contestada, o referente que serve de base para essa argumentação é inaugurado com “a explicação”. Assim, uma outra função associada à metadiscursividade, nesse caso, parece ser a de contribuir para a denúncia de uma voz contrária aos ideais racistas e imperialistas que se esconderiam por trás da “explicação” – e isso está associado, portanto, à função de orientação argumentativa. Outros aspectos da metadiscursividade serão discutidos em termos de heterogeneidade discursiva, a partir do item 4.5.

A partir das funções sugeridas até aqui, podemos estabelecer alguns grupos:

- Função 1: Organização, incluindo subespecificações, como:
 - inaugurar um novo tópico
 - antecipar informações/manter informações em suspenso
- Função 2: Metadiscursividade, incluindo a subespecificação de:
 - promover uma hipostasiação
- Função 3: Desenvolvimento argumentativo

Quanto à função que diz respeito ao desenvolvimento argumentativo (Função 3), faz-se necessário esclarecer vários pontos, conforme mostramos mais adiante, a partir dos exemplos de outros autores, como Cavalcante (2006) e Conte ([1996] 2003).

Primeiramente, analisamos a proposta de Conte ([1996] 2003). Essa autora trata também de expressões encapsuladoras, evidenciando sua remissão bidirecional e salienta três funções, que considera não mutuamente excludentes. A primeira delas é a de *integração semântica*; que, segundo Conte, especialmente quando o encapsulamento anafórico ocorre no início de um parágrafo, pode funcionar como um subtítulo que, simultaneamente, interpreta um parágrafo precedente e funciona como ponto de partida para um novo. Exemplo:

- (55) (a) In the end, however, the fight against corruption will be won in the developing countries themselves – not in the rich world. There are encouraging signs: Thailand, Zimbabwe and others have set up anti-corruption commissions, though they don't always deliver what they promise. In Argentina and elsewhere, lawyers who once took civil-rights cases now fight corruption.

These indigenous efforts sometimes go off half-cocked. (citado por CONTE, ([1996] 2003), p.185)

(b) No fim, contudo, a luta contra a corrupção será vencida nos próprios países em desenvolvimento - não no mundo dos ricos. Há sinais encorajadores: a Tailândia e o Zimbábue, entre outros, estabeleceram comissões anticorrupção, embora elas nem sempre cumpram o que prometem. Na Argentina e em outros locais, advogados, que um dia defendiam casos civis, agora lutam contra a corrupção.

Esses esforços nativos algumas vezes acabam morrendo na casca.

A autora enfatiza o aspecto da remissão bidirecional que esse tipo de expressão opera: além de empacotar as situações apresentadas, inaugura um novo ponto da argumentação que está sendo desenvolvida; a expressão tem caráter resumidor e argumentativo, pois sintetiza a descrição precedente e continua em termos do que foi apresentado como fato. Em (55), a partir da nomeação das atitudes apresentadas como "esforços nativos", parte-se para um novo tópico de argumentação.

A outra função apontada pela autora é a de *avaliação*; para Conte ([1996] 2003), a nomeação de situações e acontecimentos, especialmente quando acompanhada de um modificador avaliativo, tem um forte poder argumentativo e pode ser um artifício de manipular a interpretação do leitor a respeito dos fatos. Exemplo:

(56) (a) Irato per i della folla che lo contestava a sole sei settiane dalle elezini generali, il presidente romeno Ion Iliescu è saltato fuori dalla sua limousine e ha aggredito un giornalista dell'opposizione.

L'incredibile episodio, che ha suscitato vivaci reazioni (...). (citado por CONTE, ([1996] 2003, p.186)

(b) Enraivecido com a multidão que protestava, a apenas sete semanas das eleições gerais, o presidente romeno Ion Iliescu saltou furioso de sua limusine e agrediu um jornalista da oposição.

O incrível episódio, que provocou fortes reações (...).

A terceira função sugerida por Conte ([1996] 2003) é a de *hipostasiação* (ou "essencialização"), que ocorre quando o encapsulamento permite atribuir uma força ilocucionária a um trecho do discurso e, com base em uma informação velha, apresenta um referente novo para o discurso. Vejamos o exemplo:

(57) (a) La Lega sarà sempre per la gente che suda contra la classe dei governanti – **questa promessa** di Dasi ha provocato l'acclamazione della piazza. (citado por CONTE, [1996] 2003, p.187)

(b) A Liga será sempre para as pessoas que lutam contra a classe governamental - **esta promessa** de Dasi provocou uma aclamação na praça.

A categorização do referente como um ato de fala em particular produz uma alternância do nível metacomunicativo, ou seja, as palavras de Dasi, "A Liga será sempre para as pessoas que lutam contra a classe governamental", passam a ser uma promessa na voz do sujeito enunciador.

Sugerimos, em Ciulla (2002), que as hipóstases também pudessem ser realizadas por pronomes e não apenas por nomes, como demonstrado no trabalho de Conte ([1996] 2003) – porém, algumas reflexões fizeram-nos rever nossa posição. Exemplo:

- (58) Em outra reportagem especial, as formações rochosas do Parque de Sete Cidades, no Piauí, e em Vila Velha, no Paraná. Em regiões diferentes e com histórias diferentes, estas formações rochosas conseguem o mesmo efeito sobre o visitante: o encantamento. Viajamos também pelo lugar escolhido pelos ricos, no sudeste, para passar momentos de relax: Pedra Azul, no município capixaba de Domingos Martins. Você não pode deixar de ler ainda as dicas para curtir uma temporada no balneário de Marataízes, no Espírito Santo. Entre na aventura dos trackings e conheça as mais belas trilhas... Além de **tudo isto**, os melhores roteiros de programa, para você e seu filho... (citado por CIULLA, 2002, p.58)

O problema é que uma expressão como “tudo isto” não tem a força ilocucionária de um nome metaenunciativo, como “promessa” do exemplo (57). Portanto, embora o pronome substantivo “tudo isto” empacote um conteúdo e sirva como ponto de partida para um novo ponto da argumentação, constituindo uma expressão encapsuladora, não funciona como uma hipóstase, no sentido de Conte ([1996] 2003), pois semanticamente, a expressão não revela a força ilocucionária do conteúdo resumido. Analisando o exemplo novamente, percebemos que o encapsulamento operado por “tudo isto” parece ter uma função muito mais relacionada à organização do texto, contribuindo para o objetivo de convencer o leitor da revista a conhecer os lugares mencionados naquele caso, pois “tudo” é lido, neste exemplo, como “muito”, e “isto” ajuda a reforçar a idéia da diversidade, justamente por sintetizar tantas coisas diferentes, como “formações rochosas”, “relax”, “encantamentos”, “história”, “aventuras”, “belas trilhas”, etc. São tantas e tão diversificadas as atrações enumeradas, que “tudo isto” se apresenta como uma expressão resumidora muito adequada à persuasão, dando a idéia de “muito” e de uma variedade *inominável* de locais turísticos de que fala o editor da revista. Observe-se que, nesse exemplo, o pronome “isto” realiza o empacotamento das informações sobre os locais turísticos, catalizando a sua interpretação como *incontáveis* e, por isso *inomináveis*.

Em Ciulla (2002) dissemos, ainda, que a escolha do pronome substantivo da expressão encapsuladora “tudo isto” é conveniente, em (58), “porque encapsula todo o conteúdo, categorizando-o sem o esforço e sem o compromisso que um nome mais específico exigiria”; no entanto, não mencionamos que essa observação diz respeito somente ao enunciador e que o esforço e o compromisso da categorização parecem ficar, nessa situação, mais ao encargo do leitor.

Ademais, preferimos evitar, no presente trabalho, afirmações sobre esforços cognitivos mais fortes ou mais fracos, de acordo com a suposta maior explicitude dos nomes em relação aos pronomes, por exemplo, por dois motivos: um deles é que, dependendo da situação discursiva, a interpretação de um pronome pode ser até mais óbvia do que a de um nome - e, no caso dos encapsuladores, o processo é sempre complexo; o outro motivo é que, através de uma análise lingüística, como a que realizamos em nossa pesquisa, não é possível verificar o grau de esforço necessário para processar esse tipo de informação e não necessariamente uma interpretação aparentemente mais óbvia exige menos esforço. Contudo, podemos observar que nomes e/ou pronomes, em uma situação de uso concreta, têm possibilidades de interpretações discursivas diversificadas. Ou seja, a partir de dados lingüísticos, não podemos afirmar que, na referenciação, estejam em jogo processos inferenciais diferenciados, mas podemos fornecer uma análise de processos referenciais que se distinguem pelo tipo de informação que é solicitada, pelo modo com que operam as categorizações, pelo modo como ativam referentes, etc.

Conte ([1996] 2003) não acrescenta funções muito diferentes, considerando-se as funções já descritas por Francis ([1994] 2003). As características da *hipostasiação*, por exemplo, coincidem com as descritas por Francis, já que todas têm função *metalingüística*. É importante observar, no entanto, que, ao descrever funções semelhantes, as autoras destacam aspectos diferentes. Quando fala de função *metalingüística*, por exemplo, Francis ([1994] 2003) ressalta o aspecto lexical envolvido no encapsulamento, enquanto que, quando Conte ([1996] 2003) fala de *hipostasiação*, a ênfase recai sobre a força ilocucionária que é dada à porção de texto encapsulada, o que reforça a nossa opinião sobre uma análise que enfatiza aspectos mais discursivos do fenômeno.

A *integração semântica*, de Conte ([1996] 2003), poderia ser complementar à de *organização*, proposta por Francis ([1994] 2003), especialmente se pensarmos que não necessariamente precisa estar relacionada à marcação formal de parágrafos, como sugeriu Conte ([1996] 2003), mas a blocos de informações, cujos delimitadores são, muitas vezes,

as próprias expressões encapsuladoras. De acordo com Apothéloz e Chanet ([1997] 2003), a marcação do parágrafo, nesses casos, dá-se em termos cognitivos e não necessariamente no sentido tipográfico e, por isso, preferimos falar em *mudança de tópico*. Assim, à Função 1, de organização, podemos acrescentar uma subespecificação de *mudança de tópico* e *integração de tópicos*.

Quanto à função *avaliativa*, esta é freqüentemente mencionada; contudo, há diferenças entre os diversos autores, no que diz respeito à observação dos mecanismos envolvidos, conforme mostramos ao longo deste capítulo. Na comparação entre Francis ([1994] 2003) e Conte ([1996] 2003), observamos que, obviamente, um modificador avaliativo que acompanhe uma expressão referencial, como mostrou Conte ([1996] 2003), com a expressão “o incrível episódio”, do exemplo (56), contribui para a função de avaliação; já em “uma alegação”, no exemplo de Francis ([1994] 2003), parece que a própria categorização operada pelo nome “alegação” já fornece uma avaliação.

Em uma análise do estudo de Francis ([1994] 2003), Cavalcante (2006) sugere que todos os encapsuladores, na verdade, contribuem para a argumentação. No entanto, Cavalcante (2006) propõe uma diferença entre argumentação e avaliação, sugerindo que uma das funções específicas de alguns rótulos, seja a da *avaliação explícita*. Para a autora, são considerados como avaliativos apenas os rótulos que apresentarem explicitamente um valor axiológico através de nomes nucleares e/ou modificadores como no exemplo:

- (59) Um velho índio descreveu certa vez **seus conflitos internos**: "Dentro de mim existem dois cachorros: um deles é cruel e mau, o outro é muito bom e dócil. Os dois estão sempre brigando..." Quando então lhe perguntaram qual dos cachorros ganharia a briga, o sábio índio parou, refletiu e respondeu: "Aquele que eu alimentar". (texto divulgado na internet – citado por CAVALCANTE, 2006, p.6-7)

Essa questão sobre o valor axiológico dos itens lexicais é delicada e parece não ter sido completamente solucionada pelos estudos sobre o assunto. Embora não tenhamos a pretensão de resolvê-la, entabulamos, aqui, uma reflexão e sugerimos uma maneira de abordá-la. Em primeiro lugar, precisamos considerar, de um lado, a questão de localizar o valor axiológico: no léxico ou nas diversas inferências que se produzem entre o léxico e o entorno discursivo; por outro lado, precisamos averiguar a questão de que certos nomes parecem apresentar a tendência, maior ou menor, de serem usados de maneira predicativa.

Sobre esse problema, Milner (1978) salienta a oposição entre *nomes de qualidade* e os *nomes ordinários*. *Nomes de qualidade* seriam aqueles que têm a propriedade de não

serem classificadores, isto é, nomes que não poderiam marcar a pertinência de um elemento a uma classe precisamente definida. Já os *nomes ordinários* determinariam sua referência por si próprios, definindo a classe a que pertenceriam, independentemente do enunciado em que aparecessem. Segundo Milner (1978), a substituição de um nome ordinário por um outro afeta necessariamente a interpretação, o que provaria que eles têm um sentido lexical preciso. O exemplo dado pelo autor é:

(60) Os funcionários estão protestando, especialmente os comissionados.

Milner (1978) não observa, no entanto, que “os comissionados” não está substituindo “os funcionários”, mas delimitando um conjunto, a partir da referência anterior ao objeto designado pela expressão “os funcionários”. Além disso, nenhum nome tem a propriedade de fazer referência por si próprio, já que, como demonstramos neste trabalho, a referência é um processo discursivo, que depende da atividade dos falantes.

Os *nomes de qualidade*, para Milner (1978), poderiam ser empregados de maneira não-autônoma como substitutos e, ainda assim, conservar a mesma referência feita por um nome ordinário do trecho precedente. Exemplo:

(61) Ele se enganou, o imbecil/O imbecil, ele se enganou.

Para a comparação entre um *nome de qualidade* e um *nome ordinário*, Milner (1978) fornece o seguinte exemplo:

(62) Ele se enganou, o teu irmão/O teu irmão, ele se enganou.

Em (61), “ele” somente poderia remeter a um nome exterior à frase, conforme a explicação de Milner, e essa frase não seria interpretável isoladamente. Em (62), de acordo com o autor, “ele” seria um anafórico de “teu irmão” e a frase poderia ser interpretada de maneira autônoma. Em primeiro lugar, em nossa opinião, nenhuma das duas frases pode ser interpretada de maneira autônoma, pois simplesmente dizer que “ele” e “teu irmão” apontam para um mesmo referente não explica completamente o processo referencial, é o mesmo, aliás, do que dizer que “ele” aponta para o mesmo referente que “o imbecil”, do exemplo anterior. Certamente, é possível dizer que o termo “imbecil” pode designar qualquer um, enquanto que “teu irmão” só pode ser usado para delimitar um conjunto mais definido – mas, nos dois casos, para saber a quem a referência está sendo feita, é preciso remeter à situação discursiva. Parece-nos que o aspecto a ser destacado, nesses casos, é o valor semântico dos itens lexicais que, embora não tenha um valor completamente pré-

determinado no processo referencial, como postula Milner (1978), exerce influência na maneira como interpretamos a referência.

Outra situação apresentada pelo autor: se substituirmos “o imbecil” por “o idiota”, em (61), o valor de insulto não seria muito afetado, o que ilustra a sugestão de Milner (1978) de que os *nomes de qualidade* estariam mais ligados ao ato de fala de que fazem parte; já os *nomes ordinários* não dependeriam do ato de fala nem de outros aspectos pragmáticos. Discordamos de Milner (1978) nessa diferenciação nítida entre envolver ou não fatores pragmáticos, pois consideramos que eles sempre são importantes e indissociáveis do processo referencial, porém admitimos que certas palavras permitem uma maior ou menor dependência de interpretação em relação à situação. Por isso, preferimos falar em tendências e não em propriedades totalmente pré-determinadas e independentes dos fatores discursivos.

Além disso, nosso interesse não está exatamente na suposta diferença entre *nomes de qualidade* e *nomes ordinários*, mas no fato de que parece haver características lexicais intrínsecas que predispõem certos itens a serem interpretados de uma maneira ou de outra.

Um outro estudo que pode subsidiar um ponto de vista como esse é o que encontramos em Ducrot (1980). Nesse estudo, o autor observa que os adjetivos não se comportam da mesma maneira, quando são subordinados a uma oração como “je trouve que”. Conforme Ducrot (1980), corriqueiramente, diz-se, em francês, por exemplo, “je trouve que ce film est intéressant” (“eu acho que este filme é interessante”) ou “je trouve que cette voiture est chère” (“eu acho que esse carro é caro”), mas raramente se diz “je trouve que cette table est carrée” (“eu acho que essa mesa é quadrada”) ou “je trouve que cette pomme est rouge” (“eu acho que essa maçã é vermelha”). Em outras palavras, Ducrot quer mostrar que há adjetivos que são potencialmente mais apreciativos e outros que são mais descritivos. Para o autor, isso pode ser verificado também quando não se trata de um adjetivo, conforme, por exemplo, a comparação entre: “je trouve que Jean a de la chance” (“eu acho que Jean tem sorte”) e “je trouve que cette voiture est une Citroën” (“eu acho que esse carro é um Citroën”). Salientamos, em primeiro lugar, que, para nós, não há expressões puramente descritivas, pois mesmo numa descrição está implícito o ponto de vista do falante. A nosso ver, o que acontece é que há situações em que certos objetos estão menos suscetíveis a sofrer variações, especialmente quando se trata de descrições físicas, como a propriedade de ser quadrado ou de ser vermelho – o ser humano, de modo geral, percebe cores e formas de maneira bastante uniforme, principalmente se considerarmos

uma mesma cultura, numa mesma época, e, por isso, raramente tais características são colocadas em discussão. Ao invés de colocar em oposição a predicação e a descrição, preferimos, então, falar em um efeito de maior ou menor grau de subjetividade e, portanto, em um efeito de maior ou menor grau de valor axiológico; dissemos *efeito* porque o fato de que possa haver um consenso muito grande em relação à categorização de certos conceitos, como cores, formas geométricas e marcas de carro, não significa que esses conceitos não possam ser modificados individual ou coletivamente, de uma sociedade para outra, de maneira diacrônica e/ou sincrônica. Dizer que a Terra é redonda, por exemplo, raramente é questionado, atualmente; porém, já houve um tempo em que se pensava que a Terra era quadrada.

Ainda que Milner (1978) e Ducrot (1980) apresentem uma visão muito presa a conceitos realistas, em que há uma definição clara entre fatores pragmáticos e não pragmáticos, no caso de Milner, e entre o que seria predicativo e descritivo *a priori*, no caso de Ducrot, os estudos desses dois autores apontam para a tendência que certas palavras têm de conservar traços semânticos. Podemos dizer, então, que há nomes com maior predisposição de serem usados de maneira mais predicativa, por apresentarem um traço semântico axiológico; esses nomes não exigem um contexto particular para que esse valor se manifeste, ao contrário de outros que, enquanto unidades lexicais, não são marcados axiologicamente e, por isso, para apresentarem um valor explícito de julgamento, apóiam-se mais na situação e somente explicitam em maior grau uma avaliação dentro de um determinado contexto.

Observamos, então, algo importante no que diz respeito ao critério de classificação de funções que estamos construindo. Às generalizações, por exemplo, pode estar associado um maior pendor de avaliação, como em (53) acima: recuperar a idéia de “portal desconhecido” através do encapsulador “o desconhecimento” é uma estratégia sutil – porém explícita - de fazer revelar a crítica que está sendo construída por trás da aparente notícia sobre o site, qual seja, a de que uma importante fonte de referências científicas está se perdendo pela ignorância dos próprios pesquisadores – público-alvo dessas afirmações. E, por isso, dissemos que a argumentação é constituída discursivamente, pois não há exatamente um item lexical especializado, *a priori*, que constitui a avaliação em (53), mas uma maneira de apresentar o fato que revela um ponto de vista. Por outro lado, os traços semânticos dos nomes não devem ser desprezados, já que, muitas vezes, há um traço semântico que implica num valor axiológico, como em “conflitos”, no exemplo (59): o

antagonismo e o estado de hesitação a que remete o próprio item lexical predis põem a interpretação de um julgamento de valor. Acreditamos, portanto, que o valor axiológico está nas inferências que fazemos, inclusive nas que nos são proporcionadas pelo léxico; a questão do valor semântico faz parte do conjunto de fatores da dimensão discursiva.

É preciso também esclarecer nossa posição sobre a questão da argumentação; o poder argumentativo das expressões referenciais como função tem sido explorada freqüentemente. Em nosso trabalho, em princípio, consideramos que toda e qualquer expressão lingüística tem valor argumentativo no discurso, no sentido do TODO-ARGUMENTATIVO de que fala Adam (2004). Segundo Koch e Travaglia (1999), a argumentatividade é um traço marcante, subjacente à intencionalidade enquanto aspecto de cunho cognitivo do uso lingüístico. Em outros termos, isto se explica com base na idéia de que, conforme Bakhtin (1977), em todo processo lingüístico, há uma ideologia que lhe é inerente. Isto é, tudo que é dito, de maneira explícita ou não, contribui para a formação de um ponto de vista, pois pressupõe uma determinada ideologia por parte de quem fala. Reforça ainda essa idéia o conceito sobre a dimensão discursiva que defendemos, de fusão entre o falante e o mundo referido, em que não é possível falar de referência neutra em termos absolutos. Assim, assinalamos, em alguns casos, as maneiras pelas quais os processos referenciais explicitam diversas orientações argumentativas, o que pode acontecer, por exemplo, através de tipos de apelo a certos discursos e às ideologias que lhes são inerentes, modos intersubjetivos de persuasão e de apresentação dos argumentos, etc. Considerando, então, que todo processo referencial pressupõe uma orientação argumentativa, não a listaremos como uma função à parte. Dessa maneira, uma interpretação possível para (59), por exemplo, é a de que não apenas a expressão “conflitos internos”, mas o tom de ensinamento e conselho de todo o trecho remete aos textos de auto-ajuda, revelando uma função de apelo a esse tipo de discurso e marcando um tipo de heterogeneidade discursiva, conforme discutimos mais adiante, no item 4.5.

Referindo-se ao trabalho de Apothéloz e Chanet ([1997] 2003), Cavalcante (2006) lembra que as funções de avaliação e de mudança de tópico podem, em muitos casos, ser marcadas por um valor dêitico contido em uma expressão encapsuladora - o que mais uma vez reforça a idéia de que: 1) os valores lexicais e remissivos não são os únicos, mas são alguns dos fatores da dimensão discursiva que devem ser levados em conta; 2) as funções não são mutuamente excludentes; 3) um elemento do processo referencial pode ter funções

diferentes, dependendo do entorno discursivo e 4) uma mesma função pode ser desempenhada por diferentes processos referenciais.

Em Ciulla (2002), apontamos funções desempenhadas por dêiticos discursivos – expressões que, no presente trabalho, preferimos incluir entre as anáforas encapsuladoras, sem desprezar, no entanto, o papel do valor dêitico nesses processos. As funções apontadas foram:

- localizar precisamente o referente no espaço físico;
- dar saliência discursiva ao referente, categorizando-o e focalizando-o por meio do dêitico;
- promover uma mudança de tópico e
- contribuir para o desenvolvimento argumentativo, por meio de conteúdos avaliativos.

Essas foram as quatro variáveis de função tomadas para a análise da distribuição das funções desses elementos naquela pesquisa. Também dissemos que elas exercem sempre a função de salientar um trecho do discurso, mas o que identificamos como função de *saliência cognitiva* foram as situações em que a expressão não trazia propriamente uma avaliação, nem localizava a porção textual resumida, nem marcava um tópico, senão apenas encapsulava um trecho do discurso por meio de um pronome ou um nome encapsulador, sobre o qual queria colocar ênfase. Vejamos um exemplo do subtipo *situacional* com a principal função de salientar um referente:

- (63) A segunda atitude é a promoção de paz na família, na qual a pessoa nasce e tem direito de ser acolhida, amparada para se desenvolver recebendo afeto e estima. E o que constatamos hoje é a degradação da família e até a violência contra a criança no ambiente doméstico. Quem sabe poderíamos começar por aí e pedir a Deus que abençoe nossas famílias e que faça de cada um, no próprio lar, um instrumento de união e paz.

D. L. M. de A. escreve aos sábados **nesta coluna**.

(citado por CIULLA, 2002, p.64)

Observamos também que os *marcadores de tópico* diferenciam-se sutilmente dos *salientadores* por, além de enfatizarem um referente, inaugurarem um novo ponto da argumentação. Um dos exemplos que fornecemos em Ciulla (2002) foi:

- (64) (a) Foster, the Fife-based organizer, said: “So many great sporting cars are only seen as statics exhibits in museums nowadays, so it is a great honour for Scotland that it has become one of the premier venues for using these wonderful machines.”

This description is scarcely inflated. McLaren will be driving his Jaguar Lightweight E type. John Coombes, now based in Monaco, will drive a Jaguar D type... (citado por FRANCIS, [1994] 2003, p.207)

(b) Foster, o organizador da Fife-based, disse: “Tantos carros esportivos maravilhosos são considerados apenas como peças de exposição de um museu hoje em dia, que é uma grande honra para a Escócia ter se tornado um dos primeiros locais em que essas máquinas incríveis serão usadas.”

Essa descrição foi levemente exagerada. McLaren estará dirigindo o seu Jaguar Lightweight tipo E. John Coombes, agora baseado em Mônaco, estará dirigindo um Jaguar tipo D...

A expressão “essa descrição” pode ser enquadrada como um *marcador de tópico* e o dêitico, em especial, empresta saliência ao conteúdo encapsulado como “descrição” que se encontra imediatamente anterior à menção da expressão anafórica rotuladora.

Em Ciulla (2002), consideramos como encapsuladores dêiticos de valor argumentativo os que, introduzindo informação nova no discurso, acrescentam um conteúdo avaliativo explicitado na própria expressão, como o que ocorre no seguinte exemplo:

- (65) Além disso, o fim das ideologias, ou pelo menos das certezas ideológicas, o desvirtuamento ou degradação das utopias, o desaparecimento das referências, o declínio dos valores tradicionais, a emergência de um individualismo autocentrado e narcísico, as vertiginosas transformações tecnológicas - **todo esse mal-estar fin de siècle** atordoou e desorientou o homem pós-moderno, ruindo as bases de sua confiança e criando o chamado "vazio moral". (citado por CIULLA, 2002, p.54)

Acrescentamos, porém, que não é apenas a expressão anafórica que expressa a avaliação nesse exemplo, mas ela contribui para a avaliação, sintetizando e categorizando as informações negativas que vinham sendo enumeradas como “fin de siècle” – uma expressão que tem conotações de decadência, numa alusão ao final da *Belle Époque* e ao início de movimentos estéticos mais melancólicos (como o simbolismo). O apelo é feito, então, a um discurso contextualizado pela decadência e pela melancolia. Ou ainda, ao usar um jargão supostamente (ou falsamente) intelectual, como o expresso por “mal-estar fin de siècle”, podemos pensar em um apelo a um discurso intelectualizante, numa tentativa, por parte do escritor do artigo, de incluir-se entre o grupo dos supostamente intelectuais.

Por fim, identificamos os encapsuladores com dêitico que localizam referentes no espaço físico, estabelecendo o que podemos enquadrar como os protótipos dos organizadores textuais. São os que chamamos *físico-textuais*, como, por exemplo, *abaixo*,

a seguir, o quadro acima, no próximo capítulo, etc. Preferimos, nesta pesquisa, chamar essa subespecificação de *instrução para a localização de um referente no espaço/tempo*, salientando o aspecto de que essa é uma tarefa dos falantes, que localizam objetos, construindo a referência, e não uma tarefa das expressões em si, fora de uso.

Outra observação importante é a de que os encapsuladores com dêitico podem desempenhar, a um só tempo, até mais de duas funções – o que, aliás, parece ser uma tendência de todos os processos referenciais. Veja-se o exemplo a seguir:

(66) É evidente que fazemos parte dos domínios do conhecimento que se preocupam com o sentido das coisas. No entanto, ao misturar letras, artes, teologia, filosofia, religião como meio de busca do transcendente, vejo que o mercado nos reserva o papel de domesticadores do homem submetido à brutal acumulação de capital que se processa. Certamente, caber-nos-á consolar os homens que sofrem a miséria material e a degradação da qualidade de vida, acenando-lhe com a elevação do espírito, ou submetê-lo ao processo civilizatório exigido pelas novas condições de produção. Outra versão ainda para a nossa função é a de que serviremos para preencher o ócio, a fim de que os homens não pratiquem atos indesejados. Outra ainda é que serviremos para dar uma ilustração mundana aos que tiverem uma formação científica e tecnológica, serviremos para dar um colorido ao mundo. Não estaremos muito longe da velha concepção que pedia, para as "mocinhas, bons modos, piano, francês e filologia". Nossa área será inessencial, porque da ordem do supérfluo, do ornamental, ou será essencial, desde que não seja autônoma em relação às necessidades de domesticação do espírito da nova ordem econômica.

Diante **dessa situação de escasso prestígio social e de baixa rentabilidade econômica**, nossa atitude tem sido defensiva e não afirmativa. O estado patêmico mais comum é... (citado por CIULLA, 2002, p.65)

Nesse exemplo, a expressão em negrito desempenha simultaneamente as funções de saliência discursiva, de mudança de tópico e, evidentemente, de avaliação.

As funções até aqui mencionadas comporiam, então, a seguinte lista:

Função 1. Organização de partes do texto

- inaugurar um tópico
- mudar de tópico
- integrar tópicos
- antecipar/manter informações em suspenso
- salientar um referente

- orientar a localização de um referente no espaço/tempo

Função 2. Metadiscursividade

- promover uma hipostasiação

Função 3. Apelo a um tipo de discurso

Koch (2004), em um estudo sobre expressões nominais, sugere funções denominadas pela autora como cognitivo-discursivas. Primeiramente, não achamos necessário nomear as funções discursivas dos processos referenciais como “cognitivas”, já que, de acordo com o conceito de referência e de dimensão discursiva que adotamos, a cognição é uma parte inseparável do processo. Ou seja, não há como fazer referência, do ponto de vista do discurso, sem que haja cognição. Uma segunda observação preliminar é a de que algumas funções parecem se repetir, conforme já observou Vasconcelos de Sá (2006). Para que fiquem mais claras as nossas constatações, enumeramos as funções sugeridas por Koch (2004), discutindo-as, a seguir:

- ativação/ reativação na memória

Ao descrever esta função, Koch (2004) enfatiza o caráter híbrido que as expressões anafóricas apresentam: são referenciadoras, porque remetem a elementos apresentados ou sugeridos pelo cotexto e são predicativas, pois veiculam informações através da recategorização que realizam. A alocação dos elementos referidos na memória ativa é possibilitada, segundo a autora, pela remissão realizada pelos anafóricos.

Na verdade, de modo geral, os processos referenciais têm a característica híbrida de referenciar e, ao mesmo tempo, de predicar, conforme o conceito de referência que defendemos – trata-se de um processo em que não apenas identificamos um objeto, mas, antes, construímos discursivamente o objeto que é referido. E a ativação de informações na memória é uma operação que também inclui os referentes novos, não apenas os que têm fontes anteriormente referidas ou sugeridas. Não porque já exista um modelo de mundo completamente pré-construído na mente dos falantes, mas devido ao fato de que nos valemos de outras experiências e de conhecimentos armazenados na memória para realizar as categorizações que nos são solicitadas pela situação discursiva.

Julgamos importante, no que diz respeito à ativação de referentes, um outro aspecto, que é a propriedade que alguns processos referenciais apresentam ao promoverem uma espécie de convite para que os participantes da situação comunicativa realizem uma busca em suas memórias. Para explicar essa função, reportamo-nos ao exemplo que deu origem a essa reflexão, em nossa pesquisa:

- (34) À noite, vamos ao café; somos três ou quatro velhos camaradas; divertimo-nos tomando uma meia-taça, um trago e queimando nossas gargantas com cachaça! **Essa fumaça, esse cheiro de álcool**, o barulho das bolas de bilhar, o estampido das rolhas, as gargalhadas, tudo isso ativa meus sentidos e tenho a impressão de que me cresceram bigodes e de que eu poderia levantar a mesa de bilhar! (J. Vallès, L'enfant - citado por APOTHÉLOZ, 1995a, p.35)

Em Ciulla (2002), dissemos que este seria um caso de dêixis da memória, já que podemos resgatar, em nosso conhecimento de mundo armazenado na memória e a partir das expressões grifadas em (34), um ambiente esfumaçado e cheirando a bebida alcoólica, associado a um lugar como um bar. Apothéloz (1995a) diz, ainda sobre esse mesmo exemplo, que:

Um SN demonstrativo pode referir-se *in absentia*, quer dizer, na ausência de qualquer designação antecedente de seu referente e sem que este esteja presente na situação enunciativa. (...) concordamos em descrever este tipo de demonstrativo dizendo que ele consiste em evocar um referente cuja evidência é tal, para o locutor, que ele equivale a um referente que acabou de ser evocado no próprio texto. (APOTHÉLOZ, 1995a, p.35)

Porém, neste exemplo, embora não haja designação anterior dos referentes, há várias referências explícitas, no cotexto, que podem ser consideradas como fontes para as expressões referenciais em grifo, como “café”, “Divertimo-nos tomando um trago”, “barulho das bolas de bilhar” e “estampido das rolhas”. Nesse caso, a referência não seria vista como *in absentia*; estaríamos diante de uma anáfora com dêixis, que remete ao mesmo tempo a informações explicitadas no texto e à memória - uma possibilidade para a qual a literatura específica tem dado pouca atenção.

A estratégia de apelar para a memória do interlocutor, que precisa preencher a imagem do texto com as próprias experiências, também parece ser uma maneira peculiar, muito comum nos textos literários, de fazer com que o leitor/ouvinte participe da situação, o que evidencia a função de promover a intersubjetividade entre os falantes (que, em maior ou menor grau, está sempre presente nas interações entre os falantes).

- encapsulamento (sumarização) e rotulação

Essa função, já descrita anteriormente, consiste na própria definição das expressões encapsuladoras, distinguindo-as dos demais tipos de anáfora. Porém, Koch (2004) considera como encapsuladoras apenas as expressões nominais, enquanto que, em nosso trabalho, preferimos incluir também os pronomes que realizam a mesma operação.

Vasconcelos de Sá (2005) observa que é interessante separar o fenômeno do encapsulamento da função que desempenha, referindo-se à função resumitiva. Contudo, parece-nos que a operação resumitiva enquadra-se no mesmo esquema das generalizações: trata-se de um recurso, que, normalmente, cumpre outras funções, como a de auxiliar na organização do texto, às vezes na previsão de informações (no caso das expressões prospectivas), ou a de fornecer um viés argumentativo.

- introdução de informações novas

A introdução de informações novas é uma tendência geral dos processos referenciais, que fazem progredir o discurso. Contudo, em alguns casos, como no dos encapsuladores, salientado por Koch (2004), as próprias expressões referenciais podem assumir uma importância maior no que diz respeito a essa função dentro do processo referencial como um todo.

- organização macroestrutural

Retomando a sugestão de função organizacional, conforme Francis ([1994] 2003), Koch (2004) ressalta a propriedade das anáforas em, simultaneamente, realizar dois movimentos: o de retroação e o de progressão. Através desses movimentos, de acordo com Koch (2004), são realizadas as funções de *introdução*, *mudança* ou *desvio de tópico*, além da *ligação entre tópicos e subtópicos*, que destacamos como subespecificações da função geral de *organização*.

- atualização de conhecimentos por meio de glosas realizadas pelo uso de um hiperônimo

Um dos exemplos dado pela autora para ilustrar essa função é:

(67) Duas equipes de pesquisadores dos EUA relatam hoje descobertas que podem levar à produção de drogas mais eficientes contra o antraz. Para

destruir a **bactéria**, os potenciais novos remédios teriam um alvo específico... (Folha de S.Paulo, 24/10/01, A-10 – adaptado por KOCH, 2004, p.72)

Apropriadamente, a autora comenta, com base em Charolles (1999), que o próprio discurso pode levar à construção do conhecimento implícito na relação anafórica entre “antraz” e “bactéria”, isto é, de que *antraz* é uma *bactéria*. Por isso, consideramos que a atualização de conhecimentos por meio de glosas é uma subespecificação da função geral *introdução de informações*.

- especificação por meio da seqüência hiperônimo/ hipônimo

Vasconcelos de Sá (2005) observa que essa função é semelhante à anterior, apenas a ordem seria invertida: na *atualização de conhecimentos por meio de glosas realizadas pelo uso de um hiperônimo*, o elemento específico “antraz” é categorizado posteriormente pelo hiperônimo “bactéria”, enquanto que na *especificação por meio da seqüência hiperônimo/hipônimo*, o hiperônimo aparece primeiro e, depois, o elemento mais específico, como no exemplo:

- (68) Uma catástrofe ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. **Uma epidemia de Ebola** já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva. (citado por KOCH, 2004, p.74)

A expressão “uma catástrofe” serve como um hiperônimo para “uma epidemia de Ebola”. No entanto, a questão, aqui, é que o mecanismo pode ser semelhante ao do exemplo (67), já que o jogo de categorização anafórica inclui o fenômeno da meronímia, entre um hiperônimo e hipônimo, ainda que numa ordem inversa do que acontece no exemplo anterior; porém, no caso de (68), a expressão “uma catástrofe” pode ser interpretada não apenas como uma especificação, mas como uma avaliação da situação, categorizando a “epidemia de Ebola” com um apelo a um discurso sensacionalista, ou de denúncia. Outro aspecto é que esse apelo não é feito exatamente pela relação de hiperonímia, e sim pela categorização da epidemia como uma catástrofe. Assim, a relação meronímia pode se mostrar como um recurso de acréscimo de informações ao referente em questão, com fins explicativos ou de atualização de conhecimentos ou ainda, muitas vezes, didáticos; mas também pode estar envolvida diretamente na explicitação de um certo ponto de vista, apelando a um certo tipo de discurso.

A especificação através da relação hiperônimo/hipônimo (ou vice-versa) parece ser um fenômeno da mesma ordem da generalização, isto é, trata-se de um mecanismo que pode servir a diversas funções. E a função de especificação por meio da seqüência hiperônimo/hipônimo será considerada, em nosso trabalho, também como uma subespecificação da função geral *introdução de informações*, ainda que, eventualmente, possa estar associada a outras funções. A possibilidade de acumular múltiplas funções, como dissemos, é, na verdade, comum a todos os processos referenciais.

- construção de paráfrases definicionais e didáticas

A esse caso, aplicam-se comentários semelhantes aos que fizemos acima: estão misturados, neste tipo, mecanismo e função. Vejamos o exemplo da autora:

- (69) Vocês já ouviram falar dos argonautas? Pois conta-nos a lenda grega que **estes tripulantes da nau mitológica Argos** saíram em busca do Velocino de Ouro. (citado por KOCH, 2004, p.75)

Ao recuperar “argonautas”, a expressão “estes tripulantes da nau mitológica Argos” é uma glosa, que tanto poderia servir para o que Koch (2004) denomina por *atualização de conhecimentos*, quanto para uma explicação com fins didáticos, ainda que aqui, diferentemente dos dois exemplos anteriores, o mecanismo seja o uso de uma paráfrase.

Consideramos, então, que essa é mais uma especificação da função *introdução de informações*. O uso de um hiperônimo, a especificação e a construção de paráfrases serão considerados, nesta pesquisa, a princípio, como mecanismos de acréscimo de informação, mas podem servir a funções variadas.

- orientação argumentativa

Para descrever essa função, Koch (2004) apenas menciona que se trata de uma “manobra lexical bastante comum (mas não apenas) em gêneros opinativos” (p.77) e cita dois exemplos em que podemos observar, basicamente, sintagmas nominais seguidos de expressões avaliativas, do tipo “vegetação parasita”, ou outras expressões em que o próprio nome nuclear já carrega uma avaliação em seu significado, como “o genocídio” ou “o exibicionismo desumano e narcisista”.

Entendemos que a *avaliação explícita* mencionada pela autora não se restringe apenas às manobras lexicais, pelo menos não no sentido estrito do valor semântico dos itens lexicais, conforme já comentamos neste trabalho. Assim, em nossa opinião, as

expressões estabelecem no discurso a explicitação de uma avaliação, sendo que algumas contêm valores axiológicos intrínsecos mais acentuados do que outras. E, embora já tenhamos discutido esse assunto, citamos outro exemplo, na tentativa de aprofundar um pouco mais as reflexões.

- (70) (...) causa asco o exibicionismo desumano e narcisista com que a mídia americana mostra o genocídio praticado pelo governo norte-americano e **seu escravo-mor**, Tony Blair, contra o povo iraquiano. (Caros Amigos, Seção Caros leitores, Marília Lomanto Veloso, Feira de Santana, BA – trecho do exemplo citado por KOCH, 2004, p.78)

A autora do trecho transcrito em (70) lança uma crítica mordaz a Tony Blair, ao designá-lo como “escravo-mor” do governo norte-americano, fornecendo, portanto, uma avaliação da atitude do então primeiro-ministro inglês. O traço semântico que favorece categorizar “escravo-mor” como uma expressão avaliativa parece ser o fato de que o termo “escravo” geralmente é usado para designar uma relação humana servil; além disso, outro aspecto que permite uma interpretação avaliativa, nesse caso, é o fato de uma autoridade como Tony Blair ser categorizada como *escravo* – o que, pela relação de trabalho sugerida por esse termo, estabelece uma relação com o adjetivo correspondente *servil*. Em outra situação, uma pessoa ser referida como *escrava* poderia tratar-se de uma denúncia, em que alguém seria vítima de escravidão, ou de um relato histórico, do tempo em que essa era uma prática mais comum. A questão é que a palavra *escravo*, no caso de (70), foi usada de maneira metafórica e irônica – esse uso é, em parte, o que faz como que seja possível interpretar *escravo* como uma avaliação pejorativa de Tony Blair. O traço adicional de ironia fica por conta de “-mor”, que alude à expressão “escudeiro-mor”: se como principal escudeiro, o primeiro-ministro já teria sofrido um “rebaixamento”, como “escravo”, a situação é ainda pior. Parece que é preciso haver, então, algum traço semântico que permita a construção de um valor axiológico, que pode ser mais óbvio quando o próprio item lexical traz consigo uma dose mais forte de avaliação; no entanto, está na habilidade dos falantes a manipulação de sentidos que permite estabelecer valores de julgamento e, especialmente, estabelecer ou identificar o direcionamento da argumentação. Observamos que em todas essas relações não se trata de manobras *puramente* lexicais ou semânticas, mas, além disso, trata-se de negociações de sentido que se dão na situação discursiva. A orientação argumentativa do processo anafórico em que está envolvida a expressão “seu

escravo-mor”, em (70), é determinada também pelo apelo a um tipo de discurso, que talvez pudesse ser classificado como *anti-imperialista*.

- categorização metaenunciativa de um ato de enunciação

Koch (2004) preferiu, no que tange à metaenunciação, enfatizar o processo de categorização, mostrando como um objeto pode ser introduzido *clandestinamente* (conforme terminologia empregada por APOTHÉLOZ, 1995b) através de um rótulo metaenunciativo. Observamos que, além da introdução de informações e objetos novos, a categorização, nesses casos, pode assumir um importante papel na orientação argumentativa, como já demonstramos.

Outros estudos sobre a categorização mostram como esse processo pode ter influência também na questão estética, conforme explicamos no item a seguir.

Antes, porém, rerepresentamos a lista de funções, incluindo todas as que observamos nesse primeiro bloco, que pode ser organizada da seguinte maneira:

Função 1. Organização de partes do texto

- inaugurar tópicos
- mudar de tópico
- integrar de tópicos
- antecipar informações/manter informações em suspenso
- salientar um referente
- orientar a localização de um referente no espaço/tempo

Função 2. Metadiscursividade

- promover uma hipostasiação

Função 3. Apelo a um tipo de discurso

Função 4. Introdução de informações novas

- atualizar conhecimentos
- especificar por meio de uma seqüência hiperônimo/hipônimo

- fornecer explicações com fins definicionais e/ou didáticos

Função 5. Promover um convite para uma busca/ativação da memória

4.2 Estudos sobre a recategorização

Alguns trabalhos, como Jaguaribe (2005) e Matos (2005) mencionam a função estética associada aos processos de categorização.

Jaguaribe (2005) explora as potencialidades estilísticas das recategorizações no texto literário e fundamenta-se em Riffaterre (1973) para defender a noção de que o contexto estilístico é definido pelo rompimento de um *pattern*¹¹ por um elemento que é imprevisível. O exemplo da autora é um trecho de um poema:

(71) Ódio e insulto! Ódio e raiva! Ódio e mais ódio!
Morte ao burguês de gíolhos,
Cheirando religião e que não crê em Deus!
Ódio vermelho! Ódio fecundo! Ódio cíclico!
Ódio fundamento, sem perdão!
Fora! Fu! Fora o bom burguês!...
(Mário de Andrade, *Ode ao Burguês* – citado por JAGUARIBE, 2005, p.24)

Explica Jaguaribe (2005) que a categorização como “gíolho”, por ser a forma arcaica do substantivo “joelho”, surpreende o leitor e pode ser considerado como o rompimento de um *pattern*, acrescentando, então, um valor estilístico nesse contexto. E, assumindo uma posição explicitamente sócio-interacionista, Jaguaribe (2005) reitera o aspecto, com o qual concordamos, de que nenhum elemento é intrinsecamente estilístico, mas pode assumir esse valor nas negociações viabilizadas interativamente no discurso.

Matos (2005) propõe uma classificação de categorizações de acordo com funções, que a autora considera como avaliativas e não-avaliativas; com base em Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), identifica uma função *estético-conotativa* realizada por anáforas recategorizadoras. Um dos exemplos citados pela autora é:

(72) Havia um menino, que tinha um chapéu

¹¹ Riffaterre (1971) conceitua *pattern* como um padrão criado pelo texto que tem uma relação com o modo como são feitas as decodificações.

para pôr na cabeça
por causa do sol.
Em vez de um
gatinho
tinha um caracol.
Tinha o caracol
dentro de um
chapéu;
fazia-lhe cócegas
no alto da cabeça
Por isso ele andava
depressa, depressa
p'ra ver se chegava
a casa e tirava
o tal caracol
do chapéu, saindo
de lá e caindo
o tal caracol.
Mas era, afinal,
impossível tal,
nem fazia mal
nem vê-lo, nem tê-lo:
porque *o caracol*
era do cabelo.

(Fernando Pessoa, s/d – citado por MATOS, 2005, p.125)

Matos (2005) observa que as sucessivas categorizações anafóricas realizadas por “caracol” acabam por transformar o referente – de um molusco ao cabelo do menino; e também atribui à surpresa que essa transformação provoca no leitor uma função estético-conotativa.

Como bem observou Jaguaribe (2005, p.53), a função *estético-conotativa* “já foi denominada por outros estudiosos de simplesmente estética, retórica, poética¹² ou ainda

¹² Como por Jakobson (s/d), por exemplo, em seu trabalho fundador sobre as funções da linguagem.

literária”. Lembramos também que essa não é uma função específica do texto literário, mas está relacionada de modo particularmente próximo ao texto literário, pois é basicamente o que permite criar o mundo ficcional, em paralelo ao real, acrescentando uma apreciação sobre o mundo.

Maingueneau (2007) destaca alguns casos de plural, aos quais associa um valor estilístico. Exemplo:

(73) (a) Je me sentais de connivence avec la pointe de ce paysage glissant au dépouillement absolu. Il était fin et commencement. Au-delà de ces étendues de joncs lugubres s'étendaient *les sables du désert*, plus stériles encore; et au-delà – pareils à la mort qu'on traverse derrière une brume de mirage -, étincelaient les cimes auxquelles je ne pouvais plus refuser un nom. (Julien Gracq, *Le rivage des Syrtes*, 1951, p.74 – citado por MAINGUENEAU, 2007, p.163)

(b) Eu me sentia em convivência com a ponta dessa paisagem de quase absoluto despojamento. Era o fim e o começo. Além dessas extensões de juncos lúgubres estendiam-se *as areias do deserto*, ainda mais estéreis; e além – semelhantes à morte que se atravessa por trás de uma névoa de miragem -, brilhavam os cumes aos quais eu não podia mais recusar um nome.

Apoiando-se na tese de Jarrega (2000), o autor distingue quatro interpretações possíveis para “as areias”, do exemplo acima:

- uma quantidade de areia percebida como uma *extensão* arenosa;
- uma quantidade de areia percebida como uma *massa* arenosa, ou um *volume* arenoso;
- uma extensão/massa arenosa percebida como uma *força* que age;
- uma quantidade de areia percebida como uma classe de *tipos* de areias (sendo que essa última parece menos provável, de acordo com Jarrega (2000), dentro do contexto da obra literária).

Segundo Maingueneau (2007), a expressão “as areias” dificilmente poderia ser substituída por “a areia” no exemplo dado, pois o plural altera o sentido, dando a idéia de uma extensão indeterminada “das areias” sob o plano quantitativo. A ausência de delimitação quantitativa leva a uma interpretação de *fluxo*, *infinitude*, *imensidão*, daí o valor estilístico da expressão. Embora o autor destaque o plural, lembramos que, na verdade, o plural é um aspecto do processo referencial que é realizado e deve ser visto como um todo, especialmente em relação à expressão “as areias do deserto”. Outro aspecto

não mencionado pelo autor, mas que é importante salientar, é que essa alteração de sentido de “areias”, que é descrita, constitui um processo de categorização.

Maingueneau (2007) observa, ainda, que pode acontecer de, ao contrário, uma forma no singular assumir valores não essencialmente descritivos e, assim, constituir um valor estético, como em nomes cujo referente exigiria que estivessem no plural, mas que, associados a “um”, perdem seu caráter de expressar quantidade. O exemplo dado para comparação é: “ela tem olhos escuros”, que tem sentido mais descritivo, ao lado de “um olho escuro te olha”, que se reveste de outros valores, isto é, podem ser recategorizados, aqui, como fúnebres ou misteriosos, por exemplo.

Outro efeito que podemos incluir entre os que chamaremos de *estético-estilísticos* é o que Maingueneau (2007) designa como *impressionista* – que também tem relação com o deslocamento do centro de interesse, da descrição *realista* ao universo de impressões.

Exemplos:

(74) (a) Était-ce possible (...) que tout cet horizon de ville peuplée et active fût l’horizon de cité maudite, aperçu dans *un éclaboussement de sang*, la nuit de son arrivée? (Émile Zola, *L’Oeuvre* – citado por MAINGUENEAU, 2007, p.165)

(b) Seria possível (...) que todo esse horizonte de cidade habitada e ativa fosse o horizonte de cidade maldita, percebido em *um derramamento de sangue*, na noite de sua chegada?

Para Maingueneau (2007), o efeito impressionista, na literatura, consiste em associar um artigo indefinido a um termo que normalmente significa um funcionamento compacto, de maneira que provoca uma situação de “não-classificação”, isto é, uma situação que se evidencia não como um recorte da realidade, mas como um desdobramento de impressões. O exemplo (74) é um desses casos e há a combinação entre o artigo “um” e o nome deverbal “derramamento”. De acordo com Maingueneau (2007), os nomes verbais trazem a vantagem, nesses casos, de serem interpretados como processos, isto é, embora uma expressão como “um derramamento de sangue” seja um SN e, portanto, o núcleo é um nome (*derramamento*), a ênfase fica por conta do elemento verbal. Dessa maneira, é a impressão, causada pelo processo verbal, que fica em primeiro plano.

O paralelo com a pintura, sugerido por Maingueneau é de que num quadro impressionista, como *Catedral de Rouen*, por exemplo, Monet não pretendia tanto representar a catedral, mas captar um objeto cujo encontro com a luz pode causar uma rara impressão.

Num conto de Moreira Campos, há uma situação especial, sobre a qual também gostaríamos de fazer algumas observações:

(75) **Ela** chegou diáfana, transparente, no vestido branco que lhe descia até os pés calçados pelas ricas sandálias de pluma. Ninguém lhe ouvia os passos. Sentou-se à beira da grande piscina, cruzando as pernas longas. Chegou antiqüíssima, atual e eterna, com sua cara de máscara. Moldada em gesso? Apenas uma presença, porque pousou como uma sombra. Mas por um fragmento de tempo, um quase nada, reinou entre todos um silêncio largo, que se estendeu pelo vasto terreno murado da mansão ensombrada pelas árvores, dominou a enorme piscina e emudeceu as próprias crianças pajeadas pelas babas de aventais bordados, e vejam que as crianças são indóceis.

Um presságio.

Fragmento de tempo apenas, porque logo o homem gordo (...) saltou dentro da piscina. (Moreira Campos, *Dizem que os cães vêem coisas*)

O texto começa pela menção de uma entidade nomeada pelo pronome de terceira pessoa “ela”, associada a expressões como “vestido branco”, “sandálias de pluma” e “cruzando as pernas longas”, o que nos faz pensar em uma mulher, uma das convidadas da festa. E, no entanto, ainda que nunca isso seja dito explicitamente, vê-se que a “mulher” é a morte, quando um menino é encontrado morto na piscina. Na verdade, a entidade que a expressão “ela” evoca, desde o começo, provoca calafrios, por causa de sua descrição fantasmagórica (“transparente”, “vestido branco”, “cara de máscara”, “sombra”, etc.) e extravagante no cenário de uma festa à beira da piscina. Mas, no momento em que o menino morto é encontrado na piscina, percebemos que a “mulher” de branco era uma metáfora da morte (figura muito semelhante, aliás, à que é construída em (4) no poema *A dama de branco*).

O caso apresentado em (75) constitui uma – ou várias – (re)categorizações operadas pelo pronome “ela” e por outras expressões que lhe acrescentam atributos e através dos quais somos conduzidos a reconstruir, por exemplo, a inexorabilidade (“atual e eterna”) e a frieza (“sua cara de máscara. Moldada em gesso?”) da morte. É interessante observar que, apesar de completarmos o sentido de “ela”, num tipo de procedimento catafórico, o fato de começar o conto com o pronome sugere um efeito de *arrière-text* (*texto anterior*), de que se fala de um objeto conhecido - ou que pode ser reconhecido - pelo interlocutor, o que reitera a questão de que sempre há reformulação do objeto que é construído, mesmo numa introdução referencial, e explicita a relação de intersubjetividade sempre presente nas

situações de comunicação, numa operação em que uma memória compartilhada não necessariamente é ativada, mas pode ser forjada.

Outro efeito que podemos considerar como estético-estilístico é o de humor, como o que mostramos através dos exemplos (2), (5) e (6). A categorização, como vimos nesses exemplos, tem, freqüentemente, um papel fundamental nos jogos de palavras e sentidos que são característicos de muitos textos humorísticos.

Dimensionamos, então, outra função dos processos referenciais, que designamos como *estético-estilística*, já que produz uma apreciação sobre as coisas do mundo e, ao mesmo tempo, denuncia um certo posicionamento no que diz respeito ao estilo de expressão, investindo maior importância nesses dois aspectos; isto é, o modo como as coisas são referidas passa a ter uma maior saliência do que as coisas em si.

A questão estético-estilística remete ao fazer literário, já que, como dissemos, é uma função essencial à fabricação do mundo ficcional. Além disso, nossa principal fonte de observação, ainda que não de maneira exclusiva, foram contos e muitos dos exemplos que motivaram hipóteses importantes de nossa tese são de textos literários; por isso, no próximo item, então, abordamos aspectos sobre as relações de referência que se estabelecem no texto literário, ponto de que partimos para suprir a necessidade de categorias adequadas à prospecção de algumas funções que detectamos.

4.3 Estudos sobre o discurso literário

4.3.1 O fazer literário

Na seguinte situação apresentada por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), os autores identificam um caso de discurso reportado, que, no entanto, suscita outros questionamentos:

(76) (a) Elle a trois enfants. Elle conduit et élève tout cela avec une activité fiévreuse, elle ne fait qu'aller, venir; habillant l'un, savonnant l'autre, plantant une casquette **sur cette binette**, un bonnet sur **ce bout de crâne**, recousant les culottes, repassant les robes, mouchant celui-ci, nettoyant celui-là. (J. Vallès, *L'enfant* – citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.376)

(b) Ela tem três filhos. Conduz e administra tudo aquilo com uma atividade febril; vai e vem sem descanso: vestindo um, ensaboando o outro, enfiando

um chapéu **neste rostinho**, uma touca **neste pedacinho de crânio**, remendando calças, passando vestidos, assoando o nariz deste, limpando aquele.

O que chama a atenção no exemplo (76) é que o narrador, usando a terceira pessoa, permanecia fora da cena. Até que, mudando a ancoragem perceptual através de uma anáfora (a fonte seria “filhos”) com elemento dêitico, sutilmente, transporta-se para a cena que descreve, trazendo consigo o leitor. No exemplo seguinte, acontece algo semelhante do ponto de vista de o narrador transportar-se para *dentro* do texto:

(77) Felizmente o homem não jogara fora a caixa de papelão do liquidificador. Voltou para o quarto. Cuidadosamente, colocou o corpo de Betsy dentro da caixa. Com a caixa debaixo do braço caminhou para a porta. Antes de abri-la e sair, enxugou os olhos. Não queria que o vissem **assim**. (Rubens Fonseca, *Betsy*)

A expressão “assim” não é dêitica em si, mas, nessa situação, além de retomar algo que já fora mencionado, traz o leitor para diante do personagem. E não somente isso: na verdade, o próprio narrador, que até então estava distante, narrando em terceira pessoa, também se projeta para dentro da narrativa, demonstrando o seu envolvimento com a emoção do personagem. Poderíamos dizer, então, que “assim” tem um uso dêitico, já que pressupõe um narrador que se localiza fisicamente no espaço da narrativa e que aponta para o personagem, provocando no leitor a impressão de que ele próprio está diante deste personagem. Esse uso dêitico é o que faz com que, subitamente, o narrador e o leitor passem a fazer parte da cena narrada.

Gary-Prieur e Noailly ([1996] 2003) demonstram inquietação no que diz respeito a algumas expressões com demonstrativos, nomeando tais demonstrativos como *insólitos*, pelo fato de que nada na situação enunciativa prepara o leitor para o seu aparecimento. E citam o exemplo abaixo:

(78) (a) J'étais assis dans **ce jardin**... je ne voyais pas le soleil; mais l'air brillait de lumière diffuse comme si l'azur du ciel devenait liquide e pleuvait... (André Gide, *Les nourritures terrestres* - citado por GARY-PRIEUR e NOAILLY, ([1996] 2003), p.236)

(b) Eu estava sentado **neste jardim**; eu não via o sol; mas o ar brilhava com uma luz difusa, como se o infinito azul do céu se tornasse líquido e chovesse...

Por não encontrarmos nenhuma âncora para a expressão “neste jardim”, não poderíamos dizer, simplesmente, que esse tipo de expressão é anafórica. Sobre esse uso dos demonstrativos, Zamponi (2003) afirma que:

É de consenso que o demonstrativo realiza um ato de apontamento (daí o caráter dêítico desse determinante), de responsabilidade do locutor. Esse ato pode ser, de certa forma, "egoísta"; com isso, queremos dizer que o locutor pode impor o objeto-de-discurso determinado pelo demonstrativo, já que a presença desse determinante implica a obrigação de identificar um referente, mais do que o faria se o locutor usasse o definido, repartindo com o interlocutor a "responsabilidade" de identificação do objeto. (ZAMPONI, 2003, p.254)

A autora, que toma como base Apothéloz e Chanet ([1997] 2003), entre outros, também postula que a escolha da expressão referencial, neste caso, utilizando-se o demonstrativo de maneira pouco predizível, não é determinada unicamente pela restrição de oferecer condições de que a entidade por ela referida seja identificada, mas que as expressões também se prestam a realizar diversas operações pragmáticas e interacionais. Porém, isso não é suficiente para esclarecer quais são essas operações e como acontecem essas negociações entre enunciador e interlocutor/leitor. Uma das hipóteses seria o que Gary-Prieur e Noailly ([1996] 2003) sugerem, fazendo menção a uma espécie de clausura do autor¹³, que, ironicamente, fingiria estar se aproximando do leitor, quando, na verdade, ele lhe estaria desautorizando a leitura, não lhe oferecendo os meios legítimos para a construção da referência. Não concordamos com essa suposição. Em primeiro lugar, considerando o aspecto da função referencial, a expressão em grifo em (78) é uma expressão dêítica, pois promove um apontamento através do demonstrativo e supõe uma proximidade em relação a quem fala e a quem lê. Não há nenhuma pista anterior que auxilie a construir “jardim”, contudo, sabe-se, pelo uso do demonstrativo com valor dêítico que há uma carga afetiva depositada nesse “jardim”. Voltando à questão mais puramente referencial, sabemos que os dêíticos remetem a um espaço que pode ser identificado a partir do enunciador; no entanto, trata-se de um romance: que lugar é esse para onde o enunciador aponta e que deve ser identificado pelo leitor? A resposta, para nós, está no fato de que esse tipo de *uso insólito* do demonstrativo também tem um efeito de criar um intervalo, obrigando o leitor a preenchê-lo com suas próprias memórias e experiências – é

¹³ Por ora, mantemos o termo “autor” utilizado pelas autoras, embora não seja o mais adequado, pois, como veremos mais adiante na discussão sobre a cena enunciativa, especialmente no texto literário, dificilmente é o autor como *indivíduo real do mundo* que estabelece a interlocução com o leitor.

para lá que aponta o demonstrativo -, despertando a sua curiosidade, a sua imaginação. É uma espécie de dêitico da pseudo-memória, no sentido de *fingir* ou *forjar* uma memória, isto é, é como se o escritor apontasse para um conhecimento supostamente compartilhado com o leitor, que, na verdade, nada sabia antecipadamente e precisa explorar esse novo espaço desconhecido da leitura, construindo referentes e significados.

A nosso ver, não se trata, portanto, de uma atitude “egoísta” do autor, como sugere Zamponi, já que, partindo de suas coordenadas, o autor desloca-se e aponta para locais onde possivelmente o leitor, através de seu conhecimento particular, possa encontrar subsídio para construir os objetos desejados. Longe de ser uma estratégia de isolamento do autor, este é um rico recurso para que justamente o leitor possa situar-se, ainda que os locais, as pessoas e demais objetos referidos não correspondam exatamente aos que o escritor tinha em mente.

De acordo com Maingueneau (2007), o emprego de *demonstrativos de abertura* como o que aparece em (78), embora transgrida a narrativa clássica (onde haveria, nesse caso, um artigo), traz a vantagem de obrigar o leitor a encontrar um centro dêitico, criando um efeito de empatia muito mais forte do que se, no lugar do demonstrativo, houvesse um simples artigo definido – que retardaria tanto o acesso do leitor ao referente quanto a instalação do universo da ficção. Completando, então, a idéia de Maingueneau (2007), podemos dizer que o demonstrativo e outros usos dêiticos, nesses casos, servem como um desencadeador, o trampolim para o mergulho no universo da ficção.

Para sustentar essa posição e explicar melhor os casos como o que encontramos em (78), partimos da idéia, encontrada em Whiteside (1987), de que, no texto literário, a referência tem um papel diferenciado, já que o leitor precisa *incorporar* as intenções do escritor para reconstruir o texto, tornando-se um interlocutor ainda mais cooperativo do que se se tratasse de um texto não-literário.

Barthes (1970) já tecia reflexões importantes sobre a relação entre o leitor e o texto. Para este autor, é a identificação do leitor com a obra que provoca a reconstrução do texto por parte do leitor. “No texto, só o leitor fala”, diz Barthes (1970). Para este autor, o fazer literário é um conjunto de expressões fixadas na *escritura*¹⁴ que ganham significação ao serem lidas – o que dá a idéia de que a literatura não existe sem o leitor, que é quem completa a obra. O leitor não lê passivamente a obra, mas participa da sua realização, num

¹⁴ O autor emprega o termo, em francês “*écriture*”, enfatizando o ato de escrever como um processo complexo de elaboração.

papel não-secundário, mas de um verdadeiro co-enunciador, lado a lado com o escritor do texto. Em nossa opinião, essa atitude cooperativa é mesmo característica do laço que se cria entre o leitor e escritor no momento da leitura: de um lado, o texto fornece pistas, de outro, o leitor as reconhece e as segue, percorrendo um caminho que é ao mesmo tempo sugerido e novo.

Sobre as relações de referência no texto literário – que, no caso do nosso estudo, também podem ser vistas como alguns dos elos que permitem as relações que são estabelecidas entre leitor e autor –, Whiteside (1987) afirma que, contrariamente ao que normalmente acontece no discurso não-literário, a literatura prospera na ambigüidade, na mobilidade contextual. As sátiras, paródias e todas as formas de intertextualidade dependem justamente desse campo movediço. As várias lacunas são, então, preenchidas pelo leitor, que toma como base a sua própria experiência e seu conhecimento para recriar o texto.

Daí as múltiplas possibilidades de leitura que um mesmo texto oferece, especialmente o literário. Devido a essa característica de pluralidade de significados possibilitada pela leitura é que Derrida (1978) afirma que o escritor não é o mestre de sua escrita e que esta tem “vida própria”. A esse propósito, lembramos também de Proust, em *Le temps retrouvé*, que, em seu próprio fazer literário, fala da caneta de George Sand: para Proust, ela se tornava mágica porque, a partir do texto que essa autora havia produzido, era possível para o leitor produzir suas próprias imagens.

No entanto, não nos parece que o processo de referência seja distinto no texto literário, em relação ao texto não-literário. Concordamos também com Whiteside (1987): a diferença entre referir no discurso não-literário e no discurso literário está no grau, pois ele pressupõe maior elasticidade de expectativas e reações no destinatário. Na verdade, a maior parte do que envolve a referência no discurso não-literário também envolve o discurso literário, ou seja, considerações pragmáticas que incluem tanto o locutor quanto o destinatário dentro e fora do texto, tipos de atos de fala, contextos múltiplos, níveis e modos de referência e percepção mutante ou ambígua do que constitui o signo e, assim, o referente. “Mas na literatura estes conceitos são mais elásticos. O efeito geral é o que pode ser chamado de dinâmicas de alternância (*shifting*) de referência e identificação referencial”, diz a autora. E, incluímos aqui, muito dessa elasticidade diz respeito às

relações de heterogeneidade discursiva que, como veremos mais adiante, são utilizadas de modo a propiciar muitos efeitos de que se valem, predominantemente, os textos literários.

Ainda de acordo com Whiteside (1987), a diferença que existe entre o texto não-literário e o literário não está centrada nem na questão da veracidade ou da realidade em contraposição à ficção, nem nas mudanças que os significados podem sofrer nos textos literários. A diferença está no comportamento e na interpretação, já que o leitor tem sua atitude alterada diante de um texto de ficção. Quando o leitor se depara com um texto de ficção, é como se sintonizasse um canal diferenciado de compreensão, criando um espaço em que pode projetar as entidades, situações e a si próprio, conforme se engaja na leitura. Dessa maneira, o uso de expressões referenciais dentro do texto literário não pode ser resumido em uma explicação sobre uma simples *simulação da realidade*. O texto literário projeta o leitor em outro mundo, que não é onde ele está, que não é onde se encontra ancorado pelas coordenadas da situação concreta; no entanto, o *eu-aqui-agora* é que possibilita a transposição para esse mundo ausente.

Para ilustrar essa transposição, apresentamos um poema, citado por Martins (2000), em que se pode observar vivamente o processo em que o leitor é convidado a entrar no campo mostrativo da obra literária:

(79) IMAGEM

Este é o poema de uma macieira
Quem quiser lê-lo,
Quem quiser vê-lo,
Venha olhá-lo daqui a tarde inteira.

Floriu assim pela primeira vez.
Deu-lhe um sol de noivado,
E toda a vigindade se desfez
Neste lirismo fecundado.

São dois braços abertos de brancura;
Mas em redor
Não há coisa mais pura,
Nem promessa maior.

(Miguel Torga, *Diário I* – citado por MARTINS, 2000, s/p)

Martins (2000) comenta que o paralelismo estrutural de *lê-lo/vê-lo*, do segundo verso, é um modo de remeter ao paralelo entre texto/mundo: lê-se o texto, vê-se o mundo. Algumas expressões dêiticas também explicitam essa dualidade do poema: ao dizer “este é

o poema da macieira” é como se o poeta apresentasse o poema e a própria macieira ao leitor, convidando-o explicitamente (“venha olhá-lo”) e marcando uma *origo* com ele compartilhada, através do pronome dêitico “daqui” (em “daqui a tarde inteira”). No passeio pelo poema e pelo local para onde ele transporta, a imagem da macieira florida *aparece* diante do leitor, num novo apontamento que faz o poeta com “floriu assim” – um outro uso dêitico de “assim” que permite interpretar essa aproximação. A transposição do leitor para a cena enunciativa da obra é a que já definimos, como *projetar o leitor para dentro da cena*.

Para melhor descrevermos os processos referenciais nesse contexto peculiar criado pelo fazer literário, recorreremos a Maingueneau (2004 e 2007) e seu estudo sobre a cena enunciativa.

4.3.2 A cena enunciativa

Primeiramente, Maingueneau (2004) diferencia *situação de enunciação* de *situação de comunicação*, no sentido de que somos tentados a identificar *situação* como o ambiente físico e social em que se encontram os interlocutores. Desde Benveniste (1988), no entanto, a situação de enunciação é definida não como uma situação de comunicação socialmente descritível, mas como o sistema em que são definidas as posições fundamentais de *enunciador*, *co-enunciador* (pessoas do discurso) e *não-pessoa*. Esse sistema é, como se sabe, a base da recuperação dêitica. E é a partir dele também que Maingueneau (2004) distingue dois planos de enunciação: o dos enunciados *embreados* na situação enunciativa e o dos *não-embreados*, que se encontram em ruptura com a situação de enunciação.

No caso da obra literária, as circunstâncias de produção da obra, como quem a escreveu, em que período, em qual lugar, etc. são aspectos externos à obra, compõem a situação de comunicação ou o contexto de produção – e, por isso, não são suficientes nem adequadas para definir a situação de enunciação. De acordo com Maingueneau (2004), quando se trata da cena enunciativa, é preciso considerá-la a partir de seu interior, isto é, a partir de seus aspectos internos, que se revelam através da situação que as palavras do próprio texto definem. E, conforme o autor, “um texto é, na verdade, o traço de um discurso onde a palavra é colocada em cena” (MAINGUENEAU, 2004, p.191).

A cena enunciativa não é onde o autor, o indivíduo escritor, está ou escreve, mas é onde se encontra o narrador, aquele que entra em contato com o leitor, em um tempo e espaço definidos pela enunciação de um texto. Assim, em *Notre Dame de Paris*, por exemplo, a cena enunciativa se estabelece a partir dos seguintes índices, logo no início do romance:

(80) (a) Il y a **aujourd’hui** trois cent quarante-huit ans six mois et dix-neuf jours que les Parisiens s’éveillèrent au bruit de toutes les cloches sonnant à grande volée dans la triple enceinte de la Cité, de L’Université e de la Ville. Ce n’est cependant pas un jour dont l’histoire ait gardé souvenir que le 6 janvier 1482. (Victor Hugo, *Notre Dame de Paris*)

(b) Faz **hoje** trezentos e quarenta e oito anos, seis meses e dezenove dias que os parisienses acordaram com o barulho de todos os sinos soando a plenas badaladas na tríplice fortificação da Federação, da Universidade e da Cidade. É de apenas um dia, no entanto, que a história guardou lembrança, o dia 6 de janeiro de 1482.

Não é preciso que se faça a conta exata, para descobrir que o “aujourd’hui” (“hoje”) que aparece em (80) não é o momento em que Victor Hugo – o autor de *Notre Dame de Paris* – escrevia, pois este viveu entre 1802 e 1885. Para a cena enunciativa, no entanto, esses dados não são importantes; o que interessa são os locais e datas sugeridos pelo narrador, que é, por sua vez, também parte da ficção. Nesse caso, é a expressão “aujourd’hui” que posiciona precisamente o narrador no tempo da narrativa e o denuncia como integrado à própria narrativa.

Maingueneau (2004) propõe três cenas complementares para compor a situação de enunciação:

- Cena englobante

Corresponde ao tipo de discurso, que o autor exemplifica, citando o discurso religioso, literário, político, filosófico, etc.; ou seja, refere-se ao tipo de espaço em que o leitor deve se posicionar para interpretar o texto, com qual objetivo o texto interpela o leitor, como tal texto se inscreve no mundo do leitor. A determinação da cena englobante não é suficiente para especificar as atividades verbais, mas tem uma relação estreita com os gêneros do discurso, pois uma obra é enunciada através de um gênero determinado do discurso. De acordo com Maingueneau (2004), a idéia de uma área bem delimitada da produção que se chamaria “literatura”, tal qual a concebemos até hoje, por exemplo, é algo que surgiu no início do século XIX. O autor explica que o conceito de *cena literária* (e de outras cenas, relacionadas a outros gêneros) não é sempre o mesmo através dos tempos e

dos lugares. O que a cena englobante permite dizer é que um certo número de gêneros de discurso compartilham de um mesmo estatuto pragmático e que a apreensão de um texto se faz com relação a esse estatuto. Assim, Maingueneau (2004) fala também de uma *cena genérica*.

- Cena genérica

Segundo o autor, um gênero é um conjunto de normas, variáveis no tempo e no espaço, que definem algumas expectativas por parte do receptor: o leitor de um romance de espionagem, por exemplo, não espera o mesmo que um espectador de uma tragédia clássica. Tais normas dizem respeito também a vários parâmetros, como a finalidade do texto, o papel dos participantes, o suporte material (oral, manuscrito, impresso, etc.), modo de circulação, uso da língua, entre outros aspectos pragmáticos. Exemplificando, Maingueneau (2007) diz que, para uma obra como *Le père Goriot*, a cena enunciativa seria: a) o escritor que se dirige ao público-leitor de literatura (cena englobante, correspondente a um tipo de discurso); b) o romancista que se dirige aos leitores de romance (cena genérica, correspondente a um gênero do discurso). E, finalmente, há a cena pela qual a obra define a situação de fala e que Maingueneau designa como

- Cenografia

Freqüentemente, na literatura, não é em confronto direto com a cena englobante ou com a cena genérica que o leitor se depara – mas com a cenografia. Num conto, por exemplo, a história pode ser contada de várias maneiras, como por um marinheiro que escreve uma carta à família contando suas aventuras, uma menina que registra em seu diário algo que lhe aconteceu naquele dia ou um narrador anônimo que participa de um jantar, delegando a palavra a um convidado que, por sua vez, conta uma história. Assim, uma cena genérica romanesca também pode ser enunciada através de um relato de uma viagem, um diário pessoal ou uma conversa ao pé da lareira, por exemplo. Tais situações, diante das quais o leitor deve se posicionar, são as cenografias e são elas que validam o *status* do enunciador, do co-enunciador, do espaço e do tempo, pois é a partir delas que se desenvolve a enunciação.

Estabelecendo uma relação com a cena teatral, Maingueneau (2004) salienta que a cenografia não é, no entanto, vista como uma situação no interior da qual se enuncia a obra de maneira pré-estabelecida e fixa: ela é legitimada pelas condições que se estabelecem a partir da sua própria enunciação. Nas palavras do autor:

A cenografia não é, portanto, um “procedimento”, o quadro contingente de uma “mensagem” que pudéssemos “passar” de várias maneiras, ela somente se completa em conjunto com a obra que ela sustenta e que a sustenta. (MAINGUENEAU, 2004, p.193)

E, completando o exemplo da composição da cena enunciativa da obra de Balzac, a cenografia de *Le père Goriot*, diz Maingueneau (2004), é a de um narrador onisciente e invisível que se dirige a um leitor contemporâneo que detém um certo saber sobre o mundo; explica ainda o autor que essa cenografia não é imposta como uma decoração, como um espaço já constituído a partir do qual a história é contada, mas é um quadro que vai se compondo pela enunciação, apresentando-se progressivamente ao leitor. O que diz o texto é o que valida a cena: a cenografia é, então, de onde vem o discurso, ao mesmo tempo que é o que engendra o discurso.

Após apresentarmos os elementos fundamentais da cena enunciativa e chegarmos à cenografia, voltamos à questão da embreagem enunciativa, situando melhor as relações de produção do enunciado e a terminologia aplicada aos diferentes papéis relativos às diversas vozes do discurso literário. A partir da idéia fundamental do dialogismo em Bakhtin, Ducrot desenvolveu um estudo para tratar os enunciados em que se pode “ouvir várias vozes” (Ducrot, 2001). Porém, este autor considera os participantes da situação enunciativa como meros atores de uma cena cristalizada, não levando em conta o papel modificador e construtor de sentido dos falantes. A distinção que faz entre *sujeito falante* e *locutor*, no entanto, interessa-nos. O *sujeito falante* desempenharia o papel de produtor do enunciado, isto é, o indivíduo que realiza o trabalho físico e mental que permite produzi-lo; ao *locutor* é que Ducrot atribui a responsabilidade pelo enunciado. Para ilustrar essa dissociação, tomamos o seguinte exemplo de Maingueneau (2007):

(81) (a) DORANTE: Vous êtes sensible à son amour, je l’ai vu par l’extrême envie que vous aviez tantôt que je m’en allasse; ainsi vous ne sauriez m’aimer.

SILVIA: *Je suis sensible à son amour!* qui est-ce qui vous l’avez dit? *Je ne saurais vous aimer!* qu’en savez-vous? Vous décidez bien vite. (Mariveaux, *Le jeu de l’amour et du hasard*, III, 8 – citado por MAINGUENEAU, 2007, p.91)

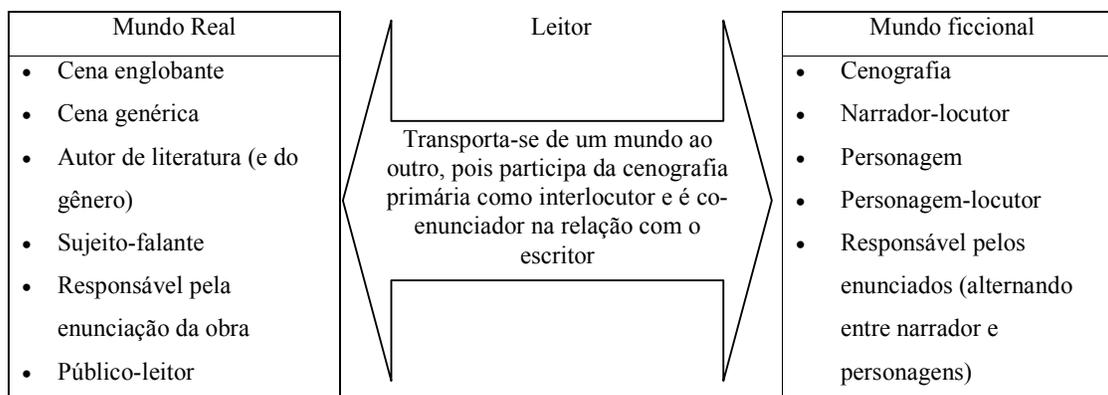
(b) DORANTE: Você é sensível ao seu amor, eu notei pelo extremo desejo de que eu fosse embora o mais rápido possível; tanto assim você não saberia me amar.

SILVIA: *Eu sou sensível ao seu amor!* quem lhe disse isso? *Eu não saberia amar você!* o que você sabe sobre isso? Você decide tudo muito depressa.

Nos trechos em itálico, Maingueneau (2007) evidencia a retomada pela personagem *Silvia*, que retruca as palavras de *Dorante*, repetindo-as em primeira pessoa; dessa maneira, diz o autor, *Silvia* seria o sujeito falante, mas não o locutor dos trechos grifados. Porém, dentro do contexto da obra literária e conforme descrevemos a cena enunciativa, preferimos não misturar os critérios – ou os cenários –, como faz Maingueneau (2007) ao apresentar *Silvia* como *sujeito falante*. De acordo com o próprio autor, Balzac e Victor Hugo, por exemplo, são os *sujeitos falantes* de suas obras (e, portanto, também Mariveaux, o autor do romance de que se trata o exemplo acima), ou seja, são os indivíduos empíricos que as produziram e, obviamente, são os responsáveis pela enunciação da obra como um todo. No entanto, para compor o ponto de vista do autor empírico, é preciso se reportar à cenografia da obra, identificando as vozes predominantes e compreendendo os pontos de vista do narrador e dos personagens, de modo interno à obra, portanto. Consideramos, então, como *locutores* de uma obra literária aqueles que tomam a palavra na cenografia.

No exemplo acima, além disso, não se trata somente de atribuir a responsabilidade da enunciação ao interlocutor de *Silvia*, mas de identificar que há uma sobreposição das vozes dos dois personagens. A cenografia é composta pela figura do *narrador* (ou do *poeta* ou do *dramaturgo*), que seria, então, um *locutor*, e do personagem; quando há um personagem, como *Silvia*, em (81), que também toma a palavra, ele passa de não-pessoa a, também, *locutor*. Nesse exemplo, então, *Silvia* é um personagem-locutor, já que se apropria da palavra e, ao repetir as palavras do personagem *Dorante* (interlocutor de *Silvia*), realiza um tipo de discurso reportado. *Silvia* repete as palavras de *Dorante* como um recurso para ironizar as palavras de seu interlocutor e mostrar uma opinião contrária.

É preciso distinguir, ainda, o leitor, a quem se dirige o narrador, do *público-leitor*, que estaria no mesmo nível do autor empírico da obra, pertencendo ao mundo *real*. De um lado, então, teríamos as entidades do mundo real e de outro, as do mundo ficcional que, embora relacionados, precisam ser dissociados para a análise, especialmente em se tratando do entrecruzamento de vozes no texto literário. Esse quadro pode ser esquematizado da seguinte maneira, para o universo de uma obra literária:



Observamos, então, que uma subespecificação da cenografia se faz necessária, isso porque além da interlocução que se estabelece entre o narrador e o leitor, há a cena habitada pelos personagens – de que o narrador pode se distanciar ou tomar parte, carregando consigo, ou não, o leitor. No exemplo (80), por exemplo, a cena enunciativa do narrador se distancia em mais de trezentos e quarenta anos da cena narrada. Uma alternativa pode ser construída com base em Vuillaume (1990), que afirma haver duas dimensões da ficção. Uma delas é a dimensão em que o narrador se dirige ao leitor, muitas vezes de maneira direta; a outra é aquela dos personagens, que Vuillaume (1990) chama de *ficção secundária*. De maneira analógica, podemos considerar, então, conforme Maingueneau (2001), uma *cenografia secundária*, que diz respeito à embreagem da cena enunciativa dos personagens.

Uma das vantagens de se considerar a cenografia secundária é o fato de que, na cenografia primária, ao serem validados os elementos da enunciação, que são os enunciadores e suas coordenadas dêiticas, nem sempre a identificação desses elementos é transparente ou homogênea. Em algumas situações, há uma mudança do eixo de coordenadas (muitas vezes provocada por um processo referencial) que denuncia a voz de um personagem em meio à do narrador, como se, de repente, fosse dele a vez de contar a história, sem que, no entanto, haja uma menção explícita de que a palavra tenha sido passada a este personagem. Tais aspectos serão tratados no item 4.5, sobre a heterogeneidade discursiva.

Enumeramos, a seguir, as funções que coletamos até aqui.

Função 1. Organização de partes do texto

- inaugurar tópicos

- mudar de tópico
- integrar tópicos
- antecipar informações/manter informações em suspenso
- salientar um referente
- orientar a localização de um referente no espaço/tempo

Função 2. Metadiscursividade

- promover uma hipostasiação

Função 3. Apelo a um tipo de discurso

Função 4. Introdução de informações novas

- atualizar conhecimentos
- especificar por meio de uma seqüência hiperônimo/hipônimo
- fornecer explicações com fins definicionais e/ou didáticos

Função 5. Promover um convite para uma busca/ativação da memória

Função 6. Efeitos estético-estilísticos

- forjar uma memória compartilhada
- balizar os graus de distanciamento da cena da obra literária
- engajar o leitor na cenografia
- transportar o leitor para o mundo ficcional
- recriar o mundo ficcional
- acrescentar uma apreciação sobre o mundo: de mistério, esperança, tristeza, etc.
- criar um efeito impressionista
- provocar o riso e/ou efeitos de humor

Mencionamos algumas influências de usos dêiticos, como o papel dos demonstrativos de abertura na transposição para o mundo da ficção. No próximo item, analisamos algumas outras funções associadas à presença de demonstrativos no processo referencial.

4.4 Estudos sobre o papel dos demonstrativos

As funções apontadas por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) dizem respeito a SN com demonstrativo em situações de anáfora, tradicionalmente consideradas como *associativas*, isto é, quando há referência a um elemento que não tenha sido mencionado explicitamente, mas que pode ser identificado com base em informações localizadas em algum ponto do texto anterior. Ressaltando casos em que a preferência pelo demonstrativo traz conseqüências significativas à interpretação, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) apontaram diversas funções, agrupando-as em dois conjuntos:

I.

- evitar repetição
- evitar uma interpretação inadequada
- evitar uma interpretação genérica
- evitar uma expressão embaraçosa

II.

- fornecer uma simulação da realidade
- capturar os argumentos no processo enquanto se refere a este processo
- assinalar uma referência problemática;
- assinalar um convite para iniciar uma seqüência no decorrer de uma interação conversacional.

A decisão de separar as funções em dois grupos justifica-se, segundo os autores, pelo fato de que, no grupo I, a seleção da expressão referencial resultaria num processo de eliminação (de outras soluções consideradas menos adequadas) e, por isso, trata-se de funções negativas; no grupo II, estão as funções consideradas como positivas. Para estes autores, os dois processos de seleção não têm o mesmo significado para os falantes e obedecem a regras pragmáticas distintas. Como veremos na análise dos exemplos, as

funções do bloco I estão mais relacionadas a um tipo de “pressão externa”, conforme as palavras dos autores, que é exercida pelos padrões normativos da língua. Já as funções do bloco II dizem respeito à produção de efeitos discursivos não ligados a restrições, mas à possibilidade de criar interpretações e seriam relacionadas a um processo de “regulagem interna”, conforme Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999).

Para o nosso trabalho, em princípio, não vemos a necessidade de manter essa separação, pois, apesar de reconhecer os diferentes procedimentos envolvidos nos dois grupos apontados, consideramos que em todo processo referencial, de um modo ou de outro, há restrições, não apenas as regidas pelos padrões normativos impostos pelos manuais de gramática, mas pelas restrições da gramática como conjunto de regras que definem a própria língua, conforme afirma Barthes (1978):

A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva: *ordo* quer dizer, ao mesmo tempo, repartição e cominação. Jakobson mostrou que um idioma se define menos pelo que ele permite dizer, do que por aquilo que ele obriga a dizer. Em nossa língua francesa (e esses são exemplos grosseiros), vejo-me adstrito a colocar-me primeiramente como sujeito, antes de enunciar a ação que, desde então, será apenas meu atributo (...) da mesma maneira, sou obrigado a escolher sempre entre o masculino e o feminino, o neutro e o complexo me são proibidos; do mesmo modo, ainda, sou obrigado a marcar minha relação com o outro recorrendo quer ao *tu*, quer ao *vous*: o suspense afetivo ou social me é recusado. (BARTHES, 1978, p.12-3)

Barthes (1978) chega ao ponto de falar em “fascismo da língua”, tal seria o grau de imposição de suas regras. De nossa parte, não chegamos a tanto: se a língua impõe certas restrições de ordem gramatical, por outro lado permite que a reinventemos a todo instante, adaptando e modificando regras que, no entanto, não ferem o código, mas, pelo contrário, acrescentam-lhe possibilidades de construção de sentido. Assim, em primeiro lugar, não vemos diferença entre driblar imposições normativas ou gramaticais: elas fazem parte igualmente do manancial de recursos de que os falantes podem dispor de maneira criativa para produzir novos sentidos e referir o mundo. Também não vemos vantagem em separar as imposições gramaticais, sejam elas normativas ou não, de outros aspectos que estão envolvidos na referenciação, pois as funções dos processos referenciais, em nosso trabalho, são vistas como o resultado de uma série de procedimentos discursivos, que, como já vimos em vários exemplos, podem estar combinados, cumprindo diversos papéis. As

regras da língua tanto determinam quanto são determinadas por estes procedimentos e, assim, devem ser vistas em conjunto com os outros fatores, e não como uma “pressão externa”.

Os autores não explicam nem ilustram a função *evitar uma expressão embaraçosa*, razão pela qual, por ora, não citamos exemplos.

Para as outras funções, um dos exemplos fornecidos ilustra simultaneamente a função *evitar uma interpretação adequada* e *evitar repetição*, servindo ainda como exemplo de *evitar uma interpretação genérica*. O exemplo é:

(82) (a) Une future salle [de théâtre], même s’il existait une volonté régionale unanime d’aller de l’avant immédiatement, ne pourrait pas être terminée avant trois ans. Cela signifierait donc trois années sans saison théâtrale puisque le Temple du Bas n’est pas adapté à **cet art** et nécessiterait des investissements pour un équipement technique adéquat. (*L’Express*, 7/7/1993 – citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.385)

(b) Uma futura sala [de teatro], ainda que exista um desejo regional unânime de começá-la imediatamente, não poderia ser terminada em menos de três anos. Isso significaria, portanto, três anos sem temporada teatral, já que o Temple du Bas não está adaptado a **essa arte** e necessitaria investimentos para um equipamento técnico adequado.

Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) atribuem a escolha da expressão “essa arte” para fazer referência ao objeto *teatro* a duas questões: a primeira, de ordem mais normativa, é a de que os padrões textuais imporiam restrições para não repetir o item *teatro*, daí a escolha de um hiperônimo, como *arte*; a segunda, conseqüência, em parte, da primeira, é o fato de que a seleção do hiperônimo obriga, por sua vez, a seleção do demonstrativo, pois o artigo definido, nesse caso, comprometeria a interpretação do anafórico: *a arte* seria interpretada como *a arte em geral* e não como *a arte teatral*. Assim, a expressão “essa arte” estaria desempenhando, ao mesmo tempo, as funções de *evitar uma repetição*, *evitar uma interpretação inadequada* e *evitar uma expressão genérica*. Observamos que a função *evitar uma expressão genérica* é, na verdade, uma especificação da função *evitar uma interpretação inadequada* e, nesse caso, é atribuída à seleção do demonstrativo na expressão. Todas essas funções também são, a nosso ver, modos de instruir o interlocutor a localizar o referente (sendo que *localizar*, aqui, como dissemos, não significa acessar um referente pré-estabelecido, mas implica em construir a referência desse referente). Além disso, a função *evitar uma repetição*, de acordo com a nossa

proposta, enquadra-se na função geral que diz respeito aos efeitos estético-estilísticos, enquanto que as duas outras estão relacionadas à função de organização.

Um outro exemplo dos autores, também de uma situação em que banir a repetição através de um hiperônimo favorece o uso do demonstrativo é:

(83) (a) Le TCS [= motorists' club], né en 1896 à Genève de l'union d'une poignée de cyclistes, compte aujourd'hui une majorité d'automobilistes, tant il est vrai que **ce moyen de déplacement** n'a jamais été égalé. (*La Suisse*, 9/1/1989 – citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.386)

(b) O TCS [= clube de motoristas], criado em 1896 em Genebra a partir da união de um punhado de ciclistas, conta hoje com uma maioria de automobilistas, tanto é verdade que **este meio de transporte** nunca foi igualado.

Nesse exemplo, estão em jogo dois referentes, candidatos à recuperação anafórica promovida pela expressão “este meio de transporte”: *bicicleta* (a partir de “ciclistas”) e *automóvel* (a partir de “motoristas” e de “automobilistas”). De acordo com os autores, o pronome em “este meio de transporte” recupera o referente *automóvel*, não apenas por ele constituir o tópico do texto, apresentando-se como o referente mais saliente, mas pelo procedimento dêitico do demonstrativo de apontar para o segmento mais próximo, onde podemos encontrar a informação em questão, que é “uma maioria de automobilistas”. Assim, observamos que, dentro da função de *evitar uma interpretação inadequada* mencionada por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), há uma subespecificação, evidenciada neste exemplo, que é a de *desambiguação* favorecida pelo uso do demonstrativo no processo referencial.

Inaugurando a exemplificação do segundo bloco de funções sugeridas pelos autores, temos a *simulação de um efeito de realidade*. De acordo com Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), o falante (enunciador) simula, em casos como os evidenciados em (84), um estado de memória discursiva que não foi construído pelo discurso precedente e, por isso, não pode ser o do destinatário. Esse estado, segundo os autores, pode se referir a um personagem específico mencionado no discurso ou ao próprio enunciador, em um outro tempo ou lugar.

Exemplo:

(84) (a) Dans un salon de coiffure je me faisais attendre quand **une boule de bigoudis** apparut à la porte et dit: “Alors, ça va être froid” (*L'Hebdo* – citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.384).

(b) Em um salão de beleza, eu estava esperando minha vez, quando **uma bola de cachos** apareceu na porta e disse: “É, vai fazer frio”.

Em (84), o estado de memória do enunciador, em um momento no passado, é construído através de uma metonímia de *percepção* (“uma bola de cachos”), conforme Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999). Para estes autores, exemplos como esse evidenciam as discrepâncias que pode haver entre a representação do discurso do codificador e do decodificador¹⁵ e as vantagens expressivas que podem derivar disso, levando-se em conta que, nesse caso, as discrepâncias não são “maus funcionamentos”, mas podem ser considerados como manobras propositais do enunciador para provocar a colaboração do leitor. Então, esse recurso promove de maneira acentuada a intersubjetividade, além de cumprir uma função estética.

A segunda função do bloco II é a de *capturar argumentos do processo enquanto se refere a esse processo*. Um dos exemplos apontados é:

(85) (a) Ils [les écologistes] ont su mettre en évidence certaines dérives qui pouvaient se révéler dangereuses, amené les gens à réfléchir, à ne pas se laisser emporter par la fascination du progrès à tout prix. **Cette prise de conscience** se serait-elle faite sans eux? (*Le Monde*, 27/4/1994 – citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.388)

(b) Eles [os ecologistas] souberam colocar em evidência certas tendências que poderiam se tornar perigosas, fazendo as pessoas pensarem, não se deixarem levar pela fascinação do progresso a qualquer preço. **Esta tomada de consciência** teria ela acontecido sem eles?

Como podemos observar, essa função de *capturar argumentos do processo enquanto se refere a esse processo* diz respeito às já mencionadas funções: organização de tópicos discursivos (através de mudança/ligação de tópicos e sumarização) e desenvolvimento argumentativo, utilizando-se do recurso metadiscursivo que confirma, conforme a visão do autor do texto jornalístico, o papel positivo dos ecologistas na sociedade. Destacamos a observação feita por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) de que, em casos como em (85), a consistência e a compatibilidade não é dada pelo contexto anterior, mas é “forçada” pelo enunciador, que induz o interlocutor a operar uma *catálise de pressuposições*; isto é, o interlocutor é orientado sobre como deve interpretar o trecho

¹⁵ Mantivemos, aqui, a terminologia usada por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), mas é prudente lembrar que não se trata de considerar que o discurso é meramente um código a ser decodificado, como se houvesse somente uma informação a ser transmitida.

em questão, induzido pelo emprego da expressão anafórica – o que revela mais uma subespecificação da função metadiscursiva.

Outra observação que deve ser feita é a de que o demonstrativo, em (85), auxilia na localização das informações que devem ser capturadas, mas a captura de argumentos não é o papel essencial do demonstrativo e sim de toda a expressão, especialmente do rótulo metadiscursivo expresso por “tomada de consciência”.

O exemplo seguinte é o da função denominada por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) como *assinalar uma referência problemática*:

(86) (a) À l'époque elle a pas réussi à terminer ses études\sa mère lui demandait toujours d'aller travailler au magasin**parce que sa mère/elle tenait un magasin**\ (conversação oral – citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.390)

(b) Na época, ela não tinha conseguido terminar seus estudos\sua mãe estava sempre lhe pedindo para ir trabalhar na loja**porque sua mãe/ela tinha uma loja**\

De acordo com Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), em textos não planejados, como nesse exemplo de interação oral face a face, é comum haver problemas, como uma avaliação equivocada sobre o conhecimento dos interlocutores ou como uma atitude insuficientemente cooperativa na seleção da expressão referencial. Às vezes, tais mal-entendidos requerem reparos, que freqüentemente consistem em uma *recuperação de pressuposições*, como o que foi exemplificado em (86): por algum motivo, talvez uma reação do interlocutor, o locutor percebe que o referente de “na loja” deveria ter sido introduzido explicitamente através de um enunciado do tipo “sua mãe tinha uma loja” e assim o faz, corrigindo a falta de informação que pode ter ocorrido para a correta pressuposição de que a loja era a da mãe. Pelo acréscimo de informações, conforme nossa proposta, a função é a de introdução de informações, mas, por evidenciar um problema na própria referência, salientamos o papel metadiscursivo, nesse tipo de situação. Observamos, ainda, que, nesse caso, a expressão anafórica não contém um demonstrativo, como os outros exemplos dos autores.

A última função indicada por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) é a de *assinalar um convite para iniciar um reparo no curso da interação conversacional*, que é exemplificada pela seguinte seqüência:

(87) (a) A: what did you read then
B: well that paper by Olson

A: which one is **that**
oh I see: I still don't know anything about that one

(AUER, 1984 – citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.391)

(b) A: o que você leu então
B: bom esse artigo do Olson
A: qual deles é **esse**
oh entendi: eu ainda não sei nada sobre esse

Com base em Auer (1984), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) mostram como um demonstrativo pode ser usado por um falante, numa conversação, para indicar ao seu interlocutor a dificuldade de identificação de um referente, como em (87), em mais uma atividade de colaboração intersubjetiva e metadiscursividade.

Outros trabalhos, especialmente os que se situam dentro da Teoria da Centralização, também salientam o uso do demonstrativo e sua deiticidade no desempenho de certas funções de recuperação do referente “certo” ou de desambiguação. Lembramos que, diferentemente de nossa pesquisa, a Teoria da Centralização segue o paradigma cognitivo-informacional e tem como objetivo relacionar a atenção dos interlocutores no que diz respeito aos referentes e a forma das expressões utilizadas. Contudo, algumas observações feitas por estudiosos que se incluem nessa abordagem merecem ser observadas:

(88) (a) Nous avons depuis trois ans un chat, qui s'appelle Moustache. Et hier les enfants ont recueilli un chat de gouttière. **Le chat** adore jouer avec les enfants. (adaptado por Denis Apothéloz, a partir de MARANDIN, 1986)

(b) Há três anos, nós temos um gato que se chama Moustache. E ontem, as crianças recolheram um gato de rua. **O gato** adora brincar com as crianças.

(89) (a) Nous avons depuis trois ans un chat, qui s'appelle Moustache. Et hier les enfants ont recueilli un chat de gouttière. **Ce chat** adore jouer avec les enfants. (adaptado por Denis Apothéloz, a partir de MARANDIN, 1986)

(b) Há três anos, nós temos um gato que se chama Moustache. E ontem, as crianças recolheram um gato de rua. **Este gato** adora brincar com as crianças.

Em (88), não temos certeza sobre o gato que a expressão com SN definido “o gato” recupera: “Moustache” ou o “gato de rua”? Já em (89), a deiticidade do demonstrativo que acompanha o nome na expressão “este gato” indica que o referente a ser recuperado é o

apontado por “um gato de rua”, isto é, o referente mais próximo do momento em que “este gato” foi enunciado/lido.

Para Marandin (1986), o demonstrativo tem também uma função topicalizante, nesses casos, ressaltando o referente que provavelmente está sendo retomado. No exemplo (63) do item anterior já havíamos indicado a função de certos encapsuladores com dêitico no sentido de salientar o referente em questão; no entanto, não tínhamos associado a desambiguação como um papel associado à função de *saliência* – o que parece acontecer em algumas situações. Outro exemplo em que isso pode ser verificado é o seguinte:

(90) (a) Un arbre dressait ses branches tordues non loin de là. Il decida de passer la nuit près de **ce compagnon**. (adaptado por Denis Apothéloz, a partir de CORBLIN, 1987)

(b) Uma árvore desenhava seus braços retorcidos não muito longe dali. Ele decidiu passar a noite perto **desta** companheira.

Observamos que, embora seja incomum considerar uma árvore como um companheiro, o demonstrativo “desta” força essa interpretação. Através de uma manipulação deste exemplo (o exemplo (90) é genuíno, extraído de um romance), Corblin (1987) mostra como o emprego do definido, neste caso, causa ambigüidade:

(91) (a) Un arbre dressait ses branches tordues non loin de là. Il decida de passer la nuit près **du compagnon**. (adaptado por Denis Apothéloz, a partir de CORBLIN, 1987)

(b) Uma árvore desenhava seus braços retorcidos não muito longe dali. Ele decidiu passar a noite perto **da** companheira.

Em (91), mesmo não dispendo do texto precedente, podemos pensar em um referente mencionado anteriormente, talvez um outro personagem que pudesse assim ser considerado, mas não necessariamente “árvore”. Assim, Corblin (1987) sugere a função determinante do demonstrativo, em (90), na interpretação do referente expresso por “companheira” como correferente em relação ao expresso por “árvore”, o que nos permite dizer também que a expressão “companheira” recategoriza o referente expresso por “árvore”.

Porém, sob o nosso ponto de vista, lembramos que o uso de um demonstrativo, como o que mostramos em (89) e (90), não pressupõe que o destinatário simplesmente acessa o referente visado por esse pronome, mas apenas que o dêitico pode, neste caso, sinalizar uma localização, num processo de reconstrução anafórica.

Para a Teoria da Centralização, a noção de *centro* diz respeito ao referente do discurso psicologicamente proeminente e, de acordo com Cornish (2000), haveria três tipos de centros que podem ser interpretados como tipos de estatutos atencionais:

- *centro antecipador*: a maior parte dos enunciados remeteria a um conjunto de centros potenciais, que corresponderia às entidades evocadas através de expressões referenciais;

- *centro retroativo*: corresponderia a uma entidade selecionada entre os centros antecipadores de um enunciado – seria o tópico de discurso local;

- *centro preferido*: seria o centro antecipador com maior probabilidade de ser acessado.

Ressaltamos que, conforme advertem Apothéloz e Pekarek-Doehler (2003), a noção de *preferência* na Teoria da Centralização não é descritiva, mas normativa. Isso porque a escala de aceitabilidade que norteia esse modelo diz respeito a uma minimização da ambigüidade referencial, que tornaria o discurso mais coerente e, portanto, mais aceitável; no entanto, sabemos, a coerência do discurso não necessariamente está vinculada a um menor esforço interpretativo. Na verdade, de um modo geral, a tendência é a de que os falantes usem o princípio de economia ao invés do de clareza (conforme LEECH, 1983), como podemos observar em diversas situações. Uma delas é a que pode ser observada no exemplo:

(92) O novo ministro não veio à recepção. Disseram que **ela** estava doente.
(citado por KLEIBER, 1990, p.40)

Em (92), a discordância morfossintática entre as expressões em relação de anáfora “o novo ministro” e “ela” não dificulta o processo referencial, pois não nos valem unicamente de traços *puramente* gramaticais para a sua interpretação. Ao deparar-se com “ela”, o falante faz um tipo de reinterpretação retrospectiva, que Gundel, Hedberg e Zacharski (2000) chamam de “acomodação” e, mesmo sem saber se o primeiro ministro é homem ou mulher, o pronome feminino ajuda a esclarecer esse ponto, sem o menor prejuízo.

Além disso, de acordo com Kleiber (1990), o uso do pronome, nesse caso, sugere que o emprego de um pronome pessoal não pressupõe de modo algum que o interlocutor tenha já em mente o referente que esse pronome visa, mas apenas que há a possibilidade de acessá-lo – e, conforme dissemos anteriormente sobre os exemplos (89) e (90), nem os

referentes estão “prontos”, nem são simplesmente “acessados”: os processos referenciais, como os de que os pronomes fazem parte, fornecem indicações de como podemos construir os objetos que são referidos.

Complementando ainda este item sobre estudos que se dedicaram ao papel dos demonstrativos, encontramos em Cardoso (2003) observações interessantes sobre outras funções, também além da “puramente dêitica” que esses elementos podem desempenhar: eles podem ter a função de apontar para o não-dito, ou para um já-dito constitutivo do interdiscurso, que não aparece explicitamente no texto, mas está pressuposto na interlocução. Porém, no exemplo dado, não é papel dos demonstrativos revelar o cunho ideológico do discurso, conforme sugere a autora, a partir do seguinte trecho do discurso de um ex-presidente brasileiro:

(93) Vocês me conhecem, e sabem que sou homem de enfrentar desafios, (...) não nasci com medo de assombração, nem tenho medo de cara feia, **isso** o meu pai já dizia desde que eu era pequeno, que eu havia nascido com **aquilo roxo**, e tenho mesmo, para enfrentar todos **aqueles** que querem conspirar contra o processo democrático. (Fernando Collor, Juazeiro do Norte, 03/04/91 - trecho do exemplo citado por CARDOSO, 2003, p.146)

“Isso” remete aos trechos anteriores e posteriores simultaneamente e, portanto, é um anafórico encapsulador dêitico. No entanto, não está no pronome a carga de conteúdo machista de que a autora fala, mas nos atributos de que o locutor se vangloria (não ter medo, ter o saco roxo, enfrentar o inimigo). Em “aquilo roxo”, não é o uso do demonstrativo que remete ao discurso machista popular; o pronome foi apenas uma tentativa (infeliz) de amenizar o efeito de vulgaridade que “saco roxo” provocaria. O que remete ao discurso machista é justamente “saco roxo”. Quanto ao emprego de “aqueles” (em “enfrentar aqueles que querem conspirar contra o processo democrático”), a autora comenta apenas que se trata de uma conjugação de catáfora e anáfora, mas não menciona que também pode ser um apelo à memória compartilhada (função que identificamos como *promover um convite para uma busca/ativação da memória*). Assim, pensamos que, embora o dêitico não contenha em si mesmo a carga ideológica, sem dúvida, no conjunto ele contribui para a construção desse sentido.

Podemos dizer que, em situações como (93), há uma função de *apelo a um tipo de discurso*, nesse caso um discurso machista, não promovido apenas pelos demonstrativos, mas pelos processos referenciais como um todo. E, em relação ao demonstrativo da expressão “aquilo roxo” em particular, identificamos também a função que pode ser

designada com o título, sugerido por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), *evitar uma expressão embaraçosa*, que, em nossa proposta, pode ser considerada como uma atividade metadiscursiva, pelo esforço, da parte do locutor, em reformular algo no seu falar que pudesse comprometê-lo.

Acrescentando as funções sugeridas nesse último item, obtemos a seguinte lista preliminar:

Função 1. Organização de partes do texto

- inaugurar tópicos
- mudar de tópico
- integrar tópicos
- antecipar informações/manter informações em suspenso
- salientar um referente
- orientar a localização de um referente no espaço/tempo
 - evitar uma referência genérica
 - evitar uma referência inadequada
 - desambiguar/encontrar o referente “certo”

Função 2. Metadiscursividade

- promover uma hipostasiação
- promover uma catálise de pressuposições
- capturar argumentos dispersos
- evitar uma referência embaraçosa
- apontar uma referência problemática
- assinalar um convite para reparar uma seqüência

Função 3. Apelo a um tipo de discurso

Função 4. Introdução de informações novas

- atualizar conhecimentos
- especificar por meio de uma seqüência hiperônimo/hipônimo
- fornecer explicações com fins definicionais e/ou didáticos

Função 5. Promover um convite para uma busca/ativação da memória**Função 6. Efeitos estético-estilísticos**

- forjar uma memória compartilhada
- balizar os graus de distanciamento da cena da obra literária
- engajar o leitor na cenografia
- transportar o leitor para o mundo ficcional
- recriar o mundo ficcional
- acrescentar uma apreciação sobre o mundo: de mistério, esperança, tristeza, etc.
- criar um efeito impressionista
- provocar o riso e/ou efeitos de humor
- evitar uma repetição
- fornecer uma simulação da realidade

Os processos referenciais que remetem a um tipo de discurso, como o que apresentamos em (93), têm uma relação com o entrecruzamento de vozes – um assunto que foi pouco explorado e suscita vários questionamentos. Alguns deles são comentados a partir do item seguinte, onde também mostramos funções importantes que os processos referenciais desempenham, muitas vezes, na interpretação dessas vozes e na marcação da heterogeneidade discursiva.

4.5 Estudos sobre a heterogeneidade discursiva

A questão da heterogeneidade discursiva aparece em vários trabalhos, sob diversas nomenclaturas e normalmente implica enfoques diferentes. Por isso, partimos do conceito fundamental de heterogeneidade, conforme Authier-Revuz (1982), mas mencionamos outros estudos, para dar conta de fenômenos que são relacionados, na literatura, à interdiscursividade, à metaenunciação, à intertextualidade e à polifonia.

4.5.1 Heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada

O Círculo de Bakhtin, com a teoria dialógica, lançou conceitos fundadores sobre a presença de vozes diferentes no discurso - especialmente a partir da tradução, feita na década de 70, por Julia Kristeva, de *Mikhail Bakhtin: le principe dialogique* - e influenciou os principais autores que teceram reflexões sobre a polifonia e a intertextualidade. Para Bakhtin (1977), o dialogismo se caracteriza pela presença de outras vozes na voz do sujeito, o que o faz um sujeito histórico e ideológico. O dialogismo é, portanto, um princípio constitutivo da linguagem, além de ser a condição de sentido do discurso. Para esse autor, o que o sujeito diz não depende apenas de sua intenção, mas depende também do outro com quem fala e do outro ideológico (que seria o conjunto dos outros discursos). O próprio sujeito não é único, de vez que múltiplas vozes o constituem; isto é, o indivíduo utiliza, passivamente, palavras e conceitos que ele aprendeu no convívio social e com as gerações anteriores, e, de maneira ativa, não só se reporta às palavras e discursos de outros, mas também responde aos discursos de outros.

Em seu estudo sobre o texto literário, mais especialmente sobre a obra de Dostoiévski, Bakhtin mostrou que o embate de vozes dos diversos personagens, além da do narrador, pode ser uma maneira de manifestar pontos de vista contrários dentro de uma mesma obra. O dialogismo vislumbrado por Bakhtin, além do rompimento da barreira que, na época, limitava os estudos lingüísticos à frase, provocou muitas reflexões importantes. Entre elas, está a que deu origem ao conceito de heterogeneidade, que tomamos como pressuposto neste trabalho e é defendido por Authier-Revuz (1990). Conforme esta autora, que também busca apoio nos fundamentos da Análise do Discurso de linha francesa, em autores como Foucault, Pêcheux e Althusser, o discurso é construído a partir do discurso do outro, é o já-dito sobre o qual qualquer discurso se constrói. Para Authier-Revuz, a heterogeneidade pode ser, ainda, constitutiva ou mostrada, ainda que não sejam mutuamente excludentes. A heterogeneidade constitutiva é a que não revela explicitamente as vozes inseridas no discurso, porque é concebida no nível do interdiscurso e do inconsciente, enquanto que a heterogeneidade mostrada diz respeito às vozes inscritas no discurso, através de modalidades diversas, de maneira explícita ou revelada por meio de lapsos de linguagem. A análise consiste em tentar recuperar essas vozes. A metáfora utilizada por Authier-Revuz é a de que o discurso seria um tecido cheio de furos, e as

marcas da heterogeneidade mostrada seriam os fios que suturam os furos. Conforme salientou Costa (2001), ao analista, cabe observar e descrever essa “retórica da falha”.

Como podemos notar, a abordagem de Authier-Revuz acrescenta, ao princípio fundamental do dialogismo de Bakhtin, o sujeito da psicanálise freudiana, dividido entre o consciente e o inconsciente, o que pode ser importante ao salientar o papel dos implícitos, do involuntário e das intenções veladas, por exemplo. Nosso trabalho, contudo, não inclui análises psicanalíticas de vozes do inconsciente e fica limitado à investigação do entrecruzamento de vozes da heterogeneidade mostrada, que possam ser identificadas pelos processos referenciais do ponto de vista das práticas discursivas.

4.5.2 As não-coincidências do dizer e as suas marcas

Authier-Revuz (1990) distingue ainda as formas marcadas e não-marcadas da heterogeneidade mostrada. As formas marcadas são aquelas que, sendo explícitas, podem ser recuperadas no nível do enunciado, a partir de marcas lingüísticas que mostram a presença de uma outra voz, como por exemplo através de formas autonímicas como “X, eu uso esta palavra se bem que” ou “ela faz o que eu chamo X”. As formas não-marcadas, em que “não há uma fronteira lingüística nítida entre a fala do locutor e a do outro” (Authier-Revuz, 1990), seriam mais complexas, porque a heterogeneidade deveria ser reconstituída a partir de diferentes índices. São elas: o discurso indireto livre, a ironia, a antífrase, a alusão, o pastiche, a imitação, as metáforas, os jogos de palavras, a reminiscência.

Porém, de acordo com as nossas observações, o que parece tornar as ditas formas não-marcadas mais - ou menos - complexas são os diferentes graus de explicitude e inferência envolvidos na operação de reconstruir as lacunas.

Em primeiro lugar, desperta-nos a atenção o que a autora considera como formas não-marcadas, visto que, se a heterogeneidade é recuperada “a partir de índices recuperáveis no discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1982), não seriam estes índices marcas? É aí que se incluem, por exemplo, os casos de dêixis que podem indicar a presença de outras vozes, como no exemplo a seguir:

- (94) Os grevistas, que encontraram somente **este meio** (i.e. fazer greve) para mostrar sua oposição ao Presidente de Togo, devem ser alimentados. (APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.375)

De acordo com Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), uma interpretação possível para (94) consiste em considerar que a oração relativa “que encontraram somente este meio” se refere a uma porção do discurso que pertence às pessoas em greve. O demonstrativo “este” na expressão em grifo representa um traço indicador de pluralidade de vozes, por ser um marcador de subjetividade. Neste caso, então, a heterogeneidade é marcada pela dêixis.

Para Authier-Revuz (1982 e 1990), as formas não-marcadas são as que não apresentam ruptura sintática e

conduzem aos discursos que, bem mais próximos da heterogeneidade constitutiva, renunciam a toda proteção diante dela, e tentam o impossível “fazer falar”, no vertiginoso apagamento do enunciador atravessado pelo “isso fala” do interdiscurso (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.34)

Em trabalho posterior, no entanto, Authier-Revuz (2001) reparte as formas de modalização autonímica em tipos que vão de uma escala do **mais** ao **menos explícito**, sugerindo uma gradação em que as formas “puramente interpretativas”, nas palavras da autora, como as alusões, o discurso indireto livre e o jogo de palavras não-marcado, estariam mais próximas da heterogeneidade constitutiva, ocupando uma posição de menos explícito no *continuum*. Veja-se que mencionar “jogo de palavras não-marcado” implica, ainda, em admitir que *algo foi dito sem ser dito*, o que, para nós, não faz sentido. Mesmo que alguém não faça menção ao próprio jogo de palavras proferido, por exemplo, isso não significa que o jogo de palavras não foi marcado, mas apenas que ele não foi referido de modo metaenunciativo – era provavelmente isso o que Authier-Revuz (2001) pretendia dizer, já que o seu foco são os comentários metaenunciativos.

Authier-Revuz (2001) propõe quatro tipos de modalidade autonímica em que se revelam não-coincidências do dizer (ou heterogeneidades enunciativas). A autonímia acontece quando um fragmento do texto é apresentado como objeto através de um procedimento metalingüístico. Em uma dissertação sobre a heterogeneidade em textos acadêmicos, Fonseca (2007) parte da proposta de Authier-Revuz para analisar o discurso acadêmico e define a modalidade autonímica do seguinte modo:

A modalização autonímica é uma estratégia especial de modalizar um enunciado por meio de uma glosa através da qual o sujeito-enunciador evidencia a relação consigo mesmo, ou a relação que mantém com o outro, ou a relação que mantém com o sistema lingüístico, ou ainda a relação que mantém com o próprio dizer, podendo, entre outros

objetivos, avaliar, comentar, descrever etc, o seu próprio enunciado ou sua enunciação. O estatuto ‘autonímico’ diz respeito à opacificação do enunciado, isto é, cada vez que um enunciado se refere a um enunciado anterior na mesma enunciação instaura-se automaticamente o processo de metaenunciação. (FONSECA, 2007, p.132)

Essas relações do enunciador consigo mesmo, com o outro, com o sistema lingüístico e com o próprio dizer são, em nossa opinião, relações discursivas e, por isso, preferimos falar de *metadiscursividade* (conforme, também, CAVALCANTE, 2006) ao invés de *metaenunciação* ou *metalingüística*. E, pelo mesmo motivo, de modo mais geral, também preferimos falar em fenômenos de *heterogeneidade discursiva*, ao invés de *heterogeneidade enunciativa*.

Authier-Revuz (2001) descreve, ainda, com base nas diferentes relações mencionadas, quatro tipos de modalidade autonímica, que são: a não-coincidência interlocutiva entre os co-enunciadores, a não-coincidência do discurso consigo mesmo, a não-coincidência entre as palavras e as coisas e a não-coincidência das palavras consigo mesmas. Nosso interesse, no entanto, está no fenômeno de uma maneira geral, razão pela qual não nos detemos nessa tipologia. Alguns dos exemplos que a autora apresenta são os seguintes:

(95) É uma razão / semiológica, **para empregar uma palavra um pouco chique**, que faz com que... (citado por AUTHIER-REVUZ, 2001, p.178)

(96) Estava em um albergue, **se se pode chamar aquilo de um albergue, enfim, um local**. (citado por AUTHIER-REVUZ, 2001, p.178)

Em (95), num caso enquadrado por Authier-Revuz como não-coincidência do discurso consigo mesmo, o distanciamento do termo “semiológica” se dá porque, provavelmente, a situação em que foi empregado era a de um ambiente informal, não-acadêmico, em que uma palavra assim soaria complexa – e, por que não dizer, o locutor poderia parecer até arrogante. Assim, a oração autonímica “para empregar uma palavra um pouco chique” pode ser vista como uma forma de amenizar a fala, o próprio falante traçando a fronteira entre si e o discurso “chique”. Em (96), a não-coincidência é, segundo Authier-Revuz, entre as palavras e as coisas; neste exemplo, o locutor não só procura uma palavra adequada para designar o objeto ao qual deseja se referir, ao dizer “se se pode chamar aquilo de um albergue”, mas o faz *em voz alta*, dando a saber que o local não era o que ele esperava que fosse. Essa atitude é, em nossa opinião, colaborativa em relação ao

seu interlocutor, que assim pode acompanhar o percurso de criação daquele referente, “decepcionando-se” do mesmo modo que o locutor.

Notamos, nos casos de modalidade autonímica, que há um processo de ajuste de referentes (que é uma maneira, aliás, de definir a *categorização*) em que o próprio processo é explicitado, revelando uma nova subespecificação nas funções dos processos referenciais em que há metadiscursividade, que podemos chamar de *convidar o interlocutor a promover um ajuste na categorização*.

Além disso, parece haver uma preocupação comum nesses casos de modalidade autonímica, que é o de promover uma aproximação da parte de quem fala em relação ao seu interlocutor. Também nos rótulos metalingüísticos de Francis ([1994] 2003), em sua função de hipostasiação, percebemos a tentativa de ajuste na categorização, numa espécie de ato colaborativo entre os falantes. Embora o ajuste possa ser feito sem que haja um convite explícito, como nos exemplos de modalidade autonímica de Authier-Revuz, também nos casos de hipostasiação há a preocupação de que os conteúdos sejam sumarizados de certa maneira, que é indicada pelo locutor. Então, além de explicitar um viés argumentativo e capturar argumentos dispersos, as expressões metadiscursivas servem para promover ainda mais as relações de intersubjetividade.

Esse aspecto intersubjetivo é salientado por Hyland (1998), que também analisa o modo de desdobramento do discurso sobre si mesmo, embora o autor não considere apenas os gestos metalingüísticos no sentido estrito, como Authier-Revuz (2001), e proponha a análise das formas pelas quais o autor/escritor assinala sua presença no discurso, assim como sua atitude em relação ao conteúdo proposicional do texto e em relação à sua audiência. Hyland divide, assim, o metadiscorso em funções metadiscursivas não-excludentes, que seriam as *textuais*, que nos permitiriam recuperar a intenção do escritor, estabelecendo a interpretação preferida em relação ao conteúdo proposicional; e as *interpessoais*, que revelariam a atitude do autor, tanto em relação ao conteúdo proposicional, quanto em relação aos leitores. Em outro trabalho, Hyland e Tse (2004) definem metadiscorso como sendo um “material lingüístico” que não acrescenta conteúdo proposicional ao texto (não desprezando o fato de que o metadiscorso constitui um nível de conteúdo), mas serve para ajudar o leitor a organizar, interpretar e avaliar a informação dada. Em primeiro lugar, observamos que, assim definindo as funções metadiscursivas, os autores dão a entender que existe uma intenção ou um conteúdo que o leitor deve apreender sobre uma dada informação pré-estabelecida pelo escritor. Contudo, admitindo

que o metadiscorso é um recurso que serve efetivamente como um meio de o escritor fornecer subsídio ao leitor, frisamos que, sob o nosso ponto de vista, esse “material lingüístico” não é completamente controlado pelo escritor, mas fornece pistas, de modo que o leitor possa construir o significado do texto; dependendo da habilidade do escritor em compor o texto, da prática de leitura por parte do leitor e do conhecimento compartilhado entre ambos, esse texto até pode ser reconstruído pelo leitor de modo a recuperar parte “das intenções do escritor” – mas não corresponderá exatamente a elas, pois como já dissemos neste trabalho, não há um modelo completo de conhecimento *a priori* armazenado na memória dos falantes.

Os tipos de expressões metadiscursivas textuais, conforme nomenclatura de Hyland e tradução de Matsuoka (2007), são os conectivos lógicos (como “e” e “mas”), os seqüenciadores (como “primeiro”, “então”), os marcadores de enquadramento (como “minha intenção é”, “eu argumento que”), os marcadores endofóricos (como “observamos acima”, “veja na página 4”) e os marcadores reformulativos (como “por exemplo”, “tais que”). Os tipos de expressões metadiscursivas interpessoais são: os modalizadores (como “talvez”, “é possível”), os enfáticos (como “definitivamente”, “é óbvio”), os marcadores de atitude (como “surpreendentemente”, “concordo com”) os marcadores relacionais (como “francamente”, “você pode ver que”) e os marcadores pessoais (“eu”, “nós”, “nosso”). Matsuoka (2007) examina os processos referenciais em artigos jornalísticos de opinião e em artigos acadêmicos, de acordo com a proposta de Hyland, e encontra funções metadiscursivas textuais, como as de marcação endofórica, e interpessoais, como algumas anáforas encapsuladoras com a função de persuasão e, portanto, de orientação argumentativa.

Tais funções, de organização textual e de avaliação, já foram mencionadas; salientamos, no entanto, a questão que Hyland (2005) destaca ao propor um modelo de interação no discurso acadêmico, relacionada à função interpessoal. Para este autor, a interação se dá através de dois modos: o primeiro, nomeado como *stance*, diz respeito a como o escritor se apresenta e se compromete por meio de julgamentos e opiniões – o que fica evidente em situações de *avaliação explícita* como as que apresentamos; o segundo modo, chamado *engagement*, relaciona-se ao modo pelo qual o escritor reconhece a presença dos leitores, conduzindo-os em sua argumentação e focando sua atenção. Essas duas dimensões são elementos importantes, segundo Hyland (2005), para “trazer escritores

e leitores para dentro do texto, como participantes em um diálogo que se desdobra”. Um dos exemplos da análise do autor é:

- (97) (a) Of course, we know that the indigenous communities of today have been reorganized by the catholic church in colonial times and after... (citado por HYLAND, 2005, p.184)
- (b) É claro, nós sabemos que as comunidades indígenas de hoje foram reorganizadas pela igreja católica no tempo da colônia e após...

O autor evidencia, em especial, expressões como “of course” (*é claro, evidentemente*), que são marcadores explícitos através dos quais os leitores são solicitados a reconhecer algo como familiar ou aceito; salientamos também o uso de “nós”, o dêitico de primeira pessoa, que colabora nesse mesmo sentido de incluir o leitor/audiência, como se compartilhasse desse conhecimento ou opinião.

Ao desdobrar-se sobre si mesmo, o discurso proporciona aos falantes explicitarem o modo como pretendem que seja interpretado o que está sendo dito. Esse procedimento inclui as modalidades autonímicas de Authier-Revuz, os rótulos metalingüísticos de Francis e o metadiscurso de Hyland.

Um outro aspecto que ressaltamos é que a não-coincidência interlocutiva pode acontecer sem haver exatamente metaenunciação, como é o que ocorre nos exemplos abaixo, já mencionados neste trabalho, onde há uma ruptura da ancoragem enunciativa sinalizada pela dêixis:

- (76) Ela tem três filhos. Ela conduz e administra tudo aquilo com uma atividade febril; impiedosamente, ela vai e vem: vestindo um, banhando o outro, enfiando um chapéu **neste rostinho**, uma touca **neste pedacinho de cabeça**, reformando calções, passando vestidos, assoando o nariz deste, limpando aquele. (J. Vallès, *L'enfant* – citado por APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.376)
- (77) Felizmente o homem não jogara fora a caixa de papelão do liquidificador. Voltou para o quarto. Cuidadosamente, colocou o corpo de Betsy dentro da caixa. Com a caixa debaixo do braço caminhou para a porta. Antes de abri-la e sair, enxugou os olhos. Não queria que o vissem **assim**. (Rubens Fonseca, *Betsy*)

Ao utilizar as expressões dêiticas “neste rostinho” e “neste pedacinho de cabeça”, em (76), e “assim”, em (77), o narrador estabelece uma relação de proximidade com o leitor, quebrando a distância, antes imposta pela narrativa em terceira pessoa. Porém,

nesses casos, a função é a de fazer o leitor entrar no universo da ficção, ou ainda, engajar o leitor na cenografia (cena enunciativa).

Mostramos, através de (76) e (77), que, muitas vezes, um processo referencial pode cumprir uma função de *envolver o leitor*, evidenciando a sua participação como co-enunciador do texto, através do que Hyland (2005) chama de *engagement*. Essa função relaciona-se à função geral de promoção de intersubjetividade.

Em Discini (2005), que, como nós, fundamenta-se no conceito de heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz (1990), encontramos uma análise do efeito da polifonia no discurso indireto livre. Nosso interesse, aqui, é sugerir mais algumas marcas desse embate de vozes. Discini (2005) mostra, em um excerto de uma crônica sobre os ataques ocorridos em 11 de setembro de 2001, a combinação de vozes do próprio cronista e a de um suposto terrorista:

- (98) Cada vez mais, parece-me que, quando denunciemos a alienação dos outros, quase sempre operamos uma extraordinária violência: negamos vidas concretas. É por esse caminho que o terrorista transforma qualquer um em alvo: ele não enxerga nunca as existências, só a funcionalidade de todos no sistema que ele combate. *Há uma criança no avião? É apenas mais um expoente do mundo inimigo: quem sabe um futuro dirigente do FMI*. Essa redução é fácil para o terrorista, pois ele já fez o mesmo com a sua própria vida: renunciou à existência para se tornar puro instrumento (de destruição). (citado por DISCINI, 2005, p.161)

A autora diz que “o discurso indireto livre se realiza contextualmente e, por essas razões, viabiliza a heterogeneidade mostrada não-marcada” (DISCINI, 2005, p.162), porém não explica como é, então, que identificamos a voz do terrorista em meio à do cronista. Apenas fornece uma pista, ainda que muito vaga: a de que o *contexto* permite entrever uma discordância de vozes. O que nós queremos mostrar é de que maneira, especificamente, os processos referenciais podem sinalizar, no discurso indireto livre, a alternância de perspectiva dos enunciadores, ou do tipo de discurso, que está por trás dessas vozes.

No caso de (98), poderíamos citar, por exemplo, que, quando o cronista diz “parece-me”, assume, através do dêitico de pessoa, a opinião de que a denúncia da alienação dos outros pode gerar o que ele classifica como “**uma extraordinária violência**”. Observemos que esta expressão anafórica encapsula o trecho anterior, o que equivale a dizer que “negar as vidas concretas” é “uma extraordinária violência”. Em seguida, diz que “é por **esse caminho** que o terrorista transforma qualquer um em um

alvo”. A posição ideológica do terrorista é, portanto, denunciada por uma expressão encapsuladora com dêitico (“esse caminho”), que sinaliza a presença dessa outra voz. Além disso, pelo dêitico em “parece-me” e pela condenação assumida em “**uma extraordinária violência**”, pode-se perceber que a voz do cronista, além de presente, interpõe-se à do terrorista.

Quanto ao trecho em itálico, especificamente salientado por Discini (2005) para marcar a voz do terrorista, atentemos para a expressão encapsuladora com dêitico contida na oração “**essa redução** é fácil para o terrorista”, que vem logo após: ela sinaliza claramente, através do demonstrativo na expressão (“essa redução”), que se trata das elucubrações do terrorista, já que retoma todo o trecho anterior, iniciado pela pergunta. O trecho anterior, supostamente um pensamento do terrorista, é classificado como “redução” e, mais uma vez, portanto, a co-ocorrência de vozes é denunciada por uma expressão com dêitico.

Em (98), é a marca da primeira pessoa, através do dêitico, que permite estabelecer uma voz à qual, mais adiante, outra voz se opõe. E essa outra voz, responsável pela discrepância causada pelo trecho que Discini salientou em itálico, somente pode ser entendida como a possível voz de um terrorista se observarmos a combinação de expressões referenciais, como as que mencionamos, pois são elas que permitem inferir qual é a postura ideológica do autor e também como ela é contrária à do terrorista. Portanto, contrariando Discini (2005), consideramos (98) um outro exemplo de heterogeneidade mostrada e marcada por processos dêíticos e anafóricos, envolvendo encapsulamento e também, portanto, metaenunciação: as expressões operam metadiscursivamente, balizando graus de distanciamento do enunciador em relação ao enunciado.

Sob a ótica de Charadeau e Maingueneau (2002), a interdiscursividade, em seu sentido mais amplo, é definida como o conjunto das unidades discursivas (aqui entendidas como *recortes*, isto é, *o limite que separa o meu dizer do outro*) com as quais um discurso particular entra em relação explícita ou implícita com um outro. No sentido mais restritivo, é o conjunto de discurso do mesmo campo que mantém relações de delimitação recíproca uns com os outros. Podemos dizer então, em outras palavras, que as relações interdiscursivas são as que se dão entre o *dizer do eu* e o *dizer do outro*, que permitem o *dizer do outro* no *dizer do eu*. No caso do exemplo (98), é esse o recorte que está em questão: para compreender o texto, é preciso delimitar as unidades discursivas de um e de

outro (no caso, do cronista e do terrorista). A função aqui identificada pode ser denominada como *identificar as vozes de embate no interdiscurso*.

Outra observação é a de que parece haver uma variação no grau de sutileza com que percebemos as rupturas. Isto é, quando se utiliza um dêitico de pessoa como em “parece-me”, acima, a identificação da voz é feita de maneira diferente do que quando precisamos identificar a entidade a quem pertence o ponto de vista das expressões encapsuladoras, como em “uma extraordinária violência”, por exemplo. Isso se justifica pelo fato de que a deiticidade do pronome é mais evidente no que nas expressões anafóricas em questão. Essa observação corrobora a idéia de que a heterogeneidade discursiva mostrada pode ser avaliada em termos das diferentes maneiras ou marcas pelas quais recuperamos as informações, por isso defendemos que ela é sempre marcada, ainda que por mecanismos pouco ou nunca salientados na literatura.

Sobre as diversas maneiras de marcação das não-coincidências do dizer, Maingueneau (2007) dedica um capítulo à polifonia, enfatizando as questões relativas à identidade do sujeito da enunciação. Como estratégias de polifonia, além das relações de produção/locução dos enunciados e a modalização autonímica, que já discutimos, Maingueneau (2007) cita o discurso reportado e a paródia. Uma incursão por tais estratégias e sua estreita ligação com os processos referenciais revela-se importante para explicar algumas das funções que vimos identificando; a isso, dedicamos os próximos itens.

4.5.3 O discurso reportado

O discurso reportado pode ser definido como “os diversos modos de representação de um ato de enunciação dentro de uma enunciação” (MAINGUENEAU, 2007, p.115). Não se trata simplesmente de relatar um enunciado, mas de encaixar uma enunciação dentro de outra enunciação, cada uma com as suas marcas de subjetividade, o que pode implicar num procedimento intrincado de relações de alternância.

Os manuais de gramática tradicionalmente descrevem três tipos de procedimentos de discurso reportado: o discurso direto (DD), o indireto (DI) e o indireto livre (DIL). Porém, somente essa distinção não é suficiente para dar conta de uma série de questões que advêm das relações de alternância que mencionamos e que exemplificaremos, a seguir.

Em primeiro lugar, o DI não é o simples resultado de uma transformação do DD, como consta em muitos livros escolares. Vejamos o exemplo de Maingueneau (2007):

- (99) (a) ARLEQUIN: Un domestique là-bas m'a dit d'entrer ici, et qu'on allait avertir **mon beau-père** qui était avec **ma femme**. (Marivaux, *Le jeu de l'amour et du hasard*, I, VIII – citado por MAINGUENEAU, 2007, p.116)
- (b) ARLEQUIN: Um empregado lá embaixo me disse para entrar aqui e que iriam avisar **meu sogro**, que estava com **minha mulher**.

Conforme Maingueneau (2007), a interpretação dos dois sintagmas nominais grifados apresenta um problema se quisermos restituir a enunciação do *empregado*: teria ele usado essas mesmas expressões para se referir ao “sogro” (“seu sogro”) e à “mulher” (“sua mulher”)? Maingueneau (2007) acrescenta a informação de que a mulher referida é Silvia e é apenas noiva de Arlequin, o que nos faz pensar, novamente, se quem a categorizou como “minha mulher” foi Arlequin ou o empregado. E isso se aplica também a “meu sogro”, que poderia ter sido designado pelo nome próprio ou como *o pai de Silvia*.

Nem mesmo o discurso direto é uma reprodução fiel do discurso citado, o relator constituindo uma espécie de “gravador eletrônico ideal” (conforme MAINGUENEAU, 2007, p.117). Isso porque, ao reproduzir a fala de alguém, dependendo do contexto, do recorte que se faz ou mesmo da entonação, ela pode se tornar irônica, por exemplo, afastando-se completamente do sentido original, mesmo que se conservem as palavras. O DD é, na verdade, um simulacro de um ato de enunciação.

Já o DI, de acordo com Maingueneau (2007), nem propõe um simulacro, nem dissocia os dois planos enunciativos, fundindo num só os dois, numa espécie de tradução da enunciação citada. Embora tenha apenas um locutor, que se encarrega da enunciação como um todo, o discurso citado perde a autonomia no DI. Essa perda de autonomia se reflete na alteração da modalidade (uma pergunta, por exemplo, se transforma em afirmação: “Joana vem?”, em DI seria algo como “Ele perguntou se Joana virá.”) e também afeta todos os níveis de subjetividade, como fica evidente pelas seguintes regras convencionais de tradução das formas do discurso citado em discurso citante (conforme MAINGUENEAU, 2007): o *eu* e o *tu* do discurso citado se transformam em não-pessoas, se não fizerem parte do discurso citante; qualquer que seja a forma utilizada pelo discurso citado (*eu*, *tu*, *não-pessoa*, dêiticos espaciais e temporais), se ela dispõe de um correspondente no discurso citante, terá o mesmo *status* que ocupa neste último. No

entanto, é frequente encontrarmos situações como a seguinte, principalmente nos textos literários:

(100) (a) À quoi leur sert toute cette richesse, assise dans une chaise roulante? Comme cette femme si riche, assise la face à moitié paralysée, qui ne sait même plus ce qui lui arrive. Ni même qu'elle a été riche. Au moins elle est gentille. Et ses enfants viennent la voir. *À quoi tu penses maman? À rien. On pense toujours à quelque chose. Je ne sais pas. J'ai oublié.* Dernièrement on ne se disait même plus ça. (Esther Orner, *Autobiographie de personne*, Genebra, Métropolis, p.76 – citado por MAINGUENEAU, 2007, p.125)

(b) De que lhe serve toda essa riqueza, sentada numa cadeira de rodas? Como essa mulher tão rica, sentada, o rosto paralisado pela metade, que nem sabe mais o que lhe acontece. Nem mesmo que ela foi rica. Pelo menos ela é gentil. E seus filhos vêm vê-la. *Em que pensas mamãe? Em nada. A gente sempre pensa em alguma coisa. Não sei. Esqueci.* Ultimamente, nem isso se dizia mais.

Os trechos em itálico foram assim marcados por Maingueneau (2007) para ressaltar o discurso direto livre (DDL), isto é, o caso em que a citação é direta, mas as marcas tipográficas, típicas do DD, são suprimidas. O fragmento apresentado em (100) é constituído pelo monólogo de uma velha senhora solitária, sendo que os trechos que pertencem a outras vozes não são hierarquizados em relação a uma instância narrativa, pois não são palavras de personagens exteriores, mas palavras do pensamento da narradora. De acordo com Maingueneau (2007, p.126), o DDL permite, nesse caso, que a narradora “evite se colocar em posição de narradora no sentido habitual do termo”. Isso porque, em nossa opinião, a narradora é também personagem, nesse caso.

Também são considerados casos de DDL aqueles em que há marca de DD, como o travessão e a endentação, mas a voz desse outro, que se atravessa à do narrador, não é anunciada, caracterizando-se portanto, como uma *liberdade* do DD, o que podemos observar no seguinte exemplo:

(101) (a) Ils me laissent pas un réchaud à gaz! où j'irai faire bouillir mes seringues? je pense à ma pratique...

- *Et votre diplôme?*

(Céline, *Féerie pour une autre fois* – trecho do exemplo citado por MAINGUENEAU, 2007, p.125)

(b) Eles não me deixam nem um aquecedor a gás! onde vou ferver minhas seringas? Fico pensando na minha prática...

- *E o seu diploma?*

Em (101), a frase em itálico, marcada pelo travessão, não pertence exatamente ao narrador, mas a um interlocutor, reportando uma situação em que houve esse diálogo, ou em que poderia haver tal diálogo, numa espécie de ruminância de pensamentos do narrador, em que ele recria o tom do discurso desse interlocutor. A função que podemos identificar com “e o seu diploma?” é a de *assinalar a voz do outro no interdiscurso*.

Localizamos um caso em que não há mescla, mas uma quebra da narrativa, que se inicia em terceira pessoa e, então, aparece repentinamente um pronome possessivo dêitico, que revela a primeira pessoa:

(102) (a) Alexandre Eiffel s’assura que personne ne pouvait le surprendre et escalada l’arbre avec difficulté. Son corps alourdi avait désappris les mouvements souples qui lui permettaient naguère de grimper à toute vitesse; et **mon** costume ne facilitait pas **mon** ascension. (A Jardin, *Le petit sauvage - corpus* M.-J. Béguelin)

(b) Alexandre Eiffel certificou-se de que ninguém podia surpreendê-lo e escalou a árvore com dificuldade. Seu corpo, mais pesado, havia desaprendido os movimentos leves que lhe permitiam, outrora, subir a toda velocidade; e **minha** roupa não facilitava **minha** ascensão.

Em (102), instala-se a dúvida sobre se o narrador é o próprio personagem – que por algum motivo lúdico ou outro qualquer, alterna entre guardar distância ou participar da cena. A ruptura se dá porque a narrativa vem sendo desenvolvida de modo que o personagem *Alexandre Eiffel* tem estatuto de não-pessoa; subitamente, sem sinalização de que o narrador passe a palavra ao personagem, há uma mudança de ancoragem abrupta entre “Alexandre Eiffel”, “**seu** corpo”, “...**lhe** permitiam”, em terceira pessoa, e “**minha** roupa”, “**minha** ascensão”, em primeira pessoa, como se o narrador não apenas transpusesse as cenografias, de primária para secundária, mas encarnasse o personagem *Alexandre Eiffel*. Essa dubiedade, porém, não exatamente atrapalha a construção da referência, mas, pelo contrário, revela os vários ângulos sob os quais uma história pode ser contada. Apontamos, aqui, uma função de *mudar o foco narrativo*, associada ao uso dos dêiticos em primeira pessoa. Notamos que essa função, no caso desse exemplo, também provoca uma maior proximidade com o leitor, que passa a ouvir o depoimento do próprio personagem. O DDL, como vemos, possibilita uma vasta mobilidade da câmera subjetiva (conforme APOTHÉLOZ e PEKAREK-DOEHLER, 2003) por entre as cenografias primária e secundária.

Contudo, como Maingueneau (2007) salienta, não convém tornar muito rígida a delimitação entre o DD e o DDL, pois ainda que neste último não haja as tradicionais

marcas do DD, existem indícios para que se possa recuperá-lo. No exemplo (100), também há uma ruptura enunciativa da não-pessoa à segunda pessoa e da afirmação à pergunta (“E seus filhos vêm vê-la. *Em que pensas mamãe?*”); e, no exemplo (102), a ruptura fica por conta das marcas de dêixis pessoal – no entanto, embora dispondo dessas marcas, o DDL solicita a participação do leitor de maneira particularmente atenciosa.

É justamente essa uma das características que nos parece interessante no DDL; e, aqui, mais uma vez, evidenciamos o papel participativo do leitor que, tendo os processos referenciais como norte, pode ajustar seu foco às diversas situações que lhe vão sendo apresentadas. Para Rosier (1999, p.279), o DDL é “a encarnação lingüística da modernidade (...). Ele permite um jogo, portanto uma interrogação, sobre a narração, seu estatuto, suas enunciações colocadas em cena”. Um dos jogos possíveis é o fato de que, no DDL, mesmo identificando falas de outros personagens mescladas à do narrador, não se pode assegurar que tais personagens estejam falando: como já observamos ao comentar o exemplo (100), pode se tratar do pensamento do narrador, que relembra ou simula as falas de outros participantes da cenografia secundária, num dispositivo de encaixe recursivo.

Uma outra forma de citação do discurso alheio é o DIL. Exemplo:

(103) (a) Cependant, Rosalie s’entêtait. Quand elle croyait avoir une bonne idée, elle ne la lâchait point aisément. *Madame avait tort de croire que l’ombre faisait du mal. C’était plutôt que madame craignait de déranger le monde; mais elle se trompait, mademoiselle ne dérangait pour sûr personne, car il n’y avait jamais âme (...)* Oh! C’était joli, c’était joli à ne pas croire! (Émile Zola, *Une page d’amour* – trecho do exemplo citado por MAINGUENEAU, 2007, p.128)

(b) No entanto, Rosalie estava obstinada. Quando ela acreditava ter uma boa idéia, ela não a largava facilmente. *Madame tinha razão de achar que a sombra fazia mal. Na verdade, madame temia incomodar as pessoas; mas ela estava enganada, senhorita certamente não incomodava ninguém, pois nunca havia alma (...)* Oh! Era lindo, era lindo de não se acreditar!

De acordo com Maingueneau (1999 e 2007) o DIL combina características próprias dos dois tipos básicos de discurso reportado, o direto e o indireto. Na verdade, diz Maingueneau (1999 e 2007), o DIL acumula as vantagens dos dois, já que, nessas situações, encontram-se misturados elementos que normalmente se encontram dissociados: a ausência de subordinação, característica do discurso direto, e a perda da autonomia dos dêiticos do discurso citado, característica do discurso indireto. Em (103), o trecho marcado em itálico por Maingueneau (2007) salienta a parte em que o discurso desliza para o DIL, em que a voz do narrador e do personagem se misturam. Observamos que, sobre o trecho

“Oh! C’était joli, c’était joli à ne pas croire!”, seria mais apropriado falar em DDL, por causa das exclamações, mais típicas da fala direta dos personagens (e, nesse caso, sem apresentar os traços convencionais de marcação do DD – por isso, sugerimos considerá-lo como DDL).

Assinalamos a questão de que, além de que o DDL e o DIL são híbridos pela própria definição, pode haver uma mistura de tipos de discurso reportado em um mesmo texto. O DDL se aproxima do DD pelo fato de que é possível recuperar as marcas do discurso reportado, através da dêixis, da marcação tipográfica ou de algum outro sinal que seja mais típico da fala direta dos personagens, como a exclamação do exemplo anterior. Já no DIL, aproxima-se do DI. A ruptura, nos casos de DIL, não é dêitica (observe-se que, em (103), a terceira pessoa é mantida), mas o enfoque muda de tom, devido principalmente às categorizações que denunciam, ainda que de modo mais sutil, a oscilação entre a perspectiva do narrador e a do personagem. Em (103), a referência à patroa de *Rosalie* é feita através da expressão “madame”, que pode ser um modo de não-pessoa, conservando a perspectiva do narrador, mas pode ser também um dêitico social, revelando o modo como *Rosalie* se dirige à sua patroa; e em “Madame tinha razão”, por exemplo, há a pressuposição de algo que *madame* teria dito diretamente a *Rosalie*, o que faz o trecho configurar-se como DIL, pela mescla quase que indistinta entre as vozes de narrador e personagem. Podemos dizer, então, que, no DDL, a tendência é a de deixar entrever as perspectivas que se interpõem, enquanto que, no DIL, a tendência é a de fundir os pontos de vista. Por isso, de acordo com Maingueneau (2007), sugerimos pensar os tipos de discurso reportado como um *continuum*, especialmente entre o DDL e o DIL, mas também entre esses e o DD e o DI, pois suas fronteiras nem sempre ficam bem definidas.

No que tange às funções dos processos referenciais em casos como (100), (101), (102) e (103) podemos dizer que os dêiticos e anáforas auxiliam a identificar as vozes que se misturam à do narrador no DDL e no DIL. Também podemos destacar uma função de operar metadiscursivamente, balizando os graus de distanciamento do enunciador em relação ao enunciado, nos exemplos (100) e (101); e outra de, na narrativa, marcar a perspectiva a partir da qual o evento está sendo narrado, como no exemplo (102).

Ainda um outro exemplo que mostra como um processo referencial pode estabelecer a mescla e a separação de vozes entre o narrador e o personagem através do DIL e no DDL é o que se observa em:

- (104) **A Anacleta** ia a caminho da igreja, muito atrapalhada, pensando no modo porque havia de dizer ao confessor os seus pecados... Teria a coragem de tudo? E a pobre Anacleta tremia só com a idéia de contar a menor daquelas cousas ao severo padre Roxo, um padre terrível, cujo olhar de coruja punha um frio na alma da gente. E a desventurada ia quase chorando de desespero, quando, já perto da igreja, encontrou a comadre Rita. (Olavo Bilac, *O pecado*)

A referência à personagem *Anacleta* em terceira pessoa marca a voz de um narrador, porém, a descrição de seus pensamentos mais íntimos, como em “pensando no modo porque havia de dizer ao confessor seus pecados”, caracteriza uma situação de DIL, pois há uma invasão ao estado cognitivo do personagem, embora as coordenadas dêiticas do narrador sejam mantidas e não haja nenhuma sinalização de que a palavra foi passada ao personagem – a personagem *Anacleta* é retomada sempre em terceira pessoa: “a pobre Anacleta”, “a desventurada”, “encontrou”. No DIL, não há ruptura entre a voz do narrador e do personagem, mas elas estão mescladas. Porém, em “teria a coragem de tudo?”, há uma ambigüidade, pois além de o verbo ser flexionado da mesma maneira para a primeira e para a terceira pessoa, há o ponto de interrogação, mais característico da fala direta dos personagens, o que nos autoriza a falar de DDL, nesse caso. Para aumentar ainda mais a mistura de vozes, há a expressão “na alma da gente”, que inclui narrador, personagem e leitor, num solidário temor ao castigo do padre.

Outro exemplo de um fenômeno de discurso reportado que também pode simular o estado cognitivo do personagem:

- (105) (a) L’obscurité était complète. Édouard s’en alla trouver **la planche**. Or, **la planche** était lourde, et ce n’était pas chose facile que de poser un pareil monument entre deux maisons.
 - Si elle allait être trop courte! pensa-t-il.
 Et, tout en faisant les réflexions qu’inspirait la circonstance, il approcha **son pont** et regarda si personne ne pouvait le voir. (...) il se mit à faire glisser **son dessus de précipice** sur le rebord de la fenêtre jusqu’à ce qu’il eût touché celui de la fenêtre opposée. (...) Comme vous pensez, il ne resta debout sur **le pont mouvant** que juste le temps nécessaire. (...)
 À peine eut-il enjambé la fenêtre, qu’il entendit la charmante voix du bal qui lui disait:
 - Retirez **la planche**. (...)
 Et il se mit a retirer **son chemin**. (...)
 - Où peut-on poser **la planche**?
 Il sentit un main qui le guidait dans l’ombre, et, ayant rencontré un mur, il lui confia **ce que, dans une ou deux heures, il aurait de plus cher au monde**.
 (A. Dumas, *Herminie* – corpus Denis Apothéloz)

(b) A escuridão era completa. Édouard foi procurar **a prancha**. Ora, **a prancha** era pesada e não era coisa fácil colocar **um tal monumento** entre duas casas.

- E se **ela** for muito curta! Pensava ele.

E, fazendo as reflexões que inspirava a circunstância, ele aproximou **sua ponte** e olhou se ninguém podia lhe ver. (...) ele começou a deslizar **sua beirada de precipício** sobre o parapeito da janela até que ela encostou no da janela oposta. (...) Como você pode imaginar, ele ficou de pé sobre **a ponte móvel** apenas exatamente o tempo necessário. (...)

Recém tinha ele passado a perna pela janela, quando ouviu a encantadora voz do baile que lhe dizia:

- Tire **a prancha**.

E ele começou a retirar **seu caminho**.(...)

- Onde podemos colocar **a prancha**?

Ele sentiu uma mão que lhe guiava na sombra e, tendo encontrado uma parede, ele lhe confiou **o que, em uma ou duas horas, ele teria de mais caro no mundo**.

As repetidas categorizações de “prancha”, neste exemplo, ora através do DIL, ora através do DD, ao mesmo tempo em que mostram a importância desse objeto para Édouard, ajudam a desenhar a cena quase picaresca em que se coloca o personagem. Sob o ponto de vista do personagem, seguimos a trilha que designa a prancha como “monumento” e construímos uma noção das dimensões da prancha; quando ela é recuperada por “ponte”, entendemos que ela servia como um modo de o personagem ter acesso a um determinado local; ao mencionar “beirada de precipício”, inferimos o perigo, relacionado à altura, a que se expunha Édouard e, finalmente, quando a referência à prancha é “o que ele teria de mais caro no mundo”, imaginamos que provavelmente a visita era feita às escondidas e que o personagem não poderia correr o risco de permanecer naquele local, talvez até precisando fugir rapidamente.

Sobre as funções que envolvem a mistura de vozes do narrador e dos personagens, chamamos a atenção para dois aspectos que podem ser utilizados como mecanismos complementares para a interpretação desse efeito polifônico: a *opacidade referencial* e a *contaminação lexical* (conforme SPITZER, [1922]1961), que podemos ilustrar com o seguinte trecho deste exemplo já mencionado anteriormente:

(14) (a) (Il est question d’un couple qui vient de danser)

Dans les bras mous de cet homme qui n’avait pas la force de la faire tourner, elle avait eu la sensation de subir l’étrointe d’un poulpe sorti de l’eau, et elle en avait rêvé deux nuits de suite, se réveillant en nage. “Puis-je espérer vous revoir?” lui avait demandé **le poulpe**. (A. Tabucchi, *Piazza d’Italia - corpus* Denis Apothéloz)

(b) (Trata-se de um casal que acaba de dançar)

Nos braços moles deste homem que não tinha força para fazê-la rodopiar, ela tinha tido a sensação de ter sido abraçada por um polvo que saiu da água e ela tinha sonhado duas noites seguidas com isso, acordando-se banhada. “Devo esperar revê-la?” havia lhe perguntado **o polvo**.

A expressão em grifo destaca uma recuperação anafórica realizada pelo narrador. O interessante, nesse caso, é que a categorização é feita com base em algo que é descrito como sendo o estado cognitivo do personagem: essa fusão de focos é que provoca o efeito de opacidade. Vejamos o exemplo seguinte:

(106) (a) (Jane vient de retirer des mains du bébé un casse-noisette, objet dangereux avec lequel il était en train de jouer. La mère, Mme. Pocket, proteste contre cette intervention. Suit une discussion...)

- Bon Dieu! s'écria M. Pocket poussé à bout, doit-on laisser les enfants se tuer à coups de casse-noisette sans essayer de les sauver?

- Je ne veux pas que Jane se mêle du bébé, dit Mme. Pocket avec un regard majestueux à l'adresse de **l'innocente petite coupable**.

(Ch. Dickens, *Les grandes espérances*, 237 - corpus Denis Apothéloz)

(b) (Jane acaba de tirar das mãos do bebê um quebra-nozes, objeto perigoso com o qual ele estava brincando. A mãe, sra. Pocket, protesta contra essa intervenção. Segue uma discussão...)

- Meu Deus! grita o sr. Pocket, extremamente agitado, devemos deixar as crianças se matarem com golpes de quebra-nozes sem tentar salvá-las?

- Eu não quero que Jane se ocupe do bebê, diz a sra. Pocket com um olhar majestoso dirigido à **inocente pequena culpada**.

Aqui, aparentemente, há uma designação contraditória: como alguém pode ser inocente e culpado ao mesmo tempo? O que nos parece é que há uma categorização sobre a personagem *Jane*, com base no suposto ponto de vista de dois outros personagens: “inocente”, sob o ponto de vista do sr. Pocket, que discute com a esposa, dando razão à menina que tirou o quebra-nozes das mãos do bebê; “culpada”, sob o ponto de vista da sra. Pocket, que não quer que *Jane* interfira nos cuidados com a criança.

A opacidade referencial das expressões “o polvo” e “inocente pequena culpada” se dá porque a responsabilidade com relação a essas designações é difusa, feita pelo narrador, numa espécie de intromissão em relação à cena narrativa dos personagens; no caso de (106), denuncia o embate das duas vozes que se contrapõem, fundindo as duas opiniões opostas numa mesma expressão; no caso de (14), não só o narrador toma partido, como adota o termo.

Lembramos que os estudos sobre opacidade têm sua origem na Filosofia e na Lógica, nos trabalhos de Frege (1971) e, especificamente, no trabalho de Quine

([1960]1977). Para os lógicos, a opacidade referencial diz respeito ao fato de haver mais de uma possibilidade quanto ao sujeito que assume a responsabilidade de uma designação, ou descrição, promovida por uma expressão referencial. Quine ([1960]1977) considera, então, um contexto *opaco* quando, lingüisticamente (para o autor, no sentido restrito, isto é, de contexto e sem levar em consideração o conhecimento compartilhado ou enciclopédico), a sentença dá margem a uma ambigüidade interpretativa sobre quem assume a responsabilidade das expressões referenciais utilizadas. Quando, ao contrário, não há dúvida quanto a saber quem assume a responsabilidade da designação feita pela expressão referencial, então, para Quine, a referência é *transparente*. Porém, em nosso trabalho, que tem propósitos de analisar o discurso em funcionamento – e não as proposições lógicas e suas condições de verdade – consideramos a *opacidade referencial* como um caso de heterogeneidade discursiva, em que a responsabilidade pela enunciação encontra-se difusa, de modo que fica disfarçada ou diluída.

A questão da *contaminação lexical* é a que diz respeito ao fenômeno conhecido na estilística pelo nome de *pseudo-objetividade* ou *contágio estilístico*. Pode dizer respeito ao vocabulário de um personagem, mas também a termos que podemos atribuir à opinião comum. Muitas vezes, a contaminação lexical aparece marcada por aspas. No caso do nosso exemplo em (14), um termo supostamente do vocabulário do personagem aparece na locução do narrador; transpondo esse conceito para a cena enunciativa, trata-se de um termo da cenografia secundária, dos personagens, que é inserido na cenografia primária, na fala do narrador. Assim, podemos dizer que a expressão anafórica “o polvo” é um tipo sutil de *contaminação lexical*.

Parece-nos que a *opacidade referencial* e a *contaminação lexical* são, na verdade, recursos que fazem progredir de maneira mais livre o processo de referência no discurso: tudo que contribui para apresentar um objeto tal qual o enunciador pretende vale para que ele seja assim instalado no discurso, inclusive através da “captura de categorizações alheias”.

Também em outros tipos de seqüências, não-literárias, por exemplo, pode haver uma mudança da ancoragem enunciativa, muitas vezes marcada por um dêitico, conforme o exemplo:

- (107) (a) (...) si nul ne doute de la pitié de la reine Isabelle, beaucoup estiment que les moyens mis en oeuvre pour imposer sa foi n'ont pas été très catholiques. C'est elle, en effet, qui signa l'édit de banissement de 150000

juifs d'Espagne et fit persécuter, espionner, dépouiller, torturer **ces infidèles**. (*L'Hebdo*, 28.12.90 - corpus M-J. Reichler-Béguelin)

(b) (...) se ninguém duvida da piedade da rainha Isabel, muitos estimam que os meios utilizados para impor sua fé não foram muito católicos. Foi ela, de fato, que assinou a lei que baniu 150.000 judeus da Espanha e fez perseguir, espionar, espoliar, torturar **estes infieis**.

Nesse exemplo, ao mesmo tempo em que está implicada uma crítica a respeito do comportamento da rainha Isabel – perseguir e torturar não fazem parte dos preceitos católicos – a expressão “estes infieis” demonstra um alinhamento, por parte do enunciador, em relação ao suposto pensamento da rainha. Isto é, do ponto de vista da rainha Isabel é que os judeus seriam considerados como infieis e, no entanto, o enunciador retoma “150000 judeus da Espanha”, designando-os de “infieis”. Porém, sabemos que dificilmente, nos dias de hoje, um jornalista do *Hebdo* – um jornal suíço conhecido em todo o mundo, especialmente nos países francofônicos, por sua postura de denúncia contra injustiças sociais - faria uma designação desse tipo. Por isso, podemos dizer que o contexto é opaco, mas a interpretação pode ser considerada transparente (atentamos para o fato de que, fora o mundo ficcional e especialmente no caso do jornalismo engajado, a cena englobante e seus elementos ganham maior importância para a interpretação dos enunciados).

Além disso, no caso de atribuirmos a responsabilidade da designação ao próprio enunciador, haveria um problema de contradição, pois, com “os meios utilizados para impor sua fé não foram muito católicos” (embora o autor se esquive, já neste início, da responsabilidade dessa categorização, atribuindo-a de maneira vaga, na oração “muitos estimam que...”), ele já havia anunciado sua crítica. Isso reforça a hipótese de que a expressão “estes infieis” tenha sido empregada como num jogo, em que a categorização é feita com base nas palavras do outro. E tal jogo traz conseqüências interessantes: no caso de (107), a ironia dirigida à atitude da rainha Isabel é ainda mais acentuada: para categorizar os judeus espanhóis como “infieis”, é preciso pensar neles sob o ponto de vista de um *católico tirano*, fazendo com que, indiretamente, o leitor categorize a rainha Isabel dessa maneira.

A seguir, um último exemplo, de uma redação escolar:

(108) (a) (...) C'était une fille qui était toujours avec ses parents, n'avait pas de copines, rien du tout. Um jour qu'elle était à l'école, entreint de ranger ses affaires, une fille vient lui parler et lui dit:

- Vendredi soir je fais une fête pour mon anniversaire et tu es invitée.
 Il y avait dès garçons derrière, ils rigolaient. Elle se disait que c'était louche.
 Une fille lui demande pour aller chez elle et les autres qui rigolent, bom tanpis.
 - D'accord, je viendrais à huit heures chez toi, ciao.
 Elle attendait avec impatience ce jour.
 Et enfin il arriva. Elle se préparait comme il faut et partit. Arrivée là-bas, il y
 avait que des garçons. Bon, on a commencé a discuter et ils m'ont dit:
 - On va jouer à un jeu, tu est d'accord!!!
 Le jeu consistait à boire um verre de coca et dans le verre ils ne lui ont pas dit
 ce qu'il y avait. (...) (Virginie, 14 ans - *corpus* M.-J. Reichler-Béguelin.
 Ortografia respeitada)

(b) (...) Era uma menina que estava sempre com seus pais, não tinha
 amigas, nenhuma. Um dia em que estava na escola, arrumando suas coisas,
 uma menina vem lhe falar e diz:
 - Sexta à noite vou fazer uma festa de aniversário e tu estás
 convidada. Havia uns meninos atrás, eles ficaram tirando onda. Ela disse a
 si mesma que era esquisito. Uma menina a convida para ir à sua casa e os
 outros que riam, bom, azar.
 - Certo, eu vou às oito horas na tua casa, tchau!
 Ela esperava com impaciência por este dia.
 E, finalmente, ele chegou. Ela se arrumou como deve ser e saiu. Chegando
 lá, havia apenas meninos. Bom, **começamos** a conversar e eles **me**
 disseram:
 - Vamos jogar um jogo, certo!!!
 O jogo consistia em beber um copo de coca e dentro do copo eles não lhe
 disseram o que havia. (...)

Sob uma ótica mais conservadora e normativista e, especialmente, por se tratar de
 uma redação escolar, poderíamos considerar um erro a alternância entre a terceira pessoa e
 a primeira pessoa na narrativa que observamos no trecho acima (“Era uma menina...” e,
 depois, “**começamos** a conversar e eles **me** disseram...”). E talvez tenha mesmo sido uma
 espécie de distração, um ato falho da menina que, na verdade, contava sua própria história,
 e, por isso, em alguns momentos, deixou escapar as marcas de primeira pessoa. Mas, para a
 nossa investigação, interessa o processo referencial que permite essas alternâncias de
 ancoragem enunciativa e o impacto que isso pode ter na construção da referência e na
 conseqüente interpretação da história, o que não exclui o fato de que o enunciador pode se
 colocar como o próprio personagem, que se disfarça, ou finge se disfarçar. Essa pode ser,
 então, mais uma função dos processos referenciais, que associamos aos exemplos (107) e
 (108): *disfarçar ou fingir um ponto de vista*, que se incluiria entre as funções de
 desenvolvimento argumentativo.

Assim como as vozes dos locutores se alternam, num texto, também os textos se entrecruzam. A seguir, mostramos como os processos referenciais podem estar envolvidos na marcação de intertextualidades.

4.5.4 A intertextualidade e os processos referenciais

Situando a intertextualidade como um caso de polifonia, Koch, Bentes e Cavalcante (2007) propõem uma dimensão ampla, no sentido de que há a presença de outro em tudo que dizemos e escrevemos, e uma dimensão *stricto sensu*, que é quando um texto remete a outros fragmentos de textos efetivamente produzidos. Nosso interesse diz respeito às marcas dessa remissão, realizadas, muitas vezes, por processos referenciais.

Um primeiro exemplo é o caso que Piégay-Gros (1996) denominou *referência*, em sua tipologia de intertextualidade. São enquadrados nesse tipo as situações em que nomes de personagens de uma obra, ou acontecimentos relatados nesta obra, são mencionados em outra. A definição dada pela autora é a seguinte:

A referência, como a citação, é uma forma explícita de intertextualidade. Mas ela não expõe o outro texto ao qual remete. Portanto, é uma relação *in absentia* que ela estabelece. E, por isso, é privilegiada, já que se trata simplesmente de remeter um leitor a um texto, sem convocá-lo literalmente. Assim, a referência é, para Balzac, o modo evidente de multiplicar os ecos entre os diferentes romances de *A comédia humana*. (PIÉGAY-GROS, 1996, p.48)

No que concerne o processo referencial que estabelece essa relação intertextual, podemos dizer que, para um leitor que não conhece a obra anterior, as expressões que aparecem pela primeira vez no texto que está sendo lido são, a princípio, casos de introdução referencial. Porém, se o leitor conhece o texto anterior e identifica a referência ao outro texto, que é convocado através de uma ou mais expressões nominais, tais expressões mudam de *status* e passam a pertencer ao tipo 3 de processo referencial, conforme o definimos nesta pesquisa, ou seja, passa a ser uma anáfora que supõe um conhecimento compartilhado, em que as informações que se tinha do outro texto influenciam na categorização dos objetos que são, então, rerepresentados.

O exemplo de Piégay-Gros é sobre *A comédia humana*, de Balzac, em que em um dos volumes, um dos personagens toma como modelo um personagem de um volume anterior e o leitor somente faz a ligação se tiver lido a obra anterior. A autora apenas

descreve o exemplo, sem mencionar todos os trechos para que possamos verificar como isso acontece. Por isso, selecionamos um outro caso, que parece ser semelhante, da obra de Saramago, em que uma outra obra do mesmo autor é referenciada:

(109) (...) falemos abertamente sobre **o que foi a nossa vida**, se era vida **aquilo**, durante **o tempo em que estivemos cegos**, que os jornais recordem, que os escritores escrevam, que a televisão mostre **as imagens da cidade tomadas depois de termos recuperado a visão**, convençam-se as pessoas a falar **dos males de toda a espécie que tiveram que suportar**, falem **dos mortos, dos desaparecidos, das ruínas, dos incêndios, do lixo, da podridão**, e depois, quando tivermos arrancado os farrapos de falsa normalidade com que temos andado a querer tapar **a chaga**, diremos que **a cegueira desses dias** regressou sob uma nova forma, chamaremos a atenção da gente para o paralelo entre **a brancura da cegueira de há quatro anos** e o voto branco de agora. (José Saramago, *Ensaio sobre a lucidez*)

No caso acima, teríamos o que Koch, Bentes e Cavalcante (2007) distinguem como intertextualidade implícita, pois a fonte original das referências não é mencionada. Embora vários elementos da obra-fonte tenham sido evocados, neste exemplo, os objetos são introduzidos, no texto, pela primeira vez, o que traz a vantagem de apresentá-los para quem não havia lido o texto anterior e torná-los vivos à lembrança, para os leitores que já conheciam a obra – que, além disso, realizam uma nova categorização dessas entidades e fatos, diante do novo texto, que recontextualiza tais elementos.

Para Grésillon e Maingueneau (1984), há duas estratégias fundamentais de *reinvestimento* de um texto ou de um gênero de discurso dentro de outro: a *captação* e a *subversão*. A *captação* consiste em transferir sobre o discurso reinvestidor a autoridade ligada ao texto-fonte (ou ao gênero-fonte), o que inclui, por exemplo, paráfrases do texto-fonte. Assim, trechos do hino nacional brasileiro, como “teus risonhos lindos campos têm mais flores”, são exemplos de *captação* em relação à “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias (“Nosso céu tem mais estrelas/Nossas várzeas têm mais flores”) – ou seja, o texto captado é confirmado pelo novo texto, mantendo a mesma linha de argumentação.

Na *subversão*, ao contrário, a imitação permite desqualificar a autoridade do texto-fonte, como podemos ver neste trecho de “Mínimas”, de Luis Fernando Veríssimo:

(110) Em terra de cego, quem tem um olho emigra.
Em terra de cego, o trânsito deve ser uma loucura. (citado por KOCH, 2004, p.155)

Neste texto, o próprio título sugere a subversão, opondo-se a *máximas*, que é como nos referimos, às vezes, em se tratando de ditos populares como os que Veríssimo transforma. Uma das possibilidades de subversão é a que joga com as categorizações, que, se tomadas ao pé-da-letra, ao invés de em seu sentido metafórico, podem gerar comicidade, como “em terra de cego, o trânsito deve ser uma loucura”.

Um outro tipo de intertextualidade mencionado por Koch, Bentes e Cavalcante (2007) é a *intergenérica* ou *tipológica*, como a que podemos observar no seguinte conto:

(111) Saudações.

Dr. Antônio, desculpe a ousadia de escrever, ontem fiquei arrependida de não confessar a paixão que sinto, porque tive vergonha, vejo que o senhor é casado e pai de tanto filho, acho que isso não tem importância, a gente sabe de muita dona casada gostando de outro, quanto mais eu que sou moça donzela, a diferença é que não sou correspondida.

Venha na mesma hora, espero no portão e mamãe não vê. Se o doutor não vier é sinal que não tem a mínima simpatia.

Sem mais, sua criada obrigada,

Ismênia.

P.S. Desculpe os erros que estou um pouco nervosa.

(Dalton Trevisan, *Ismênia, moça donzela*)

O trecho que transcrevemos em (111) é o início do conto, em que a narrativa é mantida através dos bilhetes que *Ismênia* envia ao seu amante: pela seqüência dos bilhetes, acompanhamos a história que se passa entre os dois, sob o ponto de vista da moça. Assim, podemos falar em *intertextualidade intergenérica*, nesse caso, porque o conto aparece numa “moldura comunicativa” (conforme KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2007) própria dos bilhetes.

Identificamos, assim, mais uma função dos processos referenciais a ser adicionada ao nosso elenco, que é a que está associada a *estabelecer marcas de intertextualidade*; e destacamos, no sentido inverso, o papel da intertextualidade ao proporcionar um diálogo com outros textos, enriquecendo o texto que está sendo lido com figuras, cenários, ambientes e personagens que podem ser construídos a partir de outras fontes.

Salientamos, também, que muitos processos de heterogeneidade estão diretamente ligados à questão estética, como a que mencionamos ao fazer referência à contaminação lexical, aos diversos tipos de discurso reportado, ao promover o envolvimento do leitor e ao marcar a intertextualidade.

4.6 Conjunto de funções sugeridas

Função 1. Organização de partes do texto

- inaugurar tópicos
- mudar de tópico
- integrar tópicos
- antecipar informações/manter informações em suspenso
- salientar um referente
- orientar a localização de um referente no espaço/tempo
 - evitar uma referência genérica
 - evitar uma referência inadequada
 - desambiguar/encontrar o referente “certo”

Função 2. Metadiscursividade

- promover uma hipostasiação
- promover uma catálise de pressuposições
- capturar argumentos dispersos
- evitar uma referência embaraçosa
- apontar uma referência problemática
- assinalar um convite para reparar uma seqüência

Função 3. Introdução de informações novas

- atualizar conhecimentos
- especificar por meio de uma seqüência hiperônimo/hipônimo
- fornecer explicações com fins definicionais e/ou didáticos

Função 4. Promover um convite para uma busca/ativação da memória

Função 5. Efeitos estético-estilísticos

- forjar uma memória compartilhada

- balizar os graus de distanciamento da cena da obra literária
- engajar o leitor na cenografia
- transportar o leitor para o mundo ficcional
- recriar o mundo ficcional
- acrescentar uma apreciação sobre o mundo: de mistério, esperança, tristeza, etc.
- criar um efeito impressionista
- provocar o riso e/ou efeitos de humor
- evitar uma repetição
- fornecer uma simulação da realidade

Função 6. Marcação de heterogeneidade discursiva

- apelar a um tipo de discurso
- identificar as vozes de embate no interdiscurso
- denunciar um embate de vozes
- promover a mudança de foco narrativo
- marcar a voz do personagem no DDL
- estabelecer diferentes graus de mescla e separação das vozes entre narrador e personagem através do DIL e do DDL
- marcar a perspectiva a partir da qual o evento está sendo narrado
- situar vários centros dêiticos das vozes na narrativa, marcando a alternância entre tipos de discurso reportado
- operar metadiscursivamente, balizando graus de distanciamento da voz do enunciador em relação ao enunciado
- favorecer a opacidade referencial e a contaminação lexical
- estabelecer marcas de intertextualidade/possibilitar diálogos intertextuais

Observamos que essa lista é provisória, no sentido de que não é exaustiva - um outro olhar sobre a nossa pesquisa e estudos futuros podem modificá-la e ampliá-la.

No capítulo a seguir, apresentamos uma exemplificação, a partir de textos literários, para que o quadro de funções sugeridas fique mais claro.

UMA EXEMPLIFICAÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO DOS CONTOS

Conforme nossas premissas iniciais, que explicamos nos Capítulos 1, 2 e 3, acreditamos que a referenciação é um processo que se completa no discurso, em sua maior parte de maneira improvisada, o que exclui considerar relações formais fixas; partimos do princípio de que não existe um comportamento dos processos referenciais restrito a determinados tipos e gêneros específicos de texto e discurso e muito menos a escolas literárias.

Acreditamos, no entanto, que, comparando-se o texto literário com o texto ordinário, os dois tipos de discurso diferenciam-se em termos de gradação (de pluralidade e maior instabilidade de significação, de estabelecimento de um mundo ficcional, entre outros) e consideramos que certos usos podem ser mais característicos em um do que no outro. Contudo, foge ao escopo desta pesquisa uma comparação desses usos entre o discurso literário e o discurso não-literário e também não é nosso intuito fazer uma análise quantitativa, investigando a frequência de certos tipos de processo e suas funções, mas sim listar algumas possibilidades de uso, ilustrando-as através de um exemplário composto por textos literários. No que diz respeito aos contos, então, serão mencionadas apenas algumas características gerais para situar limites relativos à identificação do gênero, que podem auxiliar na compreensão das funções e especificações de funções que observamos.

5.1 O conto no entrecruzamento de gêneros

Na prosa, especialmente a partir do modernismo, a literatura buscou originalidade, fugindo à tradição e possibilitando múltiplas técnicas e combinações de estruturas para os gêneros narrativos. Por isso, a definição contemporânea de conto, novela e romance tornou-se bastante elástica.

Muitos autores, como Gauthier-Boucher (2006), preferem comparar o conto ao romance, para estabelecer certas características, que podemos resumir assim, embora não estejamos de acordo:

- texto curto (entre 5 e 50 páginas, enquanto que o romance teria, em média, 150);

- história centrada em um acontecimento e com poucos personagens;
- exploração de repercussões psicológicas, que são descritas, muitas vezes, através do estado de alma do personagem principal; e
- desfecho, muitas vezes inesperado, que força um retorno ao texto.

Para Ozwald (1996), a linha de fronteira do conto termina onde começa a do romance; a transfiguração à qual o herói do romance é submetido, assim como a transformação do mundo que ele realiza não são o território do protagonista do conto, “que tende apenas - ainda que admiravelmente – a superar a si mesmo” (p.38).

Podemos dizer que, em termos estruturais, o conto se assemelha mesmo ao romance e à novela, pois apresenta as mesmas categorias básicas de narrador, personagem, tempo espaço e enredo. Nesse sentido, a diferença é que o conto geralmente é mais sintético, tratando de um único tema, enquanto que os outros dois gêneros normalmente apresentam tramas em paralelo.

Contudo, no que diz respeito à extensão dos textos que poderiam se enquadrar nesses gêneros, ao invés de usar o número de páginas como parâmetro, preferimos dizer que o romance, de um lado, tende a figurar uma maior extensão temporal, freqüentemente narrando histórias que duram anos, enquanto que o conto é, geralmente, mais instantâneo, muitas vezes trata-se da história de um momento. Além disso, há romances de curta duração (como *Os ratos*, de Dyonélio Machado, por exemplo) e pode haver contos que recuperem uma vida inteira de um personagem (como em *Days of wine and roses*, de Silviano Santiago).

O aspecto momentâneo que é observado, freqüentemente, nos contos, também pode aparecer como característica da crônica. De um modo geral, as comparações entre contos e crônicas levam autores, como Oliveira (2006), a dizer que o conto é pesado, a crônica é leve; o conto deve provocar e inquietar, a crônica deve entreter e deleitar; a crônica é a prosa curta, amena e coloquial, com toques de malícia e humor, sobre os fatos políticos da atualidade ou sobre os hábitos e costumes dos diversos segmentos sociais – e aqui instalamos a dúvida: o aparente bom-humor atribuído às crônicas, em se tratando de uma ironia aos costumes, à política e à sociedade de um modo geral, comporia mesmo um gênero tão leve e próprio ao deleite? Achamos que não e que as fronteiras da crônica também não podem ser consideradas de maneira muito estanque.

Além disso, as características que descrevem o conto como um gênero entre o romance e a crônica deixam escapar uma série de exemplares, não dizendo muito, por

exemplo, sobre os minicontos (formas brevíssimas, que mais parecem uma *fotografia por escrito*), sobre o conto que usa o fluxo de consciência, sobre o que é produzido com elementos da poesia, como assonâncias e rimas, sobre o conto do tipo mosaico, feito de recortes de outros textos.

De acordo com Ozwald (1996), definir um gênero como o *conto* não significa necessariamente encerrá-lo em categorias rígidas. Pelo contrário, para falar de sua especificidade, é preciso salientar que ele se encontra de maneira precisa – ainda que confusa – na encruzilhada do romance, da fábula, da crônica, da poesia, da autobiografia e até do teatro.

Em *Histoires extraordinaires*, Baudelaire – o tradutor para o francês desta obra de Edgar Allan Poe, resalta algumas propriedades do conto:

Ele tem, sobre o romance de vastas proporções, a imensa vantagem que sua brevidade acrescenta à intensidade do efeito. Esta leitura, que pode ser realizada de um fôlego só, deixa no espírito uma lembrança bem mais poderosa do que o de uma leitura quebrada, interrompida freqüentemente pelo tormento dos negócios e o cuidado com os interesses mundanos. A unidade de impressão, a totalidade de efeito é uma vantagem imensa que pode dar a esse gênero de composição uma superioridade muito particular, ao ponto de um conto muito curto (sem dúvida, um padrão) valer ainda mais do que um conto muito longo. (BAUDELAIRE, [1857]1978)

Como se vê, Baudelaire destaca a densidade do conto: se, de um lado, o romance é tido como complexo, comparativamente ao conto (conforme OZWALD, 1996), por outro, há o aspecto de que o conto condensa os eventos, causando, muitas vezes, uma impressão até mais impactante do que as histórias mais longas. Para Baudelaire, a essência do conto está na relação entre a extensão da narrativa e o efeito – de medo, dúvida, inquietação, encantamento e outros – que o escritor pretende provocar no leitor.

A partir da teoria do iceberg, de Ernest Hemingway (que dizia que o contista talentoso é sempre econômico: seu narrador revela pouco, deixando os fatos mais importantes apenas subentendidos), Piglia (1994) sustenta que o conto narra sempre duas histórias, uma visível, que seria a ponta do iceberg, e uma secreta, que é narrada de forma elíptica e fragmentária. De acordo com este autor, o talento do contista está em entrelaçar as duas histórias, de maneira que só no desenlace seja revelada a parte que se construiu abaixo da superfície em que a primeira veio se desenrolando.

Outra característica do conto, destacada por Goyet (1993) é sobre a questão primordial do realismo: para este autor, o conto parte do real, que ele explora, interroga e tenta fixar o mais claramente possível – o que não descarta o fantástico, pois ele é visto, no conto, como

(...) um universo maravilhoso que se acrescenta ao mundo real sem nem atentar contra ele nem lhe destruir a *coerência*. O fantástico, ao contrário, manifesta um escândalo, um dilaceramento, uma ruptura insólita, quase insuportável no mundo real. (CAILLOIS, 1996, p.8)

Para nós, Caillois (1996) usa uma das palavras-chave que definem a leitura de um conto: *dilaceramento*; há, nos contos, simultaneamente à realidade, o desejo de evocar uma crise trágica, mais ou menos espetacular, conforme o caso, que se manifesta por uma tensão que é colocada em cena e que invariavelmente provoca algum tipo de incômodo.

Ainda que precária e provisória, a definição de conto pode se dar pelo consenso entre os autores de que se trata de uma narrativa curta em que é provocada uma ruptura, um dilaceramento do real; dizer muito sobre a forma pode ser restritivo no que diz respeito aos contos. Além disso, o equilíbrio (ou o desequilíbrio) estrutural entre personagens, muitas vezes entre narrador e personagem, tempo, espaço e enredo, além do envolvimento do leitor, vão determinar se o conto tende mais para o psicológico, policial, erótico, fantástico, aventureiro, filosófico, etc., mas não há uma fórmula definida de como esses ingredientes devem ser misturados.

5.2 Exemplificação das funções

Observamos que nem todas as subespecificações listadas são ilustradas pelo exemplário, mas todas as funções gerais são contempladas. As relações entre funções e processos que apresentamos não devem ser tomadas como regras fixas de funcionamento discursivo, mas trata-se de um indicativo de possibilidades de combinação.

Função 1. Organização de partes do texto

- integrar tópicos/mudar de tópico

(112) Morreu meu pai, sentimos muito, etc. Quando chegamos nas proximidades do Natal, eu já estava que não podia mais pra afastar aquela memória obstruente do morto, que parecia ter sistematizado pra sempre a

obrigação de uma lembrança dolorosa em cada gesto mínimo da família. Uma vez que eu sugerira à mamãe a idéia dela ir ver uma fita no cinema, o que resultou foram lágrimas. Onde já se viu ir ao cinema de luto pesado! A dor já estava sendo cultivada pelas aparências, e eu, que sempre gostara apenas regularmente de meu pai, mais por instinto de filho que por espontaneidade de amor, me via a ponto de aborrecer o bom do morto. Foi decerto **por isto** que me nasceu, esta sim, espontaneamente a idéia de fazer uma das minhas chamadas “loucuras”. Essa fora, aliás, e desde muito cedo, a minha esplêndida conquista contra o ambiente familiar. Desde cedinho, desde os tempos do ginásio, em que arranjava regularmente uma reprovação todos os anos; desde o beijo às escondidas, numa prima, aos dez anos, descoberto por Tia Velha, uma detestável de tia; e principalmente desde as lições que dei ou recebi, não sei, de uma criada de parentes: eu consegui no reformatório do lar e na vasta parentagem, a fama conciliatória de “louco”. (Mário de Andrade, *O peru de Natal*)

Em (112), destacamos, primeiramente, a função de organização de partes do texto. A expressão com demonstrativo “por isto” encapsula o trecho anterior, em que o narrador-personagem conta como já havia evidenciado sua impaciência em encerrar com um luto, mantido mais pelas aparências, e, ao mesmo tempo, o processo encapsulador inicia um outro ponto, que é o que vai ser narrado como “uma das minhas chamadas ‘loucuras’ ”. Assim, a expressão “por isto” funciona no processo referencial como uma espécie de ponte entre os tópicos, resumizando um e inaugurando outro.

- inaugurar um tópico

(113) Então, explicou Deus, eu vivo procurando um santo aqui, um santo ali, parecendo até que sou eu quem estou precisando de ajuda, mas não sou eu, é vocês, mas tudo bem. Agora, é preciso que você me entenda: o santo é o que faz alguma coisa pelos outros, porque somente fazendo pelos outros ;e que se faz por si, ao contrário do que se pensa muito por aí. Graças a mim que de vez em quando aparece um santo, porque senão eu iria pensar que tinha errado nos cálculos todos. Fazer por si é o seguinte: é não me envergonhar de ter feito vocês igual a mim, é só o que peço, é pouco, é ou não é? Então quem colabora para arrumar essa situação eu tenho em grande apreço. **Agora, sem milagre.** Esse negócio de milagre é coisa para providência, é negócio de emergência, uma correçãozinha que a gente dá. Esse pessoal não entende que, toda vez que eu faço um milagre, tem que reajustar tudo, é uma trabalhadeira que não acaba, a pessoa se afadiga. Buliu aqui, tem que bulir ali, é um inferno, com o perdão da má palavra. O santo anda difícilimo. Quando eu acho um, voto as mãos para o céu. (João Ubaldo Ribeiro, *O santo que não acreditava em Deus*)

A partir da referência que realizamos através da expressão “agora, sem milagre”, o personagem (*Deus*, nesse caso) inaugura um novo tópico, o dos milagres, que deseja esclarecer para completar a lista do que seriam as atribuições de um santo. Ainda que tenha sido mencionado pela primeira vez, não podemos considerar que a expressão “milagre” traga um referente completamente novo, já que outros objetos que lhe servem de fonte podem ser identificados, como os referidos por “Deus”, “santo”, especialmente, e, ainda, de maneira diluída, as tarefas, ou o que *Deus* espera de um santo. Em seguida, através do encapsulador anafórico com dêixis “esse negócio de milagre”, *Deus* demonstra a complexidade dessa tarefa, razão pela qual ela é reservada somente à providência divina.

- emprestar saliência discursiva ao referente

- (114) Subitamente, não sabia mais como se ata o nó da gravata. Era como se enfrentasse uma tarefa desconhecida, com que nunca tinha tido qualquer familiaridade. Recomeçou do princípio. Uma vez, outra vez – e nada. Suspirou com desânimo e olhou atento **aquele pedaço de pano dependurado no seu pescoço**. (Otto Lara Resende, *O elo partido*)

A expressão “aquele pedaço de pano dependurado no seu pescoço” recategoriza o referente designado anteriormente por “gravata”, salientando o aspecto da estranheza que lhe causava o objeto, já referido antes, através de expressões como “não sabia mais como se ata o nó da gravata” e “uma tarefa desconhecida, com que nunca tinha tido qualquer familiaridade”. A saliência desse aspecto é reforçada, ainda, pelo uso do demonstrativo “aquele”. E todo o processo referencial em que se envolve o objeto “gravata” contribui para o argumento de que há um esvaziamento de sentido das instituições e dos costumes, como o de usar gravata.

- orientar a localização de um referente no espaço/tempo

- (115) Ele: tirolês. Ela: odalisca. Eram de culturas muito diferentes, não podia dar certo. Mas tinham só quatro anos e se entenderam. No mundo dos quatro anos todos se entendem, de um jeito ou de outro. Em vez de dançarem, pularem e entrarem no cordão, resistiram a todos os apelos desesperados das mães e ficaram sentados no chão, fazendo um montinho de confete, serpentina e poeira, até serem arrastados para casa, sob ameaças de jamais serem levados a outro baile de Carnaval.

Encontraram-se de novo no baile infantil do clube **no ano seguinte**. Ele com o mesmo tirolês, agora apertado nos fundilhos, ela de egípcia.

Tentaram recomeçar o montinho (...) (Luis Fernando Veríssimo, *Conto de verão nr. 2: Bandeira Branca*)

A cena inicial descrita é a de um baile de carnaval infantil. A expressão “no ano seguinte” localiza no tempo da narrativa o evento seguinte, auxiliando o leitor a compor o desenrolar da história.

Função 2. Metadiscursividade

– atribuir força ilocucionária a um trecho do discurso

- (116) Dasdores e **suas numerosas obrigações**: cuidar dos irmãos, velar pelos doces de calda, pelas conservas, manejar agulha e bilro, escrever cartas de todos. Os pais exigem-lhe o máximo, não porque a casa seja pobre, mas porque o primeiro mandamento da educação feminina é: trabalharás dia e noite. Se não trabalhar sempre, se não ocupar todos os minutos, quem sabe do que será capaz a mulher? Quem pode vigiar os sonhos de moça? Eles são confusos e perigosos. Portanto, é impedir que se formem. A total ocupação varre o espírito. Dasdores nunca tem tempo para nada. Seu nome, alegre à força de repetido, ressoa pela casa toda. “Dasdores, as dalias já foram regadas hoje?” “Você viu, Dasdores, quem deixou o diabo desse gato furtar a carne?” “Ah, Dasdores, meu bem, prega esse botão para a sua mãezinha.” Dasdores multiplica-se, corre, delibera e providencia mil coisas. Mas é um engano supor que se deixou aprisionar por obrigações enfadonhas. Em seu coração ela voa para o sobrado da outra rua, em que, fumando ou alisando o cabelo com brilhantina, está Abelardo. (Carlos Drummond de Andrade, *Presépio*)

A expressão “suas numerosas obrigações”, num processo catafórico, realiza uma hipostasiação, já que atribui às tarefas (“cuidar dos irmãos, velar pelos doces de calda, pelas conservas, manejar agulha e bilro, escrever cartas de todos”) uma força ilocucionária de *obrigação*. Essa expressão tem também uma função antecipadora e enumerativa, sendo que a marca dos dois pontos colabora para a idéia de que a informação vai ser completada na seqüência. Preferimos listar a subespecificação *antecipação de informações* como um processo de organização, embora não se possa negar que ele sirva também como recurso estético.

- assinalar um convite para reparar uma seqüência

- (117) Nesta sala atulhada de mesas, máquinas e papéis, onde invejáveis escreventes dividiram entre si o bom-senso do mundo, aplicando-se em idéias claras, apesar do ruído e do mormaço, seguros ao se pronunciarem sobre problemas que afligem o homem moderno (**espécie da qual você,**

milenarmente cansado, talvez se sinta um pouco excluído) (...) (Raduan, Nassar, *Aí pelas três da tarde*)

Em (117), ao recuperar o referente expresso por “homem moderno” através da especificação feita em: “espécie da qual você, milenarmente cansado, talvez se sinta um pouco excluído”, a operação metadiscursiva não apenas reformula o referente inicial proposto na referência feita em “homem moderno”, como promove uma solidarização com o leitor, o locutor dirigindo-se diretamente a ele através de “você”, numa manobra altamente colaborativa.

- evitar uma referência embaraçosa

- (118) A cada dia as cartas ficam mais abusadas, entronas, era alguém que escrevia bem, sabia colocar as coisas. Dia sim, dia não, o carteiro trazia o envelope amarelo, com tarja marrom, papel fino, de bom gosto. Discreto, contrastava com as frases. Que loucura, ela jamais imaginaria situações assim, será que existiam? Se o marido, algum dia, tivesse proposto **um décimo daquilo**, teria pulado da cama, vestido a roupa e voltado para a casa da mãe. (Ignácio de Loyola Brandão, *Obscenidades de uma dona-de-casa*)

Ao empregar a expressão metadiscursiva “um décimo daquilo”, o narrador simula, através do DIL, o suposto pudor da mulher, que não ousaria proferir as frases sobre coisas obscenas como as que as cartas continham. Assim, revela-se o ponto de vista da personagem, uma mulher que estava em conflito com a própria sexualidade em contraponto à educação moralista que havia recebido: por isso, as expressões obscenas se tornariam embaraçosas e foram evitadas.

- capturar argumentos dispersos

- (119) Dasdores e suas numerosas obrigações: cuidar dos irmãos, velar pelos doces de calda, pelas conservas, manejar agulha e bilro, escrever cartas de todos. Os pais exigem-lhe o máximo, não porque a casa seja pobre, mas porque o primeiro mandamento da educação feminina é: trabalharás dia e noite. Se não trabalhar sempre, se não ocupar todos os minutos, quem sabe do que será capaz a mulher? Quem pode vigiar os sonhos de moça? Eles são confusos e perigosos. Portanto, é impedir que se formem. A total ocupação varre o espírito. Dasdores nunca tem tempo para nada. Seu nome, alegre à força de repetido, ressoa pela casa toda. “Dasdores, as dalias já foram regadas hoje?” “Você viu, Dasdores, quem deixou o diabo desse gato furtar a carne?” “Ah, Dasdores, meu bem, prega esse botão para a sua

mãezinha.” Dasdores multiplica-se, corre, delibera e providencia mil coisas. Mas é um engano supor que se deixou aprisionar por **obrigações enfadonhas**. Em seu coração ela voa para o sobrado da outra rua, em que, fumando ou alisando o cabelo com brilhantina, está Abelardo. (Carlos Drummond de Andrade, *Presépio*)

A expressão metadiscursiva “obrigações enfadonhas” categoriza o referente expresso por “numerosas obrigações”, confirmando e explicitando uma avaliação que o leitor já teria tido oportunidade de proceder ele mesmo, diante do modo como foram descritas as tarefas: pela simplicidade dos serviços domésticos (“velar pelos doces de calda, manejar agulha e bilro”, etc.), pela imposição implacável em cumpri-las, sem descanso (“trabalharás dia e noite”, “se não ocupar todos os minutos”, etc.), pela constante tentativa de anulação dos desejos de *Dasdores* (“quem pode vigiar os sonhos de moça?... portanto é impedir que se formem”), pela quase anulação da própria *Dasdores* em função de suas tarefas (“seu nome, alegre à força de repetido, ressoa pela casa toda. ‘Dasdores, as dalias já foram regadas hoje?’”, etc.). Assim, podemos dizer também que “obrigações enfadonhas” realiza, ainda, a função de capturar argumentos dispersos.

Função 3. Introdução de informações novas

As anáforas podem contribuir, freqüentemente, para modificar um referente ao qual remetem – embora sem retomá-lo, como é o caso em:

- (120) ... Observava o sono do velho: **braços e pernas estirados, inúteis**. Apenas **a cabeça permanecia viva**, para dar ordens em alta voz e lançar **olhares cheios de fúria**. (...) No começo, quando era um menino, o velho quis educá-lo, funcionou como uma família inteira, como todos os cuidados. (...) Depois do desastre, tudo mudou. Tetraplegia, e agora o menino, já adolescente, via-se obrigado a cuidar **daquele homem transformado em estranha carcaça** (...). (Tércia Montenegro, *Linha Férrea*)

Observamos que a expressão inicial “o sono do velho”, num processo de introdução referencial (é a primeira referência ao personagem que aparece no conto), serve de fonte para várias expressões anafóricas, como as que grifamos. Algumas delas fazem uma retomada, recategorizando o referente designado por “velho”, como “aquele homem transformado em estranha carcaça”. As outras expressões grifadas, como “braços e pernas estirados, inúteis” ou “olhares cheios de fúria” não retomam o mesmo referente ao qual “o velho” remete, mas inauguram novos elementos a partir da referência expressa por “o

velho”; no entanto, essas expressões também colaboram para que a imagem que se tem do velho seja modificada, pois acrescentam detalhes sobre a morbidez de seu corpo e sobre o seu humor. “Braços”, “pernas” e “olhares” não são “o velho”, por isso não podemos dizer que haja correferência, mas constituem *partes* ou atitudes do “velho”. Nesse exemplo, então, informações novas são introduzidas por processos de introdução referencial e por processos anafóricos.

Uma outra observação interessante é a de que esse tipo de situação, em que uma anáfora não-correferencial modifica um referente já mencionado, sem, no entanto, retomá-lo, parece acontecer, especialmente, quando a relação entre a fonte e a expressão anafórica é uma agregação, do tipo pessoa/olhos, xícara/alça, etc., em que há uma relação meronímica.

- atualizar conhecimentos

- (121) No ano seguinte, ela não apareceu no baile. Ele ficou o tempo todo à procura, um havaiano desconsolado (...) Marcelão, **o mau elemento da sua turma**, tinha levado gim para misturar com o guaraná. (Luis Fernando Veríssimo, *Conto de verão nr. 2: Bandeira Branca*)

A expressão anafórica “o mau elemento da sua turma”, nesse caso, atualiza um conhecimento sobre o personagem introduzido (*Marcelão*). Além disso, essa informação ajuda a construir a noção de que o personagem do início do conto, um menino de quatro anos, já era um adolescente, por causa da referência à turma e à bebida alcoólica.

Função 4. Promover um convite para uma busca/ativação da memória

Encontramos nos contos, muito frequentemente, dêiticos que realizam um convite para que o leitor faça uma busca na memória – ao mesmo tempo em que, no texto, são fornecidas informações que completam o significado. Assim, um duplo efeito de simular um conhecimento compartilhado e incentivar uma lembrança são acionados, como no exemplo a seguir:

- (122) Na parede do quarto de pensão, uma outra reprodução de Van Gogh: **aquele quarto com a cadeira de palhinha parecendo torta, a cama estreita, as tábuas do assoalho**, colocado na parede em frente à cama. Deitado, Saul tinha a impressão de que o quadro era o espelho refletindo, quase fotograficamente, o próprio quarto, ausente apenas ele mesmo. (Caió Fernando Abreu, *Aqueles dois*)

A primeira expressão em negrito, acima, descreve “outra reprodução de Van Gogh”; ao invés de mencionar o nome da obra (*Quarto em Arles*), o escritor se vale de sua descrição, usando o pronome dêitico “aquele”, pois, desse modo, não só o leitor pode reconstruir em sua imaginação a pintura, como também é convidado a vasculhar sua memória, em busca de uma lembrança, no caso de conhecê-la. Notemos que o demonstrativo “aquele” também provoca uma ruptura da narrativa, pois subitamente aproxima os *habitantes* da cenografia e o leitor. No conjunto, todas essas estratégias têm como resultado comum a promoção da intersubjetividade.

Em (122), também podemos pensar na referência ao quadro de Van Gogh como uma espécie de intertextualidade, em que as impressões causadas pelo quadro podem ser semelhantes às que são descritas para retratar o estado de espírito do personagem do conto no ambiente de seu quarto.

Função 5. Efeitos estético-estilísticos

- engajar o leitor/ouvinte na perspectiva do personagem

(123) Na parede do quarto de pensão, uma outra reprodução de Van Gogh: aquele quarto com a cadeira de palhinha parecendo torta, a cama estreita, as tábuas do assoalho, colocado na parede em frente à cama. Deitado, Saul tinha a impressão de que **o quadro era o espelho** refletindo, quase fotograficamente, o próprio quarto, ausente apenas ele mesmo. (Caio Fernando Abreu, *Aqueles dois*)

Com o processo referencial desencadeado pela expressão “o quadro era o espelho...”, a leitura nos faz reconstruir o estado cognitivo do personagem, que passa a compartilhar seus pensamentos com o leitor, comparando a figura representada pelo quadro com a cena que é descrita: ele deitado em um quarto, tão solitário quanto o de Van Gogh. Espera-se, nesse tipo de referência, um maior envolvimento do leitor com a trama dos personagens e com as impressões descritas.

- adentrar o mundo ficcional

(124) Sentou-se num tamborete, fincou os cotovelos nos joelhos, apoiou o queixo nas mãos e ficou olhando para a mãe. **Agora** ela escovava os cabelos muito louros e curtos, puxando-os para trás. E os anéis se estendiam molemente para em seguida voltarem à posição anterior, formando uma coroa de caracóis sobre a testa. Deixou a escova, apanhou

um frasco de perfume, molhou as pontas dos dedos, passou-os nos lóbulos das orelhas, no vértice do decote e em seguida umedeceu um lençinho de rendas. Através do espelho, olhou para o menino. Ele sorriu também, era **linda, linda, linda!** Em todo o bairro não havia **uma moça linda assim.**

- Quantos anos você tem, mamãe? (Lygia Fagundes Telles, *O menino*)

O conto começa assim, como se o narrador, de fora, observasse a cena em que um menino, sentado no tamborete, olhava para a mãe. No entanto, a expressão dêitico-temporal “agora” muda essa perspectiva, que passa a ser a do próprio menino que admirava profundamente a mãe e a observava minuciosamente, enquanto ela se arrumava em frente ao espelho. Essa mudança se confirma com o trecho em que “a mãe” é recategorizada pela repetição da expressão atributiva em “linda, linda, linda!” e pela expressão anafórica “uma moça linda assim”, que mostram a maneira pela qual o menino vê sua mãe.

No decorrer do conto, a imagem da mãe como mulher perfeita não só vai se confirmando, como também faz com que nos solidarizemos com o menino, cujo sentimento é categorizado (e, portanto, transformado) sucessivamente ao longo do texto. A simpatia crescente que sentimos pelo menino não se deve somente ao fato de que é comum, nesta idade, os meninos admirarem a mãe, além de, provavelmente, os leitores conhecerem muitos meninos assim, apaixonados pela mãe; mas se deve, também, ao fato de que, quando nos aproximamos muito de outra pessoa, a ponto de acompanharmos a evolução dos seus sentimentos diante de uma situação, é como se nós mesmos estivéssemos vivenciando aquela situação.

- acrescentar uma apreciação sobre o mundo

(125) Eu amo meu marido. De manhã à noite. Mal acordo, ofereço-lhe café. Ele suspira exausto da noite sempre maldormida e começa a barbear-se. Bato-lhe à porta três vezes, antes que o café esfrie. Ele grunhe com raiva e eu vocifero com aflição. Não quero meu esforço confundido com **um líquido frio que ele tragará como me traga duas vezes por semana**, especialmente no sábado. (Nélida Piñon, *I love my husband*)

Destacamos particularmente essa expressão anafórica, para mostrar como a atividade rotineira de preparar o café para o marido, todas as manhãs, pode se revestir de um caráter ácido e ao mesmo tempo belo. Em “um líquido frio que ele tragará como me traga duas vezes por semana”, mais importante do que a categorização de café como “líquido frio” é a comparação do café frio que ela estabelece consigo mesma, quando o

marido a procura para o sexo. É ácido, obviamente, porque demonstra um ódio resignado da esposa; é belo, porque a metáfora ilustra bem o sentimento, misturando em doses perfeitas os elementos do dia-a-dia com um sentimento de frustração e insatisfação, fazendo revelar o verdadeiro espírito daquela mulher aparentemente conformada. Tudo isso revela também um modo de ver as coisas que, nesse caso, reveste-se de maior importância e, por isso, dizemos que tem valor estético.

- criar um efeito impressionista

- (126) Um dos soldados nos contou que haviam encontrado Shabtai Zvi sentado numa pedra, olhando para o corpo de Chico Diabo. Espalhados pelo chão – os bandidos, bêbados, roncando. Havia bois carneados por toda a parte. E vinho. “Nunca vi tanto vinho!” **Tudo o que antes tinha água agora tinha vinho!** Garrafas, cantis, baldes, bacias, barricas. **As águas de um charco ali perto estavam vermelhas.** Não sei se era sangue das reses ou vinho. Mas acho que era vinho. (Moacyr Scliar, *A balada do falso messias*)

Nesse trecho, salientamos a referência feita através da expressão “as águas de um charco ali perto estavam vermelhas”, que tem um efeito impressionista, tal qual mencionado por Maingueneau (2007), especialmente pelo plural da expressão “as águas”, o que desvia o foco da identificação da água como *elemento que tem certas propriedades químicas e físicas* e ajuda a torná-la um elemento imaginário, carregado de impressões daquela cena misteriosa, meio macabra, meio santa.

Outro destaque pode ser feito à expressão anafórica “tudo o que antes tinha água agora tinha vinho!”, uma nítida referência à passagem da Bíblia, em que Jesus, num casamento, transforma água em vinho. Além do intertexto que se estabelece, essa referência ajuda a aumentar a atmosfera mística desenvolvida no conto, que apresenta um judeu que imigra para o Brasil e acredita ser o Messias; a morte de *Chico Diabo* referida pela água vermelha do charco e os milagres supostamente operados por *Shabtai Zvi* também se relacionam com o vinho, num jogo metafórico – e anafórico – entrecruzado.

- provocar o riso e/ou efeitos de humor

- (127) Ele: tirolês. Ela: odalisca. **Eram de culturas muito diferentes**, não podia dar certo. Mas tinham só quatro anos e se entenderam. No mundo dos quatro anos todos se entendem, de um jeito ou de outro. Em vez de dançarem, pularem e entrarem no cordão, resistiram a todos os apelos desesperados das mães e ficaram sentados no chão, fazendo um montinho de confete, serpentina e poeira, até serem arrastados para casa, sob ameaças

de jamais serem levados a outro baile de Carnaval. (Luis Fernando Veríssimo, *Conto de verão nr. 2: Bandeira Branca*)

Desde o início do conto, os personagens são descritos em trajes carnavalescos, marcando, a cada ano, o novo baile de Carnaval, onde se encontravam. Aqui, através da expressão anafórica “culturas muito diferentes”, o efeito de humor pode ser provocado por fazer imaginar que os personagens assumiriam a cultura do povo alpino ou otomano, de acordo com a sua fantasia de Carnaval.

(128) Só no sétimo baile (**pirata, chinesa**) desvendaram o mistério de só se encontrarem no Carnaval e nunca se encontrarem no clube, no resto do ano. Ela morava no interior, vinha visitar uma tia no Carnaval, a tia é que era sócia. (Luis Fernando Veríssimo, *Conto de verão nr. 2: Bandeira Branca*)

Na passagem que selecionamos em (128), as fantasias são novamente mencionadas e o que acrescenta ainda mais humor é o contraste, pois a história começa a assumir um tom melancólico, que simula a recordação de um namoro juvenil entre um homem e uma mulher desiludidos com a rotina de suas vidas – no entanto, há a preocupação em fornecer a informação, mesmo que de maneira breve, como um lembrete, sobre a fantasia que estariam vestindo naquela ocasião.

- forjar uma memória compartilhada

(129) **Nesta sala atulhada de mesas**, máquinas e papéis, onde invejáveis escreventes dividiram entre si o bom-senso do mundo, aplicando-se em idéias claras, apesar do ruído e do mormaço, seguros ao se pronunciarem sobre problemas que afligem o homem moderno (espécie da qual você, milenarmente cansado, talvez se sinta um pouco excluído) (...) (Raduan Nassar, *Aí pelas três da tarde*)

O demonstrativo, na abertura do conto, transporta de imediato o leitor para a cenografia e ainda simula uma memória comum, compartilhada entre o narrador e o leitor.

O uso do definido, na expressão em grifo do exemplo seguinte, também sugere um elemento conhecido:

(130) Observava o sono do velho: braços e pernas estirados, inúteis. Apenas a cabeça permanecia viva, para dar ordens em alta voz e lançar olhares cheios de fúria. (...) No começo, quando era um menino, o velho quis educá-lo, funcionou como uma família inteira, como todos os cuidados. (...) Depois **do desastre**, tudo mudou. Tetraplegia, e agora o menino, já adolescente, via-se obrigado a cuidar daquele homem transformado em estranha carcaça (...). (Tércia Montenegro, *Linha Férrea*)

“O desastre” é tratado como algo conhecido; porém, para o leitor, é algo novo, pois, até então, não se sabia o motivo da doença, embora já se pudesse fazer alguma previsão, pelas referências ao estado de saúde do homem. É por isso que dissemos que através do uso do definido, nesse caso, somos parcialmente transportados para o foco cognitivo do personagem *menino*, já que aqui pode sugerir que se trata de uma lembrança do menino.

Situação semelhante encontramos em:

- (131) Tinha muito medo da morte repentina e pra se livrar dela, fazia as nove primeiras sextas-feiras, emendadas. De defunto não tinha medo, só de gente viva, conforme dizia. Agora, da perdição eterna, tinha horror, pra ela e pros outros.

Quando **a Ricardina** começou a morrer, no Beco atrás da nossa casa, ela me chamou com a voz alterada: vai lá, a Ricardina tá morrendo, coitada, que Deus perdoe ela, corre lá, quem sabe ainda dá tempo de chamar o padre, falava de arranco, querendo chorar, apavorada: que Deus perdoe ela, ficou falando sem coragem de aluir do lugar. (Adélia Prado, *Sem enfeite nenhum*)

A personagem referida pela expressão em grifo, em (131), não havia sido introduzida; até então a história era centrada nos membros de uma família, especialmente na mãe. Embora a menção de “pros outros” possa servir, em parte, para que o leitor se prepare para uma referência como a vizinha “Ricardina”, o artigo definido “a” reforça o efeito de familiaridade com que a narrativa é feita, como se o leitor conhecesse as pessoas de quem se trata a história.

- fornecer uma simulação da realidade

No caso dos contos, essa é uma função pressuposta do texto como um todo, pelo fato de que, como dissemos, um das principais características desse gênero é promover uma ruptura do real; para havê-la, é preciso recriar o real, de algum modo. A seguir, uma passagem que pode exemplificar isso:

- (132) O barbeiro afiava **a navalha. No salão**, era conhecido **seu estilo de afiar**, acompanhando trechos alegres de música clássica, que ele ia assobiando. Ali, no quarto, ao lado de um morto, afiava num ritmo diferente, mais espaçado e lento: alguém poderia deduzir que ele, em sua cabeça, **assobiava uma marcha fúnebre**. (Luiz Vilela, *Fazendo a barba*)

A recriação das atividades cotidianas de um barbeiro, no trecho que recortamos, é, em grande parte, tributária de relações anafóricas, como as que são estabelecidas entre “o barbeiro” e: “a navalha”, “no salão” e “seu estilo de afiar”. Além disso, com a menção de

que alguém poderia supor que o barbeiro assobiava mentalmente “uma marcha fúnebre”, é simulado o estado cognitivo do personagem, que é uma maneira de auxiliar a reconstruir a percepção desse personagem. E, diante do morto, algo tão corriqueiro quanto fazer a barba se transforma num questionamento existencial. Como dissemos, para que o leitor se engaje nesse questionamento sobre a vida, foi utilizado o recurso de, primeiramente, reconstruir uma realidade.

- recriar o mundo ficcional

Observamos situações em que a dêixis social pode ter um papel importante na relação entre a categorização e a recriação do estado cognitivo do personagem, como em:

- (133) Pela noite, o passeio na cadeira-sofá; ele vai empurrando por trás e assim não vê os olhos do velho, de boca amordaçada, braços e pernas acorrentados na própria paralisia, “Vamos rever o local do nosso encontro, **papai**” – a voz baixa, só ela, no escuro. (Tércia Montenegro, *Linha Férrea*)

Se no trecho transcrito em (120) o homem era um “velho” e “estranha carcaça”, aqui, quando o menino o convida para o passeio, é “papai”, o que nos faz pensar que essa maneira de se dirigir ao homem tenha sido de maneira falsa, ou insana – até porque o “passeio” era, na verdade, um caminho para a morte, com o homem amordaçado, que o menino tinha a intenção de deixar nos trilhos para ser atropelado pelo trem. O dêitico social “papai”, nesse exemplo, é uma maneira peculiar de mostrar a maldade do menino, que categoriza subitamente o homem de maneira aparentemente carinhosa em pleno ato criminoso contra o mesmo homem. Assim, a função da expressão dêitica que grifamos não é a de fazer o leitor se sentir solidário ao personagem, mas a de provocar um sentimento maior de repulsa pelo menino e, fazendo conhecer a atitude do menino, provocar um maior envolvimento do leitor no mundo que é instituído pelo conto.

Salientamos que os efeitos estético-estilísticos, de modo geral, dependem de uma forte relação de colaboração entre leitor e escritor e, portanto, a função de promoção de efeitos estético-estilísticos mantém-se interligada à função de promoção de intersubjetividade.

Além disso, todas as funções ligadas aos efeitos estético-estilísticos estão também relacionadas à recriação do mundo ficcional.

- balizar graus de distanciamento da cenografia

- (134) Na rua, ele andava pisando forte, o queixo erguido, os olhos acesos. Tão bom sair de **mãos dadas com a mãe**. Melhor ainda quando o pai não ia junto porque assim **ficava sendo o cavalheiro dela**. Quando crescesse haveria de se **casar com uma moça igual**. Anita não servia que Anita era sardenta. Nem Maria Inês com aqueles dentes saltados. Tinha que ser **igualzinha à mãe**. (Lygia Fagundes Telles, *O menino*)
- (135) Júlio conversava com alguns colegas no portão. O menino fez questão de cumprimentá-los em voz alta para que todos se voltassem e ficassem assim mudos, olhando. Vejam, **esta é minha mãe!** - teve vontade de gritar-lhes. Nenhum de vocês tem **uma mãe linda assim!** E lembrou deliciado que a mãe de Júlio era grandalhona e sem graça, sempre de chinelo e consertando meia. Júlio devia estar agora roxo de inveja. (Lygia Fagundes Telles, *O menino*)

Os trechos (134) e (135) fazem-nos penetrar, cada vez mais, nos sentimentos do menino. Observemos que as expressões grifadas são somente as que explicitam a maneira pela qual o menino vê a mãe, porque estamos ressaltando o papel dos processos referenciais que marcam a alternância de vozes, no caso deste conto, entre a voz do narrador e a do menino, personagem do conto. Mas outras expressões, inclusive as que descrevem o menino, sob a voz do narrador, colaboram para a construção do quadro como um todo. Então, andar de “mãos dadas com a mãe”, ser “o cavalheiro dela”, casar-se “com uma moça igual”, “igualzinha à mãe” deixam transparentes os sentimentos de orgulho do menino em relação à mãe. Ressaltamos que, a cada retomada, são acrescentados atributos ao referente *mãe*: “andar de mãos dadas com a mãe”, significa ter uma mãe que todo menino gostaria de exibir; “ser o cavalheiro dela” é vê-la como uma donzela que merece ser romanticamente tratada; “uma moça igual” e “igualzinha à mãe” reforçam a idéia da mãe como um modelo máximo de mulher. Porém, mais adiante, quando o menino percebe que a mãe fora ao cinema com ele para encontrar-se com o amante, tudo fica diferente:

- (136) Estremeceu quando **a mão dela** pousou no seu ombro. Sentiu-lhe o perfume. E voltou depressa a cabeça para o outro lado, a cara pálida, a boca apertada como se fosse cuspir. Engoliu penosamente. De assalto, **a mão dela** agarrou a sua. Sentiu-a quente, macia. Endureceu as pontas dos dedos, retesado: queria cravar as unhas **naquela carne**. (Lygia Fagundes Telles, *O menino*)

Desta vez, o referente expresso por “a mão dela”, seu calor, maciez e perfume, causam-lhe repulsa. É importante, observar, aqui, novamente, que outras expressões somam-se às grifadas, para mostrar a repugnância que a figura da mãe causou no filho:

“voltou a cabeça para outro lado, a cara pálida, a boca apertada como se fosse cuspir”, etc. Até que, finalmente, ela é referenciada com raiva pela metonímia: “queria cravar as unhas **naquela carne**”. Na expressão grifada, o demonstrativo “naquela” indica uma desejada distância, enquanto que “carne” acrescenta uma noção de desprezo.

Muito mais do que perceber a decepção e a raiva do menino, o leitor também é levado a senti-las. Apothéloz e Pekarek-Doehler (2003) comparam situações como essas com a técnica de cinema chamada de *câmera subjetiva*, pois as informações são dadas e as expressões referenciais são escolhidas de acordo com o estado cognitivo do personagem em questão; é como se a câmara se alternasse entre os personagens, acompanhando ora um ora outro. Ou seja, o estado cognitivo de um personagem é simulado através de expressões anafóricas recategorizadoras e, assim, os leitores têm a vantagem de compartilhar os sentimentos e emoções desses seres ficcionais. Acrescentamos, ainda, que essa simulação do estado cognitivo pode envolver o posicionamento físico – de espaço, de tempo - e até o foco da memória dos personagens dentro da história, o que confere ao leitor uma noção de “situação concreta” e é manifestado através das expressões dêiticas. Muitas vezes, como em (124), é o uso de um dêitico que possibilita a entrada para a cenografia primária - o mundo interior da narrativa; mais adiante, como em (134), (135), processos anafóricos que remetem ao estado cognitivo do personagem transferem o leitor para a cenografia secundária, isto é, para o mundo ainda mais próximo de onde a intriga se desenvolve, para que, depois, outras expressões, que caracterizam a percepção de mundo desse personagem comecem a ser exploradas.

No caso dos exemplos do conto de Lygia Fagundes Telles, parece-nos que a escritora tira vantagem desse recurso, *encarnando* justamente o personagem que mais sofre com os episódios mencionados. Dessa maneira, o leitor também percorre a *via crucis* daquele indivíduo, pois compartilhar seus sentimentos é como experimentar, o leitor próprio, aquela situação.

- antecipar informações/mantê-las em suspenso

- (137) Saí, como sempre sem saber para onde ir, tinha que ser numa rua deserta, nesta cidade tem mais gente do que moscas. Na avenida Brasil, ali não podia ser. Muito movimento. Cheguei numa rua mal iluminada, cheia de árvores escuras, o lugar ideal. **Homem ou mulher?** Realmente não fazia grande diferença, mas não aparecia ninguém em condições, comecei a ficar tenso, isso sempre acontecia, eu até gostava, o alívio era maior. Então vi a

mulher, podia ser ela, ainda que mulher fosse menos emocionante, por ser mais fácil. (...) Apaguei as luzes do carro e acelerei. Ela só percebeu que eu ia para cima dela quando ouviu o som da borracha dos pneus batendo no meio-fio. Peguei a mulher acima dos joelhos, bem no meio das duas pernas, um pouco mais sobre a esquerda, um golpe perfeito, ouvi o barulho do impacto partindo os dois ossões... (Rubem Fonseca, *Passeio Noturno – parte I*)

Neste trecho, a dúvida que é instalada pela pergunta “homem ou mulher?”, introduzindo esses dois referentes, faz com que informações sejam mantidas em suspenso e, ao mesmo tempo, faz com que pensemos, por antecipação, por exemplo, que o narrador estava planejando um estupro. Essa antecipação é confirmada, parcialmente, pela expressão “ainda que mulher fosse menos emocionante, por ser mais fácil”, em que há uma recategorização do referente expresso por “mulher” como uma presa fácil e menos emocionante. No entanto, após os trechos “apaguei as luzes do carro e acelerei” e, a seguir, “o som da borracha dos pneus batendo no meio-fio”, percebe-se que a mulher não seria vítima de um estupro, mas de um atropelamento, o que frustra as antecipações feitas e aumenta o choque, já iniciado pela expectativa de uma suposta violência sexual. A antecipação de informações, nesse caso, mais do que auxiliar na organização do texto, tem um efeito estético marcante, pois empresta uma maior dose de emoção – ainda que desagradável – ao texto. Assim, a manutenção de informações em suspenso, que havia sido alocada, a princípio, como uma subespecificação da função geral de organizar partes do texto, revelou-se como uma função muito mais ligada à estética do texto, pelo menos nesse exemplo. Esse caso é mais um indicativo de que algumas subespecificações podem se prestar a diferentes funções gerais, dependendo da situação.

Função 6. Marcação de heterogeneidade discursiva

- apelar a um tipo de discurso

(138) Dasdores e suas numerosas obrigações: cuidar dos irmãos, velar pelos doces de calda, pelas conservas, manejar agulha e bilro, escrever cartas de todos. Os pais exigem-lhe o máximo, não porque a casa seja pobre, mas porque **o primeiro mandamento da educação feminina** é: trabalharás dia e noite. Se não trabalhar sempre, se não ocupar todos os minutos, quem sabe do que será capaz a mulher? Quem pode vigiar os sonhos de moça? Eles são confusos e perigosos. Portanto, é impedir que se formem. A total

ocupação varre o espírito. Dasdores nunca tem tempo para nada. Seu nome, alegre à força de repetido, ressoa pela casa toda. “Dasdores, as dalias já foram regadas hoje?” “Você viu, Dasdores, quem deixou o diabo desse gato furtar a carne?” “Ah, Dasdores, meu bem, prega esse botão para a sua mãezinha.” Dasdores multiplica-se, corre, delibera e providencia mil coisas. Mas é um engano supor que se deixou aprisionar por obrigações enfadonhas. Em seu coração ela voa para o sobrado da outra rua, em que, fumando ou alisando o cabelo com brilhantina, está Abelardo. (Carlos Drummond de Andrade, *Presépio*)

A expressão “o primeiro mandamento da educação feminina”, bem como a flexão verbal de “trabalharás” evocam os mandamentos bíblicos de Moisés, o que nos faz identificar um caso de intertextualidade, nesse caso. Porém, aqui, parece que a intenção não é exatamente a de estabelecer uma marca de intertextualidade, mas a de reinvestir o discurso bíblico de leis fundamentais de conduta, especialmente no contexto estabelecido pelo conto, em que, desde o título “Presépio”, faz-se adivinhar o seio de uma família católica. Assim, nesse exemplo, associamos a presença de um intertexto à função de apelar para um tipo de discurso, nesse caso, o discurso católico.

- identificar as vozes de embate no interdiscurso

- denunciar um embate de vozes

(139) Morreu meu pai, sentimos muito, etc. Quando chegamos nas proximidades do Natal, eu já estava que não podia mais pra afastar aquela memória obstruente do morto, que parecia ter sistematizado pra sempre a obrigação de uma lembrança dolorosa em cada gesto mínimo da família. Uma vez que eu sugerira à mamãe a idéia dela ir ver uma fita no cinema, o que resultou foram lágrimas. Onde já se viu ir ao cinema de luto pesado! A dor já estava sendo cultivada pelas aparências, e eu, que sempre gostara apenas regularmente de meu pai, mais por instinto de filho que por espontaneidade de amor, me via a ponto de aborrecer o bom do morto. Foi decerto por isto que me nasceu, esta sim, espontaneamente a idéia de fazer **uma das minhas chamadas “loucuras”**. Essa fora, aliás, e desde muito cedo, a minha esplêndida conquista contra o ambiente familiar. Desde cedinho, desde os tempos do ginásio, em que arranjava regularmente uma reprovação todos os anos; desde o beijo às escondidas, numa prima, aos dez anos, descoberto por Tia Velha, uma detestável de tia; e principalmente desde as lições que dei ou recebi, não sei, de uma criada de parentes: eu consegui no reformatório do lar e na vasta parentagem, a fama conciliatória de “louco”. (Mário de Andrade, *O peru de Natal*)

A expressão “uma das minhas chamadas ‘loucuras’” faz parte do processo anafórico que explicita o viés argumentativo do narrador-personagem em questão, nesse exemplo. A responsabilidade pela expressão “loucuras” não é atribuída ao personagem, mas a outros, tanto por serem referidas como “as minhas **chamadas** loucuras”, quanto pelas aspas que marcam a palavra “loucuras”. Isso é confirmado, no final do trecho, por “a fama conciliatória de ‘louco’”, que o personagem diz ter obtido entre os familiares.

Algumas expressões funcionam como avaliadores, constantemente situando a linha argumentativa do narrador-personagem, que coloca em jogo os seus juízos de moral, assim como os dos familiares. Alguns modificadores colaboram para esses julgamentos, como “**chamadas** ‘loucuras’”, “**esplêndida** conquista” e “fama **conciliatória**” e denunciam, nesse exemplo, um embate de vozes. De um lado, coloca-se o narrador-personagem, em sua sinceridade e espontaneidade, de outro a família, que mantinha “a dor... cultivada pelas aparências” e preferia chamá-lo “louco” – lexema que sempre aparece marcado por aspas, enfatizando que essa é a voz dos familiares, a que o narrador-personagem se contrapõe.

- provocar uma ruptura dêitica que direciona a atenção para um espaço de busca diferente

Na passagem seguinte, encontramos uma situação em que um anafórico com dêitico ao mesmo tempo em que se refere a um elemento já mencionado, salientando-o, acrescenta informações e ainda opera dois outros movimentos, quais sejam, o de direcionar a atenção para um espaço de busca diferente, oscilando da cenografia primária para a cenografia secundária e, ainda, o de forjar uma memória compartilhada com a personagem central:

(140) Vão-se as amigas, para voltar duas horas depois, e Dasdores, interrogando o relógio, nele vê apenas o rosto de Abelardo, como também percebe **esse rosto de bigode**, e a cabeleira lustrosa, e os olhos acesos, dissimulados nas ramagens do papel de parede, e um pouco por toda parte.
(Carlos Drummond de Andrade, *Presépio*)

A expressão anafórica “esse rosto de bigode” tem como fonte o referente designado por “Abelardo” e acrescenta uma característica a esse personagem. Mais importante do que o acréscimo de informações, no entanto, parece ser o fato de que através do dêitico “esse”, é realizada uma transposição da cenografia do narrador para a do personagem, o que faz com que o leitor compartilhe das emoções da personagem de maneira mais intensa. O uso do demonstrativo funciona também para salientar um valor afetivo, no caso, o rosto da pessoa amada, sob a perspectiva da personagem – porém, além de funcionar para o leitor

como um sinal de que a recuperação de referentes deve ser feita em um outro espaço, nesse caso, por se tratar da transposição para o universo literário, essa expressão também tem uma função estético-estilística.

- promover a mudança de foco narrativo

A mudança de foco narrativo – que permite acompanhar uma mesma história sob pontos de vista diversos – também pode ser identificada pela dêixis, quase sempre associada a processos anafóricos, como acontece no conto, cujos trechos reproduzimos a seguir:

(141) Hoje deve ser domingo, porque **vi** da janela **uma de minhas irmãs** me chamando para brincar. (...) Papai continua dormindo, mas o sol vai alto e quente. Deve estar na hora: **sinto** fome. **Saio** sempre pela porta dos fundos; **atravesso** o terreiro e **sigo** três quarteirões até a casa da vovó. **Seguro** o portãozinho enferrujado; **chamo** com voz alta. “Vó!” – uma vez, duas vezes. Aparece a tia: passa a mão em **meus cabelos**, diz que estão feito palha de aço, mas diz isso sorrindo. “São nove horas, **Fran**. Ainda não tem almoço.” (Tércia Montenegro, *DT*)

(142) Da última vez foi pior. **Achei** que não ia conseguir o suficiente pra encher **a carroça**. **Andei** muito, antes de chegar à casa do Ismael, que negocia com essas coisas. Ele me ajudou a descarregar **as caixas desfeitas**; empilhou **o papelão** num canto da sala entupida de **garrafas, latinhas de cerveja e materiais de plástico**. **Olhou-me** por cima de seu bigode cinza, caído para os lados, que parece um peixe. Contou **algumas notas e me deu**. **Eu** não disse nada; **voltei** pra casa, puxando a carroça. Já sentia **a cabeça zoar, a multidão de abelhas nos ouvidos**. **Pequenas luzes espocavam na vista**, e não sei quanto tempo levei até acertar o caminho. Estava escurecendo, quando **Fran** abriu a porta: **entreguei** algum dinheiro pra **ela** e **entrei** no quarto.

De madrugada, **acordei** pensando em **bebida**. (Tércia Montenegro, *DT*)

(143) Aconteceu que certa vez **ele** trancou a porta da frente, enquanto **a filha** estava fora. As meninas mais velhas moravam com Dona Anastácia, mas **a caçula** tinha insistido em ficar com o pai. (Tércia Montenegro, *DT*)

Os trechos transcritos em (141), (142) e (143) correspondem a três partes do conto, que podemos distinguir pela mudança de foco narrativo. No primeiro trecho, sabe-se que o narrador é a menina, associando-se as expressões dêiticas e anafóricas “uma de minhas irmãs”, “meus cabelos” e os pronomes pessoais elípticos, que se pode deduzir dos verbos flexionados em primeira pessoa; além disso, há a referência ao nome da menina, “Fran”,

que é feita quando a tia se dirige a ela. No trecho em (142), percebemos que a narração é realizada por um homem adulto: à primeira pessoa, nesta parte (também marcada pelo pronome pessoal “eu”, elíptico ou não, e pelo pronome “me”, também em primeira pessoa), associam-se atividades e elementos como “carroça”, “caixas”, “papelão” e “notas”, que constituem o mundo de um papeleiro; há ainda a referência à “Fran”, em terceira pessoa – o que confirma que a voz não é a dela, mas a do pai. A referência que é construída a partir de “bebida” também remete ao pai que, logo a seguir, confirma-se como um alcoólatra. E no último trecho, tanto o pai quanto a filha aparecem em terceira pessoa, o que revela um narrador-testemunha, mas não mais um dos dois outros narradores-personagens que figuravam até então. Esse narrador-testemunha traz a vantagem de fundir-se ao personagem, alternando seu distanciamento da cenografia, conforme a situação, provocando diferentes graus de emoções. Isso pode ser ilustrado pela descrição de um momento vivido por *José Amorim* (esse é o nome do *pai*), em que obtemos uma noção precisa de seu estado de torpor alucinógeno:

- (144) José Amorim entrou no quarto que não era o seu, e no momento não distinguiu nada do ambiente recém-iluminado. Sabia somente que estava sem dinheiro e há dois dias não conseguia um gole de álcool. Passara um tempo dormindo, mas **agora** – sem saber exatamente se estava acordado – é que lhe vinham os pesadelos. Não tinha fome, mas, por uma espécie de instinto, quis comer. Antes, havia a criação de galinhas no quintal, e **agora um enorme caranguejo marrom surgia**, imóvel a sua frente. Pareceu-lhe terrível o animal, e, mais que comê-lo, tinha de exterminá-lo, como se faz com uma cobra venenosa. (Tércia Montenegro, *DT*)

O narrador inicia em DIL, usando a não-pessoa ao mesmo tempo em que mantém a onisciência em relação às sensações e pensamentos de *José Amorim*; com o primeiro “agora”, alterna sutilmente para o DDL, suspendendo a fronteira entre as cenografias (dele e do personagem), mas é com o segundo “agora”, seguido da introdução de um novo objeto, expresso por “um enorme caranguejo marrom”, que ele se coloca na própria posição do personagem, que tem, diante de si, o monstro – esse envolvimento leva consigo o leitor, que também se vê dentro daquele pesadelo, na pele do personagem. E especialmente porque o leitor sabe que se trata da menina, o suspense é instalado e a expectativa do horror se inicia: é quase insuportável seguir o desenrolar dos fatos estando-se encarnado no personagem ou tão próximo a ele. Assinalamos aqui, também, um efeito estético-estilístico, que promove a inserção do leitor no mundo da narrativa.

As rupturas de foco narrativo e o distanciamento que toma o narrador dos fatos, denunciados, muitas vezes, como mostramos, por processos referenciais, são estratégias que, muito ao contrário de cortar o fio da narrativa, beneficiam a unidade do conto, proporcionando uma visão mais completa e densa dos fatos narrados.

- marcar a voz do personagem no DDL

(145) É possível acreditar nas vozes do morto. Elas devem estar em tudo. Na maneira simplória de Seu Damião, na sua aquiescência, nos seus monólogos e no seu próprio declínio. Ele emagrece sob o enorme paletó cáqui. Urina no quintal da sapataria e as formigas miúdas, infinidade delas, vêm sugar o açúcar nas bordas do líquido. Seu Damião toma regularmente uma pílula e bebe água no copo de madeira medicinal, que guarda na prateleira por trás das caixas de sapatos. Mas perde peso: a pele do rosto se desprega, a papada. Dança dentro da roupa. Dança todo, por sestros também, que ele é simplório. Leva sempre as mãos à cabeça, escusando-se. Ou melhor, não sabe onde pôr as mãos grandes. Põe-nas na cabeça redonda (cabelo cortado à escovinha) ou as esfrega uma na outra. Parece traduzir nos seus trejeitos um permanente pedido de desculpas por tudo que fez e pelo que não fez. Perdão até de ser casado com Da. Leonor, que, novinha (e não **agora, aquela máscara de pó**), não era para se ter dado a ele, um sapateiro de origem, impregnado pelo cheiro da sola, os dedos curtos e chatos grudados de verniz. (Moreira Campos, *As vozes do morto*)

Como podemos observar, o conto, que se inicia com o trecho transcrito em (145), está em terceira pessoa e o narrador mantém uma certa distância do personagem, fazendo suposições: as vozes “devem estar em tudo”. Porém, progressivamente, o narrador vai se aproximando do personagem e começa a descrever pormenores íntimos de seus hábitos, até que culmina com a observação entre parênteses “e não agora, aquela máscara de pó”, que marca a mudança de foco narrativo. Tal hipótese pode ser sustentada pela presença do dêitico temporal “agora”, que pressupõe o momento atual a partir do tempo da cenografia, e do demonstrativo em “aquela máscara de pó”, que remete a uma lembrança particular sobre a aparência de Dona Leonor; além disso, os parênteses podem ser uma sinalização do DDL, marcando a fala do próprio personagem (*Seu Damião*). É interessante observar que a expressão “aquela máscara de pó”, além de apresentar características de um dêitico da memória, pelos motivos já mencionados (portar um demonstrativo e remeter a uma lembrança), também é um anafórico, que recategoriza “Da. Leonor... novinha”. Essa transformação sofrida por *Dona Leonor* é importante, porque revela que sua figura, na época do casamento, destoava ainda mais da de *Seu Damião*, um sapateiro rude, um bruto.

Utilizando-se, assim, dos recursos do discurso reportado, como a expressão que grifamos em (145), sem romper o fio da narrativa, podemos pensar alternativamente também num *narrador-testemunha* (conforme Maingueneau, 2007), que nem tem a neutralidade de um narrador anônimo e nem o rosto deste ou daquele personagem. Com essas características, ele remete à figura de uma testemunha, que compartilha o ponto de vista e a linguagem da coletividade evocada pelo universo fictício do texto literário e que participa da intriga.

Casos como “agora, aquela máscara de pó” são considerados como DDL, pois não há subordinação sintática entre a fala do narrador e a suposta fala do personagem, mas as recuperações dêiticas continuam sendo as do discurso citado. Há várias funções desta única expressão que podemos identificar como: promover uma avaliação, forjar uma memória compartilhada, salientar um valor discursivo, reconstruir uma perspectiva (de um narrador-testemunha; de um personagem que convive com *Seu Damião*, ou a própria perspectiva de *Seu Damião*), engajar o leitor na cenografia secundária e marcar a voz do personagem através do DDL.

- marcar a perspectiva a partir da qual o evento está sendo narrado

Em alguns casos, a dêixis pessoal pode marcar o personagem sob o ponto de vista do qual a história está sendo contada, como no exemplo abaixo:

(146) A mãe era desse jeito: só ia em missa das cinco, por causa de os gatos no escuro serem pardos. Cinema, só uma vez, quando passou os Milagres do padre Antônio em Urucânia. Desde aí, falava sempre, excitada nos olhos, apressada no cacoete dela de enrolar um cacho de cabelo: se eu fosse lá, quem sabe? Sofria palpitação e tonteira, **lembro** dela caindo na beira do tanque, o vulto dobrado em arco, gente afobada em volta, cheiro de alcanfor. (Adélia Prado, *Sem enfeite nenhum*)

No próximo exemplo, o verbo em grifo, flexionado em primeira pessoa, faz o leitor perceber que a narrativa é construída a partir da filha, o que, mais adiante, pode ser confirmado, através de outros processos dêiticos:

(147) Quando **comecei** a empinar as blusas com o estufadinho dos peitos, **o pai** chegou pra almoçar, estudando terreno, e anunciou com a voz que fazia nessas ocasiões, meio saliente: companheiro meu tá vendendo um relógim que é uma gracinha, pulseirinha de crom', danado de bom pra do Carmo. Ela foi logo emendando: tristeza, relógio de pulso e vestido de bolér. Nem bolero ela falou direito de tanta antipatia. **Foi água na fervura minha e do pai.** (Adélia Prado, *Sem enfeite nenhum*)

Nesse trecho, novamente a dêixis pessoal, primeiramente através do pronome elíptico *eu*, inferível a partir da flexão do verbo “comecei”, e, em seguida, pelo pronome possessivo *minha* em “foi água na fervura minha e do pai” revela a suposta identidade da narradora do conto, que seria a filha. Além disso, a referência ao pai também contribui, naturalmente, para que o leitor identifique a narradora como *filha*.

Uma outra informação é acrescentada de maneira interessante também por um processo dêitico, como pode ser observado a seguir:

- (148) Vivia repetindo que era graça de Deus se **a gente fosse tudo pra um convento** e várias vezes por dia era isto: meu Jesus, misericórdia... A senhora tá triste, mãe? eu falava. Não, tou só pedindo a Deus pra ter dó de nós. (Adélia Prado, *Sem enfeite nenhum*)

Expressando um desejo da mãe, e incluindo-se através de “a gente”, a narradora marca a perspectiva sob a qual o evento é narrado e fornece ao leitor a possibilidade de imaginar que houvesse outros filhos; e mais, a de que fossem filhas mulheres, já que “convento” remete a um local onde somente mulheres são admitidas. Outra informação que é reforçada através dessa referência é o fato de que a *mãe* era obcecada pela culpa, especialmente relacionada ao sexo – assim, se as filhas fossem para um convento, estariam “salvas”.

Um caso interessante de mistura de modalidades de discurso reportado, marcando a perspectiva de quem narra, pode ser visto em:

- (149) Todos aqueles homens e mulheres ali na platéia sombria parecem apagados habitantes dum submundo, criaturas sem voz nem movimento, prisioneiros de algum perverso sortilégio. Centenas de olhos estão fitos na zona luminosa do palco. (...) **O pianista** sofre com Beethoven, o piano estremece (...) D. Margarida tira os sapatos que lhe apertam os pés, machucando os calos. Não faz mal. **Estou** no camarote. Ninguém vê. Mexe os dedos dos pés com delícia. Agora sim, pode ouvir melhor o que **ele** está tocando, **ele, o seu Gilberto**. Centenas de pessoas finas, bem vestidas, perfumadas, os homens de preto, as mulheres com vestidos decotados – todos parados, mal respirando, dominados por **seu filho**, pelo **Betinho!** (Érico Veríssimo, *As mãos de meu filho*)

Um dos resultados dessa mistura é a de que podemos perceber a marcação de perspectivas diversas sobre um mesmo evento. Concentrando nossa atenção somente no referente inicialmente designado por “o pianista”, podemos observar que ele é retomado mais adiante pelo pronome “ele” e a seguir por “ele, o seu Gilberto”, sendo que a expressão “o seu Gilberto” indica claramente a intimidade de quem a ele se refere dessa

maneira. Um pouco depois, através de “seu filho” e “Betinho”, fica evidente que as observações são feitas pela mãe do rapaz. Porém, isso não acontece desde o início: a narrativa começa com uma descrição feita em terceira pessoa, em DI, e a linguagem é sofisticada, bem como as observações feitas. A partir de “D. Margarida tira os sapatos”, muda completamente o modo como o cenário vinha sendo descrito, pois não se trata mais de um narrador que demonstra sua erudição e conhecimento em música clássica e descreve um espetáculo, mas, muito provavelmente, uma dona de casa, que vê seu filho e se orgulha da admiração que ele causa nas pessoas. Isso pode ser melhor observado, por exemplo, se fizermos um paralelo entre os mesmos elementos descritos no primeiro trecho (até “o piano estremece”) e no segundo (que inicia com D. Margarida). No primeiro trecho: “Todos aqueles homens e mulheres ali na platéia sombria parecem apagados habitantes dum submundo, criaturas sem voz nem movimento, prisioneiros de algum perverso sortilégio”, enquanto que os mesmos homens e mulheres, no segundo trecho, são descritos como “Centenas de pessoas finas, bem vestidas, perfumadas, os homens de preto, as mulheres com vestidos decotados – todos parados, mal respirando...”. Como podemos ver, não somente a narrativa inicial é distanciada porque está em terceira pessoa, mas a própria maneira de descrever é distante, é como se o narrador estivesse pintando uma cena de um concerto de piano; já no segundo trecho, há a emoção da personagem que está envolvida na cena, além do linguajar mais cotidiano e simples. Nessa situação, podemos falar de DIL, pois podemos identificar duas vozes com *sotaques* diferentes (que podem ser verificados pela diferença de como os objetos são categorizados) misturadas na voz de um locutor, que é o narrador.

No exemplo (149), há ainda um dêitico *eu* elíptico, que se pode inferir a partir do verbo em primeira pessoa “**Estou** no camarote” – uma situação de DDL, já que aqui a coordenada dêitica do DD é mantida, embora não haja marcas tradicionais, como o travessão, que normalmente apareceria nesse caso para marcar o DD. E, mais adiante, o pronome em “**seu** filho” faz retornar o DI; porém, logo a seguir, a categorização promovida pela expressão anafórica “pelo Betinho!”, além do ponto de exclamação (típico do DD, expressando diretamente a emoção do personagem) indica que o ponto de vista volta a ser o de D. Margarida, caracterizando-se como uma passagem em DDL.

A função do jogo de discurso reportado que destacamos, no conto, cujo trecho transcrevemos em (149), associa-se principalmente a reconstruir diferentes perspectivas,

propiciando uma leitura que permite recompor toda a história da família do pianista. Vale a pena recortar um outro trecho, que mostra a perspectiva do pai:

(150) Na sombra do camarote, **Inocência** sente que ele não pode, não deve participar **daquela glória**. Foi **um mau marido**. **Um péssimo pai**. Viveu na **vagabundagem**, enquanto a mulher se matava no trabalho. Ah! Mas como ele queria bem ao rapaz, como ele respeitava a mulher! Às vezes, quando voltava para casa, via o filho dormindo. Tinha um ar tão confiado, tão tranqüilo, tão puro, que lhe vinha vontade de chorar. Jurava que nunca mais tornaria a beber, prometia a si mesmo emendar-se. Mas qual! Lá vinha um outro dia e ele começava a sentir **aquela sede danada, aquela espécie de cócega na garganta**. Ficava com **a impressão de que se não tomasse um traguinho era capaz de estourar**. (Érico Veríssimo, *As mãos de meu filho*)

Grifamos, no exemplo acima, alguma das expressões que ajudam a construir a perspectiva do pai, *Inocência*. Algumas recategorizam *Inocência*, como “um mau marido”, “um péssimo pai” e “vagabundagem”, mostrando o porquê de o próprio personagem acreditar que não tinha mérito no sucesso do filho (que é recuperado por “daquela glória”). Mais adiante, as expressões dêiticas “aquela sede danada” e “aquela espécie de cócega na garganta” remetem ao seu vício em bebida, âncora que podemos encontrar em “jurava que nunca mais tornaria a beber”; além disso, essas expressões, além de “a impressão de que se não tomasse um traguinho era capaz de estourar” reportam o discurso do alcólatra, ao mesmo tempo que convidam o leitor a se solidarizar com essa síndrome de abstinência.

Comprovamos que a visão dos membros da família sobre as atitudes uns dos outros era semelhante em várias passagens, como, por exemplo, em:

(151) Embalada pela música (esta sim, a gente entende um pouco), **D. Margarida** volta ao passado.

Como foram longos e duros **aqueles anos de luta!** **Inocência** sempre no mau caminho. Gilberto crescendo. E ela pedalando, pedalando, cansando o os olhos; a dor nas costas aumentando, **Inocência** arranjava empreguinhos de ordenado pequeno. Mas não tinha constância, não tomava interesse. **O diabo do homem era mesmo preguiçoso**. (Érico Veríssimo, *As mãos de meu filho*)

Em (151), ressaltamos a categorização que é feita sobre *Inocência* através de “o diabo do homem era mesmo preguiçoso”, dessa vez pela voz de *Dona Margarida*; as referências “mau caminho”, “empreguinhos de ordenado pequeno”, “não tinha constância” também compõem a imagem ruim que a esposa faz de *Inocência*, ao mesmo tempo em que

demonstra condescendência; em contraponto, “aqueles anos de luta!” confirmam que *Dona Margarida* esforçou-se sozinha pela manutenção do lar e pela educação do filho. E, em todo o conto, as vozes que se alternam vão compondo a cena do concerto, bem como a retrospectiva da família. O interessante é que embora haja um efeito polifônico de mescla de vozes do narrador, da mãe e do pai de *Gilberto*, as opiniões não são contrárias: todos contam, à sua maneira, o mérito e quase heroísmo da mãe, em ter assumido toda a responsabilidade do lar e ter conseguido proporcionar tão boa educação ao filho, apesar do pai alcoólatra e ausente – a quem, além de tudo e apesar de tudo, *Dona Margarida* tolerava.

Observamos que em quase todos os processos referenciais observados há muitas funções simultâneas e que nas situações em que há efeitos polifônicos, como em (149), está frequentemente associada a função de promover o envolvimento dos leitores.

- situar vários centros dêiticos das vozes na narrativa

Muitas vezes, o processo referencial também pode ajudar o leitor a encontrar o centro dêitico para onde se transfere o próprio narrador, jogando com o DI, o DIL e o DDL, como podemos verificar nas passagens a seguir:

(152) Ainda **um dia desses**, ao receber o casal inesperadamente **ali na calçada**, à noite, a visita de Da. Cristina, da casa em frente, e a mulher de Dr. Mário, que vinha para uma palavrinha ligeira (indagar se na sapataria tinha certo tipo de sandália), Seu Damião foi até precipitado. (Moreira Campos, *As vozes do morto*)

(153) Evidentemente um desastre, que teve de fechar sua casa de negócio em Belém do Pará, sapataria de luxo, **vindo para aqui**, onde reabriu oficina modesta, mas limpa, pegada à sua casa: o bom arranjo das prateleiras, a cortina de gorgorão vermelho na porta do centro do escritório. E **ali no balcão** Seu Damião recebe a freguesia, surpreendido sempre por cima dos óculos grossos. (Moreira Campos, *As vozes do morto*)

(154) Possivelmente afugenta o morto e aceita a inutilidade de tudo. No mais, a rua é calma e mosquitos voejam em torno da lâmpada triste no poste da esquina, que **ontem** choveu. (Moreira Campos, *As vozes do morto*)

Quando lemos “ali na calçada” é como se o narrador apontasse para a calçada em frente a sua casa, assim como as expressões “vindo para aqui” e “ali no balcão”, constituindo-se, todos, como dêiticos espaciais; acontece que esse seria o ponto de vista de

Seu Damião, ou outro personagem que participasse da cenografia. Em (155), há a expressão dêitico-espacial “lá para dentro”, mas, desta vez, como em outras raras ocorrências, a posição coincide com a localização de *Dona Leonor*, que, naquele momento, está fora da casa.

- (155) Da. Leonor, disfarçada, mãos para trás, vinha até a porta da sapataria, num toque leve do cabelo curto. Olhares. Uma ordem qualquer que ela repentinamente quase gritava **lá para dentro**, para as oficinas, sem muita convicção, talvez apenas para se fazer mais presente. ((Moreira Campos, *As vozes do morto*)

O exemplo (155) mostra como, sutilmente, o leitor é conduzido a interpretar os acontecimentos narrados sob diferentes óticas: ora sob o ponto de vista de um narrador, que se encontra fora da cena; ora sob o ponto de vista dos diferentes personagens, que estão vivendo os acontecimentos narrados, mas que sentem ou percebem tais acontecimentos de diferentes maneiras. Essa diferença de percepção entre os personagens pode ser captada pelo leitor, entre outras pistas, através dessa estratégia de simulação de alternância de vozes marcada pelos processos referenciais dentro da enunciação de um narrador instável.

- estabelecer marcas de intertextualidade/possibilitar diálogos intertextuais

- (156) Os marinheiros puseram-lhe o apelido de “Tangerine-Girl”. Talvez por causa **do filme de Dorothy Lamour**, pois Dorothy Lamour é, para todas as forças-armadas norte-americanas, o modelo do que devem ser as moças morenas da América do Sul e das Ilhas do Pacífico. (Rachel de Queiroz, *Tangerine-Girl*)

Aqui, a referência ao filme, através da expressão de introdução referencial “o filme de Dorothy Lamour” não só explica o apelido da moça, como ajuda a recriar o entusiasmo e o clima *americanizado* dos locais onde as forças armadas norte-americanas fizeram base, no Brasil, durante a Segunda Guerra. Seria um caso de *intertextualidade explícita*, de acordo com Koch, Bentes e Cavalcante (2007), pois o texto-fonte, nesse caso um filme, é mencionado explicitamente.

Outro exemplo, também de intertextualidade explícita, é o que destacamos em:

- (157) É preto e branco o ***Fantástico Show da Vida*** (nome do programa a cores, com a moça lindinha na abertura, levantando o braço e mostrando o

sovaquinho raspado). Sou um velho perdido na bosta da vida, com catarata numa das vistas. (Edilberto Coutinho, *Vadico*)

O nome do programa, aqui, é evocado para fazer o contraste entre o verdadeiro *show* da vida, “preto e branco”, conforme a percepção do personagem, já meio cego e decadente, e o que se tenta mostrar na televisão, a vida bela (“a mocinha lindinha”), excitante (“fantástico *show*”) e colorida (“programa a cores”).

Encerramos, aqui, o exemplário e observamos que as relações entre funções e processos que apresentamos não devem ser tomadas como regras fixas de funcionamento discursivo, mas como um indicativo de possibilidades de combinação.

CONCLUSÕES

Nesta pesquisa, apresentamos uma lista de funções gerais que podem ser desempenhadas pelos processos referenciais. Tais funções não se excluem mutuamente e o mais comum, inclusive, é que apareçam simultaneamente num mesmo processo referencial.

Assim, processos referenciais com função de organização, por exemplo, muitas vezes, promovem, ao mesmo tempo, a explicitação de um ponto de vista e, freqüentemente, rótulos metadiscursivos participam desses processos. Também percebemos que a intertextualidade pode, muitas vezes, ter outras conseqüências, além de enriquecer o texto com referência a outros textos; pode acontecer de que se estabeleçam relações de interdiscurso, em que outras vozes, contrárias ou não, são convocadas, ora confirmando o discurso dos locutores do conto, ora se contrapondo a ele. Além disso há funções específicas que promovem funções mais gerais, como a de engajar o leitor na cenografia identificada nos contos, que pode servir, ao mesmo tempo, para promover mais intensamente a intersubjetividade; e essas duas funções estão associadas ao convite que é feito, muitas vezes, principalmente através dos dêiticos, para que o leitor adentre o mundo ficcional, desempenhando, assim, uma função estético-estilística. Aliás, reiteramos o aspecto de que a intensificação das relações intersubjetivas está intimamente relacionada à função estético-estilística, pois esta normalmente pressupõe uma atitude ainda mais colaborativa por parte dos participantes do ato comunicativo, especialmente quando diz respeito à criação do mundo ficcional.

De modo geral, todos os processos referenciais pressupõem colaboração por parte dos falantes e, por isso, pode-se dizer que têm uma função intersubjetiva; contudo, observando os exemplos em que subespecificações da função de organização estavam em jogo, também percebemos que a organização tem uma relação mais estreita com a intersubjetividade, especialmente na função de instruir para a localização de um referente no espaço/tempo, em que há uma preocupação mais nítida em manter uma atitude colaborativa.

E, confirmando o que já dissemos nesta pesquisa, todos os processos referenciais contribuem para o desenvolvimento argumentativo, de maneira mais/menos explícita; mas, mais freqüentemente, os processos referenciais apresentam-se como estratégia fundamental

para a explicitação dos pontos de vista e, portanto, podem ser úteis para estudos que tenham essa preocupação essencial.

Outra conclusão a que se pode chegar é a de que algumas subespecificações são mais flutuantes do que outras: a de antecipar informações, por exemplo, pode ter simplesmente um papel organizador, enumerando eventos, mas pode se revestir de um caráter estético-estilístico, como demonstramos ao analisar os exemplos (116) e (137). A subespecificação de salientar referentes também pode estar mais relacionada a uma confirmação de informações, organizando-as, quando se diz, por exemplo, “nesta pesquisa”, “este documento”, ou pode cumprir um papel mais argumentativo, quando o objetivo é salientar um aspecto do referente que contribui de maneira significativa para construir um determinado ponto de vista, como no exemplo (114) – e, nesse caso, a saliência emprestada ao referente têm também um efeito estético-estilístico, pois a expressão em questão (“aquele pedaço de pano pendurado no seu pescoço”) categoriza de maneira surpreendente um objeto supostamente comum, nesse caso, uma gravata.

De modo esquemático, podemos dizer que os processos anafóricos aparecem freqüentemente associados às seguintes funções:

- organização: mudando e inaugurando tópicos que fazem progredir o discurso; em geral, associa-se à avaliação, muitas vezes através de encapsuladores;
- explicitação do tipo de discurso ao qual apelam ou de um determinado valor de julgamento; os processos anafóricos freqüentemente servem para persuadir o interlocutor a compartilhar de julgamentos (no caso dos contos, com o narrador ou com os personagens);
- introdução de informações novas: esclarecendo ou especificando informações sobre um objeto, ao retomá-lo, promovendo novas categorizações;
- promoção de efeitos estético-estilísticos: nos contos, através da reconstrução da perspectiva de personagens, alternando com a do narrador, através de categorizações que permitem conhecer o estado cognitivo dos locutores em questão; estão envolvidas, aqui, a marcação da heterogeneidade discursiva, a promoção da intersubjetividade, através do engajamento do leitor na cenografia e, além disso, esses recursos permitem recriar o mundo ficcional.

A dêixis acrescenta ao processo referencial, muitas vezes, as funções de:

- instrução sobre como localizar/construir um referente: através da ativação de uma busca na memória; através de expressões que auxiliam na reconstrução temporal e espacial (da cenografia ou dos eventos narrados/descritos);

- promoção de efeitos estético-estilísticos: forjando uma memória compartilhada; especialmente nos contos, pode promover um convite para que o leitor adentre o mundo ficcional, provocando uma ruptura narrativa, muitas vezes nas primeiras palavras do texto;

- marcação de heterogeneidade discursiva: através do jogo entre a dêixis pessoal e a não-pessoa, faz identificar (ou misturar) a autoria das vozes; especialmente nos contos, mudando a perspectiva da narrativa, da cenografia primária para a secundária, os processos dêiticos podem promover a intensificação das relações intersubjetivas e o engajamento do leitor na cenografia; além disso, podem marcar a voz do personagem, distinguindo-a da do narrador e, ainda, marcar a voz sob a perspectiva de quem a história é narrada.

Além da introdução de informações novas em que implica toda introdução referencial, observamos, com bastante frequência, uma função de forjar uma memória compartilhada (ou de ativar algum tipo de busca na memória) associada a esse processo, dando-lhe “ares” de anáfora e, por isso, chamamos esse efeito de *arrière-text*.

Na maior parte dos processos referenciais que observamos, estão associados o acréscimo de informações e a progressão do discurso, já que quase sempre estão envolvidos procedimentos ou de reformulação ou de introdução de referentes.

A lista de funções gerais que apresentamos (organização, metadiscursividade, ativação de uma busca na memória, introdução de informação nova, efeitos estético-estilísticos e marcação da heterogeneidade discursiva) não pretende ser exaustiva, mas fornecer um ponto de partida para outros estudos dos processos referenciais dentro de uma dimensão discursiva. Concluimos também que, de um modo geral, foi confirmada a hipótese principal desta pesquisa, de que um estudo aprofundado das funções discursivas dos processos referenciais pode ser útil para revelar aspectos pouco conhecidos. Um deles é o que diz respeito à heterogeneidade discursiva, que se mostrou como um estudo particularmente frutífero, salientando o papel dos processos referenciais no entrecruzamento de vozes do discurso reportado e da intertextualidade e abrindo novas frentes de investigação.

Esta pesquisa reforça também a noção de que os processos de anáfora, dêixis e introdução referencial, vistos como fenômenos essencialmente discursivos, não somente podem ser melhor definidos, como prometem um vasto campo de pesquisa.

Nos contos que observamos, por exemplo, as funções em que havia marcação do discurso reportado e de outros efeitos polifônicos estavam geralmente associadas à identificação da perspectiva dos personagens e do narrador, para que pudéssemos

compartilhar dos seus pontos de vista, o que ao mesmo tempo proporcionava o mergulho no universo ficcional. Nos exemplos de textos jornalísticos em que mostramos efeitos polifônicos, nas sugestões de funções, eles tinham outro objetivo, que era o de persuadir o leitor a compartilhar de um certo viés argumentativo – embora seja uma pequena amostragem, já pode ser tomada como base para a hipótese de que a variação do propósito comunicativo tem influência nas interpretações que se faz sobre as funções discursivas dos processos referenciais. Fica, aqui, registrada essa sugestão para um trabalho futuro.

Eventualmente, podem surgir também diferentes subespecificações das funções gerais. No texto literário, pudemos constatar várias subespecificações das funções gerais de promoção de efeitos estético-estilísticos e de intersubjetividade, bem como de marcação da heterogeneidade discursiva que se relacionam, por exemplo, com a presença de personagens; daí a identificação de algumas subespecificações de funções que podem ser mais recorrentes ou nem aparecer, dependendo do tipo de discurso – essa é outra hipótese que pode ser levantada para uma investigação futura.

Encontramos, nos contos, com freqüência, introduções referenciais que produzem o efeito *arrière-text*, isto é, o de que a referência é feita a algo conhecido e compartilhado entre o leitor e o narrador, o que fortalece a relação intersubjetiva e contribui para a construção do mundo ficcional. Isso nos permite dizer também que as introduções referenciais de efeito *arrière-text*, que podem ser desempenhadas por pronomes demonstrativos e definidos, têm um efeito estético-estilístico. Muitas – ou quase todas - as funções que observamos nos contos, aliás, têm efeitos estético-estilísticos, como por exemplo, a própria ruptura narrativa provocada pelos dêiticos, que convoca o leitor a alterar o modo como deve estabelecer as referências, compactuando com o narrador e assumindo o texto como literário. Os *demonstrativos de abertura*, típicos dos textos literários mais contemporâneos, conforme Maingueneau (2007), são uma prova disso e constituem uma aposta na cooperação do leitor. Também o DDL, apontado por Rosier (1999) como uma das características marcantes da modernidade, fortalece a idéia de que os processos referenciais envolvidos nesse tipo de discurso reportado têm uma estreita relação com questões de estética e de estilo. Um exemplo que ilustra bem essa função é o do conto *As mãos de meu filho*, de Érico Veríssimo, cujos trechos podem ser vistos nos exemplos (149), (150) e (151). Além dos efeitos polifônicos dos diferentes tipos de discurso reportado que se alternam e cujas marcas sutis são muitas vezes reveladas pelos processos referenciais, há o fato de que o escritor passeia livremente entre as falas simplórias de uma

dona-de-casa ou seu marido em oposição à fala do narrador, que destoa muito das outras pela sofisticação das descrições, incluindo um conhecimento pouco comum sobre música clássica. Na verdade, nos contos, parece que a função estético-estilística está subjacente a todo processo referencial, no sentido de que é através dele, em grande parte, que podemos criar o mundo ficcional. Em nosso trabalho, procuramos ressaltar algumas situações em que esse efeito se tornou mais evidente. Sugerimos que outros trabalhos, no futuro, dediquem-se a esse ponto em especial, visto que os processos referenciais demonstraram particular versatilidade e riqueza ao desempenhar efeitos estético-estilísticos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. FONTES DE PESQUISA

ADAM, Jean-Michel. Une approche textuelle de l'argumentation: schema, séquence et phrase périodique. In: DOURY, Marriane et MOIRAND, Sophie, 2004, p.77-102. **L'Argumentation Aujourd'hui**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle.

APOTHÉLOZ, D. Référencer sans expression référentielle: gestion de la référence et opérations de reformulation dans des séquences métalinguistiques produites dans une tâche de rédaction conversationnelle. In: Enikö N. (ed) **Pragmatics in 2000**: selected papers from the 7th International Pragmatics Conference, Vol. 2. Antwerp: International Pragmatics Association, 2001, p.30-8.

_____. **Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle**. 1995a. 349 f. Tese (Doutorado) - Université de Neuchâtel, Neuchâtel.

_____. Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. In: BERRENDONNER, A.; M.-J. REICHLER-BÉGUELIN (eds) Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalisations, anaphores. Neuchâtel: Institute de Linguistique de l'Université de Neuchâtel, **TRANEL**, n° 23, 1995b, p.143-73.

_____. e CHANET, C. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: MULDER, W. de; RYCK, L.T.; VETTERS, C.(eds.) *Relations anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi, 1997, p. 159-86. Tradução para o português: Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, M.M.; BIASI-RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p.131-76

_____. e PEKAREK-DOEHLER, S. Nouvelles perspectives sur la référence: des approches informationnelles aux approches interactionnelles. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, **Verbum**, Tome XXV, n° 2, p.109-36, 2003.

_____. e REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A.; M.-J. REICHLER-BÉGUELIN (eds) Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores. Neuchâtel: Institute de linguistique de l'Université de Neuchâtel, **TRANEL**, n° 23, 1995, p.227-71.

_____. e REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. **Journal of Pragmatics**, n° 3, p.363-97, mar. 1999.

ARAÚJO, I.L. **Do signo ao discurso**. Introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.

ARIEL, M. Accessibility theory: an overview. In: SANDERS T; SCHILPEROORD, J.; SPOOREN, W. (eds) **Text representation**: linguistics and psycholinguistics aspects. Amsterdam/Philadelphia:Benjamins, 2001, p.29-92.

AUER, J.C.P. Referential problems in conversation. **Journal of Pragmatics**, n° 8, p.627-48, 1984.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**. Campinas: editora Unicamp, 2001.

- _____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas, nº 19, p.25-42, 1990.
- _____. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: des éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: **DRLAV**. Paris: Université de Paris VIII-Vincennes, nº 26, 1982.
- BAKHTIN, M. (primeira edição sob o nome de Volochinov, V.N., Leningrado, 1929). **Le marxisme et la philosophie du langage**. Paris : Les Éditions de Minuit, 1977.
- BARTHES, R. **S/Z**. Paris: Seuil, 1970.
- _____. **Aula**. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BAUDELAIRE, C. Notes nouvelles sur Edgar Poe. In: **Histoires extraordinaires**. Paris: Folio, [1857]1978.
- BENVENISTE, E.. **Problemas de lingüística geral**. Campinas: Pontes, 1988.
- BRUNER, J. **Going beyond the information given**. New York: Norton. 1974.
- BÜHLER, K. The deitic field of language and deictic words. In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) **Speech, place and action: studies in deixis and related topics**. New York: John Wiley and Sons, [1934]1982, p.9-30.
- CAILLOIS, R. Prefácio a **L'Anthologie du fantastique**. Paris: Gallimard, 1996.
- CARDOSO, S. H. B. **A questão da referência** – das teorias clássicas à dispersão de discursos. Campinas: Autores Associados, 2003.
- CARVALHO, Maria Angélica Freire de. **O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião**. 297f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- CAVALCANTE, M.M. Anáforas encapsuladoras – traços peculiares aos rótulos. **XXI ANPOLL**, 2006.
- _____. Processos de referência – uma revisão classificatória. **IX ANPOLL**, 2004.
- _____. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, nº 44, jan/jun, 2003. p.105-18.
- _____. **Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos**. 2000. 204 f. Tese de Doutorado em Lingüística – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- _____. Texto, discurso e intertextualidade (no prelo).
- _____. e COSTA, M.H.A. Cognição e função referencial. **Congresso sobre Lingüística e Cognição**, Unicamp, Campinas, 2006.
- CHARADEAU, P. e MAINGUENEAU, D. **Dictionnaire d'analyse du discours**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- CHAROLLES, M. Associative anaphora and its interpretation. **Journal of Pragmatics**, vol.31., nº 3, 1999, p.307-10.
- CIULLA, A. **A referência anafórica e dêitica** – com atenção especial para os dêiticos discursivos. 2002. 90 p. Dissertação de Mestrado em Lingüística - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CONTE, M-E. Anaphoric encapsulation. *Belgian Journal of Linguistics*, n. 10, 1996, p.1-10. Tradução para o português: Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M.M.; BIASI-RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, p.177-90.

CORBLIN, F. **Indéfini, défini et démonstratif**. Genebra: Librairie Droz, 1987.

CORNISH, F. How indexicals function in texts : discourse, text, and one neo-Gricean account of indexical reference. In : KORZEN, I ; LUNDQUIST, L. (eds) **Comparing anaphors** – between sentences, texts and languages. Copenhagen : Samsfundslitteratur Press, 2007.

_____. L'accessibilité cognitive des référents, le centrage d'attention et la structuration du discours : une vue d'ensemble. *Verbum*, 22/1, 2000, p.7-30.

COSTA, N. B. **A produção do discurso lítero-musical brasileiro**. 486 p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CUENCA, M.J. e HILFERTY, J. **Introducción a la lingüística cognitiva**. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

DISCINI, N. **A comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

DERRIDA, J. **L'écriture et la différence**. Paris : Seuil, 1978.

DUCROT, O. **Quelques raisons de distinguer « locuteurs » et « énonciateurs »**. Polyphonie – linguistique et littéraire, n° III. Copenhagen : Samfundslitteratur Roskilde, 2001, p.20.

_____. Je trouve que. In: DUCROT et al. **Les mots du discours**. Paris: éditions de Minuit, 1980, p.57-92.

EHLICH, K. Anaphora and deixis: same, similar or different? In: JARVELLA, R.J. and KLEIN, W. (eds.) **Speech, place and action: studies in deixis and related topics**. New York: John Wiley and Sons, 1982, p.315-38.

FILLMORE, C. **Lectures on deixis**. Berkeley: University of California, 1971.

FILLMORE, C. **Lectures on deixis**. California: CSLI Publications, 1977.

FILLMORE, C. Towards a descriptive framework for spatial deixis. In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) **Speech, place and action: studies in deixis and related topics**. New York: John Wiley and Sons, 1982, p.31-59.

FONSECA, C.M.V. **Escavando o discurso e encontrando o sujeito: uma arqueologia das heterogeneidades enunciativas**. 2007. Dissertação de Mestrado em Lingüística – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FRANCIS, G. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: Coulthard, M. (ed.). *Advances in written text analysis*. Londres: Routledge, 1994, p.83-101. Tradução para o português: Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M.M.; BIASI-RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, p.191-228.

FREGE, G. Über Sinn und Bedeutung. In: *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik* 100, 1892, p.25-50. Tradução francesa: Sens et dénotation. In: Frege G., **Écrits logiques et philosophiques**, Paris, Ed. du Seuil, 1971, p.102-26.

- GARY-PRIEUR, M-N, NOAILLY, M. Démonstratifs insolites. *Poétique*. Seuil, 1996, n. 105, p.111-21. Tradução para o português: Demonstrativos insólitos. In: CAVALCANTE, M.M.; BIASI-RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p.229-49.
- GAUTHIER-BOUCHER, L. **Un genre littéraire complexe**: la nouvelle. 2006. Disponível em: <http://home.ican.net/~galandor/littera/nouvelle.htm>
- GEACH, P. **Reference and generality**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1962.
- GOYET, F. **La nouvelle 1870-1925**. Description d'un genre à son apogée. Paris: PUF, 1993.
- GRÉSILLON, A. e MAINGUENEAU, D. Polyphonie, proverbe et détournement. **Langages**, 73, 1984, p.112-25.
- GRIZE, J.-B. **Logique naturelle et communications**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- GUMPERZ, J. Contextualization and understanding. In: DURATI, A.; GOODWIN, C. (eds), **Rethinking context**. Language as an interactive phenomenon. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, cap. 8, p.229-52.
- GUNDEL, J., HEDBERG, N. e ZACHARSKI, R. Statut cognitive et forme des anaphoriques indirects. **Verbum** 32/1, 2000, p.79-102.
- HALLIDAY, M. A . K. e HASAN, R. **Cohesion in spoken and written english**. Londres: Longman, 1976.
- HAMPTON, J. An investigation of the nature of abstract concepts. **Memory & cognition**, 9, 1981, p.149-56.
- HAWKINS, J. A. A note on referent identifiability and co-presence. **Journal of Pragmatics**, 8, p.649-59, 1984.
- HYLAND, K. Stance and engagement: a model of interction in academic discourse. **Discourse Studies**, vol 7, nº 2, 2005.
- HYLAND, K. Persuasion and context: The pragmatics of academic metadiscourse. In: **Journal of Pragmatics**, Hongkong, nº 30, 1998, p.437-55.
- _____. e TSE, P. Metadiscourse in academic writing: a reappraisal. **Applied Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, vol 25, nº 2, 2004, p.156-77.
- JAGUARIBE, V. M. F. **A recategorização no texto literário - as negociações discursivas em poemas**. 2005. 75 p. Projeto de Tese de Doutorado – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- _____. Os caprichos e as condescendências do discurso literário. In: CAVALCANTE, M.M. et al. (orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares**, Vol. 2. São Paulo: editora Lucerna, 2007.
- JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação**. Tradução: I.Blinkstein e José P. Paes. São Paulo: Cultrix, s/d.
- JARREGA, M. **Le rôle du pluriel dans la construction du sens des syntagmes nominaux en français contemporain**. 2000. Tese de Doutorado em Lingüística - Université Paris-X, Paris.

- JOHNSON, M. **The body in the mind: the bodily basis of imagination, reason, and meaning**. Chicago: University of Chicago Presse, 1987.
- KARTUNNEN, L. Pronouns and variables. In: R.I. Binnick, A. Davison, G.M. Green, J.L. Morgan (eds), **Papers from the Fifth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: University of Chicago, 1969, p.108-16.
- KLEIBER, G. Quando *il n'a pas d'antécédent*. **Languages** 97, 1990, p.24-50.
- KOCH, I.G.V. **Introdução à Lingüística Textual**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- _____, BENTES, A.C. e CAVALCANTE, M.M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. e MARCUSCHI, L.A. Processos de referenciação na produção discursiva. **Revista DELTA**, 14, n° especial, 1988.
- _____. e TRAVAGLIA, L.C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1999.
- LAHUD, M. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.
- LAKOFF, G. **Women, Fire, and Dangerous Things**. University of Chicago Press, Chicago, 1987.
- LEVINSON, S. C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LIMA, S. M. C. de. **(Re)categorização metafórica e humor: trabalhando a construção dos sentidos**. 2003. 170 f. Dissertação de Mestrado em Lingüística - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- LYONS, J. **Semantics**. London: Cambridge University Press. 2.v., 1977.
- LYONS, J. Deixis and subjectivity: loquor, ergo sum? In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) **Speech, place and action: studies in deixis and related topics**. New York: John Wiley and Sons, 1982, p.101-23.
- MAINGUENEAU, D. **Linguistique pour le texte littéraire**. Paris: Armand Colin, 2007.
- _____. **Le discours littéraire**. Paris: Armand Colin, 2004.
- _____. **O contexto da obra literária**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- _____. **L'énonciation en linguistique française**. Paris: Hachette, 1999.
- MARANDIN, J-M. 'Ce' est un autre. L'interprétation anaphorique du syntagme démonstratif. **Langage** 81, 1986, p.75-89.
- MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: FOLTRAN, M. J (org.). **Sentido e significação – em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004, p.263-84.
- _____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: **CELSUL**, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 1999.
- MARTINS, A.C.S. O lugar da dêixis na descrição da língua. **Forum Media 2, Revista do Curso de Comunicação Social**, ISPV, 2000, p.86-95.
- MATOS, J.G. **As funções discursivas das recategorizações**. 2005. 142 f. Dissertação de Mestrado em Lingüística - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- MATSUOKA, S.G. **A metadiscursividade de processos referenciais**. 2007. 72 f. Dissertação de Mestrado em Lingüística - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

- MILNER, J-C. **Ordres et raisons de la langue**. Paris: Seuil, 1982.
- _____. **De la syntaxe à l'interprétation**. Paris: Seuil, 1978.
- MONDADA, L. Formes de séquentialité dans les courriels et les forums de discussion: une approche conversationnelle de l'interaction sur Internet. **Recherche**, vol. 2, no.1, junho/1999, p 3 – 25. Disponível em: <http://alsic.u-strasbg.fr>
- _____. Le rôle constitutif de l'organisation discursive et interactionnelle dans la construction du savoir scientifique. **Romanisches Seminar**, Basel Universität, 2004. Disponível em: <http://www.mcxapc.org/docs/ateliers/ea3mcx.htm>
- _____. e DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. In: *TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)*, n.23, 1995, p.273-302. Tradução para o português : Construção dos objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p.17-52.
- OLIVEIRA, N. Cem vezes crônica. In: _____. **Jornal O Globo**, 17/06/2006.
- OZWALD, T. **La nouvelle**. Paris: Hachette-Supérieur, coleção *Contours littéraires*, 1996.
- PIÉGAY-GROS, N. **Introduction à l'intertextualité**. Paris: Dunod, 1996.
- PIGLIA, R. **O laboratório do escritor**. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Iluminuras, 1994.
- PRINCE, E. The ZPG Letter: subjects, definiteness, and information-status. In: S. THOMPSON. W. MANN (eds) **Discourse description: diverse analyses of a fund-raising text**. John Benjamins, 1992, p.295-325.
- PROUST, M. **Le temps retrouvé**. Paris, Folio, 1987[1927].
- QUINE, W.V.O. **Le mot et la chose**. Tradução francesa de Joseph Dopp e Paul Gochet. Paris: Flammarion, [1960]1977.
- RIFFATERRE, M. **Estilística Estrutural**. Tradução de Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ROSCH, E. Principles of categorization. In: _____.; LLOYD, B.B. (eds) **Cognition and Categorization**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1978.
- ROSIER, L. **Le discours rapporté**. Bruxelles : Ducolot, 1999.
- SPITZER, L. **Sprachmengung als Stilmittel und Ausdruck der Klangphantasie**. Munique : *Stilstudien II*, [1922]1961, p.84-124.
- TAVARES, D. **Processos de recategorização – uma proposta classificatória**. 2003. 142 f. Dissertação de Mestrado em Lingüística - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- VARELA, F. , THOMPSON, E. e ROSCH, E. **The embodied mind**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1991.
- VASCONCELOS DE SÁ, J. **As funções cognitivo-discursivas das diversas formas de encapsulamento no texto escrito**. 2006. 104 f. Projeto de dissertação de Mestrado em Lingüística - Universidade Federal do Ceará, . Fortaleza.
- VUILLAUME, M. **Grammaire temporelle des récits**. Paris: Minuit, 1990.

WITTGENSTEIN, L. **Recherches philosophiques**. Tradução francesa de Jacques Fauve. Paris: editions Gallimard, 1975.

WHITESIDE, A. Conclusion: Theories of Reference. In: _____; ISSACHAROFF, Michael. **On referring in literature**. Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

ZAMPONI, G. **Processos de referência: anáforas associativas e nominalizações**. Campinas, 2003. 273 p. Tese de doutorado em Linguística - UNICAMP.

2. FONTES DOS EXEMPLOS

ABREU, C. F. Aqueles dois. In: **Morangos mofados**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ANDRADE, M. O peru de Natal. In: **Contos novos**. Belo Horizonte: Vila Rica, 1996.

BILAC, O. O pecado. In: **Contos para velhos**. Disponível em:

<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/index.php/content/view/full/16094>

BORGES, J.L. O morto. In: **O aleph**. São Paulo: Globo, 1989.

CONY, C. H. O burguês e o crime. In: **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

COUTINHO, E. Vadico. In: **Onze em campo e um banco de primeira**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1998.

DRUMMOND DE ANDRADE, C. Presépio. In: **Contos de aprendiz**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FONSECA, R. Betsy. In: **Histórias de amor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. Passeio noturno - parte I. In: **Contos reunidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HILST, H. Gestalt. In: **Ficções**. São Paulo: Quíron, 1977.

HUGO, V. **Notre Dame de Paris**. Paris: L'école des loisirs, 1985.

LARA RESENDE, O. O elo partido. In: **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

LESSA, O. As cores. In: **Balbino, homem do mar**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

LISPECTOR, C. Fuga. In: **O primeiro beijo e outros contos**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Felicidade clandestina. In: **Felicidade clandestina**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOYOLA BRANDÃO, I. Obscenidades de uma dona-de-casa. In: **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

MONTENEGRO, T. Linha férrea. In: **Linha férrea**. São Paulo: Lemos editorial, 2001.

_____. DT. In: **O resto de teu corpo no aquário**. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

MOREIRA CAMPOS. O peregrino. In: **Dizem que os cães vêm coisas**. São Paulo: Maltese, 1993.

-
- _____. As vozes do morto. In: **As vozes do morto**. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1963.
- NASSAR, R. Aí pelas três da tarde. In: **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.
- PIÑON, N. I love my husband. In: **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- PRADO, A. Sem enfeite nenhum. In: **Prosa Reunida**. São Paulo: Editora Siciliano, 1999.
- QUEIROZ, R. Tangerine girl. In: **A casa do Morro Branco**. São Paulo: Siciliano, 1999.
- RIBEIRO, J.U. O santo que não acreditava em Deus. In: **Já podeis da pátria filhos e outras histórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a lucidez**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- SANTIAGO, S. Days of wine and roses. In: **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- SCLIAR, M. A balada do falso messias. In: **A balada do falso messias**. São Paulo: Ática, 1976.
- TELLES, L. O menino. In: **Antes do baile verde**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- TREVISAN, D. Ismênia, moça donzela. In: **Quem tem medo de vampiro?** São Paulo: Ática, 1998.
- VERÍSSIMO, E. As mãos de meu filho. In: **Contos**. Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- VERÍSSIMO, L.F. Conto de verão nr. 2: Bandeira Branca. In: **Histórias brasileiras de verão**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- VILELA, L. Fazendo a barba. In: **O fim de tudo**. Belo Horizonte: Liberdade, 1973.